

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGC
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

**As (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia por meio do trabalho com jovens dos Programas Fica Vivo e Agente Jovem.
Estudo de caso: Conjunto Taquaril**

Por:
Renato de Paula Abreu

Belo Horizonte: julho de 2008

Renato Abreu de Paula

**As (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia por meio do trabalho com jovens dos Programas Fica Vivo e Agente Jovem.
Estudo de caso: Conjunto Taquaril**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geo-Ciências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Organização do Espaço. Orientador: Professor Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins

Belo Horizonte
Instituto de Geociências
2008

Dedico esta dissertação a Vera minha companheira de todos os momentos.

Agradecimentos

Para que esta pesquisa se concretizasse não poderia deixar de agradecer ao William pelo companheirismo de sempre e pelo apoio material dado ao longo desta trajetória. Agradeço também à Luciana Ostos pela amizade, paciência e prontidão para ajuda. À Maria Diana, companheira desde o primeiro período do curso diurno de Geografia no IGC. Meus agradecimentos ao Sérgio por ter acolhido meu projeto e pela paciência, disponibilidade e amizade demonstrada ao longo de todo processo. Não poderia deixar de citar o Marcus, colega de mestrado e amigo sempre presente.

A trajetória de seis anos em que acompanho o Conjunto Taquaril teria sido precocemente abortada não fosse o total acolhimento que os habitantes deste lugar sempre me deram. Assim, agradeço a Edneia, Bruno e “Seu” Oswaldo, meus primeiros contatos no Conjunto. Não posso deixar de destacar também a atenção e a companhia agradável de Zinho, Walter, Jéssica e “Jô”.

Meus sinceros agradecimentos a Alessandro, Técnico do Fica Vivo, pelo pronto acolhimento de meu Trabalho. Aos oficinairos nos quais travei contato no Conjunto, pela pronta receptividade ao meu trabalho e à minha pessoa. Não poderia deixar de destacar também a atenção dispensada a mim por Michele, estagiária do Fica Vivo, e Joseane e Felipe, jovens do grupo de mobilização. Finalmente quero agradecer a Pedro pela atenção dispensada.

Finalmente, gostaria de agradecer o apoio de minha “segunda família” os amigos Raquel e Leonardo sempre ali do lado. À minha irmã Denise e ao meu cunhado Cláudio, sempre atenciosos e próximos. À Nádia, amiga sempre disponível.

Sumário

Apresentação	13
Introdução	16
1. A periferia na metrópole: reflexões em torno do(s) desafio(s) para sua compreensão 41	
1.1. Considerações gerais sobre a metrópole e a relação entre a(s) centralidades, desta espacialidade, com suas(s) periferia(s)	42
1.2. Considerações sobre a periferia e as classes populares brasileiras.....	54
2. Apontamentos em torno do Conjunto Taquaril enquanto periferia na metrópole.....	69
2.1. Primeiras considerações sobre o Conjunto: um pouco de história	71
2.2. Breve descrição do Conjunto Taquaril	106
3. Considerações em torno do Estado capitalista, do terceiro setor e das entidades co- gestoras dos programas Agente Jovem e Fica Vivo	134
3.1. O Estado Capitalista e as (im)possibilidades de realização da política como transformação social	135
3.2. Demarcando conceitualmente o terceiro setor e sua presença no Brasil.....	148
3.3. A chamada lei das OSCIPs e a instituição do termo de parceria entre Estado e terceiro setor.	153
3.4. Elo Inclusão e Cidadania e a Visão Mundial. “Quem” são as entidades gestoras dos programas Agente Jovem e Fica Vivo no Taquaril?	157
3.4.1. Breve caracterização da organização não governamental Visão Mundial.....	157
3.4.2 – Breve descrição da ELO Inclusão e Cidadania	162
4. A(s) (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia por meio do(s) trabalhos(s) com jovens por meio dos programas Fica Vivo e Agente Jovem no Conjunto Taquaril.....	167
4.1. Reflexões gerais em torno da juventude como categoria social.....	168
4.2. Apontamentos em torno da situação juvenil do jovem de periferia	175
4.3. Caracterização dos programas Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e Fica Vivo	191
4.3.1. Caracterização do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.....	191
4.3.2. Breve descrição do Programa Fica Vivo	204
4.4. Os programas Fica Vivo e Agente Jovem e as (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia.....	212
5. Considerações finais	219
Referências Bibliográficas	225

Lista de siglas e abreviaturas

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

CAC-VC – Centro de Ação Comunitária Alto Vera Cruz

CECOM-PCDTECA – Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Taquaril
Ex-Castanheira e Adjacências

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CNJ – Conselho Nacional de Juventude

CODEURB – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de Minas Gerais

CPC – Caixa Postal Comunitária

CREAR – Centro de Referência em Área de Risco

ENGESOLO – Engenharia de Solos

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMC – Fundo Municipal de Cultura

GEPAR – Grupamento Especializado de Patrulhamento em Área de Risco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NAF - Núcleo de apoio à família

NPC – Núcleo de Prevenção à Criminalidade

NUDEC – Núcleo de Defesa Civil

OGU – Orçamento Geral da União

ONG – Organização Não Governamental

OP – Orçamento Participativo

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDA – Programa de Desenvolvimento de Área

PE – Projeto Especial

PROAS – Programa de Remoção e Reassentamento em Função de Risco ou Obras Públicas

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social

SMAAS – Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

SMAES – Secretaria Municipal Adjunta de Esporte

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

Lista de figuras

Capítulo 2

- Figura 1: Planta original de parcelamento do assentamento Granja de Freitas em sítios de recreio. Fonte: CODEURB, 1981. 80**
- Figura 2: Planta de reparcelamento, não aprovada, do Conjunto Taquaril. Fonte: Secretaria Municipal de Ação Comunitária, s/d..... 81**

Capítulo 3

- Figura 1: Imagem de divulgação do filme Quanto Vale ou é por Quilo? Fonte: <http://www.quantovaleoueporquilo.com.br/imagem.php?i=fotos/campanha7.jpg> acessado às 15:44 horas de 01/06/2008..... 147**

Lista de Fotos

Capítulo 1

Foto 1: Vista parcial do setor 5 e sua densificação. Fonte: arquivo do autor, 2008. 62

Capítulo 2

Foto 2: Movimento dos “sem casa” no segundo congresso da FAMOBH, por volta de 1986.	74
Foto 3: Praça Che Guevara, setor 8.	75
Foto 4: Dia da inauguração do Taquaril, com Sérgio Ferrara no palanque.....	76
Foto 5: Primeiras casas do Taquaril.....	79
Foto 6: Vista parcial do Conjunto Granja de Freitas a partir do setor 2..	83
Foto 7: Vista parcial setor 14, pertencente a Sabará..	84
Foto 8: Rua Teixeira dos Anjos na altura do setor 9..	85
Foto 9: Rua Gleucy José da Rocha na altura do setor 7.....	88
Foto 10: Escola Municipal Fernando Dias Costa..	89
Foto 11: Centro de Saúde Novo Horizonte.	90
Foto 12: Rua Ramiro Siqueira na altura do setor 5.....	90
Foto 13: À esquerda início do setor 4, rua Ercília Siqueira, à direita continuação desta via em direção ao setor 2. À Frente Setor 3 na continuação da rua Ramiro Siqueira..	91
Foto 14: Mutirão para limpeza de terreno no Taquaril. Imagem obtida entre 1987 e 1989..	93
Foto 15: Mutirão para limpeza de terreno no Taquaril. Imagem obtida entre 1987 e 1989.	94
Foto 16: Espaço Cultural Planetários..	103
Foto 17: Núcleo Taquaril do Programa Fica Vivo.....	104
Foto 18: Sede do Programa Agente Jovem na rua União n° 100.....	105
Foto 19: Atual sede do Agente Jovem Núcleo Taquaril.....	106
Foto 20: Capa de concreto feita pelos moradores para facilitar o acesso às residências.. Rua Castelo Branco, setor 10.....	107
Foto 21: Escada feita por morador em movimentada trilha no setor 12.....	108
Foto 22: Esgoto danificado feito por habitante. Rua Monte Carvalho setor 11..	110
Foto 23: Vista parcial do setor 3, a partir do setor 6..	111
Foto 24: Escada improvisada na rua Catarina de Freitas, setor 6.	112
Foto 25: Capa de concreto feita por habitante, setor 5.....	113
Foto 26: Córrego Olaria, em trecho do setor 12.....	114
Foto 27: Parte não asfaltada estrada velha de Nova Lima, entre os setores 13 e 14.	115
Foto 28: Rua JK. Fonte: arquivo do autor, 2003.....	116
Foto 29: Encontro do final da rua JK com parte asfaltada da rua Arco Íris, na altura do setor 11.....	116
Foto 30: Escada da rua Santa Cruz com seus 359 degraus, setor 5.....	117
Foto 31: Rua Domingos Rodrigues, setor 11. Uma das ruas asfaltadas do Castanheiras.....	118
Foto 32: Rua Ouro Branco, setor 11. Está entre as ruas asfaltadas do Castanheiras.....	119

Foto 33: Parte da rua Arco Íris, perpendicular à curva de nível, setor 12..	120
Foto 34: Escola Estadual Juscelino Kubstchek, Rua Prudente de Moraes com Catarina de Freitas	120
Foto 35: Posto de Saúde localizado na Rua Catarina de Freitas, setor 13.	121
Foto 36: Espaço Cultural Cuca, setor 13.	121
Foto 37: Projeto Providência Páscoa, localizado na Rua Alair Pereira da Silva, setor 8.	123
Foto 38: À esquerda, exemplo de tubulação de rede de esgoto reslizada pela COPASA em 1997. Ao centro tubulação de água da COPASA e à direita tubulação de esgoto feita por habitante.	124
Foto 39: Obra do PAC na Rua JK.	125
Foto 41: Sede do CREAM Taquaril.	132
Foto 42: Interior do CREAM Taquaril. Cobertores para desabrigados que por ventura se hospedem no núcleo temporariamente.	133

Capítulo 4

Foto 1: Entrada do espaço alugado por Júnio e Roberto onde ocorre oficina de grafiti.	178
Foto 2: Grafiti produzido por oficinando do Fica Vivo.	179
Foto 3: Grafiti presente no interior do Espaço Cultural Cuca. Realizado por oficinados de oficina grafiti do Fica Vivo no Castanheiras.	180
Foto 4: Oficina de dança de rua ocorrendo no Espaço Cultural Planetários.	181
Foto 5: Jovem da oficina de graffiti coordenada por Júnio e Roberto grafitando na rua.	182
Foto 6: Grupo de discussão na 1º Conferência Municipal de Políticas Públicas das Juventudes de Sabará.	200
Foto 7: Entrada da Escola Estadual Professor Zoroastro Vianna Passos localizada na região central de Sabará, no momento em que os participantes se escreviam para a 1º Conferência Municipal de Políticas Públicas das Juventudes de Sabará.	201
Foto 8: Cartaz de boas vindas aos participantes da Pré-Conferência municipal da juventude de Sabará.	202
Foto 9: Membro do Conselho Municipal de Juventude de Belo Horizonte em palestra para os participantes da Pré-Conferência.	203

Lista de mapas

Mapa 1: Localização do Conjunto Taquaril na metrópole Belo horizonte. Fonte: Prodabel - GCOT, 2008.	17
Mapa 2: Conjunto Taquaril e sua localização em setores. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, 2001.....	18
Mapa 3: Taquaril e entorno. Fonte: Prodabel -GCOT, 2008.....	20

Resumo

Esta pesquisa se propõe perseguir e compreender as (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia por meio do Conjunto Taquaril. A escolha deste lugar se justifica pelo fato de que os habitantes do Conjunto vêm de toda uma trajetória de reivindicações, num primeiro momento, por moradia e posteriormente pelo amplo acesso a infra-estrutura e serviços urbanos. Pensando os termos da metrópole na periferia no espaço urbano brasileiro hoje, tendo como estudo de caso o Conjunto Taquaril, as reflexões referenciadas à questão de fundo desta pesquisa foram empreendidas a partir de um contraponto entre as vivências dos habitantes antigos e as (re)significações que os jovens do Conjunto têm feito destas vivências. Assim, nesta pesquisa tomo o jovem como “referência do conhecimento” onde procuro fazer um contraponto entre as vivências dos primeiros habitantes e as empreendidas pelos jovens do Conjunto. Como mediação para estas reflexões, nesta pesquisa tomou-se como pano de fundo os trabalhos, com jovens, realizados pelos programas Fica Vivo e Agente Jovem no Conjunto Taquaril por meio das atuais parcerias e/ou convênios entre Estado e terceiro setor na periferia.

Apresentação

Não há processo investigativo que não apresente, como condição interna, os juízos de valor daquele que investiga. Este fato cedo se clarificou para este pesquisador em suas andanças pelo Conjunto Taquaril com meus estudos de campo realizados neste lugar¹ apresentando um sentido, antes de tudo, de engajamento político. Tenho me considerado como fazendo um papel de mediador para uma reflexão e compreensão, pelo entrevistado, qualitativamente superior dos sentidos de sua(s) vivência(s) como habitante² de uma metrópole como Belo Horizonte. Na verdade, trata-se de estudos de campo em que este esforço de reflexão e compreensão tem se posto como desafio e busca mútua deste pesquisador em sua relação, por vezes tensa, com os habitantes deste lugar. Esta postura tem sua razão de ser, pois a pretensa neutralidade como condição de cientificidade caminha junto com a passividade ou aquiescência do pesquisador com o *status quo*, estabelecendo, do alto de sua condição de acadêmico, uma relação heterônoma com o pesquisado. Cria-se, desta forma, uma barreira quase intransponível para superação da relação sujeito-objeto enquanto compreensão do visível deslindando o oculto.³ Com esta pesquisa espero não reiterar a condição de subalternidade dos habitantes do Conjunto Taquaril a partir de situações em que esses “... não se [reconheçam] em sua obra, *não* [investiguem] *para si, mas* [sejam] *usado[s] para investigar[em]-se para os outros*”.⁴ O esforço de partir das formas, compreendê-las e superá-las, como já dito, têm sido mútuo. Este pesquisador, desde seus primeiros incômodos e reflexões acerca do Conjunto Taquaril, numa trajetória que já completa cinco anos, não é o

¹ O Conjunto Taquaril enquanto concretude não se resume à sua morfologia espacial descolada das diversas maneiras de seus habitantes se (re)apropriarem do espaço enquanto relação social. Expressa, na verdade, relações como registro de “... onde e como homens se encontram e se reencontram com os outros, num espaço real e concreto” (SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In: *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, 11 (21 e 22): 111-125, jan/dez. 1999. p. 122). Neste sentido me valho da categoria lugar tomando-o como “base de reprodução da vida” (CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p.20), como *locus* em que se consubstancia o processo de (re)produção do espaço como abstração concreta numa coerência entre pensamento e a percepção da morfologia social por meio do corpo numa tensão entre as normatizações da ordem distante, nível por excelência do concebido, e a dimensão do privado, mais propriamente do vivido. Até que ponto o Taquaril enquanto lugar já traz consigo, num fazer histórico em que o popular se coloca como protagonista, esta tensão entre ordem próxima e ordem distante, as necessidades radicais, a serem perseguidas por esta pesquisa, presentes na periferia metropolitana hoje?

² Nesta pesquisa utilizar-se-á o termo habitante sempre vislumbrando a possibilidade de irrupção do morador como aquele que *usa*, como aquele que cria e delimita *territórios de uso*. Cf. SEABRA, Odette. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. In: *Cidades*. V. 1, n. 2, 2004, p.181-206. p. 183.

³ MARTINS, José de Souza. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. In: _____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 136.

⁴ *Ibidem*, p. 137, grifos do autor.

mesmo. Este vem se (re)descobrimdo e se (trans)formando nas complexas relações tecidas, até aqui, com os habitantes desta periferia metropolitana.

Nesta trajetória tenho buscado e me esforçado em compreender a complexidade do processo de reprodução social da periferia na metrópole. O interesse despertado pelo Conjunto Taquaril refere-se à história de práticas reivindicativas dos habitantes deste lugar para a consolidação de um assentamento⁵ onde, quando de sua chegada ao local, se depararam com uma área sem as condições mais elementares de infra-estrutura e serviços urbanos. O que tem servido de alimento para minhas reflexões tem sido uma postura de compromisso, enquanto pesquisador, em perseguir a consubstanciação da política como transformação social. Não obstante tal postura militante, me considero também como um *outsider*, como um estrangeiro em sua relação com os habitantes do Taquaril, numa clara delimitação entre tal postura e certo grau necessário de objetividade ou distanciamento como compromisso rigoroso com o saber. Por mais que se delineie uma relação de cumplicidade entre pesquisador e pesquisado, o momento de reflexão acerca de determinada(s) vivência(s) exige o necessário e recíproco distanciamento crítico.

Antes de tudo concebo “... o trabalho de campo (...) como um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção (ou não) do pesquisador no movimento da sociedade como um todo”.⁶ Acredito que o trabalho de campo é instrumento valioso para investigação de uma realidade que expressa “... a coexistência de relações sociais que têm datas diferentes e que estão no espaço, porque têm conteúdo, forma, sentidos e funções”⁷ expressando uma formação econômico-social.⁸ Dessa forma, por meio de entrevistas semi-dirigidas e anotações em caderno de campo, procurei servir de mediação para que os habitantes do Taquaril

⁵ William Rosa Alves define assentamento como sendo a “... materialidade dos produtos – habitações e equipamentos de infra-estrutura e de serviços voltados ao provimento das necessidades sociais específicas da coletividade em foco – e à concretude das relações diretamente referentes à vida provida dos meios materiais no rumo da própria superação quanto às limitações da natureza”. ALVES, William Rosa. Espaços de urgência na valorização do espaço na metrópole brasileira. In: *Anais do X encontro de geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo*. p. 670.

⁶ SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e trabalho de campo. In: Trabalho apresentado no colóquio *O discurso geográfico na aurora do século XXI*. Programa de Pós-Graduação em Geografia –UFSC Florianópolis, 27-29 de novembro de 1996. p. 9.

⁷ SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. Obra citada, p.120.

⁸ Para uma discussão acerca da idéia de formação econômico-social, cf. LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes Ed., 1975.

entrevistados por mim pensassem e construíssem representações acerca propriamente do Conjunto a partir de sua inserção no contexto mais geral da metrópole Belo Horizonte. Sendo, portanto, uma pesquisa qualitativa, o rigor teórico, o compromisso com o saber, de modo algum foi sacrificado em nome de qualquer “espontaneísmo”. Fonte importante de inspiração para minhas intervenções de campo foi, também, o método da enquête operária onde destaco a enquête elaborada por Karl Marx em 1880. Assim, procurei em campo, pelo tipo de pergunta, a forma de sua formulação, como esta foi dirigida ao entrevistado, criar condições para que se consubstanciasse “... a imposição de problemática...”.⁹ Busquei com isso o desafio de “... tornar os interlocutores capazes de ultrapassar o plano da resposta estereotipada, ou resposta condicionada pela conformidade à ideologia ou à moral dominante...”.¹⁰ O sentido desta forma de intervenção esteve no vislumbrar a possibilidade de os entrevistados “... chegarem ao plano da auto-descrição de uma situação”.¹¹

⁹ THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 1987. p. 105.

¹⁰ *Ibidem*, p. 112.

¹¹ *Ibidem*, loc. cit.

Introdução

Esta pesquisa, em parte, se inspira em pesquisa de monografia desenvolvida anteriormente e que teve como estudo de caso o Conjunto Taquaril. Este lugar localiza-se na regional leste¹ de Belo Horizonte (mapa 1), onde ocupa uma área de aproximadamente 1.452.000 m², com 379.000m² pertencentes ao município de Sabará.² Encontra-se dividido em 14 setores (mapa 2), sendo os setores 2 a 9 referentes ao parcelamento original do Conjunto feito por empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte entre 1986 e 1987. Os setores 10 a 14, por sua vez, foram resultado de ocupações sucessivas após 1987 e de venda de lotes onde mítica no Conjunto, no que se refere a esta prática, foi Manoel Rocha de Almeida mais conhecido como “Cabo Rocha”.³ O setor 1 foi ocupado entre 1990 e 1991. A divisão do Taquaril em setores nos remete à época de “conquista” do Conjunto em 1987.⁴ “Seu” Oswaldo, habitante que viveu o processo de perto, tendo papel ativo no auxílio às famílias no sentido destas poderem localizar seus lotes, em entrevista ao autor, coloca que um topógrafo vinculado à empresa contratada pela prefeitura à época fez uma planta do Conjunto parcelando-o, para ocupação, inicialmente, em 8 setores, o que corresponde atualmente aos setores 2 a 9. A divisão do Conjunto em setores, segundo este habitante, justificou-se no sentido de cada família poder, de alguma forma, ao ser sorteada, localizar seu lote.

¹ Em incios da década de 1980 foi criada, através de lei, nove administrações regionais na capital belo-horizontina. A administração regionalizada do município concretizou-se apenas em 1989 tendo as regionais, à época, pouca autonomia. A Regional Leste configura-se como uma das nove administrações regionais de Belo Horizonte.

² CENTRO COMUNITÁRIO PRÓ-CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TAQUARIL EX-CASTANHEIRA E ADJACÊNCIAS - CECOM-PCTECA, 2002, p.8.

³ “Cabo Rocha” era presidente, à época, de associação de moradores do Alto Vera Cruz intitulada Associação Beneficente do Alto Vera Cruz. Quando da conquista do Conjunto foram sorteados e distribuídos lotes às famílias “Sem Casa”. Segundo lideranças do Centro de Ação Comunitária Alto Vera Cruz - CAC-VC, apenas esta associação possuía famílias cadastradas sendo que, para sessão do loteamento, Sérgio Ferrara exigiu que todas as associações do Alto Vera Cruz recebessem lotes a serem sorteados. “Cabo Rocha”, portanto, era presidente de uma destas associações.

⁴ O Conjunto Taquaril irrompe no espaço da metrópole Belo Horizonte como resultado de luta empreendida, a partir de 1984, pela associação de moradores intitulada Centro de Ação Comunitária Alto Vera Cruz - CAC-VC, com sede na referida vila, e que contou, como uma de suas lideranças, com o atual vereador, pelo Partido Comunista do Brasil - PC do B, Paulo Augusto dos Santos – Paulão. O atual terreno do Conjunto foi cedido pelo então prefeito Sérgio Ferrara em 1987.

Mapa 1: Localização do Conjunto Taquaril na metrópole Belo horizonte. Fonte: Prodabel - GCOT, 2008.

Mapa 2: Conjunto Taquaril e sua localização em setores. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, 2001.

A norte dos setores 13 e 14 e sul dos setores 12, 5 e 2 encontra-se o limite, representado pelo Córrego Olaria, entre os municípios de Belo Horizonte e Sabará, sendo os setores 13 e 14 pertencentes a este município. Distante 6 km do centro de Belo Horizonte (tendo a Praça Sete de Setembro como ponto de referência), o Conjunto faz divisa com os “bairros”⁵ Alto Vera Cruz, Saudade e Granja de Freitas (mapa 3).⁶ A oeste dos setores 4, 6 e 8 encontra-se o “bairro” Taquaril, típico loteamento periférico. A área teria sido parcelada, segundo informações do líder comunitário local, acerca de 30 anos atrás.

⁵ O uso das aspas faz sentido tendo em conta que “o bairro como microcosmo inserido noutra microcosmo que era a cidade” (SOUZA, Marcelo Lopes. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 51 (2): p.139-172, abr./jun 1989. p. 156) praticamente não existe mais. Na verdade o processo de metropolização como transmutação da cidade em metrópole não se resume à constituição da morfologia social aos termos de uma reprodução contraditória, e ampliada, de capital. O entendimento do fenômeno se enriquece se o considerarmos pelo lado da produção do espaço como (re)produção de relações. Constituição da metrópole como centralidade de poder que vai enredando a seu termos os tempos lentos e/ou modos de vida ainda não capturados pelos constrangimentos da lógica da mercadoria consubstanciando-se no que seria, então, o bairro e uma vida de bairro. No máximo pode-se dizer que há, hoje, fragmentos do que seria uma vida de bairro. Cf. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. Tese de Livre Docência. São Paulo: Departamento de Geografia / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH / Universidade de São Paulo – USP, 2003.

⁶ Os Conjuntos Granja de Freitas I e II são resultado de obra do Orçamento Participativo Habitação - OPH, inaugurada em 2000, constituindo-se de prédios e sobrados, com capacidade para abrigar um total de 690 famílias, com dois ou três quartos (*Planejar BH*, ano 3, n. 10, dez. 2000, p.27). À época da luta dos Sem casa pela conquista do Taquaril, o que hoje é o Granja de Freitas era conhecido – de acordo com relatos de habitantes antigos em entrevista ao autor – como a Fazenda Carvalho de Brito sendo parte do que se denominava “bairro” Castanheiras. Esta área era de propriedade do governo estadual, mais especificamente da extinta CODEURB.

Mapa 3: Taquaril e entorno. Fonte: Prodabel -GCOT, 2008.

Tendo o Conjunto Taquaril novamente como estudo de caso tenho buscado compreender o(s) sentido(s) do lugar em que tem se abrigado e reproduzido as classes populares brasileiras, lugar que qualifico como periferia tendo em conta a literatura, no âmbito das ciências sociais e da geografia brasileira, que voltou seu olhar para esta espacialidade, principalmente, a partir de fins da década de 1970 quando nos estertores da ditadura militar todo um movimento associativo silenciado emerge, pelo menos num primeiro momento, contra o Estado.⁷

O estudo da reprodução do habitante da periferia, em sua(s) luta(s) para constituir-se como morador, faz sentido pela consideração deste lugar como estando inserido no âmbito mais geral da metrópole. Metrópole que tem se reproduzido na tensão entre as possibilidades de realização da modernidade como realização do urbano e os constrangimentos da propriedade

⁷ Entre os autores que se debruçaram na compreensão da periferia como lugar de reprodução das classes populares brasileiras, concentrei minha discussão em análises que têm início em meados da década de 1970, quando “novos personagens entram em cena”. No momento em que aparecem movimentos reivindicativos, num primeiro momento, combativos frente ao Estado procurando romper com o caráter populista e/ou paternalista de sua relação com este ator em momentos anteriores. No que se refere à lógica que permeia a constituição dos chamados loteamentos populares cito os trabalhos de OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica da especulação imobiliária. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n55, nov, 1978, p. 75-92; ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1979; CHINELLI, Filippina. Os loteamentos de periferia. In: VALLADARES, Lícia do Prado. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981 e SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Loteamentos na periferia metropolitana*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1983. Sobre o sentido(s) do processo de autoconstrução para reprodução do proletariado no capitalismo brasileiro, cf. OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes/ CEBRAP, 1981 e MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: _____. *Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1979. No esforço de compreensão dos “novos personagens que entram em cena” em fins da década de 70, destaco SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 e SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira. *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo/Petrópolis: CEBRAP/Editora Vozes, 1980. Sobre o habitante periférico como ator político e as complexidades de sua reprodução social, destaco SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Metrópoles e outras cidades brasileiras – bem antes de 60, muito depois de 80*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1984 e SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. No que se refere a estudos antropológicos sobre a periferia cf. ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985, *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan/Ed.UFRJ, 1994 e *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004; MAGNANI, José Guilherme. *Festa no pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984 e CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984. No que se refere a trabalhos que pioneiramente começaram a desvendar a lógica por trás da aparente desordem, tendo as periferias populares e/ou favelas como apartados do espaço urbano cito CAMARGO, C.P.F. et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976 e KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. Desmistificando o “mito da marginalidade” cf. PERLMAN, Janice *O mito da marginalidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Sobre o(s) sentido(s) da periferia na metrópole belohorizontina cf. ALVES, William Rosa. Os espaços de urgência na valorização do espaço na metrópole brasileira. In: *Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005*. Universidade de São Paulo. p. 668-679 e ALVES, William Rosa. (Re)produção do espaço, política e cidadania na Belo Horizonte da urbanização crítica. In: *Resumo de trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Goiânia, GO, 18 a 23 de julho de 2004. 12 f, COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: SOUZA, Rômulo Paes e NEHMY, Rosa Quadros. *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte, 1994.

a qualquer manifestação que questione os marcos constitutivos desta sociedade. Nesse bojo parte da literatura destacada, em meados da década de 1970, começou a destrinchar a lógica por trás da aparente desordem urbana. Estes autores começaram um trabalho de desconstrução das representações em torno das periferias e/ou favelas, de modo geral, tomadas, até então, como câncer urbano e apartadas das promessas de realização de necessidades simbólicas e/ou materiais do mundo moderno que não se realizam. Que se realizam, na verdade, sempre com atraso do social em relação ao econômico.⁸

Dando ênfase à negação do direito à cidade, reduzindo esta expressão ao acesso a condições elementares para uma vida digna na metrópole, um autor como Lúcio Kowarick, no que se refere a uma descrição da morfologia social da periferia e à inserção do habitante periférico na metrópole, de certa forma corrobora as reflexões de Edward Soja acerca de uma "... homologia espacial correspondente com as relações de classe tradicionalmente definidas e, por conseguinte, com as contingências dos conflitos de classe e da transformação estrutural".⁹ Lúcio Kowarick define a periferia como "... aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a máquina econômica".¹⁰ Esta definição se agrega a um dos sentidos da metrópole para as classes populares, no que o autor define como espoliação urbana. Esta noção se refere ao

... somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.¹¹

Trata-se, nos termos de Amélia Damiani, de uma urbanização crítica, de um urbano que não é para todos.¹² Nesta perspectiva, as metrópoles brasileiras aparecem como pouco mais que a pura negatividade em relação às promessas de emancipação humana postas na realização do urbano. Nestes termos, a metrópole se consubstancia como espaço amnésico¹³, como espaço geométrico. Apenas e tão somente como expressão da morfologia social enquanto ambiente

⁸ MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: ___ *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 19.

⁹ SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. São Paulo: Jorge Zahar, 1993. p. 99.

¹⁰ KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Obra citada., p. 30.

¹¹ *Ibidem*, p. 59.

¹² Cf. DAMIANI, Amélia Luisa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Terra Livre*: São Paulo, n15, 2000. p.21-37.

¹³ Cf. CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

construído, ou continente dos processos sociais. Para Amélia Damiani, a noção de espaço geométrico se concretiza como antítese da noção de espaço social como espaço que ainda comporta a dimensão da apropriação como uso. Nos termos da autora

... para aqueles que não se apropriam do espaço, individual ou socialmente, o espaço é vivido como geométrico: pontos e trajetos com significação reduzida. A vivência se reduz a pobres trajetos, penosos tempos perdidos, envolvendo práticas espaciais e sociais também medíocres – os lugares privados, vividos irrisoriamente; os de trabalho sob pressão. Os trajetos são inóspitos e os pontos ganham significados absolutizados, porque toda vivência está projetada neles.¹⁴

Nesta pesquisa não se toma a reprodução ampliada de relações sociais como rígida dicotomia entre os constrangimentos da propriedade e as possibilidades da apropriação.¹⁵ A reprodução social na metrópole comporta e se debate entre estas duas dimensões. O tratamento rígido da questão nega a possibilidade da contradição como superação de pares antitéticos, em contraposição à fragmentação como negação da diferença, negação de uma diferença que pressupõe “... relações, portanto, proximidade-relações percebidas e concebidas, portanto, inserção numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante”. Nesse sentido, “a separação e a segregação [como fragmentação] rompem a relação. Constituem por si sós, uma ordem totalitária, que tem como objetivo estratégico quebrar a totalidade, espedaçar o urbano”.¹⁶ Em outras palavras, considero que reduzir a condição do habitante periférico na metrópole à vivência de um espaço geométrico ou à espoliação urbana é superestimar as determinações econômicas e elevar as representações do espaço como nível do concebido como, em termos estruturalistas, instância sobredeterminante da reprodução das relações sociais nesta formação social. Enfim, a constituição e reprodução simultânea da metrópole é um processo contraditório: reduz o homem em sua humanidade e, simultaneamente, oferece condições à sua humanização e libertação. Neste sentido, mostra-se central considerarmos a relação entre a(s) centralidade(s) e a(s) periferia(s) nesta espacialidade. Nesta pesquisa, considera-se a(s) periferia(s) em sua relação com a(s) centralidade(s) como movimento, de forma relacional, não como posição rígida. Dito de outra forma, considero a(s) centralidade(s) não apenas na dimensão da(s) centralidade(s) de poder, como impossibilidade de realização da modernidade, em sua relação com a(s) periferia(s) dominada(s). São centrais as situações em que, no âmbito das perspectivas de realização das possibilidades materiais e/ou simbólicas

¹⁴ DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). *A geografia em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1999, p.51..

¹⁵ Tecerei comentários acerca destes conceitos ainda nesta introdução.

¹⁶ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999a. p. 124.

presentes no mundo moderno, a(s) periferia(s) dominadas se configurem como núcleos de resistência para a refutação de uma lógica estatista de (re)produção do espaço. Vejamos os termos da questão.

Pensando o Estado como reprodutor do que está posto, cabe a pergunta: é possível a realização do urbano estando-se enredado a seus termos? Sob este aspecto a espacialidade da metrópole consubstancia-se como um espaço urbano (des)urbanizado, tendo em conta a idéia de vida urbana como relação de uso com a espacialidade da metrópole, com cada habitante, indistintamente, constituindo-se como morador delimitando, portanto, territórios de uso. Esta discussão centra-se na tensão existente entre as (im)possibilidades da apropriação em relação aos constrangimentos da propriedade, entre as imposições do valor de uso/valor de troca e a irrupção do uso.

Segundo Odette Seabra, “a crítica radical implicada no conceito de *apropriação* esclarece a *propriedade*, no limite, como não *apropriação*, como paródia, como caricatura, como restrição à *apropriação* concreta”. Nestes termos, a *apropriação*, sua condição irreduzível, está vinculada “(...) a qualidades, atributos, ao passo que a *propriedade* está referenciada a quantidades, a comparações quantitativas, igualações formais, ao dinheiro (que delimitando o uso tende a restringi-lo)”.¹⁷ Esta luta tem revelado o que, para a autora, seria a essência do processo social: “... a *propriedade* lutando contra a *apropriação*”.¹⁸ No bojo desta discussão está a idéia de direito à cidade para além da figura do habitante como usuário de equipamentos de uso coletivo ou a reivindicações referentes à infra-estrutura e serviços urbanos, sem desconsiderar a importância da universalização destes direitos em um país como o Brasil. O direito à cidade em sentido amplo pressupõe, segundo Henri Lefebvre, o “direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas”.¹⁹ Para este autor, no bojo da noção de direito à cidade, está “(...) o direito de encontro e de reunião entre (...)” esses cidadãos-citadinos. Portanto, reduzir o direito à cidade à reivindicação por serviços e infra-estrutura urbana e/ou o que se poderia qualificar como uma espécie de “simples

¹⁷ 1996, p.71-86.

¹⁸ Grifos meus.

¹⁹ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008. No prelo.

melhoria na ‘qualidade’ do vivido”²⁰, resolve ou ameniza necessidades materiais imediatas mas não muda a vida. A exacerbação da urbanização como produto vem distanciando as frações de classe, de nossa sociedade, *como um todo*, do que seria, portanto, uma vida urbana.

Já que esta sociedade não se encontra enredada a um sistema que tudo reduz a seus termos, me referindo ao habitante periférico, nesta pesquisa opto pelo uso da expressão “classes populares” e não “classes subalternas” ou “proletariado”, opção inspirada nas reflexões de Marilena Chauí²¹ acerca da cultura popular. Para a autora, a cultura popular comportaria, como uma de suas dimensões, a irrupção de práticas urbanas na metrópole como possibilidade da apropriação e do tempo livre para além dos constrangimentos da propriedade e do tempo de trabalho. Dialogando com estudos antropológicos realizados na periferia de São Paulo, a autora ressalta, nas reivindicações por melhorias urbanas para estas espacialidades, a importância das mulheres e a diferença entre sair de casa “para a luta”, descobrindo/decodificando os códigos da metrópole, conhecendo pessoas e o sair de casa para o trabalho. Neste momento, sim, se consubstancia a metrópole como espaço geométrico: trajetos intermináveis, em ônibus lotados, da casa para o trabalho e vice versa.²² O popular não apenas se resigna com as espoliações com as quais o espaço urbano brasileiro, historicamente, tem lhe reservado. A periferia enquanto lugar de reprodução das classes populares é também centralidade no que José Guilherme Magnani qualifica como “pedaço”: formas instituintes de apropriação da rua numa ambígua relação público/privado em que se consubstancia esta espacialidade por dentro de lógica(s) de resistência aos enquadramentos da cultura de massa como cultura dos dominantes consubstanciando-se no Estado como organizador e distribuidor de corpos no espaço. Nestes termos a irrupção da política como dissenso se dá também como formas não prescritas de uso do espaço urbano. Nisto se encontra, acredito, um do(s) sentido(s) das práticas urbanas. Em outras palavras, a metrópole ainda comporta o uso como apropriação. Na periferia, as mulheres, inclusive as do Taquaril, que saem/saíram de casa “para a luta” “inventam” o espaço. Criam o “*pedaço*”.²³ A transcrição do longo trecho em que José Guilherme Magnani descreve, no que se refere à periferia, o “pedaço” faz sentido, pois este pesquisador tem se deparado com esta(s) complexidade(s), em campo, no Conjunto Taquaril. Nos termos do autor:

²⁰ LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais de produção. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (Orgs). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos, 1981. p.252.

²¹ *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

²² *Ibidem*, p.142-148.

²³ *Ibidem*, p.67.

São dois os elementos básicos do ‘pedaço’: um componente de ordem espacial, a que corresponde uma determinada rede de relações sociais. Alguns pontos de referência delimitam seu núcleo: o telefone público, a padaria, alguns bares, casas de comércio, o ponto do ‘búzio’, o terreiro e o templo, o campo de futebol e algum salão de baile. Os bares, por exemplo, são antes de mais nada lugares de encontro nos fins de semana ou após a jornada de trabalho, quando a sinuca, o dominó ou simplesmente o ‘mé’ ensejam longas discussões sobre a última partida de futebol na vila e o desempenho de cada jogador, propiciam a troca de informações sobre algum ‘trampo’, documentação, qualidade e preço dos materiais de construção, etc.

No núcleo do pedaço se localizam “alguns serviços básicos – locomoção, abastecimento, informação, culto, entretenimento (sic) – que fazem dele ponto de encontro e passagem obrigatórios”

não basta, contudo, morar perto ou freqüentar com certa assiduidade esses lugares: para ser do ‘pedaço’ é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência. (...) Enquanto o núcleo do ‘pedaço’ apresenta um contorno nítido, suas bordas são fluidas e não possuem uma delimitação territorial precisa. O termo na realidade designa aquele *espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.*²⁴

Em detrimento à impessoalidade característica da metrópole, no “pedaço”

... o fato de alguém estar desempregado não significa que deixa de ser filho de fulano, irmão de sicrano, colega ou ‘chegado’ a beltrano; se não puder pagar seu ‘mé’ sempre haverá quem se disponha a fazê-lo. Pertencer ao ‘pedaço’ significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os bandidos da vila, de alguma forma, acatam. Pessoas de ‘pedaços’ diferentes, ou alguém em trânsito por um pedaço que não o seu, são muito cautelosas: *o conflito, a hostilidade estão sempre latentes, pois todo lugar fora do ‘pedaço’ é aquela parte desconhecida do mapa e, portanto, do perigo.*²⁵

A reprodução social entre as classes populares é essencialmente contraditória, ambigüidade que se consubstancia num fenomênico que simultaneamente clarifica e oculta²⁶ os termos desta formação social capitalista. Formação que tem aninhado as exigências da propriedade, enquanto relação social, nos recônditos da vida. As classes populares, enfim, talvez por se depararem cotidianamente com os limiares da vida se reinventam a si mesmas no outro,

²⁴ MAGNANI, José Guilherme. *Festa no Pedaço*. Obra citada, p.137-138, grifos meus.

²⁵ Ibidem, p.139, grifos meus.

²⁶ Nos termos de Karel Kosik, KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 15, grifos meus, referindo-se às complexidades da relação essência/aparência :

O fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele e vive graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno (...) justamente por isso o fenômeno revela a essência.

sempre com a possibilidade de irrupção do acontecimento como o novo²⁷ não prescrito nos marcos de uma produção estatista do espaço.²⁸ Pensando certas vanguardas de esquerda, discutidas, por exemplo, por Marilena Chauí²⁹ e Maria Célia Paoli e Eder Sader³⁰, que refletiram sobre o popular, nesta pesquisa não pretendo simplesmente falar sobre esta fração de classe. Que esta seja expressão, ao contrário, de uma *relação* em que, simultaneamente, pesquisador e pesquisado se (re)conheçam no outro e se (trans)formem. Estas linhas não são apenas e tão somente um exercício de raciocínio lógico. Expressam as andanças deste autor pelo Conjunto Taquaril.

Não obstante as complexidades postas para a compreensão da periferia na metrópole, o espaço urbano brasileiro enquanto centralidade referente ao processo de modernização deste país tem, de fato, se consubstanciado, para as classes populares, como um espaço urbano que não é para todos. Dito de outra forma, a metrópole é também espaço de circulação, *locus* de mera reposição de energias e do trabalho enquanto pura negatividade. Em outras palavras, se ficarmos nos termos com que a economia política, historicamente, considerou o proletariado, essa fração de classe em nosso país tem vivenciado a urbanização brasileira como apartação das promessas de realização da modernidade por este processo. Nesta pesquisa não me furtarei, portanto, a tecer considerações quanto à funcionalidade da periferia para o processo de reprodução ampliada do capitalismo no país. Também, em outro momento, farei uma detalhada descrição fenomênica da morfologia social de meu estudo de caso, o Conjunto Taquaril, localizado na regional leste da metrópole Belo Horizonte. Metrópole que adveio das transformações que alcançaram uma cidade planejada, concebida como nova Capital, a partir de fins do século XIX, das Minas Gerais. Nos termos da discussão posta até aqui, pode-se dizer que Belo Horizonte já nasce como cidade vetada às classes populares, como um urbano que não é para todos, senão vejamos.

²⁷ Cf. LEFEBVRE, Henri. A irrupção: de Nanterre ao auge. In: _____. Lefebvre. *A irrupção a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos*. São Paulo: Documentos, 1968. p.72-73.

²⁸ As menções ao que seria uma produção estatista do espaço, a partir de reflexões de Henri Lefebvre, referem-se a um processo de (re)produção de relações sociais de produção que se realiza sobre os constrangimentos de uma estrutura de dominação, amplo domínio do concebido, que atua no sentido de prover as condições para que não exploda ou se agudize uma contradição de fundo do capitalismo: a tensão existente entre uma produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada. Neste sentido, portanto, na produção do espaço, o Estado vai se valer, amplamente, da própria organização e produção da morfologia social com vistas à dominação sócio-espacial, criando um verdadeiro espaço homogeneizador de relações sociais pretéritas e norteadas por outra lógica que não a mercantil.

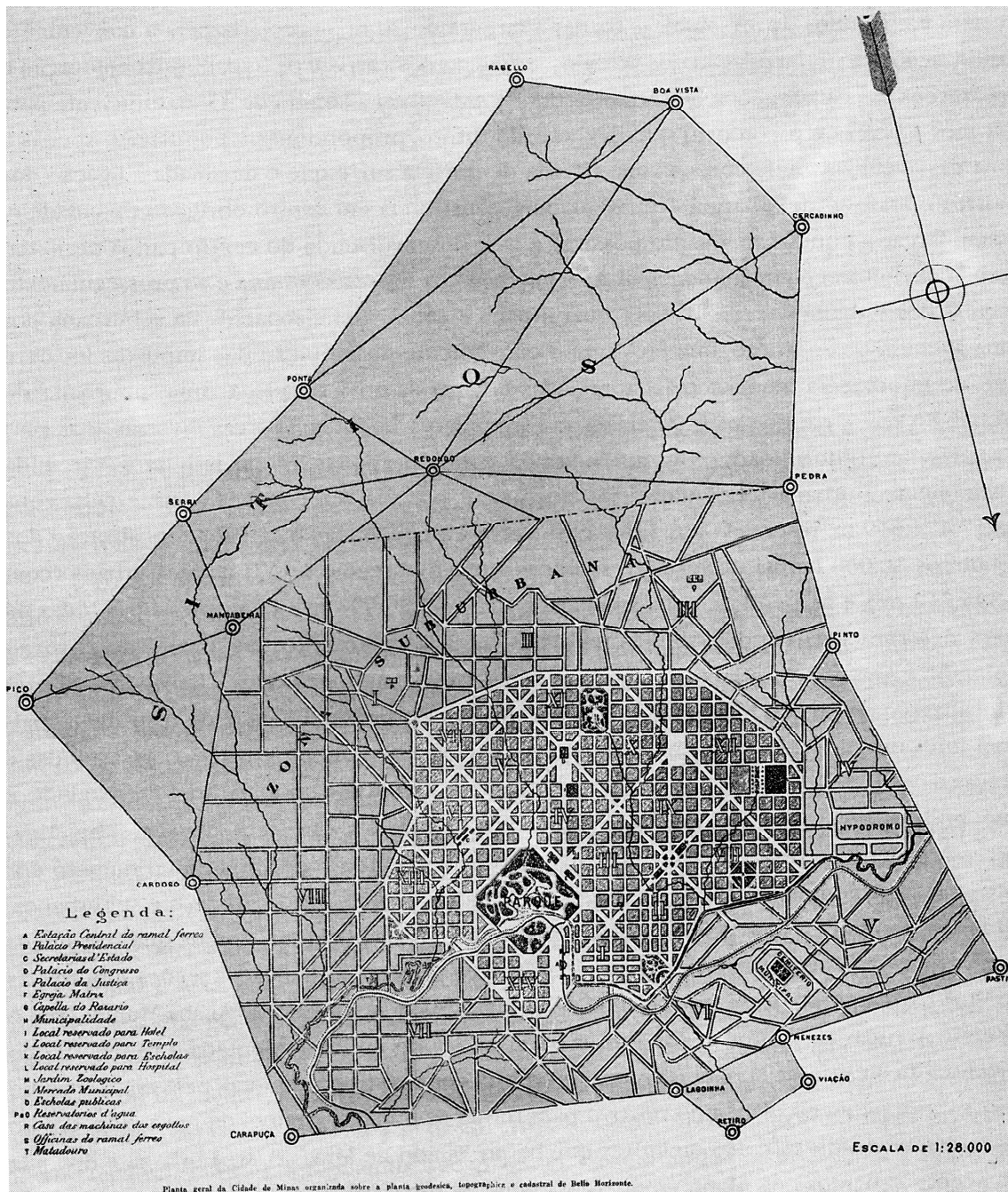
²⁹ Obra citada.

³⁰ SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth C. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.

Belo Horizonte nasce como marco (ou com pretensões a isso) de entrada das elites mineiras, com a constituição da República, na “aventura da modernidade” ou, na verdade, no processo de modernização brasileiro, como “... rompimento com os laços de uma sociedade que permanecera encastelada em moldes tradicionais...”. Belo Horizonte, como cidade planejada, pode ser considerada como expressão, por parte da elite nacional, do esforço “... de desenvolvimento e ruptura com a herança colonial...”. Com “... a crença de que a ciência e a técnica seriam fiadoras da reorganização da sociedade, em moldes completamente distintos daqueles que haviam vigorado até então”, o espaço urbano de Belo Horizonte foi pensado e, de alguma forma, pelo menos a zona urbana nasce como espaço geométrico (figura 1). Em outras palavras, Aarão Reis, no papel de “geômetra social”, conceberá, ou procurará conceber,

... com régua e compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana. O planejamento de um só golpe procurava aprisionar a realidade a um modelo de cidade, no qual o imprevisível e a atuação conflitante dos atores urbanos deveriam ser inibidos por uma gestão técnico-racional do espaço.³¹

³¹ JULIÃO, Leticia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Editora c/arte, 1996. p.49-51.



Fonte: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Cultura, 1995. p. 252.

O caráter autoritário e profundamente heterônomo da modernização no Brasil e, por extensão, da sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito à forma histórica de inserção das classes populares na política por meio da cidadania consentida³², podem ser lidas, no caso de Belo Horizonte, na própria ordenação espacial da mesma, desde os seus primórdios. A cidade foi planejada para se expandir a partir da zona urbana. No entanto, foi o inverso o que ocorreu, até mesmo porque nos planos da nova capital não havia lugar, na chamada zona urbana, para a habitação do trabalhador.³³ Assim já se vislumbra, em seus marcos fundadores, a segregação sócio-espacial que hoje observamos, e que, na verdade, historicamente permeia o espaço urbano brasileiro, mais especificamente as metrópoles. As áreas suburbanas eram qualificadas como “... ‘zona’, lugar do obscuro e proibido, onde se misturavam o jogo, a prostituição e boemia. E é claro, onde estava presente também a *polícia*, atenta àquela desordem”.³⁴ Essa desqualificação das classes populares e dos espaços que ocupavam, operada pelo discurso dominante, “... lograva despachá-las ...”³⁵, portanto, “... para os *subterrâneos urbanos, desautorizando-as a integrarem social e politicamente a cidade.*”³⁶ Enfim, “ao invés de promessas de desenvolvimento e emancipação, a modernidade para os moradores dos bairros populares...”³⁷, desde, portanto, os primórdios da Capital, tem sido “... sinônimo de *exclusão, carência, controle e repressão social*”.³⁸

Nesta pesquisa, como claro está até aqui, a discussão em torno da periferia procurará ir além da consideração deste lugar como expressão da contemporaneidade do não coetâneo³⁹

³² Dito de outra forma, em nosso país o “bom cidadão”, no geral amansado a porrete, “... não é o que se sente livre e igual, é o que se *encaixa na hierarquia que lhe é prescrita*”. CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 307, grifos meus..

³³ AFONSO, Maria Rezende, Azevedo, Sérgio de. Cidade, poder público e movimento de favelados. In: POMPERMAYER, Malori J. *Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas*. Belo horizonte: Editora UFMG, 1987.

³⁴ JULIÃO, Leticia. A cidade subterrânea. In: _____ *Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891 – 1920)*. 1992. P. 118-178. Dissertação(mestrado em ciência política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. p.120 grifo meu.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem, grifos meus.

³⁷ Ibidem, p.12.

³⁸ Ibidem, p.121, grifos meus.

³⁹ Francisco de Oliveira utiliza-se desta expressão, cunhada, segundo este, por Inácio Rangel, ao referir-se à forma com que, historicamente, “desde a colonização...” (OLIVEIRA, Francisco. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda. In: _____. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.205) a América Latina vem relacionando-se “... com suas antigas metrópoles, e posteriormente com os imperialismos inglês e norte-americano, e nos escassos períodos em que buscou uma via autônoma...” (Ibidem. Loc. Cit). Relação marcada por uma “... contradição entre contemporaneidade de nascimento com o próprio capitalismo em sua fase mercantil, e defasagem, pelo fato de que as nóveis sociedades nasciam pelo *trabalho escravo*...” (Ibidem, grifos meus), ou redefiniam-se “... no marco das ‘*encomiendas*’ (Ibidem. Loc. Cit). Contradição na verdade que, sob diferentes roupagens, vem, historicamente, se repondo, em grande medida, às custas de uma ampla espoliação

enquanto atraso, com o habitante periférico apenas e tão somente como sujeito infrapolítico, como coadjuvante no fazer história. A busca e compreensão do(s) sentido(s) da metrópole na periferia se centrarão na constituição e enfrentamento das necessidades radicais centradas nesta espacialidade hoje. Necessidades radicais como “... desencontro entre o real e o possível, tanto no que se refere aos direitos quanto no que se refere à apropriação social dos resultados materiais da produção”.⁴⁰ As necessidades radicais irrompem no tecido social “(...) no âmbito do imediato e do cotidiano, mas de um imediato que cobra de cada um e de todos a necessidade de sua superação, porque envolve tensões e confrontos sem retorno”.⁴¹ Nos termos de Agnes Heller⁴², referenciando-se em Marx, “... se trata da antítese entre ser e não ser, entre realizar e não realizar, entre o suscetível e o não suscetível da satisfação”.⁴³ Num país como o Brasil, universalizar o acesso a condições elementares à reprodução da vida é um desafio, mas a dimensão da utopia concreta implica no vislumbrar o possível-impossível, com o homem se (re)colocando como sujeito do processo de reprodução social ampliada e não mais, pensando a reprodução ampliada de capital como relação social⁴⁴, como objeto.

Como pano de fundo destas discussões está o esforço de compreender qual a condição da periferia frente às (im)possibilidades de realização da política como transformação social no/do espaço urbano brasileiro contemporâneo. Política, nos termos de Rancière, que se consubstancia como esforço de superação do político, irrompendo como dissenso, como o momento em que a “parcela dos sem parcela”, dos possuidores de voz, mas destituídos da palavra, do *logos* põem-se a romper com

(...) a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem

das classes populares num país em que, se por um lado, chegou “... aos mesmos limites superiores do capitalismo desenvolvido...” (ibidem, p.208), não chegou a atingir seus patamares mínimos (Ibidem. Loc. Cit) .

⁴⁰ MARTINS, José de Souza. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. Obra citada, p.128.

⁴¹ Ibidem, loc. cit

⁴² Para Agnes Heller as necessidades radicais são, antes de tudo, sociais e podem ser tomadas como sendo necessidades necessárias em que o indivíduo, em um mundo de simulacros e reificações, as reconhece como sendo *suas*. HELLER, Agnes. *Teoria de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ediciones Península, 1986. p.82..

⁴³ Ibidem, p.83.

⁴⁴ No que se refere à reprodução ampliada de capital como premissa desta formação social onde a reprodução das relações sociais se pauta por suas exigências pode-se dizer

... que o capital *regula*, conforme suas necessidades de exploração, [a] produção de força de trabalho, a produção de massa humana que ele irá explorar. O capital, então, não produz apenas capital; produz massa operária crescente, a única matéria por meio da qual pode funcionar como capital adicional. Deste modo, o trabalho não só produz, em oposição a si mesmo, e em escala sempre mais ampla, as condições de trabalho enquanto *capital*, mas o capital produz em escala cada vez maior os *assalariados produtivos* que requer.

MARX, KARL. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 91-92.

cabimento ali: a de uma parcela dos sem parcela. Essa ruptura se manifesta por uma série de atos que reconfiguram o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se definiam.⁴⁵

Este questionamento da forma como objetos e corpos estão dispostos em sociedade corre o risco de se enrijecer no político, de fato, se não rompe com os pressupostos fundantes desta sociedade. Em outras palavras, “não é, pois, através das relações que se engendram na sociedade civil que o homem cumpre seu destino, mas é lutando contra elas”. É “... rejeitando-as politicamente, na qualidade de cidadão do Estado político, que ele pode conquistar sua essência de ser genérico”.⁴⁶ A política como transformação social exige de cada um e de todos, mudar a vida. A redução da política, e as possibilidades de mudar a vida, no político têm aparecido nos chamados “desvios semânticos” observados por Paulo Arantes, em que o social como sociedade civil aparece como gestão da pobreza por meio do assistencialismo ou filantropia.⁴⁷ Em outras palavras, ainda pode-se dizer que parte da discussão em torno das idéias de cidadania e/ou solidariedade, por exemplo, tem despolitizado as lutas políticas por reivindicações estruturais e/ou circunstanciais se consubstanciando, por vezes, em nova transmutação do capitalismo como refundação de seus marcos constitutivos. Nos marcos do Estado, esta ressemantização tem tornado mais distante a superação de sua lógica como gestão burocrática do social a serviço da reiteração do que está posto. No que se refere a uma gestão burocrática do social, Estado e terceiro setor⁴⁸, por exemplo, não são pares antitéticos, mas se complementam. Tendo a década de 90 do século XX como marco constitutivo, se consolida a presença das organizações não governamentais (ONGs), por

⁴⁵ RANCIÈRE, Jaques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996. p.42.

⁴⁶ ABENSOUR, Miguel. *Democracia contra o Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p.79-80.

⁴⁷ Cf. ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: _____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

⁴⁸ Em texto denominado “Cartilha terceiro setor e OSCIPs” acessado no endereço eletrônico <http://w.w.w.cedac.org.br/oscip.pdf> acessado em 10/11/2007 às 12:24 horas o primeiro setor seria o Estado “representado por entes políticos (Prefeituras Municipais, Governos dos Estados e Presidência da república), além de entidades a estes entes ligados (Ministérios, Secretarias, Autarquias, entre outras. Quer dizer, chamamos de primeiro setor o setor público, que obedece ao seu *caráter público* e exerce atividades públicas” (grifos do autor). Por segundo setor considera-se o “ mercado (...) composto por entidades privadas que exercem *atividades privadas*, ou seja atuam em benefício próprio e particular” (grifos do autor). Finalmente o terceiro setor seria aquele

... composto de (sic) por organizações privadas sem fins lucrativos, que atuam nas lacunas deixadas pelos setores público e privado, buscando a promoção do bem-estar social. Quer dizer o terceiro setor não é nem público nem estatal, é um espaço institucional que abriga *entidades privadas com finalidade pública*. Esta atuação é realizada por meio da produção de bens e prestação de serviços, com investimento privado na área social.

exemplo, como sobreposição aos movimentos reivindicativos.⁴⁹ Sua presença tem representado a despolitização das lutas, pois a atuação destas organizações aparece como prestação de serviço. Segundo Maria da Glória Gohn⁵⁰:

Nos locais em que não havia movimentos organizados e nem população minimamente aglutinada em torno de interesses coletivos [mas não apenas nestes locais⁵¹], os novos programas sociais de parceria [por exemplo, entre Estado e alguma organização não governamental] têm se implantado como ‘serviços sociais’, ou seja, não como direitos mas como prestação de serviço, despolitizando totalmente o conteúdo político da questão.

Retomando o argumento de que terceiro setor e Estado não são pares antitéticos, muitas ONGs, como representantes do Terceiro Setor, têm se pautado por uma lógica que é pragmática. Os apontamentos de Maria da Glória Gohn⁵² relacionados às diferenças entre organização e movimento são esclarecedores. Nos termos da autora

as organizações são institucionalizadas, os movimentos não. Elas [as organizações] podem ter sistemas de relações informais, pouco burocratizadas, mas precisam ser, no mínimo, eficientes. Elas têm de se preocupar [já que sobrevivem de projetos apresentados a um financiador que lhe exige prestação de contas] com a perenidade e ter um cotidiano contínuo. Os movimentos não; eles têm fluxos e refluxos, não são exatamente estruturas funcionais. São aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuos pouco adensados, não necessitam compromisso com a eficácia operacional, a não ser algum tipo de resultado para suas bases. Eles não têm que fazer balancetes, prestar contas ou pagar funcionários. As ONGs têm tudo isso no seu cotidiano; seus orçamentos ocupam a maior parte do tempo dos dirigentes. Em síntese, a lógica que preside as ONGs têm de se basear na ação racional. Os movimentos são um misto de não-racional/racional e até de irracional em certos momentos.

Se a força com que emergiram muitos dos movimentos reivindicativos de fins da década de 70 e meados da década de 80 do século XX foi arrefecida, frente à sua institucionalização nos marcos do Estado, pode-se dizer que a luta em torno da realização da política como transformação social contra o político se mostra, em tempos de anulação da política, ainda

⁴⁹ As ONGs, como constituintes do terceiro setor, são definidas por Rubens César Fernandes (1994, p. 65) como “... instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos”. No caso de lucros eventuais estes devem ser reinvestidos nas atividades-fim, não cabendo a sua distribuição, enquanto tais, entre os membros da organização.

⁵⁰ 2003, p.36-37.

⁵¹ O Conjunto Taquaril se configura como uma periferia em que as conquistas materiais existentes no Conjunto, hoje, seja, ou não, por meio do Orçamento Participativo tem sido centrais para sua história com a atuação do Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Taquaril ex-Castanheira e Adjacências – CECOM-PCTECA, cumprindo papel central. Nesta pesquisa, parto da hipótese de que a força das associações de moradores no Taquaril tem, pelo menos, dividido espaço com as parcerias entre poder público e entidades do terceiro setor por meio de trabalhos realizados com os jovens desta espacialidade. Refiro-me ao Programa de redução de homicídios do Governo Estadual – Fica Vivo e ao Programa Federal Agente Jovem de desenvolvimento social e Humano. Nos municípios em que este Programa atua sua gestão local é de responsabilidade do Governo Municipal com maior ou menor participação do Governo Estadual. Em Belo horizonte o Governo Municipal o nomeia como Programa para jovens. Retornarei a esta questão em outro momento.

⁵² Ibidem, p.49.

mais fragilizada.⁵³ Um dos aspectos do arrefecimento e/ou desarticulação dos movimentos está na sobreposição, a estes, portanto, da racionalidade da organização, que, para sobreviver, se enreda a uma lógica burocrática. Para Maria Célia Paoli, citando trabalho de Cibele Rizek, por exemplo, a invenção técnica tem sido posta como “... meio de substituir movimentos sociais pelas assessorias, quando não [tem se consubstanciado] em roubo da fala dos movimentos e associações pelos técnicos que reunidos em ONGs, se constituem...”⁵⁴ em prestadores de serviço na periferia.

Mesmo que sua presença não se constitua completamente como anulação da política, no Taquaril tenho observado a presença de técnicos como prestadores de serviço na periferia através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo, no qual os responsáveis pelo núcleo local do Programa⁵⁵ são técnicos e estagiários de nível superior, funcionários selecionados e empregados de carteira assinada pela ELO Inclusão e Cidadania, OSCIP⁵⁶ que tem celebrado termo de parceria com o Governo Estadual.

Numa primeira tentativa de aproximação, enfrentamento e alguma compreensão das necessidades radicais afeitas às periferias metropolitanas brasileiras, em minha monografia, tendo já o Conjunto Taquaril como estudo de caso, me deparei com a experiência do Orçamento Participativo Belo Horizonte - OPBH - e sua inserção no Conjunto. A qualidade da participação dos moradores, para além das lideranças, nas plenárias do OPBH, numa tensão implicada entre as possibilidades de irrupção da figura do instituinte⁵⁷ e a

⁵³ Sobre a idéia, por vezes um tanto pessimista, de que o Brasil a partir da era Collor tem vivido um momento de anulação da política cf. OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba. *A era da indeterminação*. São Paulo, Editorial Boitempo, 2007.

⁵⁴ PAOLI, Maria Célia. O mundo do Indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (orgs). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 222-223.

⁵⁵ O núcleo Taquaril do Fica Vivo abrange o Granja de Freitas, Alto Vera Cruz e Taquaril/Castanheiras.

⁵⁶ OSCIP – Organização da sociedade civil de interesse público é uma qualificação criada em 1999 por meio da Lei nº 9790/99, entrando em vigor através do decreto nº 3100, de 30 de junho de 1999, para entidades do terceiro setor cujas atividade(s) se enquadram como sendo de interesse público. Por meio da chamada lei das OSCIPs se instituiu o chamado termo de parceria com o Estado. No caso da ELO o termo de parceria é celebrado com o executivo estadual. (cf. FERRAREZI, Elizabete. *OSCIP: saiba o que são organizações da sociedade civil de interesse público*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002).

⁵⁷ A figura do instituinte irrompe no espaço social quando, por exemplo, as classes subalternas colocam, dialogando com que o Jacques Rancière (1996, p. 367-382) qualifica como dissenso, em questão o que Marilena Chauí (2001. p. 3-13) qualifica como *discurso competente*, sendo, este, o *discurso instituído*. Segundo esta autora o discurso competente, o discurso instituído “é aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que

institucionalização desta experiência, me estimulou a buscar as potencialidades do OPBH para a irrupção da política como transformação social. Desse modo procurei, num primeiro momento, desvelar a qualidade do espaço social em que se dão as práticas do OPBH na metrópole tendo em perspectiva, como já colocado, as (im)possibilidades de politização do espaço urbano e por extensão da própria sociedade brasileira, por meio das ditas classes populares, a partir da irrupção desta experiência. Em seguida busquei fazer uma reconstituição histórica do Conjunto num esforço de compreensão do processo de sua constituição enquanto periferia metropolitana. Finalmente, no terceiro capítulo, tratei da relação OPBH x movimento reivindicativo urbano no Taquaril. Para desenvolver o que foi o cerne de meu trabalho (relação movimento reivindicativo x OPBH e as possibilidades de politização do espaço urbano), aí realizei estudos de campo que me confirmaram o Conjunto como expressão da (histórica) espoliação urbana das classes populares no Brasil. A partir de minhas intervenções, desenvolvi reflexões tendo por base o conteúdo presente em entrevistas realizadas com três líderes comunitários locais.

Decidi não fazer desta dissertação apenas uma extensão de minha monografia. Para a questão que persigo nesta pesquisa, qual seja, descortinar as possíveis radicalidades da periferia implicadas na realização da política como possibilidade de transformação social, percebo o OP não mais como experiência, encontrando-se, hoje, amplamente enquadrado à sua função de instrumento de gestão urbana.⁵⁸

Esta dissertação é mais uma etapa de um percurso intelectual movido por pelo menos duas questões: há necessidades radicais permeando as periferias metropolitanas hoje? Cabe ao

seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência”. (Ibidem, p.7).

⁵⁸ Marcelo Lopes de Souza procura distinguir planejamento e gestão urbanos qualificando o primeiro como uma tentativa de “... *simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios*”. Assim a gestão se remeteria “... *ao presente...*” significando “... *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas*”. Em outros termos, com o risco de incorrer em uma dicotomia tacanha, o planejamento seria “... a preparação para a gestão futura, buscando – se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra...”, sendo que a gestão, por sua vez, se vincularia

... à efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir.

Neste sentido, “longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares*”. SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.46.

habitante periférico algum protagonismo no que se refere às (im)possibilidades de realização da política como possibilidade de transformação social no espaço urbano brasileiro contemporâneo? Ou, de fato, esta pesquisa irá constatar esta espacialidade apenas como lugar de reprodução material das classes populares, na dimensão apenas e tão somente das necessidades mais elementares? Neste momento de ressignificações semânticas como nova transmutação do capital como relação social, a periferia estaria se consubstanciando como repositório do assistencialismo estatal por meio de parcerias com o terceiro setor?

Discuto esta questão, como já apontado, por meio do Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo, que se insere nos projetos referentes à política de segurança pública do Governo do Estado. Este projeto foca sua atuação em trabalhos realizados com jovens entre 12 e 24 anos em condição de vulnerabilidade social.⁵⁹ Tenho pesquisado, também, o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano que se insere nas políticas públicas⁶⁰ para juventude do Governo Federal em parceria com o Executivo municipal, dividindo os custos de sua execução. No município o programa recebe o nome, como já colocado, de Programa para Jovens, estando vinculado à Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. O

⁵⁹ Geraldo Magela Leão, identifica as políticas públicas de juventude a partir da década de 90 no Brasil como sendo guiadas pelas idéias de “... *prevenção, controle ou de efeito compensatório* (LEÃO, Geraldo Magela Pereira. *Pedagogia da cidadania tutelada: lapidar corpos e mentes. Uma análise de um programa federal de inclusão de jovens pobres. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2004. p.104. Grifos do autor.*) onde o Jovem aparece como problema social com uma naturalização da idéia de vulnerabilidade social. Neste estado de coisas tem restado aos atendidos por estes programas menos trabalhos que resgatem direitos negados, como o direito à cidade, do que, por exemplo, a filantropia e/ou assistencialismo. O Fica Vivo, na verdade, se configura como projeto que compõe a política de segurança pública do executivo estadual, que trabalha com jovens não se constituindo especificamente em política pública para juventude. No caso do Agente Jovem aspectos observados por Juarez Dayrell, Geraldo Leão e Juliana Batista do Reis (cf, DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo e REIS, Juliana Batista. *Juventude, Pobreza e ações educativas no Brasil. In: SPOSITO, Marília (org). Espaços Públicos e tempos juvenis. Global/Ação Educativa/Fapesp, 2007), no que se refere a pelo menos um dos estudos de caso analisado por estes autores referente a Belo Horizonte, aspectos como a falta de interesse e passividade dos jovens no que se refere aos trabalhos desenvolvidos pelo educador local foram menos observados por este autor no Conjunto Taquaril. Transparece, de forma explícita, os esforços do educador deste lugar em lidar com os jovens como sujeitos de direitos havendo, de modo geral, uma resposta, por pelo menos parte destes, coerente com seus esforços.*

⁶⁰ Marília Sposito (SPOSITO, Marília; CARRARO, Paulo. *Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de educação, São Paulo, n.24, p.16-39, set/dez. 2003. p.17) qualifica as chamadas políticas públicas como sendo uma idéia*

associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois envolve a dimensão de projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relação entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se, também, no campo de conflitos entre atores que disputam na esfera pública orientações e os recursos à sua implantação.

Ainda segundo a autora, um traço definidor das chamadas políticas públicas “... é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorra algumas parcerias”.

programa surge como parte do Plano Nacional de Segurança Pública em 2000, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, tendo continuidade com o governo Luís Inácio Lula da Silva. O “público alvo” do Programa é constituído por jovens na faixa etária de 15 a 17 anos considerados como estando em vulnerabilidade social. No Conjunto Taquaril percebo, hoje, os dois Programas, já comentados nesta introdução e que têm como “público alvo” a juventude, como centralidades. Dessa forma, nesta pesquisa, a busca e compreensão das necessidades radicais presentes na periferia hoje se centra no que as políticas públicas para e com a juventude têm representado para o jovem periférico com suas especificidades. Não obstante o fato de que as representações em torno da juventude são sócio-historicamente datadas e construídas, não se pretende, com esta pesquisa, incorrer nas mistificações acerca do ser jovem⁶¹ como se o humano como devir e ser em construção, aberto às possibilidades da espontaneidade, ao nascimento como possibilidade do novo⁶² fosse apenas um momento específico “das idades da vida”⁶³, com esta, após a juventude, consistindo num “desperdício, lento ou rápido, da espontaneidade e da presença: numa, [portanto], dilapidação da juventude”. De certa forma isto seria um contra-senso já que, nos termos de Marialice Foracchi,

não parece razoável supor que uma sociedade que ofereça alternativas de vida tão insatisfatórias para os jovens, seja uma sociedade integralmente aceita pelos adultos. Tal suposição equivaleria a admitir a coexistência de dois mundos distintos que não compartilhariam um mesmo presente. [De certa forma] as dificuldades de viver o presente são, em larga medida, congregadas numa modalidade incipiente de ajustamento, plasmada em moldes de uma *vinculação experimental ao presente*.⁶⁴

Juarez Dayrell⁶⁵, sem desenvolver a discussão em torno do conceito, comenta, a partir de entrevista com jovem compositor e cantor de música rap, por exemplo, as formas de inclusão perversa do jovem periférico na sociedade capitalista. A discussão girou em torno da contraposição entre o trabalho como estranhamento, apenas e tão somente meio de “ganhar a vida” para subsistir enquanto indivíduo em sociedade e as possibilidades de humanização proporcionadas pela atividade de criação musical.

⁶¹ Cf. LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p.187-188.

⁶² Cf. LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: _____. *Pedagogia profana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.183-198 e KOHAN, Walter. *Infância, estrangeiridade e ignorância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, especialmente p.110-120.

⁶³ Cf. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

⁶⁴ FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972. p.13, grifos da autora.

⁶⁵ 2005.

A(s) possibilidade(s) de realização da política como transformação social estão postas, também, na expansão “... da resposta sensível e intelectual às injunções da ordem normativa e do sistema de valores característicos de uma sociedade, sendo compartilhada e estabelecendo, entre aqueles que a possuem, a base para um relacionamento possível”.⁶⁶ Expansão que pode se apresentar em sua plena força nos jovens e se enrijecer no adulto.⁶⁷ Na verdade, as necessidades dos jovens podem aparecer como expressão de contradições estruturais desta sociedade, como necessidades radicais, já que estes não deixam de ser

... um espelho da sociedade inteira, uma espécie de paradigma dos problemas cruciais dos sistemas complexos: tensões entre expansão das chances de vida e controle difuso, entre possibilidade de individuação e definição externa da identidade. [*Dessa forma*] a mobilização juvenil torna-se elemento revelador, trazendo à luz as demandas profundas, os problemas e as tensões que percorrem toda a sociedade.⁶⁸

Tendo como pano de fundo a idéia de “idades da vida”, posta em discussão no início de sua obra, Philippe Ariès⁶⁹ discute as representações sociais, em diferentes momentos históricos, postas na postura e/ou atitudes que se esperam do indivíduo como criança, adolescente, jovem e adulto e o próprio papel da pedagogia nesse processo. O autor não usa estes termos, mas nas entrelinhas sugere que esta socialização tende a enrijecer uma discussão mais plural em torno da complexidade implicada no humano. Em outras palavras, o enquadramento social do indivíduo, desde seu vir ao mundo, contribui ou reitera uma gestão burocrática do social. Reitera a negação das possibilidades de realização da política como transformação social.

Zilda Iokoi⁷⁰ observa, para o Brasil, que o enquadramento da política nos marcos do político tem se consubstanciado na desqualificação dos populares (incluindo, portanto, os jovens periféricos) enquanto atores políticos. Desqualificação que se consubstancia como refundação do mito em que sempre se parte de um presente naturalizado e circunstancial e de um eterno futuro, desconsiderando a “... densidade histórica...”⁷¹ de uma dada sociedade. Demonstra a autora, que esta negação da política significou uma história em que, às classes populares brasileiras, coube sempre um papel coadjuvante, como sujeitos infrapolíticos e passivos. Para Miguel Abensour, no que o autor, dialogando com Marx, qualifica como “verdadeira

⁶⁶ FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. Obra citada, P. 24.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação social coletiva na cidade. In: *Tempo social*: Ver. Sociol. USP. S. Paulo, 5 (1-2): 161-178, 1993. p. 175.

⁶⁹ Obra citada.

⁷⁰ 1993. p. 135-151.

⁷¹ LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p.169.

democracia”, o não enrijecimento da política no político se centra no momento da redução como não compartimentação do social num presente naturalizadamente circunstancial. Nos termos do autor, pelo “... movimento constante de ‘retorno’ à fonte, pára-se o processo de petrificação, opõe-se uma barragem a um deslizamento da objetivação para a alienação, a fim de que a energia do *demos* mantenha intacta sua qualidade de força viva, sua mobilidade, sua plasticidade e sua fluidez”.⁷² A permanente possibilidade de irrupção do novo exige a realização da diferença como contradição, condição interna para plena realização da verdadeira democracia.

Plano de redação

Tendo em conta o que foi discutido até aqui, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, como esforço de contextualização do Conjunto Taquaril como periferia metropolitana, num primeiro momento procurarei tecer comentários gerais acerca da metrópole, sua constituição e reprodução enquanto metropolização, como também em torno da dialética relação entre sua(s) centralidade(s) e periferia(s). Num segundo momento trarei reflexões que dizem respeito ao(s) sentido(s) da periferia enquanto espacialidade em que tem se reproduzido as classes populares brasileiras por dentro do processo de urbanização brasileiro.

No segundo capítulo desta dissertação trato especificamente do Conjunto Taquaril. Num primeiro momento procurei fazer uma reconstrução histórica do Conjunto, num diálogo entre as necessidades radicais implicadas na luta por moradia em suas origens, de 1984 até 1987, e as fases posteriores de consolidação do Conjunto enquanto assentamento. Nesse momento começo a contrapor a visão dos habitantes mais antigos, em que percebo uma prática reivindicativa com parca elaboração teórica e a visão dos jovens do Conjunto com a possibilidade de institucionalização de suas práticas políticas ligada ao trabalho realizado pelos dois programas estatais discutidos nesta pesquisa. Em seguida farei uma descrição pormenorizada da morfologia social do Conjunto. Neste momento procurarei contrastar os avanços, no que se refere ao acesso à infra-estrutura e serviços urbanos obtidos pelos setores resultantes do reparcelamento original e as parcas melhorias observadas no Castanheiras. Por exemplo, os dois equipamentos de uso coletivo desta área – um Posto de Saúde, que funciona

⁷² Obra citada, p. 85.

precariamente, e uma Escola Estadual – localizam-se nos setores 13 e 14 pertencentes a Sabará.

No terceiro capítulo faço, num primeiro momento, considerações sobre o Estado capitalista, em interface com as (im)possibilidades de realização do urbano por dentro de uma produção estatista do espaço. Num segundo momento, farei uma discussão geral em torno do terceiro setor e mais especificamente sobre este fenômeno no Brasil. Posteriormente tecerei considerações sobre a chamada lei das OSCIPs enquanto institucionalização do terceiro setor no país. Finalmente caracterizarei a ONG Visão Mundial e a OSCIP ELO Inclusão e Cidadania entidades gestoras respectivamente dos programas Agente Jovem e Fica Vivo no Taquaril.

Finalmente, no quarto capítulo, discutirei, num primeiro momento, a juventude como categoria social e os próprios termos da condição juvenil no capitalismo como formação social. Num segundo momento discutirei os termos da situação juvenil do jovem de periferia. Pretende-se situar a juventude do Conjunto em uma sociedade em que nas insatisfações dos jovens pode haver elementos de um questionamento estrutural a esta sociedade. Em seguida pretendo fazer uma descrição geral dos programas Fica Vivo e Agente Jovem já fazendo um contraponto com a inserção destes programas no Conjunto taquaril. Finalmente pretendo refletir acerca das (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia a partir do trabalho que estes programas vêm realizando com os jovens do Conjunto. De fato, há a possibilidade das necessidades radicais irromperem como alguma transformação social para além de uma gestão burocrática do social por dentro do Estado e do terceiro setor? Neste processo cabe ao jovem periférico algum protagonismo para além de seu enquadramento como estando em situação de “vulnerabilidade social” ou como uma das novas faces das chamadas “classes perigosas” a serem controladas? Na verdade está última questão se consubstancia como cerne deste capítulo.

1. A periferia na metrópole: reflexões em torno do(s) desafio(s) para sua compreensão

Neste primeiro capítulo, num primeiro momento, farei uma reflexão geral acerca da metrópole e do processo de metropolização para além da conformação de uma dada morfologia espacial como capital fixo e conseqüente mediação para concretização contraditória do circuito do capital industrial como realização da mais valia dando origem ao processo de circulação do capital.¹ Este caminho se justifica posto o desafio, para esta pesquisa, em avançar na compreensão da forma consubstanciada na morfologia social para além de um mero repositório dos processos sociais desconsiderando os conteúdos, como reprodução de relações sociais de produção, que realizam esta forma. Forma que expressa uma formação social que se reproduz sob os constrangimentos de uma reprodução ampliada de capital cuja morfologia social deve ser considerada como expressão desse processo. Trata-se, portanto,

de compreender o movimento que articula a produção do espaço (estruturação-desestruturação-reestruturação) com as formas como se produz e reproduz a riqueza social, os valores que circulam como bens úteis para consumo; *de compreender a dialética entre aquilo que no espaço se imobiliza para compor uma estrutura e os conteúdos que realizam a função da forma.*²

Os apontamentos gerais em torno da constituição e reprodução da metrópole como metropolização se norteiam pela consideração deste lugar enquanto condição, meio e expressão da realização de um processo, estatista, de (re)produção do espaço. Trata-se de uma reprodução ampliada de relações sociais que tendem para a homogeneização de diferentes temporalidades históricas, com suas relações sociais próprias, aos pressupostos do capitalismo como formação social. Formação social que, em sua afirmação e reprodução ao longo da história moderna, tem subsumido o social no econômico enquanto atraso entre as possibilidades não realizadas que este anuncia, aparecendo, num primeiro momento, como produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada.³ Num segundo momento desta seção do capítulo, num diálogo com o(s) sentido(s) da metrópole como devir desta formação social, tecerei comentários acerca da relação entre a(s) periferia(s) e a(s) centralidade(s) desta espacialidade. Considero a periferia como lugar não apartado do contexto mais geral da

¹ BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 61.

² SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. In: *Geografares*, Vitória, v.1, n° 1, jun. 2000. p. 75, grifos meus.

³ MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. Obra citada, p.19.

metrópole como espaço urbano. Na verdade, este lugar se realiza como centralidade na medida em que, à parte as (in)suficiências no acesso às possibilidades materiais e simbólicas que a metrópole lhe oferece, mas tendo estas necessidades também como alimento em direção à realização da política como transformação social ampla, se configura como arena de luta, das classes populares, para se apropriarem da metrópole enquanto moradores. Em outras palavras, em suas vivências na metrópole, as classes populares também lidam, mesmo que de forma irrisória, com as possibilidades, como já indicado na introdução deste trabalho, do uso como apropriação, constituindo territórios de uso.⁴

Retomando esta apresentação acerca do caminho a ser trilhado pelo autor neste capítulo, em sua segunda e última parte, discutirei a periferia dialogando com a(s) forma(s) como este lugar foi considerado pelas ciências sociais e pela Geografia Brasileira. Centro meu diálogo com abordagens que se esforçaram em compreender o caráter, num primeiro momento, autônomo e instituinte com que as classes populares entraram em cena a partir da distensão da repressão militar sobre a sociedade brasileira em meados da década de 70 do século XX. Refletindo sobre o percurso do capitalismo no país com os processos de metropolização configurando-se no bojo de nossa(s) industrializa(ç)ões, seria leviano desconsiderar as determinações econômicas que se consubstanciam nas várias espoliações vivenciadas, em seu cotidiano, pelas classes populares brasileiras. No entanto, neste segundo momento, sendo coerente com o método dialético, se fará presente uma análise que dialogará com a tensão presente entre a(s) centralidade(s) e periferia(s) inerentes à metrópole. Como pano de fundo destas reflexões estão as possibilidades de realização da modernidade como necessidades radicais que têm, no espaço urbano, uma arena privilegiada.

1.1. Considerações gerais sobre a metrópole e a relação entre a(s) centralidades, desta espacialidade, com suas(s) periferia(s)

Nestas considerações gerais tomo a metrópole como sobreposição da cidade e expressão de um processo, histórico, de modernização como ampla captura das relações sociais de produção às tramas reprodutivas do capital. Processo que se consubstancia como homogeneização do tempo e espaço a um presente circunstancial, e eterno futuro, com o

⁴ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. Obra citada, p.183.

espaço, tornando-se a-histórico, reduzindo-se a capital fixo para completude contraditória do processo de circulação do capital e sua conseqüente reprodução. Em outras palavras:

A cidade como forma, a partir de um certo momento, começou a não comportar os conteúdos que abrigara, e foi ganhando lugar o processo que culmina no fenômeno metropolitano. Resulta que metrópole e cidade não são equivalentes, porque a metrópole é a síntese contraditória da cidade e, enquanto tal, guarda fragmentos do que envolve: da cidade e dos bairros.⁵

A constituição e simultânea reprodução da metrópole implicadas na metropolização expressam uma reprodução social ampliada e que se realiza, enquanto contradição, entre as possibilidades do homem emancipar-se em sua humanidade implicadas na apropriação, realizando o urbano e os constrangimentos da propriedade como reiteração de um espaço urbano como produto.

No momento em que o homem passa a produzir espaço, constituindo-se em ser social, toda troca pressupõe, como sua condição interna, um processo de interação⁶ em que ele se humaniza no outro e em toda e qualquer relação que trava. Nessa relação entram, ou podem entrar, os termos da produção primeva mas pressupõe, como já dito, a produção do novo já que pensar uma relação pressupõe mudança de conteúdo, mudança qualitativa.⁷ Nunca se sai ileso de uma relação. A humanidade do homem deve ser pensada, nestes termos, como construção de “... relações sociais e concepções, idéias, interpretações que dão sentido àquilo que [este] faz e àquilo que [este] carece”.⁸ Em outras palavras, o homem “... reproduz mas também produz – isto é, *modifica, revoluciona* – a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive sua própria natureza”.⁹ Para David Harvey, referenciando-se em Marx, a humanização do homem enquanto produção do espaço implica em que este se vê obrigado “... a entrar em relações sociais e a lutar para se apropriar da natureza de uma forma que concorde com estas relações sociais e com seu conhecimento do mundo. *No curso dessa luta produzem necessariamente novas relações com a natureza, novos conhecimentos e novas relações sociais*”.¹⁰ Em outras palavras, esta sociedade se reproduz reiterando seus pressupostos mas, simultaneamente, o novo é sempre produzido. Consubstancia-se, portanto, como reprodução ampliada de relações sociais em contraposição a uma reprodução simples. Assim entre o

⁵ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória coletiva. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão Sposito (org). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP/GAsPER, 2001. p. 75.

⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.16.

⁷ Ibidem, p.12.

⁸ MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. Obra citada, p.19.

⁹ Ibidem.

¹⁰ 1990, p.110-111, grifos meus.

espaço como continente dos processos sociais e apenas e tão somente mediação para realização desentrevada de mais valor existe toda a dialética do mundo, reprodução contraditória de relações sociais de produção. Dessa forma, para além da idéia de ambiente construído, o espaço é sócio-historicamente produzido. Cabe à metrópole, ainda assim, a condição de palimpsesto com a coexistência de diferentes temporalidades históricas sendo um livro a ser aberto, explorado e interpretado.¹¹ Na verdade estas considerações se endereçam às insuficiências da chamada economia política marxista da urbanização implicadas na redução do espaço social a capital fixo consubstanciando-se como ambiente construído.

Segundo Cristian Topalov, parte dos estudos de sociologia urbana marxista dos anos 70 do século XX teriam se apresentado como que impregnados de um economicismo como “... tendência a definir as contradições capitalistas a partir da circulação e do valor e da repartição desigual do lucro”.¹² No entanto, o autor não simplesmente descarta os estudos empreendidos pela economia política marxista de meados dos anos 60 a, principalmente, anos 70 do século XX. O mesmo ressalta que no intuito “de definir novos objetos de pesquisa, de dar, enfim, um fundamento à sociologia urbana”¹³, esta escola marxista de economia política da urbanização procurou romper com uma idéia “... de ambiente urbano como um dado ao qual os cidadãos deveriam se adaptar individualmente...”.¹⁴ Dito de outra forma, pelo menos em sua carta de intenções, a chamada economia política marxista da urbanização procurou considerar a morfologia social que compõe o espaço urbano “... como um produto social, que resulta ao mesmo tempo da dinâmica da acumulação capitalista e da ação coletiva”. De certa forma, esta abordagem não desconsiderou o espaço como sócio-historicamente datado e construído. Este esforço inicial teria sido, segundo o autor, subsumido no que este considera como uma supervalorização das determinações econômicas para a compreensão do processo de reprodução social ampliada no capitalismo. Geraldo Magela Costa¹⁵ ressalta o fato dessas abordagens, no afã de considerarem o econômico, em termos estruturalistas, como instância determinante, terem se mostrado a-espaciais. Nos termos do autor: “o ambiente construído e/ou a forma espacialmente concentrada das condições gerais de produção [representaram], naquela abordagem [para a economia política marxista da urbanização], uma extensão do capital fixo da produção para o espaço urbano, não se constituindo, portanto, em espaço

¹¹ Cf. Lefebvre, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada.

¹² 1988, p.18.

¹³ Ibidem, p. 11.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ 2003, p. 10.

social.¹⁶ Dessa forma, pode-se derivar o fato de que esta abordagem pouco considerou as dimensões política e mesmo antropológica do processo de urbanização. Para Mark Gottdiener¹⁷ e Geraldo Magela Costa¹⁸, David Harvey, por exemplo, procurou trazer a discussão em torno do ambiente construído dialogando-a com a questão do Estado e da luta de classes, pouco avançando, no entanto, nesta sua empreitada, dando, na verdade, mais ênfase à questão da acumulação. Prevaleceu, de acordo com Mark Gottdiener, um pensamento funcionalista consubstanciado num Estado monolítico a serviço do capital com a presença de uma classe capitalista “clarividente”, agindo com uma coerência não condizente com uma dimensão intrinsecamente irracional própria do capitalismo. Seria leviano desconsiderar a contribuição crítica da chamada economia política da urbanização para a politização e historicização de uma sociologia urbana tão imbuída de abordagens ideologizantes da realidade, como foi a chamada Escola de Chicago e sua naturalização do espaço urbano¹⁹, escola essa considerada quase que como a precursora da chamada sociologia urbana. A crítica a essa naturalização do espaço urbano veio por meio da consideração desse espaço como sócio-historicamente datado e produzido.

Retomando as considerações gerais em torno da metrópole, e já me adiantando quanto às considerações em torno da, tensa, relação entre sua(s) centralidade(s) e periferia(s) pode-se dizer que este lugar se debate entre a modernização como fenômeno que vem no bojo do processo, progressivo, de conformação da vida aos constrangimentos de uma reprodução ampliada de capital como relação social e as promessas de realização da modernidade. Segundo Henri Lefèbvre²⁰, nas (im)possibilidades de realização da modernidade está o esboço de superação do mundo fenomênico e a compreensão dos conteúdos que enredam o homem na realização de sua plena humanidade. Entendamos, então, os termos desta tensão. Para tanto, cabem aqui considerações em torno da industrialização como fenômeno indutor da constituição e reprodução da cidade industrial. Espacialidade cujo devir se consubstancia na metrópole que tudo procura (re)unir aos pressupostos desta formação social.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ 1993, p.93-106

¹⁸ Obra citada. p. 10-11.

¹⁹ Para uma abordagem didática acerca das principais idéias da Chamada Escola de Chicago surgida nesta cidade nos anos 20 do século XX, cf. REMY J. e VOYÉ, L. *La ciudad y la urbanizacion*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1976.

²⁰ LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Obra citada, 1969a.

Ao longo da história teriam existido outras cidades (a política, a mercantil) que não a que nasce e se reproduz tendo a indústria como agente indutor. O processo de urbanização, o urbano como reprodução do espaço se pondo como abstração, com a vida, portanto, sendo experimentada como mediação, passa a se inserir na história, simultaneamente ao desenvolvimento do capitalismo, a partir da constituição e reprodução da cidade industrial.²¹ A indústria, na verdade, teria surgido “efetivamente como a ‘não cidade’ e a ‘anticidade’. Ela teria se implantado “... ao sabor dos recursos que empregava em seu favor, a saber as fontes de energia, de matérias-primas, de mão de obra, mas ela atacou as cidades no sentido mais forte do termo, destruindo-as, dissolvendo-as”. Nesse sentido, a cidade como espaço do uso foi sendo subsumida pela “... generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos...”. Lentamente o uso foi subsumindo-se ao valor de uso “...como exigência do consumo das mercadorias”²² com aquele tendendo a desaparecer ou a irromper nos interstícios de um espaço em processo de alisamento. Na verdade, a cidade industrial é expressão da subversão do processo real de trabalho como atividade produtiva à “... valorização das coisas às custas da desvalorização do homem”. Nesse sentido sua ação limitar-se-ia, assim, “à expansão do mundo da riqueza como capital, como um mundo alheio e estranho que cada vez mais o domina [o homem] e o arrasta para o seu empobrecimento”.²³ Assim, o sentido do urbano como obra progressivamente vai sendo subsumido ao espaço como produto. Neste ponto é importante termos em conta que os termos de um processo de (re)produção centrado nos constrangimentos da mercadoria, em dado momento, vão se realizar como abstração concreta com a vida passando a ser vivida como estranhamento. O que foi descrito até aqui nada mais é do que o nascimento do chamado homem moderno que se consubstancia, então como ser

de necessidades ampliadas, renovadas, monetarizadas, para quem o tempo é dinheiro, *para quem o tempo como espontaneidade, como vazio que tudo pode já não existe. Não se trata de opção, mas de uma lógica histórica, a do desenvolvimento e das metamorfoses da natureza natural do mundo (tempo-espaço como dádiva) em uma natureza de ordem social, a segunda natureza, cujo sentido é o da produção de uma sociabilidade abstrata.*²⁴

Este processo de abstração dos sentidos e a vida sendo experimentada como estranhamento é algo que marca as primeiras linhas do capítulo que abre o trabalho de Maria Stella

²¹ Cf. LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Obra citada, p. 15-53.

²² LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008. No prelo.

²³ MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, DAMIANI, Amélia Luisa, SEABRA, Odete Carvalho de Lima. *O espaço no fim de século: A nova raridade*. São Paulo: Editora Contexto, 1999. p.18

²⁴ SEABRA, Odete Carvalho de Lima. *Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo*. Obra citada, p.76, grifos meus.

Bresciani.²⁵ A autora inicia o mesmo colocando o misto de fascínio e terror expresso pelos cidadãos da Londres e Paris do século XIX ao acompanhar o deslocamento diário de "milhares de pessoas [...] para o desempenho do ato cotidiano da vida...".²⁶ A descrição a seguir nos faz pensar nos primórdios do que viria a ser mais tarde a metrópole enquanto espaço geométrico. Segundo a autora :

Gestos automáticos e reações instintivas em obediência a um poder invisível modelam o fervilhante desfile de homens e mulheres e conferem à paisagem urbana uma imagem freqüentemente associada à idéia de caos, de turbilhão, de ondas metáforas inspiradas nas forças incontroláveis da natureza. *Figuras fugidias, indecifráveis para além de sua forma exterior, só se deixam surpreender por um momento no cruzar de olhares que dificilmente voltarão a se encontrar. Permanecer incógnito, dissolvido no movimento ondulante desse viver coletivo; Ter suspensa a identidade individual, substituída pela condição de habitante de um aglomerado urbano; ser parte de uma potência indiscernível e temida; perder, enfim, parcela dos atributos humanos e assemelhar-se a espectros*".²⁷

O longo trecho acima nos dá a dimensão de um urbano que expressa a progressiva desumanização do homem ou, em outros termos, a alienação do homem de si mesmo, e do vivido como concretude. Podemos inferir a captura da vida cotidiana, dos habitantes de Londres e Paris no século XIX, aos pressupostos de uma reprodução capitalista da riqueza centrada na industrialização, o nascimento do que Lefebvre irá qualificar, com ressalvas, como sociedade industrial.²⁸ No entanto, o mesmo trecho pode nos dar a idéia que este processo de desumanização se deu de forma passiva, sem luta. As reflexões de Michelle Perrot²⁹ acerca das vivências do proletariado parisiense do século XIX mostram que não foi bem assim. A autora se refere a uma Paris ainda com espaço para o lúdico onde o uso do espaço público ainda prevalece sobre a dimensão do privado. De seu trabalho emerge os argumentos desenvolvidos por Henri Lefebvre a favor da rua.³⁰ Transparece em suas reflexões a existência, na Paris do século XIX, de um operariado ainda se debatendo com os

²⁵ A rua e seus personagens, p.10-21 . In: *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

²⁶ *Ibidem*, p.10

²⁷ *Ibidem*, p.10-11, grifos meus.

²⁸ Nos termos do autor,

é comum falar da sociedade industrial. Esse termo é criticável nesse sentido, pois ele não põe em evidência certas relações sociais constitutivas do processo de industrialização. As relações de produção exigem uma análise que o termo "sociedade industrial" tende a iludir ao acentuar a produção, o crescimento puro e simples da produção e não as relações sociais de produção. Com tais reservas, muito importantes, e salientando-se aqui como um pretensão conceito se transforma em imagem e metáfora, empregaremos a expressão sociedade industrial. (LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008. No prelo. p.52).

²⁹ PERROT, Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 101-125.

³⁰ 1999b, p.29

constrangimentos de uma nascente cidadania pautada no trabalho, nos termos da nascente indústria, como virtude.

Parte da compreensão acerca da força com que a cidade do capitalismo centrado na produção industrial se afirma na história tem suas fontes no arcabouço teórico, de justificação, da chamada economia política. Na verdade, "no capitalismo...", para sua reiteração, "... a economia política é essencial".³¹ "A burguesia inventou a economia política", esta é, portanto, "sua condição, seu meio de ação, seu meio ideológico e científico".³² Henri Lefebvre demonstra, referenciando-se em Marx, os artifícios da economia política (neste momento referenciando-se principalmente à economia política vulgar) no sentido de reiterar as formas que obscurecem o sentido de luta de classes inerente à sociedade que nasce e se (re)produz a partir da formação econômico-social capitalista. O autor demonstra o artifício da generalização, e mera descrição ou constatação onde o economista político, tomando o cidadão como objeto de estudo, o considera não como parte de uma classe, mas como parte do termo geral "população". Na verdade, não é o caso de se "... dispensar os fatos...", mas ter em conta que " a constatação só pode fazer-se passar por um procedimento insuficiente do pensamento".³³ O problema não está em ater-se ao fenomênico, mas absolutizá-lo ou considerá-lo suficiente para o desvendamento dos conteúdos de um determinado fenômeno social. No longo processo de irrupção e consolidação do capitalismo e seus pressupostos como centro do processo de (re)produção das relações sociais de produção o Estado também cumpriu e cumpre papel central.

Pode-se compreender o Estado capitalista enquanto arauto do processo de reprodução das relações sociais fundantes do capitalismo como formação econômico-social, como ator homogeneizador do tempo e espaço. Nesta pesquisa me reporto ao capitalismo como formação econômico-social pela não dicotomia, implicada nesta expressão, entre superestrutura, que seria sobrevalorizada por um certo subjetivismo, e infra-estrutura ressaltada por uma análise economicista. A partir de reflexões empreendidas por Lênin, Henri Lefebvre considera que

da interação do econômico e do social [nasce] uma formação em sentido pleno: não uma estrutura fixa [extrínseca ao processo de (re)produção as

³¹ LEFEBVRE, 1999a. A crítica da economia política. . In: *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999^a. p.111..

³² *Ibidem*, p.112.

³³ *Ibidem*, p.113.

relações sociais de produção] mas uma realidade que se desenvolve como um organismo vivo (embora especificamente humano, histórico e social)".³⁴

Imbricado a este termo está o próprio processo de (re)produção do espaço como movimento e permanente devir que se consubstancia na coexistência de diferentes temporalidades históricas onde coexistem, com o capitalismo como formação econômico-social, formas pré-capitalistas de (re)produção das relações sociais de produção. Portanto, a idéia de formação econômico-social pressupõe, "(...) uma sedimentação, uma série de camadas sucessivas datando de todas as épocas: arcaísmos, feudalidade e semifeudalidade, estruturas pré-capitalistas (artesanato, pequena produção), indústria média e pesada (...)".³⁵ Nesta formação social é pressuposto do Estado impedir que se estabeleçam ou prevaleçam relações sociais, e sua reprodução, que estejam em desconformidade com a lógica que rege esta formação.³⁶ Para Carlos Nelson Ferreira dos Santos o Estado, essencialmente, tem o papel,

bastante fundamental, [que] é o de preservador da ideologia que permite que tudo se encaixe e se mantenha estável. A concepção do estado como máquina coerente, apesar de gigantesca, é a ameaça de perpetuar o capitalismo no seu cerne: forma de poder traduzida em formas de exploração econômica bem mais flexíveis. Forma de poder mesquinha que, ao se apropriar de alto abaixo das cidades, se faz obesa enquanto explora e dissolve suas virtudes. Sugere o isolamento individual e o corporativismo em vez da assembléia e da comunidade; a acumulação em vez da comunhão; a produção prática em vez do consumo ritualizado, etc.³⁷

Esta lógica refere-se à redução de todos os âmbitos da vida à lógica da propriedade como lógica da mercadoria. Subsunção que enreda a (re)produção das relações sociais de produção, na troca, como relação entre coisas. Em outras palavras, no capitalismo "... as relações entre as pessoas aparecem (...) como se fossem relações entre coisas e as relações entre as coisas, as mercadorias, é que surgem como se fossem relações sociais entre as pessoas".³⁸ A metrópole, como expressão desta homogeneização e desumanização do homem, configura-se como devir desta formação. A metrópole é, mas não somente, como veremos, núcleo ou centralidade de poder que irradia, enquanto relação social, os pressupostos desta formação social num processo em que o que é urbano e o que é rural, enquanto diferentes modos de vida, passam a se tornar cada vez mais indiferenciados com a inevitável urbanização completa desta sociedade.

³⁴ LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lênin*. Obra citada, p. 199.

³⁵ *Ibidem*, p.200.

³⁶ MARTINS, Sérgio. A produção do espaço na fronteira: a acumulação primitiva revisitada. In: *Revista Terra Livre*, n. 11-12. São Paulo, 1992-1993. p.127.

³⁷ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Metrópoles e outras cidades brasileiras* – bem antes de 60, muito depois de 80. Obra citada, p. 19.

³⁸ MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 157.

Henri Lefebvre, ao dar centralidade à reprodução das relações sociais capitalistas no que qualifica como espaço urbano não o reduz, apenas e tão somente, a uma morfologia social específica enquanto continente da reprodução das relações sociais desta sociedade. Em outras palavras, a questão se centra, não querendo encerrar a discussão a estes termos, nos sentidos da metrópole no mundo moderno. Esta espacialidade não se reduz a suporte para realização da circulação contraditória do capital, nem a relações desconexas que se juntam como fragmentação e não como diferença já que “... a reprodução ampliada do capital é também reprodução ampliada de contradições sociais”.³⁹ Muito menos pode ser reduzida a um espaço estatista totalitário, como sistema, sem abertura para o novo como utopia concreta. O capitalismo como formação social, se tende, por um lado, para a fragmentação das relações sociais, subsumindo a contradição enquanto diferença, se mostra, por outro lado, enquanto formação social privilegiada para realização das promessas do mundo moderno que não se realizam, dos possíveis. O processo de metropolização não se reduz, portanto, à transmutação da morfologia social às exigências do capitalismo. É um fenômeno em que, a partir da constituição e simultânea reprodução da metrópole, realiza a unidade do diverso com tendência à homogeneização do espaço/tempo, mas, também, e contraditoriamente, à consubstanciação do que Henri Lefebvre qualifica como espaço diferencial. A transformação da cidade em metrópole e as promessas tanto de redução quanto de emancipação da humanidade do homem postas no urbano podem ser considerados como um dos sentidos do capitalismo como formação social que tudo une a seus pressupostos.

Se a constituição e reprodução simultânea da metrópole é um processo contraditório, reduzindo o homem em sua humanidade e, simultaneamente, oferecendo condições à sua humanização e libertação, mostra-se central considerarmos a relação entre a(s) centralidade(s) e a(s) periferias(s) nesta espacialidade. Um dos sentidos centrais desta dissertação está no esforço de compreender a metrópole na e pela periferia. Lugar privilegiado de reprodução do popular lidando com esta espacialidade apenas e tão somente como espoliação? A metrópole como *locus* da subsunção da atividade produtiva ao trabalho, a partir do momento em que veda, ao homem, as possibilidades de ação consciente e transformadora “... sobre as condições naturais e sociais de sua existência”?⁴⁰ Como espaço geométrico reduzindo-se, para as classes populares, à configuração territorial utilizada simplesmente como trajeto, em ônibus

³⁹ MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora 34, 2008. p. 53.

⁴⁰ MARTINS, José de Souza. *As temporalidades da história na dialética de Henri Lefebvre*. Obra citada, p. 19.

lotados, da casa para o trabalho e vice-versa, reduzindo o trabalhador aos termos da economia política, como vida totalmente destituída da dimensão do simbólico? A periferia nestes termos como apartada, portanto, do urbano e as promessas de realização da modernidade? Ou ainda considerar a relação entre as centralidade(s) e as periferia(s) considerando estas como se localizando nas franjas da metrópole? Não se está negando aqui, tomando o processo de constituição e reprodução do urbano no Brasil, as dimensões alencadas, mas reduzir a periferia a uma caracterização morfológica ou à inserção econômica de determinada fração de classe na sociedade abre precedente, no caso das classes populares, para sua desconsideração enquanto atores políticos na metrópole.

Para Henri Lefebvre, a constituição de centralidade(s) seria algo inerente ao ser humano, algo que o acompanha desde os primeiros esboços de uma produção do espaço como reprodução de relações sociais, “... desde o primeiro re-colhimento e da primeira re-coleção de objetos dispersos na natureza, desde o primeiro amontoamento de frutos”. Também, como um dos sentidos da humanidade do homem, tendo a realização do urbano como seu devir, está o embate contra os grilhões que o enredam a uma existência alienada e coordenada pelas centralidades de poder do Estado como realização de um espaço “homogêneo, sem ‘topias’, sem lugares, sem contrastes, indiferença pura, caricatura de relação entre o urbano e seus componentes”.⁴¹ Falar em necessidades radicais na periferia, num país em que o popular tem sido reiteradamente visto como a manifestação mais acabada de nossa modernização incompleta em seu(s) entrave(s) para se enquadrar, *de forma plena*, nos marcos de um capitalismo urbano industrial⁴², pode parecer um contra-senso. Mas se “... as diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, [enquanto pura

⁴¹ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Obra citada, p. 116-117.

⁴² Sobre as mistificações presentes nesta idéia, William Rosa Alves coloca que as periferias como espaços de urgência são [vistas] como [incompletas] ou até como excrescências desta urbanização [da urbanização brasileira]. O modo de abordagem (pretensamente) teórica e prática para tais espacialidades se restringe a denunciar as ausências dos elementos já ausentes em outras – em geral ditas como efetivamente urbanas – e *anunciar sua redenção por meio da aquisição das condições presentes nos espaços reconhecidos, pelo senso mistificado, como urbano*. Se já se encontram falas críticas em relação aos resultados de intervenções convencionais nos espaços ‘não urbanizados’ ou nos ‘desurbanizados’, quase sempre analisam o presente – a forma – *sem buscar os fundamentos que realizaram e realizam a espacialidade da urbanização brasileira, e assim não reconhecem as especificidades – não sempre espacialidades – da produção do espaço que informam os nexos entre o todo e o que não aparece como ‘urbano’*.

ALVES, William Rosa. Espaços de urgência na valorização do espaço na metrópole brasileira. Obra citada, P. 668-679. p. 671, grifos meus.

abstração], mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana”⁴³ instaurando-se contradições sociais, um desafio para todo pesquisador está em buscar e compreender o caráter destas contradições na periferia nos momentos em que se confrontam as normatizações da ordem distante, que se consubstanciam nas centralidades de poder do Estado e/ou da cultura de massa como cultura dos dominantes, por exemplo, com os núcleos de resistência que podem representar o viver como retorno à atividade produtiva, à possibilidade da apropriação e o papel da cultura popular nesse processo.

Esta complexidade esteve presente nestes cinco anos em que acompanho o Conjunto Taquaril em que, no caso dos habitantes antigos, por um lado, estes expõem, muitas vezes de forma dramática, os termos da periferia enquanto contra-poder na metrópole onde o espaço urbano se concretiza como lugar e suporte para a luta e, também, para o lúdico como prática urbana se debatendo contra as normatizações do institucional. Por outro lado cabe a interrogação acerca de uma dimensão espontaneísta destas vivências, no que Henri Lefebvre qualificaria como alienação filosófica, presente, por exemplo, na consideração, por parte de alguns, do conjunto Taquaril quase como um favor do então prefeito Sérgio Ferrara. O que não deixa de ser curioso, pois suas reivindicações por um “pedaço de terra” ou, na verdade, as cobranças para que Sérgio Ferrara cumprisse essa promessa de campanha eleitoral, sempre foram tratadas como assunto de polícia. A polícia, nas marchas simbólicas do movimento dos “sem casa” em direção a algum terreno desocupado, ou ao que viria a ser o futuro Conjunto Taquaril, sempre os “tocaiavam” pelo caminho chegando a levar o atual vereador, pelo PC do B – Partido Comunista do Brasil –, Paulo Augusto dos Santos – Paulão, liderança do movimento, detido. Observei uma visão um tanto paternalista acerca do prefeito Sérgio Ferrara no Taquaril, por exemplo, em entrevista com Dona Hortência, habitante antiga do Conjunto, quando esta coloca que

o Sérgio Ferrara foi, na nossa vida aqui [no Taquaril] muito bom. Foi o prefeito melhor que teve aqui. [Porque a senhora acha isso?] porque ajudou muito a gente, ajudou a gente sabe? Muito. [De que forma ele ajudou?] Ah, ele, ele, ele fez muita coisa aqui no Taquaril. Aqui quando nós chegamos pra cá, nós não tinha luz, não tinha água, não tinha nada, né? E ele ajudou a gente. Hoje em dia eles ajudam, mas não sei se ajudam, a gente vê [no sentido de que no Taquaril se perceberia que, hoje, a prefeitura ‘ajuda’ mas quando e como ela quer]. O Ferrara não, o Ferrara fazia com prazer. Ele foi muito atuante, muito enérgico aqui.⁴⁴

⁴³ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Obra citada, p. 117.

⁴⁴ Entrevista realizada em maio de 2007.

Nas falas dos jovens do Conjunto é muito presente a idéia da periferia como resistência às mistificações de “uma certa concepção de violência urbana”⁴⁵ ressaltando a possibilidade de irromperem como usuários, que a música, a prática do grafite⁴⁶ e a dança de rua, por exemplo, lhes proporciona como sendo atividades produtivas no nível da produção de sua humanidade e como porta de entrada para ultrapassarem os muros da periferia e (usu)fruïrem mais amplamente as possibilidades da metrópole. Permeando os pressupostos do Fica Vivo e Agente Jovem estão, no que se refere ao jovem periférico, as representações em torno da vulnerabilidade social com a rua tomando uma conotação necessariamente negativa, como lugar do “ócio” enquanto desocupação. Interessante observar que tanto para Pedro, educador do Agente jovem no Conjunto, que também é um jovem de pouco mais de 20 anos, quanto para os jovens atendidos por estes programas nos quais travei contato, a rua não tem, simplesmente, uma dimensão naturalizadamente negativa. Para estes habitantes a rua também

⁴⁵ Na verdade a carga de ironia presente na expressão “uma certa concepção de violência urbana” vincula-se a um incômodo, deste autor, referente ao que os meios de comunicação de massa vêm qualificando como “violência urbana” em nosso país. Historicamente, de modo geral, o processo de urbanização, vinculado à constituição e consolidação do capitalismo urbano industrial, tem primado pela violência física/mental/moral sobre, principalmente, os destituídos da propriedade dos meios de produção (no caso brasileiro um vasto exército de mão de obra barata que, como única saída, historicamente, foi/vem sendo “empurrado” para as favelas, cortiços e periferias cada vez mais distantes das centralidades de poder da metrópole). Para essa fração de classe, como contrapartida a extenuantes jornadas de trabalho – no mais das vezes – em condições precárias, a cidade e/ou metrópole urbana industrial tem representado, em grande medida, a heterotopia, o estranhamento havendo, portanto, menos direitos do que o disciplinamento, os discursos em torno da *cidadania produtiva* etc. Nesse sentido é curioso, no Brasil, a *violência urbana* ser abordada como algo recente, ou – de forma sub-reptícia – a partir do momento em que as contradições no/do espaço, tornando-se insuportáveis, passam a atingir (a partir, por exemplo, do aumento dos chamados índices de criminalidade), de forma mais incisiva, as frações de classe mais abastadas. Na verdade

a violência urbana está nas ruas e nos jornais diários. Está no rádio, na televisão e nas nossas preocupações cotidianas. No entanto, *não somos atingidos por essas diferentes fontes de informações sobre a violência da mesma maneira, e isso se reflete nas nossas concepções acerca dela. A classe social a que pertencemos, o local onde moramos, o jornal que lemos, o programa que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos, constituem e compõem o modo como pensamos essa violência.*

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Obra citada, p. 13.

⁴⁶ O grafite compõe a cultura Hip Hop que inclui a música rap e a dança *break*. O hip hop nasce na década de 1970 no Bronx, “bairro” nova-iorquino predominantemente habitado por afro-americanos (SIVA, José Carlos Gomes da. *Arte e educação: a experiência do movimento hip hop paulistano*. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999. p. 26). Comentando sobre a experiência estadunidense mas, pelo menos em parte, o que foi relatado pôde ser observado por mim no que se refere ao Taquaril, para José Carlos Gomes da Silva

o movimento hip hop exprime-se por meio da arte e *apropria-se das ruas* como palco para o fazer artístico [sendo que] em termos locais o movimento encontra-se imerso na localidade. É nesse plano mais particular, relativo ao bairro, que os jovens se estruturam mediante as festas de rua, as *crews*, ou as *posses*. (ibidem, p. 27).

No Brasil o hip hop teria surgido em São Paulo capital, nos inícios da década de 1980, entre jovens de maioria negra se espalhando e ficando conhecido “... por meio dos bailes e das lojas específicas de musicalidade negra” (ANDRADE, Elaine Nunes. *Hip hop: movimento negro juvenil*. In: _____. (org). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999. p. 87.

“... é o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas)”. Na rua estes habitantes se (re)apresentam como “... espetáculo e espectador[es], às vezes...”⁴⁷ como atores (anta)protagonistas. Antes de tudo, para estes habitantes, a rua é lugar onde se joga, e se aprende a viver a vida num importante complemento à educação dada pelos pais no âmbito da família. Marília Pontes Sposito, no que se refere ao caráter multifacetado da rua, coloca que “... ruas e esquinas de um mesmo bairro ou em relação aos espaços do centro traduzem diversas formas de viver, conceber e imaginar o tecido social e o uso do espaço”.⁴⁸ Em conversa com Maurício, rapaz que auxilia, informalmente, Samantha, oficina de percussão do Fica Vivo, claro ficou a diferença entre as representações acerca da periferia e o esforço em acompanhar e conhecer os meandros da cotidianidade deste lugar, em outras palavras, “pra eu poder falar da rua, pra eu poder falar do gueto, eu tenho que estar dentro, eu tenho que me imiscuir com o gueto, com a comunidade”⁴⁹ onde o jovem pode se *tornar* um problema social em uma sociedade em que, historicamente, a trajetória das classes populares no Brasil tem sido uma trajetória de negação de direitos.

1.2. Considerações sobre a periferia e as classes populares brasileiras

Como primeiro esforço de contextualização do Conjunto Taquaril, como periferia, no contexto da metrópole Belo Horizonte, dialogo, nesta seção do capítulo, com as contribuições, e limitações, de abordagens, principalmente a partir da década de setenta do século XX, que buscaram alguma compreensão do processo de (re)produção do espaço nas chamadas periferias metropolitanas para além da consideração das classes populares brasileiras como atraso, como representação mais acabada das (im)possibilidades de inserção do país num processo “autônomo de modernização capitalista”. Essas representações, no que Maria Célia Paoli e Eder Sader consideram como sendo as representações sociológicas instituídas sobre as classes populares brasileiras, têm suas origens, segundo estes autores, no “pensamento político gestado na primeira república”⁵⁰ através de autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres. Estas representações teriam influenciado, também, certo(s) pensamento(s) de esquerda

⁴⁷ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Obra citada, p. 29.

⁴⁸ SPOSITO, Marília Pontes. *A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação social coletiva na cidade*. Obra citada, p. 167.

⁴⁹ Entrevista realizada em abril de 2008.

⁵⁰ P. 41.

sobre as classes populares e sua impossibilidade de algum protagonismo mesmo no que se refere às (im)possibilidades de uma revolução burguesa no Brasil.

Para o movimento operário anarquista e socialista constituído na primeira república, por exemplo, a heterogeneidade do proletariado, a permanência de relações profundamente subservientes, fundadas em “... padrões de relacionamento pessoal e local aos seus patrões”⁵¹, um individualismo, pretensamente, intrínseco à completa ignorância do que seja se auto-organizar e se (re)presentar enquanto classe, punha as classes populares como uma massa amorfa, completamente destituída de capacidade organizativa como luta de classes. No âmbito de uma sociologia que primeiro teria se posto o problema de refletir sobre os populares enquanto classe, toda dialética do mundo, “... as práticas culturais diferenciadas dos diversos grupos sociais populares, (...) sua inserção *real* em um mundo de relações historicamente formado, (...) foram banidas do mundo da ‘verdadeira’ classe social”.⁵² Desta forma os populares foram tomados como fração que apenas e tão somente conspiraria contra a unidade, a coesão e o poder coletivo.⁵³ As fontes deste (des)encontro podem ser pensadas em pesquisas empíricas que não conseguiram ultrapassar uma relação sujeito-objeto como teste de pressupostos teóricos “... sobre relações industriais, ao marxismo e à evolução tipológica dos países europeus, em sua trajetória de constituição do capitalismo”.⁵⁴ Nestas pesquisas, “a interpretação dos dados empíricos”, presa aos pressupostos elencados, tendeu a reduzir todos os processos de dominação concreta, de elaboração cultural e de proletarização diferencial a seus termos.⁵⁵ Pensando, por um lado, o Estado, antes de tudo, como reprodutor do que está posto e seu esforço em anular “... a contestação que vêm de baixo, que se constrói questionando a realidade existente, tida e mantida por cima, pelo alto...”⁵⁶, em outras palavras, seu esforço em anular a irrupção do instituinte e, por outro lado, um pensamento de esquerda preso a exercícios de raciocínio lógico reproduzindo, assim, relações que pouco ultrapassaram os termos, portanto, de uma reprodução estatista do espaço, se esclarece a qualificação destas reflexões como compondo as “representações instituídas” sobre as classes populares dentro do pensamento sociológico brasileiro. Tendo em conta os desafios da dialética, até que ponto a subsunção acachapante do posto no(s) pressuposto(s), no âmbito de um pensamento de esquerda, não contribui, apenas e tão somente, para a constituição de um raciocínio

⁵¹ P.44.

⁵² p.47.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ P.50.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Os dilemas históricos da questão agrária no Brasil. Obra citada, p.123-124.

circular/sistêmico entrando em cena a história como teleologia? Irrompe, assim, o político enquanto pensamento circunstancial em que a política como dissenso, como ruptura da disposição e organização de corpos em sociedade, por parte das classes populares, se vê abortada por um discurso competente que, “reinaugurando o mito de fundação”⁵⁷, reitera uma história dos dominantes em que, às classes populares brasileiras coube, até aqui, apenas uma inserção infra-política.

Maria Célia Paoli e Eder Sader identificam um novo olhar sobre a periferia, no que qualificam como sendo as “representações instituintes” sobre as classes populares brasileiras, a partir de 1968 com abordagens que procuraram pôr em cena “esquemas de representação”⁵⁸, onde as classes populares passam a aparecer não mais como coadjuvantes do fazer história, como incapazes de se portarem como sujeitos políticos. Estas novas abordagens entram em cena a partir “... dos acontecimentos de 1964 e de 68, vividos como derrotas políticas que impuseram o fechamento do Estado à experiência social”.⁵⁹ Estudos que irrompem no cenário sócio-político brasileiro, à época, como superação de interpretações que, mistificadamente, apostaram no “... caráter progressivamente democrático da modernização”⁶⁰, onde a heterogeneidade do nascente operariado brasileiro, como já colocado, foi tomado como estorvo à consolidação do Brasil como país urbano industrial. Estas abordagens se contrapuseram às representações políticas e acadêmicas acerca das classes populares, consideradas no início desta seção, onde a heterogeneidade desta fração de classe era tomada como empecilho “... a qualquer construção ordenada sobre sua identidade como povo único e singular”.⁶¹ Em outros termos, esta heterogeneidade representaria um efeito nefasto “... sobre a capacidade de ação política coletiva popular...”⁶², fato que exigiria “... uma intervenção de fora que incorporasse e organizasse este povo disperso...”.⁶³ Nesse sentido “... as classes em luta e os interesses que representam [seriam] instrumentos para um grande projeto gestado por um grande sujeito...”.⁶⁴ Assim as “... classes sociais *como tais* [apareceriam] como criaturas do Estado”.⁶⁵ Estas abordagens, portanto, representaram um esforço, inicial, com vistas à

⁵⁷ Ibidem, 142.

⁵⁸ SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. Obra citada, p.40.

⁵⁹ Ibidem, p. 52.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem, p. 42.

⁶² Ibidem.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem, p. 51.

⁶⁵ Ibidem.

superação de trabalhos onde, claramente, se punha o desencontro entre as práticas concretas dos populares e as abstrações construídas em torno destes atores sociais. Da pena destes autores transparece o esforço de irrupção do popular como, não só (anta)protagonista do fazer história, mas como sujeito político.⁶⁶

No que se refere aos (des)caminhos das classes populares brasileiras no sentido de se constituírem como sujeitos políticos, considero importante destacar as reflexões de Francisco de Oliveira⁶⁷ acerca da destituição ou desqualificação do chamado “homem simples”, no Brasil, da possibilidade de fazer política estando livre das amarras institucionais. Esse autor coloca como a realização da política, na história recente do Brasil, foi silenciada, no mais das vezes, por meio de golpes e contragolpes em nossa frágil democracia. Em nossa história o popular, principalmente, tem sido, reiteradamente, silenciado em seu trabalho de começar a colocar em xeque uma estrutura social extremamente autoritária e violenta, como a brasileira. Em seu texto Francisco de Oliveira procura demonstrar que as classes populares não conduziram suas reivindicações, apenas, em termos infra-políticos, mas como dissenso, como questionamento da conformação, disciplinamento e organização dos corpos na autoritária sociedade brasileira. Segundo o autor

todo esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas. Política no sentido em que definiu Rancière, já citado: a da reivindicação da parcela dos que não têm parcela, a da reivindicação da fala, que é, portanto, dissenso em relação aos que têm direito às parcelas, que é, portanto desentendimento em relação a como se reparte o todo, entre os que têm parcelas ou partes do todo e os que não têm nada⁶⁸.

Cabe destacar, enfim, que as classes populares também emergiram como sujeitos políticos em resposta a fenômenos sociais que emergem como efeito da contradição implicada na produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada, contradição fundante do capitalismo como formação econômico social.

⁶⁶ Neste esforço de retirada do popular da condição de objeto e sua irrupção como sujeito político Eder Sader e Maria Célia Paoli destacam contribuições da ciência política (com discussões acerca das práticas políticas dos trabalhadores como instituintes), da antropologia “interrogando-se sobre o lugar simbólico por onde a relação de trabalho e conflito poderia ser concebível, pensável, e engendrável no próprio vivido dos trabalhadores como classe e abordagens que procuraram perseguir o ‘ modo de vida operário’ enquanto expressão de escolhas culturais, [como superação de] leituras economicistas sobre a reprodução social” (Ibidem, p. 54). Finalmente os autores destacam as contribuições vindas da história, colocando em tela os questionamentos de uma história como expressão da memória, apenas, do vencedor.

⁶⁷ OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. Privatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: _____. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 55-81.

⁶⁸ Ibidem, p. 60.

Voltando minhas atenções mais propriamente às abordagens que se propuseram a algum entendimento do processo de (re)produção do espaço ligado à inserção dos populares na espacialidade da metrópole por meio da periferia, nesta pesquisa centro minhas reflexões nas abordagens que emergem em meados da década de 1970. As contextualizo como sendo um esforço de apreensão e algum entendimento do então fenômeno do associativismo de bairro que emergiu em fins da década de 70 do século XX e foi coroado pelas greves do ABC Paulista de 1978. A compreensão destas greves se empobrece se as reduzirmos ao conflito capital/trabalho no chão de fábrica. Estas greves, na verdade, são expressão de articulações de movimentos de “bairro” por meio das comunidades eclesiais de base, as sociedades amigos de bairro etc em sua(s) resistência(s) à opressão do período militar até o início da distensão a partir da segunda metade da década de 1970. Estes movimentos, para aqueles pesquisadores nos quais exercícios de raciocínio lógico não bastam, colocaram em tela a(s) complexidade(s) posta(s) para a compreensão do lugar em que se reproduzem as classes populares brasileiras. No que se refere à produção intelectual que se debruçou sobre toda esta complexidade e ao caráter destes “movimentos sociais urbanos”, para Vera Silva Telles, tratou-se de reflexões elaboradas

sob o signo da novidade que a emergência de práticas reivindicatórias dos moradores da periferia da cidade parecia introduzir no momento de seu aparecimento, já na primeira metade da década passada: a novidade de uma ‘sociedade civil’ que se movimentava num momento em que parecia submersa numa normatividade tecnocrática e repressora que despolitizava e privatizava a vida social; da emergência de novos atores quando isso parecia pouco provável de acontecer; de práticas de luta e de organização que se desdobravam em espaços inusitados porque à margem dos canais tidos como próprios para sua articulação, de trabalhadores que, por tudo isso, pareciam dotados de uma capacidade de auto-organização e auto-determinação que *questionavam a imagem de atraso e impotência política que havia sido legada pela tradição de estudos sobre trabalhadores urbanos no Brasil, e através da qual se interpretava sua história num passado ainda recente.*⁶⁹

Neste momento aparece como necessidade premente a busca e compreensão do que movia esses movimentos para a reivindicação e luta, por exemplo, por infra-estrutura e serviços urbanos. Os textos de Lucio Kowarick e Cândido Procópio de Camargo se destacaram por serem os pioneiros a refletirem sobre a “lógica” por trás da aparente “desordem” consubstanciada na periferia. Estes autores, dando centralidade às determinações econômicas,

⁶⁹ TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: WARREN, Ilse Scherer e KRISCHKE, J (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 55.

tecem considerações acerca do lugar em que têm se reproduzido as classes populares como espoliação, expressão de um capitalismo no qual a esta fração de classe tem restado, como fruto de seu trabalho, a negação do direito à cidade estando limitada, esta expressão, ao acesso, desentrevado, à infra-estrutura e serviços urbanos. Pensando a periferia enquanto sítio urbano, esta espacialidade ficou notabilizada, por esta literatura, pela sua distância em relação às centralidades de poder da metrópole, à inexistência ou ampla falta de serviços e infra-estrutura urbana consubstanciada na informalidade como não cumprimento, por parte do loteador popular, das prescrições postas pela lei de uso e ocupação do solo de determinado município. Trata-se dos loteamentos de periferia como saída do popular para realização do “sonho da casa própria”, loteamentos no qual a quase completa inexistência de serviços e infra-estrutura urbana é justificada pelo loteador pela sua necessidade de oferecer um produto que esteja dentro dos restritos limites de poder aquisitivo do comprador. Ermínia Maricato caracteriza os loteamentos populares como

... o espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamento ou infra-estrutura urbanos, onde o comércio e os serviços particulares também são insignificantes enquanto forma de uso do solo.

Envolvidos na constituição e reprodução desta espacialidade, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik⁷⁰ identificam pelo menos cinco atores: o proprietário fundiário, o empreendedor do loteamento (o loteador), o corretor, o comprador dos lotes e o Estado. No lançamento de um loteamento o proprietário fundiário entra, apenas, com a gleba de terra, cabendo ao loteador os demais encargos como projeto e aprovação do loteamento, abertura de ruas etc. O corretor se consubstancia como intermediário que realiza a venda dos lotes ganhando comissão por cada venda. Fillipina Chinelli, a partir de estudos de campo realizados na região metropolitana do Rio de Janeiro, observou que alguns habitantes mesmo faziam o papel do corretor onde, por trás deste interesse, a autora identifica, por exemplo, o desejo do habitante-corretor em ver sua propriedade valorizada pela ocupação do loteamento.⁷¹ Estes loteamentos não irrompem como espacialidades espontâneas, desordenadas como se aí se consubstanciasse uma lógica na qual o espaço não fosse uma mercadoria a ser vendida e progressivamente valorizada. É questão para o loteador a possibilidade de valorização de seu empreendimento, dessa forma este tende a colocar à venda, primeiro, os lotes pior localizados na expectativa de uma primeira valorização posta pela ocupação, do loteamento, pelos primeiros compradores. Sobre este aspecto, Ariovaldo Umbelino de Oliveira coloca que “... após superar os trâmites

⁷⁰ 1979, p. 120-122.

⁷¹ 1981, p. 59.

burocráticos da aprovação da planta do loteamento da gleba e satisfazer as posturas municipais...”⁷²,

o segundo passo é colocar apenas parte da gleba loteada à venda (a oferta de lotes deve ser, sempre que possível, inferior à procura). Esta primeira parte *freqüentemente coincide com as ‘piores’ áreas em termos de localização dentro da gleba.* (...) Instalados os serviços básicos (padaria, farmácia, botecos, mercearias, linhas de ônibus, etc), é chegada a hora de colocar novas áreas à venda, obviamente por um preço superior às primeiras, a ‘melhoria’ da localização permitindo dessa vez, aumentar a renda diferencial e, conseqüentemente, aumentar a renda fundiária auferida pelo proprietário do solo.⁷³

Como acima indicado, para o habitante a casa própria tanto pode carregar consigo uma dimensão que é a do uso, podendo irromper enquanto necessidade radical como observado para o “movimento sem casa” que conquistou o Conjunto Taquaril, como também se concretiza enquanto propriedade com possibilidade de valorização pela ocupação do loteamento e/ou conquista de serviços e infra-estrutura urbana. “Seu” Oswaldo, habitante antigo do Conjunto, comentou, em conversa com este autor, de habitantes que venderam, a preço irrisório, o lote recém conquistado e posteriormente se viram impossibilitados de voltar ao Conjunto devido à valorização do lugar. Sobre este aspecto Dona Hortência habitante antiga do Conjunto tece as seguintes considerações:

Têm muitos que venderam, já arrependeram. A maioria do pessoal que vendeu daqui você sabe, né? Eles já pelezaram para voltar pra cá, que eles vai pra lá [por exemplo, para o interior] não dá certo, né? [E por que a senhora acha que eles não conseguem voltar para o Taquaril?] Aqui agora ficou difícil, né? Porque não é todo mundo que vai... Valorizou muito, valorizou muito mesmo, aqui é difícil você achar uma casa pra comprar, né? Muito difícil nesse pedaço nosso [setores 3 e 8] aqui é difícil, acha assim lá pra baixo, pra esses lugares mais... Castanheiras, mas mesmo assim tá difícil, de uma maneira geral (inaudível) que hoje pra comprar, por exemplo, pra comprar uma casa, um lote no setor 3 ou 8 a pessoa tem que ter pelo menos uns 20 mil reais mais ou menos. Eu não dou minha casa por 50.000, mas não dou mesmo.⁷⁴

Enquanto lugar de reprodução social ampliada das classes populares, o Taquaril constitui-se, na verdade, como uma periferia *sui generis*. Por um lado, o Conjunto não resultou de parcelamento efetuado pelo chamado "loteador popular": os habitantes, pelo menos teoricamente⁷⁵, não pagaram pelos lotes. Por outro lado, não foi um espaço diretamente

⁷² OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica da Especulação Imobiliária. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n55, nov, 1978, p. 75-92. p. 77.

⁷³ Ibidem, p. 78, grifos meus.

⁷⁴ Entrevista realizada em maio de 2007.

⁷⁵ Esta ressalva refere-se à prática generalizada de especulação e venda de lotes à época da ocupação do Conjunto. “Cabo Rocha”, por exemplo, atuou como especulador de terra dos setores 10 ao 12, que, segundo revisão do Plano Diretor do Conjunto, são consideradas áreas de preservação rigorosa e proteção ambiental sendo prevista a remoção das famílias residentes no local. No entanto, a venda de lotes foi generalizada, principalmente no que se refere aos lotes mais bem localizados, como, por exemplo, os que hoje se localizam próximos às vias veiculares do Taquaril. As famílias sorteadas ocupavam, de modo geral, os fundos de vale e esses lotes supracitados ficavam retidos para posterior negociação. Segundo moradores antigos mais diretamente

produzido pelo Estado, mais especificamente pelo Executivo Municipal. Este, capitaneado à época por Sérgio Ferrara, chegou a ceder ferramentas e material de construção aos primeiros habitantes, mas os primeiros esboços da atual morfologia social do conjunto, em grande medida, foram efetivamente produzidos pelos mesmos podendo ser considerado como expressão de uma necessidade radical implicada na questão do acesso à moradia, mesmo que extremamente precária.

Após a compra ou conquista do lote, a forma predominante de construção da moradia na periferia tem sido o da autoconstrução no qual o próprio habitante e sua família, vizinhos e/ou amigos, muitas vezes em verdadeiros mutirões, vão levantando, num trabalho no mais das vezes de anos, os cômodos de uma residência. Na verdade usam os fins de semana e dias de folga para construção de uma residência que, em geral, apresenta condições inadequadas de habitabilidade. Pode-se observar isto, por exemplo, em processos de adensamento com mais de uma residência num mesmo terreno sem a distância adequada entre uma residência e outra, distância que permita condições elementares de salubridade no que se refere mesmo ao resguardo de alguma privacidade. No Conjunto Taquaril seu adensamento transparece com uma simples visada pela área (foto 1), onde se observa uma exígua distância entre as construções e, não raro, residências em que os moradores levantaram mais de um pavimento.

envolvidos com o CAC-VC esta prática de especulação teria se generalizado pela presença de outras associações no terreno do Conjunto.



Foto 1: Vista parcial do setor 5 e sua densificação. Fonte: arquivo do autor, 2008.

Sobre o caráter insalubre da moradia popular decorrente de processos de autoconstrução e adensamento, Andréia Maria Silveira coloca:

A distância entre as construções é pequena. O máximo aproveitamento do espaço origina construções estranhas (sic), cheia de puxados e que tendem a crescer para o alto, com cômodos mal ventilados e mal iluminados, quase sempre construídos precariamente para abrigar número de pessoas superior a sua capacidade.⁷⁶

Bruno, filho de Edneia, presidente da CECOM, entre as razões que elencou para justificar seus planos de, um dia, mudar do Conjunto, destacou a falta de privacidade que a proximidade com o outro, com o vizinho, por exemplo, lhe proporciona. No que se refere à proximidade de relações:

Não é preconceito, num é nada, eu só não acho legal, cara, porque é ruim o jeito como as pessoas vivem aqui. É muito diferente, cara. É um contato muito direto que vocês têm com as pessoas entendeu? Eu não acho isso muito legal não. Você não pode nem ouvir, por exemplo, se eu quiser ouvir uma música aqui de manhã eu não posso porque o vizinho tá aqui xingando. Você vai namorar ali no terreiro com a sua namorada, fica todo mundo no muro vendo. É foda, “veio”, você não pode fazer nada. Você vai fazer um churrasco no domingo a tarde na sua casa com os seus familiares e ficam lá os quatro vizinhos do lado do muro da sua casa. Ficam no lado do muro

⁷⁶ SILVEIRA, Andréia Maria. *Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Doutorado em Ciências Humanas, 2007.

assim, olhando e você pensa porque não chamou eles, porque está fazendo uma festa só para a família? É chato, é ruim demais, nossa!⁷⁷

O mesmo observou esta mesma proximidade como fonte de conflitos, ou no que se concretiza muitas vezes como violência urbana, na área. Segundo este habitante:

Tudo que é demais é ruim, né Renato? Sei lá, acho que não tem lugar perfeito, é verdade, mas entre os dois [entre a proximidade e a indiferença] eu prefiro a indiferença, a frieza. Até isso gera menos violência, menos conflitos diretos. Raciocina aí pra você ver se não é verdade. Se você não tem contato, muito contato com o ser humano, você nunca vai ter motivo pra poder ter raiva, pra poder ter briga, enfim... *A taxa de violência aqui é muito alta porque o cara bebe pra caralho e não dá espaço pro cara que tá perto dele respirar.*⁷⁸

Este fato foi confirmado por casal responsável pelo núcleo Taquaril do Programa Mediação de Conflitos do Governo do Estado de Minas Gerais⁷⁹. Em conversa com o autor destacaram esta proximidade, resultante do adensamento do Conjunto, como causador de conflitos entre habitantes da área. Para Erick e Marina, no Taquaril:

Tem muito caso de briga entre vizinhos que é até muito específico da região por causa da localização, da questão geográfica mesmo, *pelas casas estarem muito próximas, às vezes tem uma certa invasão de um terreno com o outro [o adensamento muito grande da área] é! Muitas famílias morando num mesmo lote também.* Então tem muito problema entre vizinhos por causa dessa estrutura mesmo, né?⁸⁰

No Taquaril, algo característico das chamadas periferias populares, provavelmente a questão das disputas por demarcação de território se agrava pela inexistência do título de propriedade da terra pelos habitantes, já que o Taquaril foi uma área conquistada frente ao Estado em 1987, cuja planta de parcelamento da área não teria sido aprovada pela prefeitura devido à ocupação de áreas de risco e áreas consideradas como de preservação ambiental, desde os primórdios da ocupação do Conjunto pelas famílias “sem casa”. Nas palavras de Roberto,

⁷⁷ Entrevista realizada em maio de 2007.

⁷⁸ Entrevista realizada em maio de 2007, grifos meus.

⁷⁹ De acordo com folder produzido pela Secretaria de Estado de Defesa Social-Seds para divulgação dos programas de prevenção à criminalidade do Governo de Minas Gerais

a mediação de conflitos é uma ação da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), implementada através da Superintendência de Prevenção à criminalidade (Spec), que atua em aglomerados urbanos em todo o Estado de Minas Gerais. Suas ações são voltadas para prevenção e a resolução de conflitos extrajudiciais e conta com duas frentes de atuação: o Núcleo de Referência e a Mediação Comunitária. Nos Núcleos de Referência, localizados nas diversas áreas onde o programa atua, cada pessoa envolvida fala, ouve, propõe e constrói as alternativas para solucionar os problemas existentes. A Mediação Comunitária implica em uma atuação direta sob o objeto ou local da demanda na comunidade ou da possibilidade de sua coletivização para a obtenção de êxito.

Segundo este documento de divulgação, finalmente, “as intervenções do programa são realizadas através do trabalho de uma equipe com profissionais de várias áreas que procura estabelecer nas comunidades relações de convivência baseadas no diálogo”. Atualmente o Núcleo Taquaril do Programa Mediação de Conflitos contam com quatro técnicos e quatro estagiários, principalmente dos cursos de Direito e Psicologia, funcionários da ELO Inclusão e Cidadania, Oscip que celebra termo de parceria com o governo do Estado.

⁸⁰ Entrevista realizada em novembro de 2007.

chefe de divisão de controle urbano da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL)⁸¹,

... todos os setores foram pensados e marcados geograficamente e topograficamente nas cumeeiras das encostas. Dos morros existentes. Todos foram pensados e trabalhados dentro da característica geotécnica e geológica não grave. O que aconteceu foi [a ocupação no] restante. O restante das áreas verdes, e já existia a lei de 45% de declividade que não poderia ser aprovado⁸².

Atualmente os setores três e oito, já estando em regularidade urbanística⁸³, estão, por meio da URBEL, em processo de regularização fundiária, com negociação da área com o Estado que, ainda hoje, é proprietário do assentamento Taquaril.⁸⁴

Francisco de Oliveira considera a autoconstrução como uma faceta da acumulação primitiva de capital no país através do sobretrabalho ou trabalho não-pago consubstanciado nos dias reservados para o ócio cujo tempo é usado para a construção da moradia. O autor desmistifica os processos de mutirão como, puramente, expressão da solidariedade inerente aos periféricos, vendo-as como expressão de salários insuficientes para que o trabalhador não resolva a necessidade de moradia de uma forma apenas e tão somente espoliativa, como a autoconstrução. Nos termos do autor:

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é supertrabalho. *Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os custos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas.* Assim, uma operação que é, na aparência, uma

⁸¹ Trata-se da “... antiga Ferro Belo Horizonte S.A. (FERROBEL), empresa de economia mista, com maior participação acionária do município” (OSTOS, Luciana Moreira Barbosa. *As idéias dentro do lugar: Plano Global Específico. As idéias brotadas do lugar: participação e conteúdo.* Um estudo a partir da Vila da Paz em Belo Horizonte – MG. 2004. P. 64. Dissertação (mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais) A URBEL surge em 1986 com a função de implementação do PRÓ-FAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas, criado em 1983 cuja lei foi regulamentada em 1984, sob pressão popular, por meio do decreto n. 4762, de 10/08/1984 (GUIMARÃES, Berenice Martins. *Favelas em Belo Horizonte – tendências e desafios. Análise e Conjuntura.* Belo Horizonte, v. 7, n. 2 e 3, maio/dez. 1992. p. 15.

⁸² Entrevista realizada em setembro de 2007.

⁸³ Estes hoje apresentam condições adequadas para consolidação no que se refere à “... salubridade e estabilidade do terreno [todas as vias de circulação destes setores são compostas por escadas e/ou asfalto], infra-estrutura e espaços públicos” (MARTINS, Maria Lúcia Rafinetti. *Globalização, informalidade e Regulação em cidades latino-americanas. Cadernos PROLAM/USP*(ano 5 – vol 1 – 2006), p. 31-49. p. 39), por exemplo.

⁸⁴ Retornarei ao processo de regularização destes setores e aos primórdios da ocupação do Conjunto na próxima seção deste capítulo.

sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.⁸⁵

Em Heloisa Soares e em estudo do PLAMBEL⁸⁶ acerca do “processo de formação do espaço urbano da RMBH” referente ao período 1897-1985⁸⁷, encontram-se reflexões acerca da constituição dos loteamentos populares no que se refere à região metropolitana de Belo Horizonte em meados da década de 1970, fenômeno que já se arrefece a partir de inícios da década seguinte por conta, entre outras razões, da “... introdução de legislações [de uso e ocupação do solo] mais severas, aliada à conjuntura de crise econômica e elevação generalizada do preço da terra”.⁸⁸ As exceções serão o município de Ribeirão das Neves, valendo destacar o número de empreendimentos de fins da década de 1970, e o município de Igarapé. Estes municípios apareceram, à época, como última fronteira a ser explorada pelo loteador popular.⁸⁹ Heloisa Soares observa as décadas de 1980 e 1990 como sendo décadas de recrudescimento da favelização no núcleo metropolitano e a constituição do que a autora qualifica como favela periférica nos sítios constituídos por meio do loteamento popular.⁹⁰ No que se refere ao adensamento da periferia por meio da autoconstrução a autora coloca que a “... ocupação efetiva das áreas loteadas, na maior parte das vezes através dos mecanismos conhecidos de autoconstrução, construção por etapas (...) característicos do que se poderia chamar de soluções habitacionais de alguma forma auto-obtidas”.⁹¹

⁸⁵ 1982. p. 35-36, grifos meus. Sobre os processos de autoconstrução cf. MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: _____. Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1979 e COSTA, Heloisa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: SOUZA, Rômulo Paes de; MARQUES, Yara Landre. *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994, no que se refere à Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

⁸⁶ O PLAMBEL surge na Fundação João Pinheiro em 1971 sob denominação de Grupo Executivo a partir de convênio do Governo de Minas Gerais com os 14 municípios da RMBH à época. Ao PLAMBEL caberia a “... elaboração do Plano Metropolitano de Belo Horizonte” como estratégia de um “... planejamento integrado da RMBH” no bojo da institucionalização da lei complementar 14/73 que veio a institucionalizar as Regiões metropolitanas. O PLAMBEL é convertido em autarquia do Estado, pela Lei Estadual 6303, em 1974. (PLAMBEL. O processo de formação do espaço urbano da RMBH 1897-1985. In: _____. *A estrutura urbana da RMBH: diagnóstico e prognóstico*. Belo Horizonte: Plambel, 1986. P. 94-95). O PLAMBEL é extinto em 1996 com suas atribuições sendo repassadas para a Secretaria Estadual de Planejamento e Fundação João Pinheiro. *DOM – Diário Oficial do Município- Belo Horizonte*. Ano VIII – Nº: 1763 – 12/06/2002. Acessado no endereço eletrônico <http://bh5.pbh.gov.br/dom2002.nsf/6fe6b6fd533f4516032569c800797c30/1c1276ec93fb5dc383256c8600698140> em 21/04/2008 às 00:19 horas.

⁸⁷ COSTA, Heloisa Soares Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. Obra citada, p.61-67 e PLAMBEL. O processo de formação do espaço urbano da RMBH 1897-1985. In: _____. *A estrutura urbana da RMBH: diagnóstico e prognóstico*. Belo Horizonte: Plambel, 1986.

⁸⁸ COSTA, Heloisa Soares Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. Obra citada, p. 63.

⁸⁹ COSTA, Heloisa Soares Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. Obra citada, p. 65-66; PLAMBEL. O processo de formação do espaço urbano da RMBH 1897-1985. Obra citada, p. 121-122.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 71-76.

⁹¹ *Ibidem*, p.73.

Na verdade, os autores que procuraram contextualizar o popular, no que se refere ao “capitalismo periférico” brasileiro, como fração de classe apartada das promessas materiais implicadas no processo brasileiro de modernização, contribuíram para clarificar o(s) sentido(s) da morfologia social periférica em sua(s) precariedade(s). Retomando algo apontado acima, a constituição das chamadas periferias populares em espacialidades distantes das centralidades de poder da metrópole não é obra do acaso, de um crescimento desordenado. Um de seus sentidos está na obrigatoriedade, para o loteador popular, de alocação do popular em sítios cujo preço final do lote seja o mais módico possível em relação a suas condições financeiras. Heloisa Soares identifica estes sítios como “... localizações que (...) não são alvo de investimento público, sendo, portanto, financeiramente mais acessíveis num primeiro momento”.⁹² Pensar a espontaneidade da periferia é um equívoco se nos limitarmos às representações que o habitante periférico faz da periferia na metrópole. De certa forma este, por exemplo, se mostra amplamente inserido nos circuitos econômicos de valorização do espaço. A este respeito, Carlos Nelson Ferreira dos Santos tece reflexões interessantes para pensarmos, por exemplo, nos processos de autoconstrução. Nos termos do autor:

Pensar que um desses moradores de periferia é um pobre explorado, incapaz de entender a própria situação da sociedade nacional e urbana em que vive, só prova a ingenuidade pretensiosa do pensador (...) a prática demonstra o contrário. Há uma *complexidade ideológica e cultural nas populações pobres que participam da vida dos aglomerados urbanos capitalistas modernos no Brasil. Ninguém, por exemplo, ignora que, ao produzir a sua própria casa, também está obtendo um patrimônio. O enorme sacrifício exigido para a construção não é visto como uma espoliação de um sistema que não provê uma necessidade básica de uso. É até mais provável que o mais trabalho seja considerado um tipo de acumulação primitiva indispensável à obtenção de um bem que todos sabem que tem valor de troca e que efetivamente pode ser explorado ou trocado no mercado. O sistema capitalista afinal é abrangente e dominante e se reproduz em todas as instâncias. Negar que os pobres sejam capazes de entendê-lo e de manipulá-lo à sua maneira e de que tomem seus modelos e virem a mesa é que seria reacionário.*⁹³

Para Eder Sader, as reflexões de Francisco de Oliveira a respeito dos processos de autoconstrução fazem parte, nos inícios da década de 1970, das representações instituídas sobre as classes populares tomando-as como impotentes frente aos constrangimentos de uma reprodução ampliada de capital. As considerações de Carlos Nelson Ferreira dos Santos podem ser consideradas como expressão do esforço de compreensão do real papel das classes

⁹² Ibidem, p.63

⁹³ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas novidades novos modos de urbanização brasileiros. Obra citada, p. 37-38, grifos meus.

populares no fazer história como expressão das representações instituintes acerca desta fração de classe.⁹⁴ Seguindo a trilha destas representações, William Rosa Alves⁹⁵ esboça uma crítica a uma economia política afeita ao fenomênico, reduzindo a produção do espaço à inserção do indivíduo como população em um mero receptáculo portador de funções constringidas unicamente aos determinismos estruturais. O autor lida com o conceito de produção do espaço como esforço teórico que aproximaria espaço, como abstração concreta, e a construção de territorialidades que se consubstanciariam no território como “... envolvendo usos correspondentes à reprodução da vida sem sustentar diretamente o circuito mercantil...”⁹⁶, como *locus* onde ainda caberia “... a partilha dos frutos do trabalho como obra humanizadora, e não só a troca dos produtos produzidos através do trabalho alienado”.⁹⁷ Em outras palavras, no processo de (re)produção das relações sociais de produção, para o autor, a metrópole não apareceria como pura negatividade, como impossibilidade de realização do urbano como superação de uma vivência amplamente estranhada. Mesmo vivendo sobre os constringimentos de um processo de produção estatista do espaço, há, ainda sim, a tensão entre as dimensões da propriedade e da apropriação e entre valor troca/valor de uso e o uso. Nestes termos, considero equivocada a crença em uma relação automática entre as determinações estruturais (no caso da periferia, toda a precariedade no que se refere, por exemplo, à infra-estrutura urbana) e as reivindicações por melhorias urbanas, por exemplo, que possam emergir. Cada luta traz suas especificidades que se referem à própria cotidianidade de cada periferia, ao modo como o percebido se consubstancia nas práticas espaciais em cada caso. A este respeito, Lucio Kowarick faz preciosas considerações metodológicas para todo pesquisador que se aventure a compreender algum microcosmo na metrópole. Segundo o autor:

... elas [as lutas] não só se manifestam de maneira diversa, como também, sobretudo, as experiências acumuladas têm trajetórias e significados extremamente díspares: a recuperação destas experiências de luta, suas articulações e grau de organização mostram a necessidade de estudá-las nos seus micro-movimentos, pesquisando situações concretas que aparecem no “calor da hora” e que apontam para impasses e saídas para as quais as condições estruturais objetivas constituem, na melhor das hipóteses, apenas um grande pano de fundo.⁹⁸

⁹⁴ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Obra citada, p. 34-35.

⁹⁵ ALVES, William Rosa. *As distâncias entre educação e cultura na periferia Noroeste-Pampulha na metrópole Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil*. 2006. Pré-Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 34.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ KOWARICK, Lúcio (Org). *As lutas sociais e a cidade*. Obra citada, p. 45-46.

Para Eder Sader, o modo como os diversos movimentos reivindicam melhorias urbanas, direitos etc, tanto quanto a importância atribuída ao que é reivindicado depende de uma miríade de significados que orientam suas ações.⁹⁹ Na verdade, não se trata de negar que existam determinações estruturais, mas equivocado é tomá-las como determinismo, como imutáveis dentro do fazer história. Considero o fazer história como permanente processo de estruturação/desestruturação, com as estruturas sendo produzidas e abaladas pelos próprios atores sociais no processo de (re)produção das relações sociais de produção.¹⁰⁰ Dito de outra forma, “... os sujeitos estão implicados nas estruturas objetivas da realidade”. “A chamada ‘realidade objetiva’ não é exterior aos homens, mas está impregnada dos significados das ações sociais que a constituíram enquanto realidade social”. Assim, “... temos também de considerar os homens não como soberanos indeterminados, mas como produtos sociais”.¹⁰¹

A periferia, à parte as especificidades quanto à precariedade de sua morfologia social e a distância em relação às centralidades de poder da metrópole é, também, um lugar que irrompe como centralidade já que os populares não se encontram dissociados das promessas simbólicas e materiais postas no urbano. Dessa forma suas reivindicações pelo direito à cidade, mesmo que se resumindo ao amplo acesso à infra-estrutura e serviços urbanos, podem se realizar, tendo em conta as contradições no/do espaço, enquanto lutas urbanas. Dentre as dimensões que conformam as lutas pelo direito à cidade empreendidas por estes atores estão seus esforços para irromperem enquanto sujeitos políticos ativos, sujeitos que discutem os próprios rumos da reprodução social desta sociedade enquanto realização das promessas do mundo moderno que não se realizam ou que se realizam com atraso do social em relação ao econômico.

⁹⁹ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Obra citada, p. 43.

¹⁰⁰ Cf. LEFEBVRE, Henri. Reflexões sobre o estruturalismo e história. In: _____. *O método estruturalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

¹⁰¹ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Obra citada, p. 45.

2. Apontamentos em torno do Conjunto Taquaril enquanto periferia na metrópole

Neste capítulo centrarei minhas reflexões no Conjunto Taquaril. Como já indicado na introdução deste trabalho, estas reflexões não se reduzirão a uma descrição empírica da organização e disposição de indivíduos e objetos na periferia, não obstante o fato de que, como condição interna de todo processo de reprodução social, se faça presente uma “dimensão prático-sensível, uma morfologia”.¹ Dito de outra forma, “o ‘urbano’ não [se reduz a] uma alma, um espírito, uma entidade filosófica”² se realizando, unicamente, como pensamento, como idéia divorciada da dimensão da utopia concreta. Mas, se o espaço urbano não dispensa uma dimensão prático-sensível, esta é, antes de tudo, social. A morfologia social urbana é uma construção sócio-historicamente datada e construída, um palimpsesto que expressa a coexistência de diferentes temporalidades históricas. Dessa forma, o espaço e sua reprodução ampliada são uma abstração que se concretiza no nível da reprodução das relações sociais de produção onde a morfologia social cumpre papel não desimportante enquanto agente indutor-induzido. Sendo assim parto da hipótese de que existe uma relação interna de interação entre a morfologia social de um dado lugar e sua conformação ou disposição de objetos e o indivíduo com sua corporeidade e subjetividade. Esta relação aparece de forma clara nas reflexões de Maurice Halbwachs³, quando o autor discute a relação entre espaço e memória coletiva, entre o espaço e sua dimensão simbólica. Citando o exemplo “... de uma ocupação militar, da invasão por bandos de saqueadores”⁴ e a conseqüente destruição de uma dada morfologia social, o autor demonstra a constituição, em seguida, do que Ana Fani Alessandri Carlos⁵ identifica como espaço amnésico. Espaço amnésico, considerando as relações sociais, historicamente, impregnadas “nas pedras que compõem a cidade”, como constituição de áreas destituídas de historicidade num verdadeiro processo de alisamento do espaço.⁶ Pensando o espaço urbano como arena de irrupção de

¹ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969. p. 50.

² Ibidem.

³ 1990.

⁴ Ibidem, p.136.

⁵ CARLOS, Ana Fani. *Espaço-tempo na metrópole*. Obra citada.

⁶ Uma referência explícita à noção de espaço liso pode ser conferida em entrevista/ debate com Félix Guattari (sob o título: “espaço e poder: a criação de territórios na cidade) ocorrida na Faculdade de Belas Artes de São Paulo em 1985, como parte do seminário “Cidade hoje: territórios e poder”. No entanto, essa noção permeia, por exemplo, a obra de Henri Lefebvre em torno do fenômeno urbano. O autor o problematiza, tendo como pressuposto a noção de urbanização crítica, norteando-se pelas determinações vinculadas ao que denomina de *produção estatista do espaço ou espaço de controle estatista*. Nessas circunstâncias, o urbano como obra, o espaço urbano como *uso* tende a ser subsumido ou reduzido a um espaço geométrico, instrumental. Por sua vez,

lutas urbanas pelo direito à cidade, o sentido, em linguagem contemporânea, da requalificação do centro histórico de Paris por Haussman no século XIX não esteve apenas na dispersão de possíveis manifestações urbanas por meio da constituição de espaços monumentais. Maurice Halbwachs demonstra que, em processos de luta urbana, a relação de estranhamento dos movimentos populares com o “campo de batalha” seria fator, relacionando o simbólico e a memória com a dimensão psicológica, de arrefecimento da capacidade de enfrentamento destes com as forças que representam o monopólio do uso da violência pelo Estado.

Uma possibilidade de compreensão da relação entre a construção de identidade(s) e o papel do espaço neste processo, pode ser construída a partir das reflexões de Ana Fani Alessandri Carlos acerca das(s) maneiras(s) do ser humano perceber o mundo e se perceber neste.⁷ Para a autora seria “através do corpo, e de seus sentidos que ele [o homem] constrói e se apropria do espaço e do mundo”.⁸ Através do corpo o ser humano “habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso)”.⁹ A partir do corpo e dos sentidos, na relação com a morfologia e organização social e com outros homens, estes constroem representações acerca da realidade numa dimensão que é transescalar: no nível do lugar imediato, do “bairro” e do contexto mais geral da metrópole. No processo de reprodução do espaço na periferia, as representações transescalares acerca do real são seu conteúdo e apareceram nas entrevistas e andanças realizadas, por este autor, pelo Conjunto Taquaril.

O que será colocado neste capítulo denota ser o Conjunto Taquaril expressão de um urbano que não é para todos, urbano no qual, para as classes populares, historicamente, tem restado a ocupação de terrenos sem utilização, no geral em confrontos diretos com o Poder Público, de espaços totalmente desprovidos de benfeitorias e serviços urbanos. Expressão de uma sociedade industrial *sui generis* caracterizada por um amplo processo perverso de "integração social", de enquadramento nos marcos de uma acumulação de capital, sob certos aspectos, ainda primitiva. Desta forma, constitui um equívoco, numa sociedade que se (re)produz nestes termos, lidar, por exemplo, com a concepção de marginalidade social como exclusão do

esse processo é ricamente descrito por Michelle Perrot (Obra citada, p. 101-125) no que se refere à atuação do, então, nascente Estado capitalista na “domesticação”/constituição de um “exército de mão de obra” (o nascente operariado) devidamente adaptado às exigências de um *capitalismo industrial*.

⁷ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. Obra citada.

⁸ Ibidem, p. 20

⁹ Ibidem, p. 21

mercado de trabalho e/ou da própria economia urbana.¹⁰ Assim, neste capítulo, num primeiro momento, procurei fazer apontamentos em torno do processo de conquista e ocupação do Conjunto. Finalmente procurei situar para o leitor o Conjunto, enquanto periferia na metrópole Belo Horizonte, por meio de uma pormenorizada caracterização de sua morfologia social num diálogo com o processo de (re)produção social neste lugar. Nestas duas subseções estarão presentes subsídios para discussão a ser empreendida no quarto e último capítulo desta dissertação acerca da(s) maneira(s) de ser jovem na periferia e o que tem representado os programas Fica Vivo e Agente Jovem para a formação socio-política destes jovens e no que se refere às (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia hoje.

2.1. Primeiras considerações sobre o Conjunto: um pouco de história

Como já indicado na introdução deste trabalho, o Conjunto Taquaril irrompe no espaço da metrópole Belo Horizonte como resultado de luta empreendida, a partir de 1984, pela associação de moradores intitulada Centro de Ação Comunitária Alto Vera Cruz (CAC-VC), com sede na referida vila, e que contou, como uma de suas lideranças, com o atual vereador, pelo Partido Comunista do Brasil – PC do B –, Paulo Augusto dos Santos – Paulão – filiado a este partido desde 1978. No que se refere ao movimento dos “sem-casa” que lutou pela conquista do Conjunto, Paulão afirma ter o CAC-VC, associação já vinculada ao PC do B à época, iniciado este movimento procurando uma forma de atuação diferente com o Estado, já que, segundo ele, outros movimentos, à época, encontravam-se, de alguma forma, entregues ao clientelismo político. Em meio a tais condições, procuraram organizar um movimento que apresentasse uma forma de lidar com o Estado por meio do embate direto, pela pressão, sem concessões. No entanto, no que se refere a seu possível ou potencial caráter de ruptura com a ordem instituída ou, em outros termos, sua radicalidade, alguns fios desatados nas intervenções do autor em campo, levam o mesmo a ser, no que se refere a este aspecto, extremamente cauteloso entendendo que o mesmo, numa discussão mais cuidadosa, deve ser relativizado, senão vejamos.

¹⁰ OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. In: *Espaço e debates: Revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo: Editora Cortez, 1982. p. 36-53.

Por um lado, cabe indagarmos sobre as circunstâncias em que o CAC, pensando num caráter restrito do movimento, tendo em conta sua reivindicação “restrita” à conquista de um pedaço de terra em contraposição a uma postura de ruptura com a ordem instituída, surge se propondo a lidar com o Estado pelo embate direto. Neste sentido, penso se um dos termos implicados no uso desta estratégia não estaria, em alguma medida, vinculado a um momento – tendo em conta o histórico déficit de moradias para o trabalhador na capital belo-horizontina, problema que se agrava a partir década de 1980¹¹ – em que o próprio clientelismo político como canal de alguma melhoria urbana ou como resolução da questão da habitação popular já vinha se tornando inviável frente, portanto, à agudização das contradições urbanas. Este aspecto denotaria o caráter tópico ou restrito do movimento, no sentido de um questionamento dos próprios termos que, historicamente, (re)produzem, reiteram, para as classes populares, a negação do direito à cidade. Uma pretensa postura de radicalidade frente ao Estado pode ser relativizada se pensarmos no viés institucional da associação ao vincular-se a um partido político desde sua fundação em 1983. Este aspecto nos instiga pensar a respeito do caráter “... não institucional ou mesmo anti-institucional...”¹² das Organizações Associativas que emergiram para as ciências sociais a partir de fins da década de 1970. Em outros termos, o relatado anteriormente, aspectos que denotam o caráter tópico do movimento e sua relação com o institucional, pode ser lido como um dos termos que estimularam reflexões em direção a uma relativização do caráter contra-hegemônico destas organizações associativas. Neste sentido penso, no que se refere à estreita ligação entre CAC-VC e PC do B, a algo ocorrido “... com as mudanças institucionais resultantes do restabelecimento progressivo do jogo democrático...”, onde se constatou que “... várias lideranças das organizações reivindicativas passaram a participar (...) de partidos políticos considerados de esquerda...”.¹³ Já em meados da década de 1980, Carlos Nelson Ferreira dos Santos relativiza o caráter pretensamente radical destes movimentos pontuando que

... tamanho otimismo [em relação aos movimentos reivindicativos que irromperam para as ciências sociais em fins da década de 1970] tem de ser relativizado. Sem fantasias, só há participação expressiva em uma associação de moradores nos piques mais sérios. No cotidiano, verifica-se uma espécie de divisão de trabalho. Os representantes ficam solitários. Os outros reconhecem seu direito e dever de representá-los, enquanto se

¹¹ Sobre o déficit habitacional de moradias para o trabalhador em Belo Horizonte na década de 1980 cf. COSTA, Heloisa Soares Moura. *Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte*. Obra citada, p. 67-76.

¹² SOMARRIBA, Mercês. *Movimento reivindicativo urbano e política em Belo Horizonte*. In: DULCI, Otavio Soares Dulci (org). *Belo Horizonte: Poder política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. p.58.

¹³ *Ibidem*.

dissolvem nas mil solicitações dos vários círculos onde desempenham papéis que nada tem a ver com a vizinhança e moradia.¹⁴

No que se refere aos meus estudos de campo no Conjunto, clara é a vinculação de lideranças comunitárias a partidos políticos, de forma velada ou declarada, tendo maior ou menor grau de comprometimento pessoal. Edneia, por exemplo, militante sempre vinculada ao PC do B, hoje se encontra filiada ao PDT – Partido Democrático Trabalhista. No Conjunto observei vínculos de líderes comunitários com o PT – Partido dos Trabalhadores – e o PC do B.

O movimento “Sem Casa” contou com apoio organizativo da FAMOBH – Federação das Associações de Bairros Vilas e Favelas de Belo Horizonte – surgida em 1983, tendo sido, para Mercês Somarriba, com sua criação, o empreendimento mais significativo de aglutinação das associações de moradores em Belo Horizonte concentrando suas atividades "... ao longo do tempo nas reivindicações relacionadas a moradias populares".¹⁵ A fase mais marcante de sua atuação foi justamente no período 1987-1991 (o terreno do Taquaril foi conquistado em 1987) vinculado às gestões de Newton Cardoso (governo estadual) e de Sérgio Ferrara (governo municipal). Seu apoio ao movimento organizado inseriu-se nas frentes em que esta atuou neste período, sempre enfatizando "... iniciativas de mobilização massiva e de confronto com representantes do Estado".¹⁶ Em 1996, a FAMOBH congregava cerca de duas centenas de associações¹⁷ onde em seus congressos (foto 2), com grande participação das associações filiadas, se colocavam em pauta questões relacionadas a transporte, violência urbana etc não obstante o foco principal desta federação ter sido, como já colocado, as reivindicações relacionadas à moradia.¹⁸

¹⁴ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Metrôpoles e outras cidades brasileiras – bem antes de 60, muito depois de 80. Obra citada, p. 23.

¹⁵ SOMARRIBA, Mercês. Movimento reivindicativo urbano e política em Belo Horizonte. Obra citada, p. 62.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem, p. 63.

¹⁸ Ibidem.



Foto 2: Movimento dos “sem casa” no segundo congresso da FAMOBH, por volta de 1986. Fonte: CECOM-PCDTECA, Relatório de atividades, 2002.

O atual terreno do Conjunto foi cedido pelo então prefeito Sérgio Ferrara em 1º de agosto de 1987 quando, junto com o então presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais – CODEURB – Roberto Cunha Freire, assinou o convênio de permuta entre o governo do Estado de Minas Gerais e a prefeitura. O evento ocorreu onde hoje se encontra Praça Che Guevara (foto 3). Nesse dia Sérgio Ferrara discursou para cerca de 3000 pessoas¹⁹ (foto 4).

¹⁹ Ferrara cumpre mais um compromisso. **Estado de Minas**. Belo Horizonte 02 de agosto. 1987, p. 17.



Foto 3: Praça Che Guevara, setor 8. Fonte: arquivo do autor, 2007



Foto 4: Dia da inauguração do Taquaril, com Sérgio Ferrara no palanque. Fonte: CECOM-PCDETECA, Relatório de Atividades, 2002.

Como condição para sua cessão definitiva, esse exigiu que não só o CAC-VC, mas todas as Associações do Alto Vera Cruz à época participassem da partilha dos lotes, sendo que apenas essa Associação possuía famílias “sem casa” cadastradas.²⁰

Sobre este episódio, Edneia é clara:

Todas as Associações comunitárias do Alto Vera Cruz teriam direito de indicar famílias para cá [para o Conjunto] o que é isso: dividiu o movimento, nós tínhamos 2000 famílias inscritas, saíram, saíram 2536 lotes [no que hoje é o terreno do Conjunto] e a gente ainda teria que dividi-lo com mais 7 Associações que não participaram [que nem sabiam o que era isso]. Não possuíam nenhuma família inscrita aí virou aquele racha enorme né? Porque todo mundo se interessou.²¹

²⁰ À época da conquista do Conjunto, segundo informações de Paulão ao autor, existiam no Alto Vera Cruz cerca de dez associações de moradores. Entre essas associações cito o Grupo de Paz educando do CIAME, Centro Educando Israel Pinheiro, Obras Sociais João XXIII e a Associação Beneficente do Alto Vera Cruz.

²¹ ABREU, Renato de Paula. *Orçamento Participativo: espaço de politização do Estado e irrupção da política?* Estudo de caso: Conjunto Taquaril. (Monografia). Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 63.

A cessão do terreno para o Movimento foi possibilitada por permuta²² realizada entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano de Belo Horizonte – CODEURB – pertencente ao governo estadual e já extinta, que planejou o parcelamento do terreno para famílias de alta renda em 1981 com os lotes apresentando área mínima de 2300 m² (figura 2). O loteamento Castanheiras foi então reparcelado pela própria CODEURB em lotes de 150 m². As atuais vias secundárias do Conjunto, que na planta de reparcelamento (figura 3) foram nomeadas como “passagens”, foram projetadas já de forma perpendicular às curvas de nível no sentido de acomodar o máximo de lotes na gleba. Vale observar, na referida planta, que apenas as atuais vias veiculares do Conjunto acompanhavam a curva de nível. Quanto a este aspecto do loteamento Taquaril, Roberto, funcionário da URBEL já citado, é claro:

Para se ter idéia eram lotes de 10.000 [m²], e passaram a ser lotes de [150] metros... Os quinhões que eram destinados a este lote foram reparcelados. Foram divididos neste tipo de situação mesmo! Todas as ruas que foram pensadas e implantadas no Taquaril, de pedestres, *são todas elas perpendiculares às curvas de nível*²³,

não obstante as altas declividades da área. Na verdade, a despeito do “rebatimento da cidade sobre si mesma”²⁴, a partir da década de 1980, com o conseqüente agravamento do déficit histórico da metrópole belo-horizontina no que se refere ao provimento de habitações com condições elementares de dignidade para as classes populares, habitantes antigos consideraram como que “jogados” em uma área sem qualquer infra-estrutura e serviços urbanos, onde se imaginava que seriam “vencidos pelo cansaço”. Cada família “sem casa” que recebia o terreno tinha poucos meses para levantar o “barraco” numa situação em que, muitas vezes, seus membros tinham apenas o fim de semana para trabalhar na construção de sua casa. Ocorreram casos em que famílias abrigadas debaixo de lona, após construírem sua casa e retornarem à antiga residência para providenciarem a mudança, ao voltarem viam sua casa demolida e os materiais usados roubados. Rodrigo, oficinairo de dança de rua do Fica Vivo e filho de habitante antiga do Conjunto faz uma descrição pormenorizada da autoconstrução de sua moradia e deixa claro que a luta dos “sem casa” não foi apenas contra o Estado, as condições adversas da área etc. A luta foi contra, muitas vezes, os próprios “sem casa”. Segundo Rodrigo:

Quando a gente veio, a gente ainda tinha que capinar, tirar barranco, tinha que fazer um ‘planamento’ [fazer o terreno] é, fazer o terreno, pra depois

²² Em troca do terreno onde hoje se localiza o Conjunto Taquaril o executivo municipal permutou com a CODEURD terrenos localizados no atual “bairro” Mangabeiras (regional centro-sul) e área localizada no “bairro” Resplendor (regional Barreiro). Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Resolução 1044 de 30 de dezembro de 1987*. Disponível em: <http://bhz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/>. Acesso em: 22 abr. 2007.

²³ Entrevista realizada em setembro de 2007.

²⁴ Na expressão de Heloisa Soares de Moura Costa.

fazer as fundações, né? Aí a gente veio, tirou terra adoidado, fez o aterramento todo certinho, fizemos o alicerce e tal... Esse material que a gente fez o alicerce foi todo doado também. Tinha o material que a gente pegava na associação que já tinha no bairro, na época, era a Jô que era da associação. Então, a gente pegava esse material e levava nas costas mesmo. A gente pegava bem próximo daqui, e a gente morava no setor 7, que é do outro lado. A gente tinha que subir aqui pra cima na praça [Praça Che Guevara]. Onde é a praça hoje, ficavam os materiais de construção. Então, juntava eu, meus irmãos, minha mãe, meus tios que também ajudaram na época, vinha aqui, punha os tijolos nas costas e ia levando pra lá. Janela, as portas, a gente ia levando... Aí fizemos uma barraca de lona pra gente construir o barraco rápido, porque não podia deixar o material, que o pessoal pegava. Se acabasse o material, o pessoal pegava o seu também. Então era aquela disputa de materiais por aqui. Aí conseguimos. Ficamos uns dias debaixo dessa barraca e no outro dia acordava cedo e continuava construindo. Ai terminamos de fazer a casa [foto 5]; Dois cômodos, um banheiro com as portas, as janelas, tudo bonitinho. Ai, quando a gente voltou para o [“bairro”] Serrano pra preparar a mudança pra vir, a mulher ligou e falou que assim que a gente tinha partido, um pessoal tinha ido pra casa lá e derrubaram tudo. Pegaram janelas, pegou as portas, o tijolo, o telhado... Ou seja: deixaram só o alicerce, que já tava mais sólido e não tinham como levar. Então, a gente veio e não tinha nada mais. Nem os tijolos. Eles tinham levado tudo mesmo... Portas, janelas, tijolos, tudo! Aí, minha mãe, muito triste com a situação, não tinha condições de arrumar mais material, porque já tinha dado, já tinha dado como ok a lista de materiais dela. Tinha uma lista por família, com a quantidade exata de materiais por lote e não davam mais do que aquilo. Então o que acontece: minha mãe teve que ir arrumando dinheiro emprestado, comprou 500 tijolos, fez um cômodo só. Sem banheiro, sem nada... Porque ela já não tinha mais dinheiro pra pagar o aluguel, e esse dinheiro que ela tinha arrumado, ela ia ter que pagar no próximo mês. Então a gente fez um cômodo correndo, meus tios vieram e ajudaram de novo... Só colocou o telhado, e como meus tios ficaram em casa enquanto a gente foi lá e... Eu lembro que a gente mudou pra cá numa kombi. Tudo que a gente tinha, coube tudo numa kombi. Era uma kombi mesmo. Aí, a gente subiu e veio pro Taquaril. Saiu do Serrano e veio pra cá. Fomos morar dentro desse barraco de um cômodo só. Não tinha banheiro, não tinha nada. Na época ainda não tinha água, então era caminhão pipa que a gente colocava água nos tambores que a gente colocava nas portas das casas.²⁵

²⁵ Entrevista realizada em fevereiro de 2008.

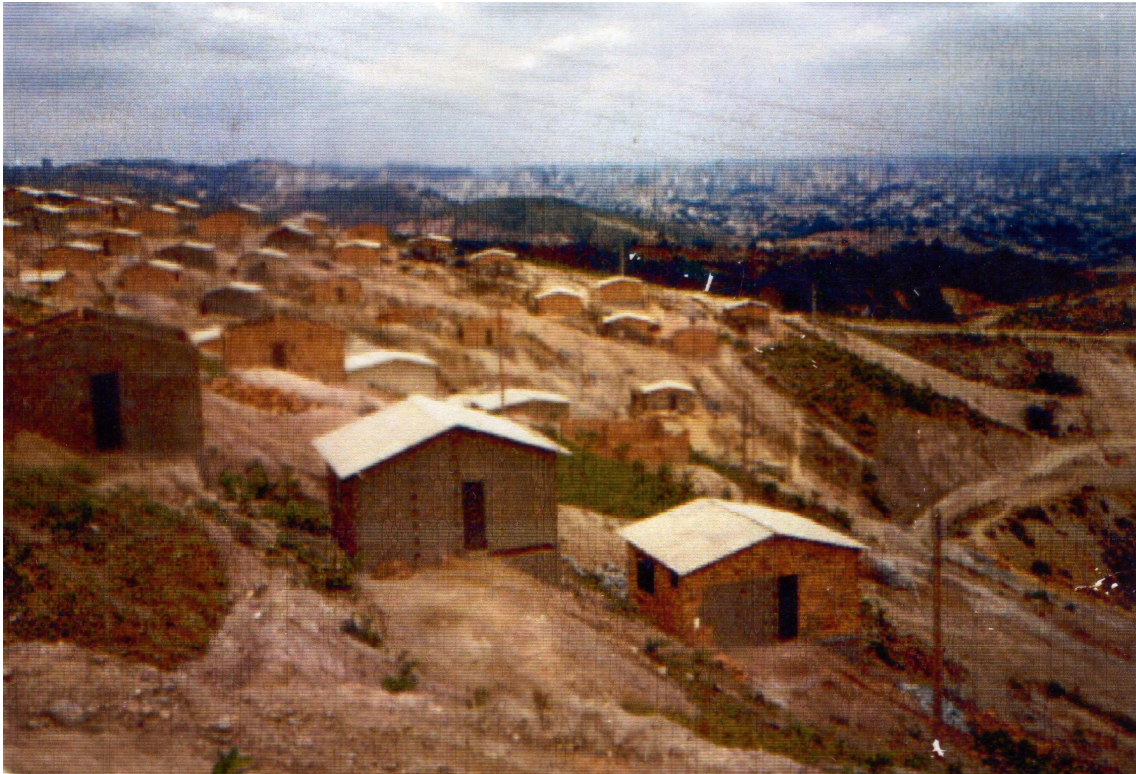


Foto 5: Primeiras casas do Taquaril. Fonte: CECOM-PCDETECA, Relatório de atividades, 2002.

Figura 2: Planta original de parcelamento do assentamento Granja de Freitas em sítios de recreio. Fonte: CODEURB, 1981.

Figura 3: Planta de reparcelamento, não aprovada, do Conjunto Taquaril. Fonte: Secretaria Municipal de Ação Comunitária, s/d.

Parecer geológico-geotécnico, elaborado em 1981 pela ENGESOLO – Engenharia de Solos – para a CODEURB, já constatava a tendência do local para processos erosivos e deslizamentos de terra quando, por exemplo, da retirada de cobertura vegetal e pela própria declividade da área, inadequada, portanto, para consolidação de um assentamento nos moldes do Taquaril.²⁶ Em outras palavras, pode-se dizer que o prefeito Sérgio Ferrara entregou uma área já condenada aos “sem casa”, sendo que as lideranças do CAC-VC à época já tinham esta percepção. O movimento pleiteava, na verdade, o terreno onde hoje se localiza o Conjunto Granja de Freitas (foto 6), cujo terreno era conhecido também como "Fazenda Carvalho de Brito" ou "Mata do Inferno". Sobre este ponto Edneia é clara: "deram [o governo] rasteira na gente (...) o que a gente tava buscando não era este terreno aqui, já estava condenado, o nosso era lá de baixo, onde está hoje o Granja de Freitas". "A gente tinha noção de que o mesmo era área de risco, mas foi o que deram para a gente e a gente teve que vim...".²⁷ Segundo Paulão:

Nosso pleito era o Granja de Freitas, inclusive Granja de Freitas propiciou prisão de lideranças. E o que nos foi ofertado foi o Taquaril... *Não é uma questão de conhecimento técnico, mas sim de visão. Se nós chegarmos, olharmos um terreno tipo Granja de Freitas e olharmos um terreno tipo... Taquaril, nós sabemos qual que é mais propício, qual que é mais viável... Qual é a oferta de maiores... Melhores condições.*²⁸

²⁶ ENGESOLO. *Parecer Geológico-geotécnico sobre obras de terraplanagem: implantação do Bairro Castanheiras*, 1981 (documento não publicado) em diálogo com o artigo de GOMES, Delvo Geraldo; DAYRELL, Leonardo dos Santos; SANTOS, Marcílio Rezende. Avaliação de impacto ambiental decorrente da ocupação de encostas em Belo Horizonte. Conjunto Taquaril – estudo de caso. *Cad. Geografia*. Belo Horizonte: PUC Minas, v.2, n.1, p.43-57, dez.1991.

²⁷ ABREU, Renato de Paula. *Orçamento Participativo: espaço de politização do Estado e irrupção da política?* Obra citada, p.56.

²⁸ Entrevista realizada em outubro de 2007, grifos meus.



Foto 6: Vista parcial do Conjunto Granja de Freitas a partir do setor 2. Fonte: arquivo do autor, 2007. Boa parte das vias de circulação dos setores 10 a 14 (foto 7), área conhecida como Castanheiras, também apresenta as vias de circulação perpendiculares às curvas de nível, sendo os setores 10 a 12 e parte do 13, amplamente loteados por “Cabo Rocha”. No caso destes setores, Paulão considera que não se tinha uma percepção técnica referente ao fato de que, abrindo vias perpendiculares às curvas de nível, se teria um maior aproveitamento do terreno. Paulão considerou que, nesse caso, se levou em conta a forma mais econômica de utilização do maquinário envolvido na abertura das vias. Nos termos do vereador:

E não, eu acho que não se tinha essa noção... Noção técnica não se tinha. Acho que ao se contratar a máquina, foi feito ‘na tora’. Ao se contratar uma máquina, olhava a forma como iria cortar o terreno e como se ia gastar menos horas de máquina, né?! E aí estava propiciando todo o processo. Sem contar os riscos, o aumento das erosões e o risco que as famílias iriam estar correndo.²⁹

²⁹ Entrevista realizada em outubro de 2007.



Foto 7: Vista parcial do setor 14, pertencente a Sabará. Fonte: arquivo do autor, 2007.

Para Zinho e Walter, habitantes que acompanharam a ocupação do Castanheiras, no entanto, a abertura de vias perpendiculares às curvas de nível foi algo claramente ligado à especulação e venda de lotes na área. Segundo Walter:

Essas ruas são muito íngremes, muito íngremes, por quê? Elas teriam que ser atravessadas [acompanhando as curvas de nível] exatamente elas teriam que ser na diagonal, não na horizontal, então o que que a liderança da época olhava? Ela olhava qual era a área melhor, como que ele ia ganhar mais naquela área ali pra poder então... A rua, se ela passasse na horizontal, ela iria atrapalhar a venda daquela área pela liderança. Então muitas vezes as ruas foram feitas na vertical por causa desse processo.³⁰

Zinho e Walter comentaram ainda sobre pessoas que retinham, por exemplo, três lotes e, muitas vezes, não moravam na área, e esperavam por sua valorização no sentido de auferirem algum ganho com a venda.

Na época de minha monografia e até parte do percurso do mestrado sempre esteve claro a importante questão, para os “sem casa”, que era “se livrar” do aluguel, mas nunca me preocupei em “escarafunchar” este aspecto da história referente à conquista do Taquaril. Em reunião com os jovens do grupo de mobilização do Programa Fica Vivo³¹, fui solicitado por

³⁰ Entrevista realizada em julho de 2007.

³¹ O grupo de mobilização é composto por seis jovens, sendo a maioria tambémicineiros e/ou participantes de alguma oficina do Programa. Estes jovens têm, entre outras funções, a de acompanhar o andamento das oficinas cujas impressões são relatadas aos técnicos do Núcleo. Os jovens deste grupo observam também as demandas dos jovens para a possibilidade, por exemplo, de incluir determinada oficina a partir de demanda do “público alvo”, ou seja, a partir da demanda dos jovens na idade de 12 a 24 anos.

Flávia, técnica do Programa, a falar sobre minha pesquisa para estes jovens. Após minha exposição cada jovem se expressou sobre o que sabia a respeito da história do Conjunto, foi quando Luiz, do Alto Vera Cruz, relatou sobre o que o atual vereador Paulão e Roberto, da URBEL, qualificaram como “tubarões de tamanco”: líderes comunitários, por exemplo, que mantinham o controle de dezenas de barracões ou cômodos de aluguel no “Alto”. Em conversas com habitantes antigos e com jovens do Taquaril, claro ficou a importância de se morar, mesmo que em condições precárias e/ou submetidos aos aluguéis extorsivos dos chamados “tubarões de tamanco”, próximo às centralidades de poder da metrópole no que se refere à possibilidade de menor deslocamento diário da casa para o trabalho e/ou lazer e vice-versa. No caso de Josefina Ana, a Jô, primeira presidente do CECOM, esta se viu constrangida a vir se instalar em condições críticas no Taquaril por não ter, com o salário dela e do marido, condições de se instalar em periferias nas bordas do tecido urbano estendido da RMBH pela própria dificuldade financeira e as longas distâncias que teria de cumprir em coletivos, no mais das vezes lotados, de sua residência para o trabalho e vice-versa num tempo, como o espaço, que “... se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade”. Trata-se do “tempo de coação, aquele dos transportes e das formalidades” tempo vinculado ao tempo do trabalho.³² Sobre este aspecto Idelma militante que auxiliou os “sem casa” na conquista do Taquaril, comenta: “... e estar ali [no Alto Vera Cruz] pra procurar um meio de vida pra trabalhar no centro de Belo Horizonte, eles aceitavam [se submeter aos “tubarões de tamanco”]; pois ali era um bairro de fácil acesso ao centro. Podia ir a pé, voltar a pé... Então eles aceitavam isso, entendeu?”³³ Se as favelas e/ou periferias podem ser consideradas como espaços “... de alguma forma preteridos em algum momento do processo de expansão da cidade [de Belo Horizonte]”³⁴, estes lugares são dupla expressão de um espaço como nova raridade e de seu processo de valorização enquanto mercadoria. No caso das favelas, seus habitantes lidam, simultaneamente, com a segregação sócio-espacial presente na aparente dicotomia “morro/asfalto” e, como subentendido, com um processo interno de valorização mercantil do espaço. Seria, portanto, um equívoco colocar a favela e/ou periferia como lugares preteridos dentro de um processo de transmutação da cidade em metrópole como se aí as determinações da propriedade privada como violência e

³² LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008. No prelo.

³³ Entrevista realizada em outubro de 2008.

³⁴ COSTA, Heloisa Soares Moura. *Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte*. Obra citada, p. 62.

fundamento mesmo da urbanização brasileira³⁵ não estivessem presentes. Roberto define o chamado “tubarão de tamanco” como o “cara que detém vários guetos e que coordena um determinado tipo de situação ou invasão. Essa determinada pessoa detinha um determinado tipo de informação [sobre a existência de um terreno público desocupado, por exemplo], pois na verdade [a gleba de terra] não era dele. Então isso existe”. Sobre a presença dos “tubarões de tamanco” no Alto Vera Cruz ele coloca: “[em] determinados lugares você via, *quase como um ‘hotel’*.”³⁶ Sobre a presença dos “tubarões de tamanco” no “Alto” Paulão é mais claro:

[houve] situações de que as famílias, os proprietários de imóveis, eles construíram, alugavam os imóveis, tinham proprietários que tinham 10, 20, 30, 40 barracos... Moradias alugadas. Você está [inaudível] para a questão da urbanização, ou mesmo o saneamento, já enfrentava resistência, porque quem não morava de aluguel, não tinha água, não tinha luz. Os proprietários dos imóveis, os ditos ‘tubarões de tamanco’, eles não gostavam que colocassem água e luz. Eles impediam porque eles viviam da sublocação daquele serviço. Então tinha proprietário que tinha... Fornecia bico de água e luz pra 20, 30 pessoas. Viviam daquilo. Mas se você for ver... Até mesmo associações [comunitárias], por exemplo: dentro de associações comunitárias, como Cabo Rocha [líder comunitário], e outros, tinham... Utilizavam destes artifícios. *Daí surgiu... A gente iniciou um movimento [dos sem casa] pela luta da moradia e...*³⁷

Quando os “Sem Casa” adentram o Conjunto havia, no que hoje são as vias veiculares do Conjunto, postes de energia elétrica, além de alguma pavimentação e instalação de infraestrutura referente à rede de esgoto. À época estas vias eram identificadas por números. A atual Rua Teixeira dos Anjos, que limita os setores 9 e 10 e 5 e 11 sendo ponto final do ônibus 9412³⁸ (foto 8), por exemplo, era a Rua 1, a Rua Gleucy José da Rocha – setores 7 e 8 (foto 9) – a Rua 4 e a Rua Alair Pereira da Silva a Rua 5.

³⁵ ALFREDO, Anselmo. Cidade e metrópole, uma identidade contraditória no processo de urbanização contemporânea. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos e LEMOS, Amália Inês Geraides Lemos. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo, 2005. p. 47.

³⁶ Entrevista realizada em setembro de 2007, grifos meus.

³⁷ Entrevista realizada em outubro de 2007, grifos meus.

³⁸ Taquaril-Padre Eustáquio.



Foto 8: Rua Teixeira dos Anjos na altura do setor 9. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 9: Rua Gleucy José da Rocha na altura do setor 7. Fonte: arquivo do autor, 2007.

Na Rua Gleucy José da Rocha, na esquina com a Rua Pedro Alexandrino no setor 7, localiza-se a Escola Municipal Fernando Dias Costa (foto 10). Na Rua Pedro Alexandrino encontra-se também o Centro de Saúde Novo Horizonte (foto 11), sendo estes, até 2003, os únicos equipamentos de uso Coletivo localizados no Conjunto.¹⁴⁰



Foto 10: Escola Municipal Fernando Dias Costa. Fonte: arquivo do autor 2007.

¹⁴⁰ Secretaria Municipal de Habitação, p.11.



Foto 11: Centro de Saúde Novo Horizonte. Fonte: arquivo do autor, 2007.

Entre as vias veiculares do Conjunto destaco ainda a Rua Ramiro Siqueira (foto 12), que limita o setor 5 com o setor 7 e parte dos setores 9 e 6 e a Rua Ercília Siqueira (foto 13).



Foto 12: Rua Ramiro Siqueira na altura do setor 5. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 13: À esquerda início do setor 4, Rua Ercília Siqueira, à direita continuação desta via em direção ao setor 2. À Frente Setor 3 na continuação da Rua Ramiro Siqueira. Fonte: arquivo do autor, 2007.

A partir do momento em que os “sem casa” iniciam a ocupação do que hoje é o assentamento Taquaril, começa o árduo processo de produção da atual morfologia social do Conjunto já que os atuais habitantes antigos se depararam com uma área a ser limpa, com ruas a serem abertas e, logicamente, com a inexistência de qualquer tipo de serviços e infra-estrutura urbana. De alguma forma, os habitantes tinham, sempre tiveram, e têm consciência, ou elaboram representações, de sua vivência na metrópole, como uma trajetória de negação ao acesso desentrevado a bens e serviços materiais e/ou simbólicos que esta espacialidade tem oferecido no contexto do processo, brasileiro, de modernização. Vivem, no cotidiano, a histórica violência que a urbanização no Brasil, enquanto espoliação urbana, têm representado para as classes populares. Trazem consigo uma história com muitas vitórias e derrotas em suas lutas para se afirmarem e serem ouvidos como sujeitos políticos em uma metrópole que, desde o recente surgimento do Conjunto, os tem, em certos momentos de forma ostensiva, em outros de forma velada, apartado das possibilidades de emancipação política e social presentes no espaço urbano como arena em que se debatem os constrangimentos da modernização e as possibilidades de realização da humanidade do homem presentes nas promessas do mundo moderno. Idelma, militante que acompanhou o movimento “sem casa” desde seu início em 1984 e no(s) desafio(s) posto(s) para a consolidação do Taquaril enquanto assentamento identifica, neste lugar, pelo menos cinco momentos distintos de sua história, senão vejamos.

Os dois primeiros momentos referem-se às vivências dos habitantes do Conjunto até 1993, ano em que se inicia a gestão petista na prefeitura de Belo Horizonte e se implanta o Orçamento Participativo – OP – criando-se, bem ou mal, uma instância específica para que, principalmente os habitantes de Vilas e Favelas encaminhem suas reivindicações por infraestrutura e serviços urbanos.³⁹ O primeiro momento ficou marcado pela luta por moradia e a preparação, abertura de ruas e, principalmente, autoconstrução da própria moradia. Vários relatos de habitantes antigos que viveram este processo dão conta da importância das mulheres tanto nas manifestações dos “sem casa” para a conquista do terreno, como em seu preparo, nos primeiros esboços de uma morfologia social do Conjunto. Segundo relato de “seu” Oswaldo, um dos primeiros habitantes do Conjunto, o atual setor 8 foi a primeira área a ser desbastada pelos então recém chegados “sem casa”. Este setor foi praticamente o único a ter contado com apoio técnico, sendo limpo por um mutirão (fotos 14 e 15) que concentrou centenas de pessoas movidas pela necessidade premente de autoconstrução da casa própria. Nos setores posteriores os mutirões foram de menor magnitude, mas, é consenso entre os habitantes antigos entrevistados, a existência, neste momento, de uma maior cumplicidade entre os mesmos, mesmo que houvesse duas pessoas construindo em mesmo lote, a sorteada e alguém com a intenção de se apropriar do mesmo, ou roubo de material, como já colocado etc. No que se refere à autoconstrução simultânea de moradias, Edneia, atual presidente do CECOM, relatou que, em sua casa, em seu barraco,

lá tinha duas pessoas mexendo nele ao mesmo tempo. Cê conhece a história da onça e do coelho? Eu chegava num final de semana ai tava aberto mais do que aquilo que eu abri, eu chegava num outro final de semana as [caixas] já estavam cheias, eu chegava num outro [fim de semana] a parede já estava muito mais alta do que o que eu deixei. Eu falei assim: Gente tem um anjo me ajudando, se não for um anjo me ajudando tem alguém querendo me passar a perna. Aí, numa reunião, que a gente fazia sempre fazia reunião, o grupo desta associação que a gente tem mais organizado, sempre, todo final de semana, fazia reunião, para discutir os problemas desde 1987.⁴⁰ Aí, lá na reunião eu falei: olha tem alguém que tá me ajudando a construir o meu barraco, eu espero que esteja só ajudando mesmo, caso contrário né? A gente vai ter que ver o tamanho da família, porque a minha é grande, e nós

³⁹ Trata-se da eleição, em 1992, da Frente BH Popular que “... foi composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Comunista do Brasil – PC do B, Partido Comunista Brasileiro – PCB e o Partido Verde – PV”. Cf. FÁRIA, Cláudia Feres. *Democratizando a relação entre o poder público municipal E a sociedade civil: o Orçamento Participativo em Belo Horizonte*. 1996. p. 95. Essa frente elegeu Patrus Ananias para o governo municipal, gestão referente a 1993-1996.

⁴⁰ A CECOM foi criada em 1987 quase como extensão do CAC-VC. Este surgimento já nos inícios do Conjunto se justificou pelo fato de que o comércio de lotes pelas outras associações do Alto Vera Cruz, que os receberam para sorteio entre os “sem casa”, logo também teve início. Mostrou-se, portanto, importante a presença de uma associação que acompanhasse o cotidiano do Conjunto procurando coibir a especulação e venda lotes no Taquaril. As reuniões para se discutir este e outros problemas relacionados ao Conjunto vem desde 1987.

vamos ter que dividir os dois cômodos, aí fomos descobrir quem estava mexendo lá comigo, aí tinha uma pessoa crente que aquele lote era dele e que tinha um anjo ajudando ele a construir também, aconteceu muito isto aqui.⁴¹



Foto 14: Mutirão para limpeza de terreno no Taquaril. Imagem obtida entre 1987 e 1989. Fonte: CECOM-PCDTECA, Relatório de Atividades, 2002.

⁴¹ ABREU, Renato de Paula. *Orçamento Participativo: espaço de politização do Estado e irrupção da política?* Obra citada, p. 78.



Foto 15: Mutirão para limpeza de terreno no Taquaril. Imagem obtida entre 1987 e 1989. Fonte: CECOM-PCDTECA, Relatório de atividades, 2002.

Ao longo das considerações feitas até aqui, subtendido está o compromisso deste autor em não romantizar o processo de conquista e construção da morfologia social do Conjunto. Por um lado, mais de um habitante antigo expressiu ser, o Taquaril, obra sua e expressão das lutas em que se consubstanciaram, em certos momentos, o embate direto com a polícia e pressão efetiva sobre o Executivo municipal. Nos relatos destes habitantes percebo a memória como estando cumprindo um papel “(...) de afirmação dos que foram ‘excluídos’ do fazer História”.⁴² Em outras palavras, por meio da memória, esses habitantes “(...) declaram-se sujeitos e não só agentes do trabalho, peças da máquina, instrumentos da produção. [De alguma forma declaram-se] sujeitos de suas idéias e suas lembranças”.⁴³ Nesta pesquisa, procurei, na situação de entrevista, lidar e tecer reflexões acerca dos possíveis momentos em que o entrevistado se vê contraposto às representações históricas acerca dele como habitante

⁴² MARTINS, José de Souza. Introdução. In: *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2002. p.19. No que se refere à(s) radicalidade(s) postas no que se refere à memória na periferia conferir também MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica*, obra citada, p. 58-60. Sobre a memória e as possibilidades de irrupção do dissenso, cf. SILVA, Ana Amélia da. Teatro da exceção (figurações). In: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (orgs). *A era da indeterminação*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2007. p. 177-178.

⁴³ MARTINS, José de Souza. Introdução. In: *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha*. Obra citada.

periférico e a sua própria história reportada, ou reconstruída a partir de sua memória. Seria este um momento crítico referente às possíveis radicalidades afeitas à periferia no que se refere às (im)possibilidades de realização da política como transformação social no espaço urbano brasileiro? As falas de alguns habitantes antigos, por outro lado, me reportam às representações em torno das classes populares como sujeitos infrapolíticos, praticando o *político* por meio do messianismo e/ou clientelismo político.⁴⁴ Ao mesmo tempo em que ressaltam as lutas pela conquista do Conjunto, colocando-se como (anta)protagonistas do processo, demonstram uma visão paternalista do então prefeito Sérgio Ferrara, como este lhes tendo feito um favor.

Em estudo de campo, perguntado sobre o envolvimento do tráfico de drogas nas mortes violentas de jovens no Taquaril, Alessandro, técnico do Programa Fica Vivo no Núcleo Taquaril, observa, neste fenômeno, conexões com a história do Conjunto no que se refere à luta pela terra e sua presença, hoje, na disputa por territórios nesta espacialidade. Considera que a relação das mortes com o tráfico é algo secundário, observando, por exemplo, jovens do setor 5 em disputa por territórios com jovens do setor 2 etc. Para Alessandro:

No Taquaril, e..., no... Por exemplo, é possível fazer uma diferenciação entre o perfil do Castanheiras, do Taquaril e do Alto Vera Cruz. No Alto Vera Cruz essa divisão territorial está muito ligada à questão do tráfico de drogas, isso é muito marcante no Alto Vera Cruz que tem um tráfico de drogas muito organizado. No Taquaril não, no Taquaril existe uma questão (...) desde o início do Taquaril que é uma questão de território, de posse pela terra. O Taquaril nasce a partir de uma disputa, de uma disputa não, nasce de uma luta é... Dos movimentos sociais buscando terra e teto, né? Para constituir moradias e residências, uma luta organizada, mas que desde o início do Taquaril a questão do território é muito marcante e isso também é muito marcante no que diz respeito à violência. *É... no Taquaril é característico a questão de disputa por território. Nem sempre tem relação com o tráfico de drogas.*⁴⁵

Tenente Novaes comandante do GEPAR – Grupamento Especializado de Patrulhamento em Área de Risco do 22ºBPM – tem a mesma percepção, considerando, na atuação de gangues no Taquaril, o tráfico de drogas como pano de fundo. Nos termos do Tenente: “as gangues, que têm formadas ali, a questão do território delas é muito bem definida. O tráfico atua como pano de fundo, mas não é o principal motivador [inaudível], são territórios mesmo que são disputados. O tráfico lá [no Taquaril] é fraco”.⁴⁶ Edneia, atual presidente do CECOM, fez

⁴⁴ Cf. CHAUI, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁴⁵ Entrevista realizada em agosto de 2007.

⁴⁶ Entrevista realizada em janeiro de 2008.

menção a assassinatos de garotas como acerto de contas ou discussões que começam como briga de escola.⁴⁷

O segundo momento vivido pelo Conjunto tem como marco de início o primeiro esboço de consolidação do Taquaril enquanto assentamento, com pelo menos parte dos terrenos limpos, das casas autoconstruídas e algumas ruas abertas. Josefina Ana, a Jô, primeira presidente da CECOM-PCDTECA, em entrevista ao autor, conta que com a conquista do lote e autoconstrução de sua casa seus problemas já estariam resolvidos. Esta se deu conta, no entanto, que lhes foi cedida uma área sem qualquer infra-estrutura e serviços urbanos. Esta entrevistada relembrou a época em que cedo punha seus filhos para tomar banho em alguns cursos d'água que hoje, poluídos, cortam o Conjunto. Começaram, então, as lutas por água encanada, energia elétrica, transporte público etc. Nessa fase considera que ainda era menos trabalhoso aglutinar as pessoas para reivindicarem melhorias. Segundo a entrevistada:

Era mais fácil mobilizar naquela época porque nós não tínhamos luz, nós não tínhamos água, nós não tínhamos transporte, nós não tínhamos escola, nós não tínhamos nada no Conjunto! Fomos jogados aqui e largados aqui, né? Isso há vinte anos atrás. Então foi muita luta pra atingir isso que nós atingimos aqui, porque muitas coisas nós conseguimos antes do Orçamento Participativo.⁴⁸

Até a criação do Orçamento Participativo, na gestão Patrus Ananias, a conquista das poucas melhorias para o Conjunto foi resultado, como já transparece neste primeiro relato da entrevistada, principalmente de mobilização em massa dos habitantes com, muitas vezes, embate direto com a polícia. Esta entrevistada relata caso em que, nas lutas pela conquista da água, tinham combinado de se encontrar na Avenida Alfredo Balena, em frente ao Teatro Marília, na região central de Belo Horizonte, com cerca de 400 habitantes para marcharem rumo à sede do Executivo estadual na Praça da Liberdade. A informação vazou e policiais cercaram a entrada do Conjunto. Como estratégia a entrevistada orientou a que os moradores saíssem e pegassem os ônibus em pequenos grupos de 10 pessoas. Ela, tendo em mente a possibilidade dos policiais saberem o local de sua residência e a reconhecerem fisicamente, saiu pela janela de seu barraco, procurando disfarçar sua aparência vestindo roupa de sua filha adolescente, escapando do cerco. Segundo a entrevistada

Eu juntei aqui 400 pessoas ou mais, baixei na COPASA. Só que não foi simplesmente juntar e ir não! Sábado, eu fazia reunião todo sábado,

⁴⁷ Eloísa Guimarães, estudando o fenômeno das galeras funk cariocas, faz uma instigante análise referente à reprodução do jovem na periferia. Em seu estudo de caso a escola, por exemplo, aparece como instituição sitiada em meio a disputas por território e à ambigüidade da relação dos jovens das galeras com o narcotráfico local. Cf. GUIMARÃES, Eloísa. *Escolas, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

⁴⁸ Entrevista realizada em julho de 2007.

combinei com o pessoal: segunda feira vocês vão ter que matar serviço, pelo menos na parte da manhã, porque nós vamos ter que ir até a secretaria de... lá na COPASA lá... na Praça da Liberdade. E todo mundo concordou, e, oh! E passa para as pessoas que não vieram! Quero faixa, quero cartaz (...) eu morava num barracãozinho aqui atrás, que tá lá até hoje, onde meu filho... essa moça que veio aqui é minha nora, mora lá. Então, quando foi segunda feira, tinha combinado sair daqui 8 horas, 7:30 levantei. Tava coalhado de viatura, falei: gente, o que é isso? Alguém denunciou. Mas aqui tinha um outro presidente sabe? Atrapalhar, é [referindo-se a Cabo Rocha] deve ter sido alguém dele, ele mesmo, né? Que eu fiz? Vesti uma roupa da minha filha, né? Uma roupa mais... de criança assim, de jovem, né? Uma saia jeans toda desfiada, tênis cano alto, assim, pulei pela janela e fui pra Associação. Eles estavam esperando sair uma senhora, né? Nem me reconheceram. Lá na Associação eu entrei, falei: gente o que nós vão fazer... vocês viram? Falei: olha minha pasta esta lá em casa [inaudível], veio alguém botou a pasta dentro, levou a pasta pra mim. Vamos organizar o seguinte: de dez em dez vocês vão saindo, vão pegando o ônibus no Alto Vera Cruz, Saudade [inaudível] e me esperem em frente ao Teatro Marília. Lá vocês descem. Me esperem lá, que lá nós vamos subir a pé até na praça da liberdade. Concentrei lá e falei com a outra menina, falei: você... chegando, você chama a imprensa, que se nós não tivermos com a imprensa, eles não vão deixar nós sair de lá mesmo, igual fizeram aqui [no Taquaril]. Mas lá [em frente o Teatro Marília] porque que ter esse tanto de viatura, no meio do trânsito é mais difícil, né? E eu saí por último, não! Aí me parou um major, e falou assim: A senhora é a Jô? Eu falei: eu não vim numa reunião que diz que tinha aqui mais... que pra gente ir até COPASA, mas agora desistiram de ir, eu vou embora trabalhar. Agora estou indo trabalha. Quando eu descí o pessoal já tava lá [inaudível]. Cadê a imprensa, daí? Tá. Tava o Diário da Tarde. Vam bora! E fomos e descemos ali, pegamos ali em frente o Pronto Socorro, aquela rua atravessando a Afonso Pena, passando em frente... pegando a João Pinheiro [inaudível]. Nós viemos entrando a João Pinheiro, e as viaturas já estavam cercado. Falei: não! Nós vamos... aí nós voltamos, passamos por baixo da Igreja da Boa Viagem, ali sabe? Em vez de entrar naquela rua lateral ali, da secretaria da COPASA. Quando nós chegamos ali o cara falô: não pode manifestar na Praça da Liberdade! Aí o jornalista quis saber por que, né? Se eles tão aqui reclamando água, que não consegue e tal, e tal, e tal, por que... eu falei: eu quero ir naquele prédio, com o mapa debaixo do braço. Não, mas você não pode, porque não sei o quê, não sei o quê. Falei: Nós não vamos sair daqui! Aí que chegou mais jornalistas. [Inaudível] mas não pode manifestar na Praça. Mas porque não pode? Eu não tô manifestando na Praça, eu quero passar por ali. E outra coisa! Eu não vim aqui manifestar! Eu vim pedir ao governo do Estado que cumpra a parte dele! Da constituição brasileira! Que é nos dar condições dignas de moradia, só isso!⁴⁹

Nos setores 2 a 9, de modo geral, as ruas recebem o nome de “bairros” existentes em alguns municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, estes nomes não são aleatórios. Os nomes das ruas do Taquaril, referentes aos setores do reparcelamento original da área, são expressão do episódio, ocorrido na década 1990, em que, por meio do SERVAS, que cedeu

⁴⁹ Entrevista realizada em julho de 2007.

400 padrões de energia elétrica, os habitantes conseguiram com que a CEMIG, de certa forma por meio de barganha política com assessor da presidente do SERVAS à época, ligasse estes padrões no Conjunto. Para tanto foi exigido que se nomeasse as ruas e numerasse as casas para que se ligasse os padrões. Como os habitantes teriam apenas três dias para nomear as ruas, se decidiu pelo nome de bairros por ser algo que todos se lembrariam, em quantidade suficiente, sem grandes dificuldades. Segundo Jô:

Foi o seguinte: como eu te disse, eu não tinha nenhuma experiência como liderança, como nada. Como eu não tinha experiência, eu sentei com o povo, primeira coisa que eu fiz, eu falei, vou reunir pra que nós definamos qual que seria nossa prioridade. Então ficou escolhido luz, água e transporte. O ônibus parava lá embaixo. Sabe aquele morrão lá embaixo depois da escola lá?! Parava lá embaixo! Então eu falei: “tem que sair à procura da Metrobel”; que era Metrobel, COPASA e CEMIG. Eu tive mais sorte na CEMIG. Porque na CEMIG não precisou de mobilização, sabe?! Então eu consegui falar na CEMIG, demonstrei que a associação era absolutamente apartidária, nós não queríamos nos meter com político, nós queríamos nossas obras, mas nada nos impediria também de votar num político, em alguém que fizesse alguma coisa por nós, antes das eleições. Então nós conseguimos essa reunião com a CEMIG. Fui procurada por um assessor de Maria Lúcia [Maria Lúcia Cardoso]. Maria Lúcia era vereadora na época e ela era presidente do SERVAS. E o SERVAS essa época estava doando padrão [de energia elétrica] para todo mundo e tal, tal. E eu fui procurada por esse assessor Ruy Tangade que falou assim: “olha eu tô saindo candidato, você me apóia?” Aí eu falei: “oh, não sei, isso aí eu tenho que negociar com o povo. Mas nós precisamos de tantos padrões, luz em todo bairro, que num tinha né? Isso, isso, isso e isso, dá pra você fazer antes das eleições?” “Dá” [ele respondeu]. E já lá no dia, lá na CEMIG, o cara virô e falou assim: “Olha, só que as ruas do Taquaril não têm endereço não. Como é que nós vamos colocar luz num lugar que não tem nem endereço, num tem rua aberta, nada?! Aí eu falei: “Não, endereço a gente dá um jeito uai!” Sentei numa maquinazinha, uma Remington, aquelas oh... Ta, ta, ta. Mas muito assim, aquelas teclas duríssimas, dei nome em todas as ruas. Chamei a comunidade: “olha, nós precisamos dar nome às ruas” peguei o mapa do Taquaril e falei: “você mora em qual rua? Ah eu moro na rua assim, assim, assim. Ah, eu quero na rua Beija Flor... Ah, eu quero”. “Não, nós temos que escolher um tema só”. Nome de flor, aí eu dizia, todo mundo sabe que tem mais de duzentos nomes pra gente colocar nas ruas? Vamos dar nome de uma coisa mais simples que a gente conhece muito. Bairros. Aí foi dando nome, Esplanada, Sagrada Família, Céu Azul, Funcionários, fui dando nome às ruas, todas, colocando nome de bairro. Depois numerei todas as casas, no mapa e depois descí casa por casa numerando, colocando os números, para não sair errado. Eu tinha três dias para fazer este trabalho. Todo, todo, eu tinha três dias. Desci de rua em rua. Algumas pessoas que me ajudaram e fui colocando o número nas casas, até aquelas que só estavam assim nesta altura, né?! “o número da sua casa a partir de hoje é esse”. Com três dias eu entreguei todos os endereços.⁵⁰

⁵⁰ Entrevista realizada em julho de 2007.

Neste segundo momento do Conjunto, Idelma, ex-militante já citada, já observa algum arrefecimento da união e garra iniciais implicadas na conquista da área e de um primeiro esboço do Taquaril como assentamento. Mesmo que o CAC-VC e o CECOM tenham, desde a década de 1980, certo vínculo institucional por suas ligações com o PCdoB – Partido Comunista do Brasil –, observo que, não obstante a prevalência do puro ativismo ou de uma prática com pouca elaboração crítica acerca do significado destas vivências, nestes dois primeiros momentos prevaleceu o caráter instituinte do movimento. Este procurou se sobrepor aos mecanismos, empregados pelo Estado, como o da barganha política, de institucionalização dos movimentos e suas reivindicações.

Desde que tenho acompanhado os trabalhos de Edneia, atual presidente desta associação, há cerca de cinco anos, percebo em suas falas e práticas uma postura ambígua a meio caminho entre o instituinte e o institucional. Esta postura se esboça no momento, por exemplo, em que esta liderança qualifica o Executivo municipal como “parceiro”. Compreendo essa ambigüidade como sendo, na verdade, “necessária”, como fazendo parte de um “jogo de cintura” que, se não estivesse presente, poderia colocar por água abaixo anos de “costura política”. Isso poderia representar para o Taquaril o retorno, por parte da prefeitura, à sua antiga condição de “inexistente” no mapa da metrópole. Sobre este fato a atual presidente da CECOM identifica, desde a emergência do Taquaril na metrópole, o não reconhecimento, por parte de prefeituras anteriores à capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores – PT –, dos habitantes do Taquaril como cidadãos pertencentes, na dimensão de (anta)protagonistas, ao processo mais geral de (re)produção do espaço na metrópole belo-horizontina. Esta presidente cita episódio em que funcionário de uma destas prefeituras, em reunião com habitantes, simplesmente estendeu o mapa de Belo Horizonte na mesa e pediu para que esses identificassem o Taquaril, numa referência à inexistência, pelo menos oficial, do Conjunto no mapa da metrópole. “Jô” (anta)protagonista do episódio relata:

O Amílcar Martins, disse uma vez na minha cara, em plena prefeitura. Esse dia eu o chamei de irresponsável, ele mandou o segurança me retirar da sala. Só que eu também sou muito atrevida, e [o Amílcar Martins] falou assim: ‘oh, o Taquaril, vocês inventam, inventaram esse tal de Taquaril, *isso nem consta do mapa de Belo Horizonte*’ palavras dele. ‘Outra coisa, essa meia dúzia de pobre coitado que vocês acharam para lá a fora, debaixo de uma barraca, para vir responsabilizar a prefeitura, por vocês não terem competência para ser alguém na vida!’ aí eu falei ‘mas não é responsabilidade nossa aquele povo estar morando de baixo da barraca! E nós estamos sem luz, sem água, sem telefone, sem nada no Taquaril. *Se ele não consta do mapa metropolitano de Belo Horizonte, daqui alguns anos ele vai passar a constar. Porque lá existe gente, lá tem o povo... povo que*

colocou você aqui! Onde você está hoje. Ele estava com o, ele estava no lugar do Eduardo [Azeredo], Eduardo que era na verdade o prefeito, ele estava no lugar do Eduardo. O Eduardo estava fazendo uma viagem, ou ele estava num lugar... Não! Quem foi eleito foi o Pimenta [da Veiga]. O Pimenta saiu para fazer não sei o quê, conseguiu um outro cargo político, e o Eduardo que era o vice assumiu. O Amílcar era presidente da Câmara, e o Eduardo tinha ido fazer não sei o quê, que era o atual prefeito, de vice passou a prefeito. Aí ele assumiu lá por alguns dias. Então ele falou comigo assim: ‘como’ é que você vem falar que a responsabilidade é do Estado?’ aí eu falei, ‘você não conhece a constituição brasileira não? É responsabilidade de vocês sim’. Aí eu levantei a mão e fiz isso. Ele não gostou muito não. E falou ‘segurança retira essa mulher daqui!’ aí eu falei, ‘mulher não! Essa senhora e outra coisa, segurança não vai me retirar daqui não. Chama a viatura para me retirar! Porque lá embaixo tem mais de 300 pessoas, e a partir do momento que eu for lá para fora, nós não vamos sair daqui, enquanto você não falar comigo. *E me respeitar, de igual para igual. Porque eu sou muito melhor que você, com certeza!*⁵¹

Cabe frisar, no entanto, que pelo menos parte do movimento reivindicativo do Taquaril, ligado, por exemplo, à CECOM, tem clareza que o Estado, enquanto reproduzidor do político em detrimento do fazer política, como portador de uma racionalidade que apenas reitera, como discurso competente, a condição de subalternidade do habitante periférico, não deixou de ser Estado com a emergência, portanto, da Prefeitura capitaneada pela coligação que teve à frente o Partido dos Trabalhadores. Ruth Cardoso⁵², procurando compreender a ambigüidade presente em certos movimentos, tendo em conta, principalmente, os movimentos reivindicativos urbanos que emergem a partir de fins da década de 1970, a interpreta como sendo o modo de atuação das classes populares num duplo jogo. Neste, simultaneamente, pretendem “... lutar pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos e viabilizar suas demandas”.⁵³ Portanto, segundo a autora,

se aceitarmos este duplo caráter dos movimentos reivindicativos, podemos compreender as oscilações que ocorrem em todos eles, entre momentos de maior e menor participação e também a coincidência entre pronunciamentos altamente críticos sobre o governo e as negociações contínuas com os funcionários encarregados dos contatos com o público.⁵⁴

Em parte, esta ambigüidade torna-se mais clara a partir do terceiro momento do Conjunto referente à gestão Patrus Ananias. Sobre este período, o que parece ficar é a imagem de uma relação menos hierárquica e mais dialógica dos movimentos com o executivo municipal no âmbito do OP. A construção dos termos deste instrumento de gestão urbana e sua realização parece ter estado mais próximo de um trabalho mais conjunto, não obstante Edneia avaliar

⁵¹ Entrevista realizada em julho de 2007, grifos meus.

⁵² CARDOSO, Ruth C.L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo Almeida, Maria Hermínia Tavares de (org). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasileira, 1983. p. 215-239.

⁵³ *Ibidem*, p. 226.

⁵⁴ *Ibidem*, loc. cit.

que a eleição de uma dita prefeitura democrática popular ter sido fator de enfraquecimento das associações congregadas em torno da FAMOBH que, para esta liderança, perdeu muito de sua força a partir de então. Para Edneia, com a subida de Patrus ao governo municipal,

as pessoas começaram a colocar na cabeça que agora não precisa da gente ir naquelas reunião mais não. Nós elegemos um cara para *representar* a gente, agora ele [o Patrus] que se vira! Ele é que vai fazer agora! Precisa da gente ficar correndo atrás mais não. Assim as reuniões foram esvaziando, esvaziando, murchô a entidade, enxugaram a entidade, acabaram com a entidade [com a FAMOBH]. *Conquistamos uma prefeitura democrática mas como ela vai ser democrática se o povo não está lá dentro fazendo com que ela siga o rumo necessário?*⁵⁵

Neste momento se observou, no Taquaril, e desconsiderando a qualidade da participação, grande mobilização de habitantes para as plenárias. Posterior a esse momento, principalmente na gestão Fernando Pimentel⁵⁶, observo um esvaziamento do interesse pelo OP no Conjunto e, levando-se em conta os relatos da presidente da CECOM, um desgaste da relação dos movimentos com o executivo municipal. Segundo Edneia, a CECOM-PCDTECA não participará da atual versão do OP a ser realizada neste ano de 2008 referente à bianualidade 2009/2010. Os apontamentos em torno do que seria uma terceira e quarta fases do Conjunto e uma mais clara institucionalização da luta, não retira a positividade do OP enquanto aprendizado, principalmente no que se refere aos habitantes mais engajados, ligado ao trato, à capacidade de negociação, ao conhecimento mesmo do Estado consubstanciado no executivo municipal e sua estrutura organizativa. O quinto e atual momento do Conjunto, se inicia em início deste século e é o centro deste trabalho.

Acompanhando um evento do projeto “Compromisso com a cidade: espaço de cultura e cidadania”, numa tarde do dia 28/04/2007, realizado na Escola Municipal Alcinda Torres, “bairro” Taquaril e organizado pela ONG Ação Urbana em parceria com a PUC Minas, fui instigado a pensar sobre a presença de novas articulações no Conjunto, para além das associações comunitárias, com possibilidades de outro(s) olhar(es) que venham divergir/acrescentar aos dos habitantes antigos deste lugar. Falo dos Jovens. Estas impressões ficaram quando, após intervenções de William Rosa Alves, professor assistente

⁵⁵ ABREU, Renato de Paula. *Orçamento Participativo: espaço de politização do Estado e irrupção da política?* Estudo de caso: Conjunto Taquaril. Obra citada, p. 60.

⁵⁶ Fernando Pimentel elegeu-se vice-prefeito em 2001 em chapa que elegeu Célio de Castro, à época filiado ao PT, prefeito. Em novembro do mesmo ano assume interinamente a prefeitura, já que Célio de Castro se licencia por motivo de saúde. Em 8 de abril de 2003 assume definitivamente a prefeitura em função da aposentadoria, por motivo de saúde, de Célio de Castro. Fernando Pimentel foi reeleito prefeito para a gestão 2005-2008. Cf. <http://www.camaradiv.mg.gov.br/noticias5.php?nNoticia=549> acesso em 01/05/2008 às 20:04 h.

do Departamento de Geografia da UFMG, e Edneia, atual presidente do CECOM, na rodada de perguntas, alguns jovens vinculados ao programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano e Social teceram interessantes indagações quanto ao futuro do Conjunto. Uma jovem especificamente, me lembro, indagou se a vinda de certas melhorias para o Taquaril não ocasionaria sua valorização e conseqüente expulsão de habitantes sem condições monetárias de se reproduzirem no local com a possibilidade de formação de novas localidades frágeis, do ponto de vista material, em outras espacialidades. A partir das impressões deixadas por este evento, tenho buscado compreender, no Conjunto, estas novas centralidades que têm se consubstanciado em trabalhos realizados com a juventude do Conjunto. Assim, as parcerias entre o Estado e o terceiro setor e a atuação de ONGs como a Pauline Heishtul, todos estes atores realizando trabalhos com os jovens do Conjunto, são o pano de fundo para compreensão do(s) sentido(s) e as necessidades radicais, se é que elas existem, que permeiam, hoje, o(s) lugar(es) em que se reproduzem as classes populares brasileiras. Nesta pesquisa persigo estas questões a partir do Programa Fica Vivo, âmbito estadual, e do programa federal Agente Jovem gerido em parceria com o Executivo municipal. A gestão dos dois programas, como já colocado, se dá por meio de parcerias entre Estado e entidades do terceiro setor. O Núcleo Taquaril do Fica Vivo, onde também funciona o Programa Mediação de Conflitos (foto 16), e o Núcleo Taquaril do Agente Jovem localizam-se na Rua Antão Gonçalves no limite entre o “bairro” Taquaril e o Conjunto, mais especificamente com o setor 8. No Conjunto, o núcleo de atividades do Instituto Pauline Heishtul localiza-se na Praça Che Guevara, trata-se do Espaço Cultural Planetários, onde ocorrem, entre outras atividades, oficinas do Fica Vivo (foto 17). No Castanheiras, oficinas do Fica Vivo e do Programa Agente Jovem funcionam no Espaço Cultural Cuca, localizado na rua Catarina de Freitas, setor 13. As turmas do Agente Jovem são sempre compostas por 25 jovens, na faixa etária, em Belo Horizonte, dos 15 aos 18 anos, sendo que o Núcleo Taquaril funciona com duas turmas de 25 jovens, uma turma pela manhã e uma à tarde, o mesmo ocorrendo com o Núcleo Castanheiras, que até recentemente funcionava na Escola Estadual Juscelino Kubitschek. Muitas oficinas do Fica Vivo já existiam antes do Programa, sendo institucionalizadas com o mesmo. De modo geral, os oficinairos são do próprio Conjunto, onde observei casos em que as oficinas ocorrem em espaços como escolas, o Espaço Cultural Planetários, e em espaços alugados pelos próprios oficinairos. O Núcleo do Programa Agente Jovem no Taquaril em 2007, quando comecei a acompanhar os trabalhos de Pedro educador comunitário deste núcleo, estava localizado na Rua União nº 100, setor 9 (foto 18). A partir de 2008, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Visão Mundial,

organização não governamental responsável pela gestão do Programa nos núcleos Taquaril e Castanheiras, dividem o aluguel do espaço localizado, como já colocado, na Rua Antão Gonçalves (foto 19). Perseguindo o(s) sentido(s) de ser jovem e ser jovem na periferia entrevistei jovens oficinairos do Fica Vivo, Pedro, educador já citado do Agente Jovem, e jovens atendidos por estes dois programas. Uma percepção que tenho destes contatos, o que será uma das questões a serem discutidas no quarto capítulo desta dissertação, é que trazer para esses programas jovens que estejam, de fato, em vulnerabilidade ainda é um desafio para ambos. De modo geral, no que se refere aos jovens com os quais estabeleci contato, estes perseguem sonhos, não se resignam com as mistificações acerca da periferia no que se refere a uma “demonização” da rua, por exemplo. Enfim, estes jovens não se vêem como vulneráveis ou como problema social. O jovem periférico pode *se tornar* um problema social no que se refere, por exemplo, a uma negação da moratória social em processos de inclusão perversa a esta sociedade. Percebi que estes jovens não enxergam, nem querem destes programas, apenas e tão somente a filantropia como uma “consciência culpada” de uma fração de classe de alguma forma “integrada” a esta sociedade.



Foto 16: Espaço Cultural Planetários. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 17: Núcleo Taquaril do Programa Fica Vivo. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 18: Sede do Programa Agente Jovem na Rua União n° 100. Fonte arquivo do autor, 2007.



Foto 19: Atual sede do Agente Jovem Núcleo Taquaril. Fonte: arquivo do autor, 2008.

2.2. Breve descrição do Conjunto Taquaril

Ao longo do percurso desta dissertação realizei trabalhos de campo no Conjunto Taquaril em que pude acompanhar mais detidamente pelo menos parte da cotidianidade deste lugar com os esforços de seus habitantes no sentido de amenizarem as dificuldades ainda postas para o Conjunto. Estas dificuldades se expressaram, por exemplo, em minhas andanças pela área correspondente ao Castanheiras, setores 10 ao 14, com este último setor e o 13 pertencentes ao município de Sabará. No que se refere à falta de uma infra-estrutura urbana adequada, por exemplo, me deparei com alguns exemplos dos esforços dos habitantes do lugar no que se refere à produção da morfologia social local. Nos setores 10, 11 e 12, onde as declividades são ainda mais acentuadas que no restante do Conjunto, pude observar vias de circulação com uma “capa” de concreto realizada pelos próprios habitantes no sentido de facilitarem seu acesso às residências (foto 20). Trilhas que os habitantes usam para encurtar caminho quando circulam entre os setores também são comuns. No setor 12, por exemplo, em movimentada trilha, um habitante improvisou, ao lado de sua residência, uma escada para facilitar a passagem dos habitantes pelo local (foto 21).



Foto 20: Capa de concreto feita pelos moradores para facilitar o acesso às residências. Rua Castelo Branco, setor 10. Fonte: arquivo do autor: 2007.



Foto 21: Escada feita por morador em movimentada trilha no setor 12. Observar, à esquerda, encanamento de esgoto feito pelo mesmo habitante que improvisou a escada.

Como construção da morfologia social pelo habitante observei ainda, no Conjunto Taquaril como um todo, a presença de precária rede de esgoto auto-construída (foto 22), estando muito presente, também, outras formas precárias de resolução no que se refere ao destino do esgoto doméstico como a presença de fossas rudimentares e valas. Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, a partir dos setores censitários referentes aos setores 13 e 14 pertencentes a Sabará e dos setores pertencentes a Belo Horizonte, existem aproximadamente 20.000 pessoas habitando o Conjunto com aproximadamente 4561 domicílios. No entanto, no que se refere a vilas e favelas, de modo geral os dados do IBGE são subdimensionados, devido à própria metodologia utilizada na computação dos domicílios. Júnia, funcionária da URBEL, esclarece sobre esta diferença ocasionada pela metodologia utilizada comentando que

Isso [a diferença, por exemplo, entre os dados de população de vilas e favelas que a URBEL trabalha para os do IBGE] não acontece só no Taquaril não, isso acontece na cidade como um todo. Se você contar o total de moradores que o IBGE considera como de vilas e favelas, dá 270 mil. A gente trabalha com 498 mil, por causa da metodologia que é o seguinte: o IBGE ... quando você tem um setor censitário que tem menos de 50 famílias não conta, entendeu? Às vezes você tem vilas na cidade que tem uma parte dela que está contígua à cidade formal e o setor, porque faz parte de determinada rua, incorporou uma parte da vila na cidade formal. Aquelas famílias não são contadas como vila, elas são incorporadas no setor da cidade formal. Conta aquelas 50 no setor, que não como um setor de vila. No Taquaril acontece a mesma coisa, entendeu? Além do crescimento que aconteceu mesmo.

Sobre como a URBEL chegou a dados diferentes dos do IBGE, Júnia esclarece:

Nós pegamos uma foto aérea mais recente, de 2002, contamos as casas todas entendeu? Pegamos os dados do [inaudível] contamos todas as casas e fizemos uma, uma... Pela amostra de, de famílias por domicílio, a edificação muitas vezes, ela conta com duas famílias dentro dela né? Às vezes você tem uma casa só, você tem uma paredinha aqui, uma família vive com banheiro, cozinha, e aqui outra família com banheiro, cozinha e tal, só que na edificação ela não sobe. No Taquaril você tem uma verticalização relativamente pequena, mas quando tem também, normalmente é uma família embaixo e outra em cima, são duas famílias. Então, pra gente corrigir esta possibilidade de errar, nós jogamos um acréscimo médio de 10%. Então, nós contamos todas as casas, multiplicamos por 1,1, que é os 10% a mais, chegando a 26.000 habitantes com 6215 famílias [contando apenas os setores pertencentes a Belo Horizonte].⁵⁷

O Programa Fica Vivo, com base em dados da prefeitura de Sabará, no que se refere aos setores pertencentes a este município, e dados da URBEL, trabalha com 45.000 pessoas habitando o Taquaril hoje. Voltando à questão do destino do esgoto doméstico no Conjunto, no que se refere aos setores pertencentes a Belo Horizonte, cerca de 51% dos domicílios com banheiro resolvem a questão do destino do esgoto por meio de rede geral ou pluvial, 4,5% dos domicílios possuem fossa séptica, 41% possuindo formas de resolução como vala, fossa rudimentar ou estando ligado diretamente a algum curso d'água. Finalmente vale ressaltar que cerca de 3,5% dos domicílios não possuem banheiro. Nos setores pertencentes a Sabará, dos 835 domicílios surpreendentemente 68% dos domicílios são ligados à rede de esgoto geral ou pluvial e cerca de 13% possuem fossa séptica. Dos restantes 29%, 18,7% das residências possuem fossa rudimentar, vala ou encaminham o esgoto diretamente em curso d'água. Nos setores pertencentes a Sabará é maior o número de domicílios sem banheiro computando 10,3% dos domicílios.

⁵⁷ Entrevista realizada em abril de 2008.



Foto 22: Esgoto danificado feito por habitante. Rua Monte Carvalho setor 11. Fonte: arquivo do autor, 2007.

Na área correspondente ao reparcelamento original do Conjunto, setores 1 ao 9, convivem vias de circulação providas com escadas realizadas pelo Executivo municipal por meio da URBEL (o setor 3 como um todo, por exemplo), com escadas improvisadas pelos habitantes como a constatada pelo autor no que se refere à rua Durval de Barros no setor 6 (foto 23 e 24).



Foto 23: Vista parcial do setor 3, a partir do setor 6. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 24: Escada improvisada na Rua Catarina de Freitas, setor 6. Fonte: arquivo do autor, 2007.

No setor 5 também constatei vias de circulação com “capa” de concreto para facilitar o acesso às residências (foto 25).



Foto 25: Capa de concreto feita por habitante, setor 5. Fonte: arquivo do autor, 2007.

Este setor apresenta precárias e íngremes vias de circulação perpendiculares às curvas de nível, sendo cortado pelo poluído Córrego Olaria a sul dos setores 7 e 9. Este córrego é limite natural entre Sabará e Belo Horizonte. No setor em foco este limite se dá, portanto, com os setores 13 e 14. O Córrego Olaria, na verdade, recebe muito do esgoto e lixo da região. Enfim, para Edneia, o setor 5 se consubstancia como um dos mais problemáticos do Conjunto já que neste setor há também a presença de moradias precárias nos fundos de vale, às margens do Córrego Olaria em condições, devido ao lixo acumulado na área e pelo grande número de esgotos clandestinos que este córrego recebe, completamente inadequadas de saneamento básico (foto 26).



Foto 26: Córrego Olaria, em trecho do setor 12. Fonte: arquivo do autor, 2007.

No que se refere à extensão da autoconstrução para a própria morfologia social urbana, Ermínia Maricato, assim como na autoconstrução das moradias, observa a presença, nos fins de semana e feriados, de mutirões em que o habitante periférico, de forma artesanal, constrói e/ou realiza melhorias na espacialidade da periferia. Nos termos da autora: “é freqüente observar aos sábados e domingos, em bairros que não contam com calçamentos, moradores se organizarem para melhorar as ruas, *caminhos de acesso*, pontes, limpeza de córregos, etc”.⁵⁸ Dessa forma, como confirmado pelo autor em campo, pode-se dizer que a autoconstrução se estende “para a produção do espaço urbano [não se restringindo] aos meios de consumo individual. Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, *os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade*”.⁵⁹

O Castanheiras, como expressão de um urbano que não é para todos, se expressa no próprio confinamento dos habitantes desta área no que se refere ao próprio Conjunto, já que a pé, tendo, por exemplo, o setor 8 como referência, o acesso ao Castanheiras pode custar uma caminhada, por vias de difícil acesso, de pelo menos meia hora. A linha de ônibus 9030, que tem retorno na região central de Belo Horizonte, faz acesso ao Castanheiras pela estrada velha

⁵⁸ MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. Obra citada, p. 79.

⁵⁹ Ibidem, grifos meus.

de Nova Lima, no qual a parte pertencente a Sabará ainda não apresenta asfaltamento ou apresenta restos de uma “capa” de asfalto que pouco resistiu ao tempo (foto 27).



Foto 27: Parte não asfaltada da estrada velha de Nova Lima, entre os setores 13 e 14. Fonte: arquivo do autor, 2007.

No Conjunto, há uma demarcação territorial entre os que moram no asfalto e os “pés vermelhos”. Nas vezes que tomei este coletivo, principalmente em direção à região central de Belo Horizonte, constante é a presença de uma flanela, junto ao trocador, que habitantes usam para limpar a poltrona suja de terra, seja em direção ao trabalho, ou vestidos para o passeio de fim de semana. A situação piora nas épocas de chuva em que, muitas vezes, o coletivo retorna a partir da parte asfaltada com os habitantes tendo que completar o trajeto a pé, na lama. Também, única via veicular não asfaltada do Taquaril é a que liga o Castanheiras ao restante do Conjunto. Trata-se da Rua JK que finda na rua Arco Íris entre os setores 11 e 12 (fotos 28 e 29).



Foto 28: Rua JK. Fonte: arquivo do autor, 2003.



Foto 29: Encontro do final da Rua JK com parte asfaltada da Rua Arco Íris, na altura do setor 11. Fonte: arquivo do autor, 2007.

Como já colocado, no Conjunto, de modo geral, as estreitas vias de circulação secundárias, que na planta de reparcelamento deste assentamento aparecem como “passagem”, são perpendiculares às curvas de nível, o que agrava as já desfavoráveis condições geológico-

geomorfológicas da área para consolidação habitacional, principalmente no que se refere à consolidação de um assentamento popular, já que o Conjunto Taquaril está localizado em terreno composto por “(...) rochas conhecidas como xistos finos avermelhados e filitos prateados e avermelhados intercalados”. Estas rochas, friáveis, possuem “(...) um grau de erosão bastante acentuado, sobretudo quando situadas em declividades acima de 30 graus”.⁶⁰ De fato, no terreno onde se localiza o Conjunto Taquaril há o predomínio de altas declividades, chegam a 70%, com a presença de vias secundárias “(...) que vencem desníveis de até 90 metros até alcançar via veicular”.⁶¹ A Rua Santa Cruz (foto 30), no setor 5, é um exemplo de via secundária em que, do campo de futebol, onde se inicia, até a Rua Ramiro Siqueira, o desnível chega a 80%. Nesta via secundária foi construída uma escada com nada menos do que 359 degraus.⁶²



Foto 30: Escada da Rua Santa Cruz com seus 359 degraus, setor 5. Fonte: arquivo do autor, 2007.

A Rua Arco Íris, como constatado por este autor em campo, é exemplo de via que, pelo menos em parte, acompanha a curva de nível apresentando em parte de sua extensão, asfalto, estando entre as três ruas asfaltadas do Castanheiras (fotos 31 e 32), vias que, segundo Edneia e Zinho (atual presidente da Associação Comunitária do Bairro Castanheiras e Adjacências,

⁶⁰ GOMES, Delvo Geraldo; DAYRELL, Leonardo dos Santos; SANTOS, Marcílio Rezende. Avaliação de impacto ambiental decorrente da ocupação de encostas em Belo Horizonte. Conjunto Taquaril – estudo de caso. Obra citada, p.19.

⁶¹ BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Habitação. *Plano diretor do conjunto Taquaril*: etapa 3: propostas e hierarquizações, 2001, p.10.

⁶² *Ibidem*, p. 10-11.

fundada em 1999 e que atua no Castanheiras), foram asfaltadas por político ligado ao Partido dos Trabalhadores, para o qual o Castanheiras seria curral eleitoral.



Foto 31: Rua Domingos Rodrigues, setor 11. Uma das ruas asfaltadas do Castanheiras. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 32: Rua Ouro Branco, setor 11. Está entre as ruas asfaltadas do Castanheiras. Fonte: arquivo do autor 2007.

A Rua Arco Íris, na verdade, se mostra como uma importante via de articulação, apresentando um longo trecho, perpendicular à curva de nível, sem nenhum tipo de asfaltamento (foto 33). Os setores pertencentes a Belo Horizonte, 10, 11 e 12, não apresentam nenhum equipamento de uso coletivo. A Escola Estadual Juscelino Kubitschek (foto 34), inaugurada em 2003, e o posto de saúde, que funciona precariamente, estão localizados no setor 13, pertencente a Sabará (foto 35). O comércio concentra-se, pelo menos no que se refere aos setores 11 e 12, em trecho asfaltado da estrada velha de Nova Lima, paralelo a Rua Arco Íris, no ponto em que finda a Rua JK. Via de circulação importante dos setores pertencentes a Sabará é a Rua Catarina de Freitas, onde se localiza o posto de saúde e na Rua Prudente de Moraes, próximo a esta via, a escola. Na Rua Catarina de Freitas se localiza, também, o Espaço Cultural Cuca (foto 36) principal ponto de encontro da juventude do Castanheiras onde funciona o Projeto Agente Jovem e oficinas do Fica Vivo. Esta via de circulação também apresenta algum comércio, sendo que, numa mercearia, localiza-se a caixa postal comunitária – CPC.



Foto 33: Parte da Rua Arco Íris, perpendicular à curva de nível, setor 12. Reparar a extensão da via até o habitante alcançar o asfalto.



Foto 34: Escola Estadual Juscelino Kubstchek, Rua Prudente de Moraes com Catarina de Freitas, setor 13. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 35: Posto de Saúde localizado na Rua Catarina de Freitas, setor 13. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 36: Espaço Cultural Cuca, setor 13. Fonte: arquivo do autor, 2007.

Nos setores 1 a 9 o comércio e equipamentos de uso coletivo, como escola e posto de saúde, localizam-se nas vias principais de circulação, como a Ramiro Siqueira, que limita o setor 5

com os setores 7 e parte do 9 e 6, a Teixeira dos Anjos, que limita os setores 9 e 10 e 5 e 11, sendo ponto final da linha de ônibus 9412⁶³ e a Gleucy José da Rocha. Nesta via específica, na esquina com a Rua Pedro Alexandrino no setor 7, localiza-se a Escola Municipal Fernando Dias Costa. Nesta rua encontra-se também o Centro de Saúde Novo Horizonte, sendo estes, até 2003, já que neste ano é inaugurada a Escola Estadual no Castanheiras, os únicos equipamentos de uso Coletivo localizados no Conjunto.⁶⁴ Estes dois equipamentos atendem todo o Conjunto com exceção dos setores 1 e parte do 2. Os habitantes próximos aos talwegues, setores 2 e 5, e os residentes na área do Castanheiras são os que encontram maior dificuldade de acesso a estes equipamentos, devido tanto às altas declividades a serem vencidas como à precariedade das vias de circulação.⁶⁵ O Conjunto também abriga um centro de profissionalização de jovens acima de 14 anos, sendo que os menores que esta idade, diariamente, têm acesso à educação infantil, reforço escolar, alimentação e recreação. Trata-se do Projeto Providência (foto 37), idealizado e coordenado por padre Mário Pozzoli. O Projeto passou a funcionar no Conjunto a partir de 1994.⁶⁶

⁶³ Taquaril-Padre Eustáquio

⁶⁴ Secretaria Municipal de Habitação. Obra citada, p.11.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ As informações acerca do Projeto Providência Páscoa foram obtidas no endereço eletrônico da arquidiocese de Belo Horizonte: <http://www.arquidiocese-bh.org.br/projsociais/default.asp>. Acesso em: 06 de jun. 2007. Cf também KIEFER, Sandra. Projeto incentiva geração de renda. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 07 mai. 2006. Gerais, p.29.



Foto 37: Projeto Providência Páscoa, localizado na Rua Alair Pereira da Silva, setor 8. Fonte: arquivo do autor, 2007.

Na verdade, como já colocado, os setores resultantes do reparcelamento são os setores 2 a 9, com os setores do Castanheiras pertencentes a Belo Horizonte, principalmente os setores 10, localizado em área permeada por nascentes, 11 e parte do 13, em Sabará, tendo sido resultado de ocupações sucessivas por meio da venda de lotes realizada, por exemplo, por líderes comunitários do Alto Vera Cruz que participaram da partilha e sorteio de lotes resultantes do reparcelamento. Já na época da conquista do Taquaril, lideranças do CAC-VC tinham a percepção de que esta área era ainda mais restrita, devido às altíssimas declividades, para ocupação. Na revisão do Plano Diretor de 2001 esta área foi considerada como de preservação rigorosa, preservação ambiental e de lazer, sendo áreas de preservação rigorosa as que são “... laterais às linhas de macro drenagem naturais, mananciais e sítios de características geomorfológicas restritivas a qualquer tipo de ocupação ou uso que venha comprometer a integridade do meio”.⁶⁷ Prevista para esta área está “... a remoção das edificações e reassentamento das famílias, a recuperação ambiental com reconstituição das encostas,

⁶⁷ Secretaria Municipal de Planejamento. Obra citada, p. 8-9.

recuperação de áreas de voçorocas e revegetação das áreas degradadas”.⁶⁸ Por sua vez, as áreas consideradas de preservação ambiental são as “laterais às linhas de macro drenagem”. Quando da concretização do Plano Diretor, estas áreas estarão direcionadas “... ao uso para lazer, com infra-estrutura similar aos parques urbanos”. Dessa forma está prevista “... a remoção das edificações existentes e reassentamento das famílias com reconstituição das encostas e revegetação de áreas degradadas”.⁶⁹ Na primeira versão do Plano Diretor do Taquaril, de 1995, fora prevista a remoção de todas as famílias residentes nos 10, 11 e 12. Com o adensamento destes setores, que para Júnia, funcionária da URBEL já citada, vai se dar a partir de 1997, está prevista a consolidação de pelo menos parte da área. O referido adensamento teria ocorrido em função da implantação de rede de esgoto da COPASA, rede cuja tubulação em boa parte foi retirada e vendida pelos habitantes já que, passando por cima da revisão do plano diretor, esta empresa estatal realizou a obra em condições técnicas não adequadas (foto 38).



Foto 38: À esquerda, exemplo de tubulação de rede de esgoto realizada pela COPASA em 1997. Ao centro tubulação de água da COPASA e à direita tubulação de esgoto feita por habitante. Fonte: arquivo do autor 2007.

Diante desta situação, atualmente a URBEL trabalha com a perspectiva de consolidar, enquanto assentamento, os setores 11 e 12 removendo parte das famílias. No setor 10 por ser, este setor, área em que se localizam importantes nascentes e pela própria dificuldade, devido às declividades da área, para consolidação e/ou instalação de vias de circulação, este aspecto

⁶⁸ Ibidem. Obra citada, p. 8-9.

⁶⁹ Idem, Ibidem.

sendo observado também no setor 11 principalmente, boa parte das famílias serão removidas. Atualmente, por meio do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento –, o Executivo municipal conseguiu os pouco mais de 90 milhões de reais para realizar o Plano Diretor do Conjunto. Desse montante, 70 milhões são de financiamento do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –, que serão usados para construção de 494 unidades habitacionais no Conjunto Granja de Freitas e para urbanização do Taquaril. O restante, 11,7 milhões, provém de repasse do governo federal por meio do Orçamento Geral da União (OGU) (foto 39).



Foto 39: Obra de contenção de encosta na Rua JK por meio do PAC. Fonte: arquivo do autor, 2008. A realização do Plano Diretor segue das intervenções mais emergenciais, geralmente nos setores menos consolidados, às menos emergenciais. No que se refere à hierarquização, por exemplo, serão realizadas intervenções nos setores 5 e 11, com a realocação das famílias em risco iminente por meio do Programa de Remoção e Reassentamento em Função de Risco ou Obras Públicas – PROAS, sendo transformada, a área desocupada, em área de preservação.⁷⁰

Cabe colocar que o setor 14 se caracteriza por uma ocupação inicial diferente do restante do Castanheiras. Tratou-se, na verdade, de uma operação articulada entre o CAC-VC e o CECOM, sendo a área ocupada em 1988 com as famílias vivendo precariamente em barracas de lona. As lideranças comunitárias dessas duas associações observaram na planta do Conjunto, em 1990, que a atual área correspondente ao setor 1 não estava incorporada ao

⁷⁰ Secretaria Municipal de Planejamento. Obra Citada, p. 15.

desenho da referida planta. No entanto, ao fazerem a medição, perceberam que essa área fazia parte do assentamento. Dessa forma, em 1990, transferiram os habitantes do recém-ocupado setor 14 para o que hoje é, portanto, o setor 1. Assim, os setores do reparcelamento original do antigo loteamento Castanheiras referem-se aos setores 2 a 9, com a posterior inclusão do atual setor 1. Após transferirem os habitantes do setor 14 para o setor 1, aquele setor, pertencente ao Castanheiras, veio sofrendo ocupações sucessivas. Fazendo limite com o Conjunto Taquaril, no setor 8, Rua Antão Gonçalves, e setor 1, Rua Henrique Diniz, existe o “bairro” Taquaril, típico loteamento periférico surgido, segundo informações de Zezé, líder comunitário local, há cerca de 30 anos atrás. Esta liderança colocou que o “bairro”, em seus inícios, e, de certa forma, até a chegada o OP,

... não tinha nada, não tinha ruas, só as ruas de terra né? Que são abertas né? Hoje, quando se faz loteamento, tem que urbanizar tudo primeiro, né? Naquela época não! Abria simplesmente as ruas, demarcavam os lotes e começavam a vender. Então quando eu vim para aqui, por exemplo, não tinha esgoto, não tinha asfalto em rua, não tinha luz, não tinha nada.⁷¹

No que se refere às lutas pela “conquista da água”, nos inícios da década de 1990, Edneia coloca que sua conquista seria um desafio tanto para o Conjunto, quanto para o “bairro” que também era desprovido desta infra-estrutura urbana. No que se refere às lutas do Conjunto para conquista da água Edneia coloca: “pra você ter uma idéia para nós conseguir água aqui a gente quebrou o cano da COPASA, que ninguém tinha água, nem aqui nem no *bairro* [bairro Taquaril], nem no Conjunto. Nós descemos a pé daqui, fomos lá na COPASA...”.⁷² Não obstante o “bairro” Taquaril ser um típico loteamento periférico, identifico uma divisão entre o Castanheiras, os setores 1 a 9 e o “bairro” Taquaril. Os habitantes do Castanheiras, pelo fato dos setores do reparcelamento original estarem mais consolidados os consideram como tendo o “rei na barriga” ou como sendo a “burguesia” da área, o mesmo ocorre dos habitantes do reparcelamento em relação ao “bairro”. Sobre o que seria uma espécie de segregação interna presente na área Edneia é clara:

Aqui mesmo, se lembra que eu falei com você que aqui tem três tipos de divisões, e nessas divisões os tratamentos são diferentes, as pessoas até sentem tanto, é que colocam esta coisa muito clara né? Se você chegar... você vai fazer uma pesquisa aqui sobre viver no Taquaril, Aí você começa pelo Castanheiras. O que você vai ouvir dos moradores todos lá é que aqui em cima vive a *burguesia do bairro* [Conjunto], cê vai ouvir de lá do Castanheiras que aqui no setor 8, aqui no Conjunto, que é a burguesia do bairro, que não deixa nenhuma obra ir para eles lá porque nós não deixamos né? (...) Aí você chega no setor que foi chamado de burguesia, você vai ouvir o pessoal daqui falando que o povo que mora lá [no “bairro” Taquaril]

⁷¹ ABREU, Renato de Paula. *Obra Citada*, p. 38.

⁷² *Ibidem*, p. 39.

vive tudo com o rei na barriga, tudo de nariz em pé, *que eles moram no bairro, eles não falam que moram no Conjunto, que é favelado*.⁷³

Constatei o que seria esta segregação interna do Conjunto em episódio envolvendo Pedro, educador comunitário do Programa Agente Jovem. Nos finais de semana Pedro, jovens do Programa e outros habitantes começaram a promover churrascos movidos a som alto e animada conversa até, segundo Pedro, por volta das 22:00 horas. A vizinhança, moradora do “bairro”, denunciou o rapaz na organização não governamental responsável pelo Agente Jovem no Taquaril. Não obstante Pedro ter reconhecido que errou em promover estes eventos sem o conhecimento da ONG e envolvendo menores nos quais, muitos, participavam sem autorização dos pais, este educador, quando comunicou o acontecido para os jovens, ponderou ter havido uma certa distorção dos fatos. O denunciante se referiu a eventos que ocorriam diariamente estendendo o som alto até após as 22:00 horas com pessoas conversando e falando palavras de baixo calão etc. Este educador interpretou esta distorção dos fatos como um não conhecimento, por parte dos vizinhos, do próprio Programa, como se este tivesse chegado em território estranho, mas principalmente pelo preconceito dos habitantes do “bairro” em relação aos habitantes do Conjunto, os “favelados”. Esses aspectos me levam a refletir acerca da complexidade que envolve o processo de (re)produção de relações sociais (de produção), mais especificamente, considerado na dimensão da luta de classes. Desta forma é um equívoco tomarmos as classes populares, na sua dimensão de categoria de análise, como classe homogênea na luta contra uma difusa ou pretensa burguesia capitalista *idem*. Acompanho Mercês Somarriba em sua concordância com Offe e Wiesenhal. No que se refere às “... diferenças entre as organizações dos capitalistas e as dos trabalhadores...” a autora coloca que as daqueles “por serem menos numerosas, terem idéias mais claras e homogêneas de seus objetivos e possuírem mais recursos para agirem concertadamente...” teriam maiores possibilidades “... de acesso ao Estado e habilidade superior para defender e reproduzir o poder, comparativamente às classes populares”.⁷⁴ Desta forma a atuação mais, podemos dizer, objetiva ou concertada das “organizações dos capitalistas” levaria o Estado a favorecer, em princípio, os interesses sociais dos dominantes. De qualquer forma fica claro o tão complexo é analisar, sem se prender a um modelo ou tipo homogêneo, qualquer movimento reivindicativo urbano tendo em conta a infinidade de clivagens internas que lhe são inerentes.

Como já colocado, o Córrego Olaria é limite entre os municípios de Belo Horizonte e Sabará no que se refere aos setores 13 e 14 referentes a este município. Analisando a primeira versão

⁷³ *Ibidem*, p. 41.

⁷⁴ 1992, p. 4.

do Plano Diretor Taquaril, de 1994, constatei que a caracterização feita de cada setor incluiu os setores 13 e 14 de Sabará, pois a URBEL trabalhava com a perspectiva de entrar em acordo com este município principalmente no que se refere ao saneamento da vertente onde se encontra o Córrego. Tanto no que se refere a esta primeira versão quanto à revisão do Plano Diretor de 2001, segundo Júnia funcionária da URBEL já citada, o município de Sabará jamais demonstrou algum interesse em estabelecer acordo e/ou parceria com Belo Horizonte. Uma impressão de abandono foi o que ficou para mim das tentativas que fiz em conseguir informações sobre esta questão na Prefeitura de Sabará. Quando visitei a sede da Prefeitura pela segunda vez, novamente funcionário com que marquei entrevista não pôde me atender e percebi que o mesmo não possuía muito conhecimento a respeito do Castanheiras. No setor desta prefeitura ligado ao Plano Diretor também não encontrei funcionário que pudesse me atender. Encaminharam-me para um topógrafo responsável pela confecção de projeto ligado ao saneamento do lugar. Este topógrafo me confirmou que outros projetos, na verdade todos os projetos previstos para o Castanheiras, nunca saíram do papel. Segundo este funcionário uma possível explicação seria a de que para os “marginais” deste lugar não seria interessante, por exemplo, melhorias quanto ao acesso à área, pois isto atrapalharia seu lugar de refúgio. No que se refere à não concretização de acordo e/ou parceria entre a prefeitura de Sabará e a de Belo Horizonte, Júnia coloca:

O negócio é o seguinte: existe uma questão que é administrativa viu. Não há condição de um município intervir numa área que é de outro município entendeu. Legalmente, administrativamente isto não pode acontecer entendeu? O que a gente tinha de expectativa na época [da primeira versão do Plano Diretor do Taquaril] era que a gente conseguisse sensibilizar Sabará, pra gente fazer uma ação conjunta, né? Que era o ideal. Ali se tem uma bacia, você tem o córrego Olaria no fundo, então as duas vertentes, uma está em Sabará, a outra está em Belo Horizonte. A divisa do município é o córrego, né? Então o córrego, o que acontecia? A nossa proposta, é uma proposta e... integrada, de ação física, social e jurídica mas ela tem um [inaudível] muito pesado de saneamento né? Então a gente sabe que pra sanear aquele córrego você precisa tratar as duas vertentes. Então na época é... que nós começamos a fazer a revisão [do Plano Diretor] (...) as negociações com Sabará tinham se esgotado. Não havia interesse da Prefeitura de Sabará em promover... Nós tínhamos oferecido apoio técnico total, né? Porque eles não tinham uma política de... Na política de habitação deles não tinha esse elemento que a gente tem que é o Plano Global Específico, né? Que é um instrumento de planejamento super importante até pra captar recursos. Quando a gente fez a revisão do Plano Diretor, que corresponde ao nosso Plano Global Específico, é... A gente fez essa revisão com intuito de captar recursos, né? Aí fomos lá pra conversar com o prefeito de Sabará e não houve interesse. Tinha até uma expectativa da

gente fazer uma proposta de mudança do limite do município incorporando... mas nada disso caminhou.⁷⁵

Atualmente, no que se refere ao acesso à rede geral de água, parte importante do Taquaril, incluindo Castanheiras, hoje é abastecido pela COPASA não obstante a presença, no Castanheiras, de tubulação danificada, com vazamento de água, já que esta é suspensa, e cortes momentâneos no abastecimento. Segundos dados referente ao Censo 2000 do IBGE, cerca de 97% dos domicílios particulares permanentes referente aos setores que pertencem a Belo Horizonte estão ligados à rede geral de água. Destes domicílios cerca de 86% estão conectados à rede geral em pelo menos 1 cômodo e os restantes 14% estão conectados com a rede geral apenas no terreno. No que se refere aos setores que pertencem a Sabará, cerca de 95% dos domicílios particulares permanentes estão conectados à rede geral de água. Destes, 74,5% dos domicílios particulares permanentes têm pelo menos 1 cômodo conectado à rede geral, com os restantes 25,5% dos domicílios particulares permanentes estando conectados à rede geral apenas no terreno. A situação destes setores se mostra ainda muito precária no que se refere ao destino do lixo doméstico, onde em boa parte dos domicílios particulares permanentes, cerca de 88%, a resolução da destinação do lixo se dá através da queima do mesmo na propriedade ou de seu despejo em terreno baldio. Apenas 9% do lixo doméstico deste lugar é coletado. A situação é menos precária nos setores que pertencem a Belo Horizonte, não obstante ainda cerca de 25% do lixo doméstico ser despejado em terreno baldio ou queimado na propriedade. Nestes setores, em cerca de 75% dos domicílios particulares permanentes a resolução da questão referente ao destino do lixo doméstico se dá por meio de coleta, principalmente por serviço de limpeza, mas também por meio de caçamba.

Nas duas sessões deste capítulo referentes ao Taquaril sempre me reporto, quando falo da área, a seus setores que, de certa forma, foi como, até esta dissertação, dialoguei com os habitantes antigos deste lugar. Pela própria demanda desta pesquisa, nestes dois anos vi meu escopo de contatos no Conjunto se ampliar a partir de uma maior aproximação com os jovens da área, técnicos e estagiários do Fica Vivo que, de alguma forma, vivenciam a cotidianidade deste lugar, oficinheiros deste Programa, enfim pessoas que apresentaram outra forma de se referir às áreas correspondentes aos setores do Conjunto. Estes habitantes sempre se referem às áreas do Taquaril na forma de letras como Taquaril A que, segundo Bruno, filho de Edneia,

⁷⁵ Entrevista realizada em abril de 2008.

refere-se aos setores 2, 3, 1 e 4; Taquaril B referente aos setores 6, 8 e 9; Taquaril R, setores 9 e 10; finalmente o Taquaril C referente aos setores 13 e 14. Os demais setores seriam “neutros”, não sendo nomeados através de letras. Essa denominação refere-se à antiga numeração que as linhas de ônibus que servem o Conjunto apresentavam no tempo em que a empresa que servia o Conjunto era a Vera Cruz. As linhas eram a 7902 B, 7902 A, 7902 R e 7902 C, esta última servindo ao Castanheiras.

Nesta dissertação pesquisei reportagens sobre o Taquaril, principalmente, nos arquivos eletrônicos do Jornal Estado de Minas que mantém disponível, por meio eletrônico, seus arquivos desde 1999. Comum nas entrevistas realizadas por este autor foi os habitantes do Conjunto se referirem ao papel importante da mídia no que se refere às representações do Taquaril como um lugar violento⁷⁶ e pela sua qualificação como apenas e tão somente “bolsão de miséria”. Recorrente nas entrevistas foi a insatisfação quanto ao fato de determinado crime acontecer fora do Conjunto, no Alto Vera Cruz, por exemplo, e aparecer, na mídia impressa, principalmente, como sendo no Conjunto e a dificuldade em arrumar emprego por serem habitantes da área. Sobre este aspecto, Blitz cantor de rap e oficineiro do Fica Vivo no Conjunto comenta

a minha opinião é que não é o Estado que reproduz, é a mídia que reproduz essa violência urbana em periferias. É a mídia que faz questão de relatar, trazer à tona e bombar aquilo ali. De ficar repetindo aquela informação, dois três dias. Que faz com que os investimentos, as pessoas que podem ajudar a comunidade se afastem da gente. A mídia fica falando: “ah morreu tantos... O pessoal fez isso... Lá ta assim, assim assado”. A comunidade aqui, historicamente sempre foi prejudicada pela mídia nessa questão da violência urbana. Acontece uma morte no Granja de Freitas, eles falam que faz divisa com Taquaril, falam que é no Taquaril. Aconteceu uma morte no mirante lá em cima, eles falaram que foi no Taquaril. Se for no Alto [Alto Vera Cruz], é no Taquaril. Então se associa sempre a imagem do Taquaril, de que o Taquaril é violento, que é perigoso, que só tem traficante, só homem perigoso.⁷⁷

Muitos entrevistados comentaram da necessidade de mentir sobre o local de moradia para terem uma chance um pouco maior quando do pleito a algum emprego mesmo que precário. Jovem dos seus 15 anos, que frequenta oficina de percussão no Fica Vivo, manifestou sua vontade em sair do Conjunto pelo estigma que carrega por ser habitante na área. Relatou conviver, na escola, com comentários dos colegas que reiteram as representações negativas acerca do Taquaril como periferia. De fato, nestes 8 anos de reportagens, meu levantamento

⁷⁶ Vale ressaltar que alguns jovens, principalmente, manifestaram a intenção de saírem do Taquaril realmente pelo cotidiano de troca de tiros, por exemplo, que tem se tornado algo corriqueiro no Conjunto.

⁷⁷ Entrevista realizada em maio de 2007.

cobriu os anos de 1999 a 2007, comum foi a presença do Conjunto nas páginas policiais e o destaque dado à sua condição de uma das principais áreas de risco do município. De cerca de 142 reportagens analisadas, pouco mais de 28% referiu-se à presença do Conjunto nas páginas policiais e cerca de 20% das reportagens referiram-se, direta ou indiretamente, à questão do Taquaril como área de risco geológico-geomorfológico, totalizando, os dois assuntos, cerca de 48% das reportagens. Título emblemático para mim foi o de uma chamada para reportagem, publicada no próprio Estado de Minas, quando do aniversário de 10 anos do Conjunto. A referida chamada intitulada “Dez anos de miséria no Taquaril” traz importantes dados no que se refere a um “raio x” das condições de vida no Conjunto e sobre os desafios ainda postos para área, mas considero infeliz seu título, pois, sub-repticiamente, apenas reitera a forma como as classes populares apareceram/aparecem para um economicismo que apenas vê a periferia como lugar em que o popular tão somente repõe energias numa vida totalmente destituída de dimensão simbólica. Em outras palavras, esta maneira de abordar a periferia apenas reproduz as representações em torno das classes populares enquanto população.

Considero importante ressaltar que desde 2003 funciona no Taquaril o CREAM – Centro de Referência em área de Risco (fotos 40 e 41) que junto com o NUDEC – Núcleo de Defesa Civil vem ajudando a prevenir e dar apoio a habitantes que estão vivendo sob risco. Cada CREAM conta com um geólogo, um técnico social e membros da “comunidade” orientados a avisarem o geólogo ao menor sinal de risco em uma residência. Este se desloca até o local, faz a vistoria e, caso seja necessário, a família em risco é removida. “Seu” Oswaldo comenta que antigamente quando chamavam, por exemplo, a defesa Civil esta demorava muito para chegar sendo, no mais das vezes, tarde demais. Conta de família que dormiu ao relento por não ter para onde ir após perder tudo. A sede do CREAM oferece condições para que o desabrigado pelo menos não passe a noite ao relento. Segundo “seu” Oswaldo, houve grande redução no número de vítimas fatais nas épocas de chuva após a chegada do CREAM.



Foto 40: Sede do CREAM Taquaril. Fonte: arquivo do autor, 2008.



Foto 41: Interior do CREAR Taquaril. Cobertores para desabrigados que por ventura se hospedem no núcleo temporariamente. Fonte: arquivo do autor, 2008.

Finalmente, considero importante destacar que atualmente os setores 3 e 8 estão em processo de regularização fundiária. De acordo com informações de Júnia, funcionária da URBEL já citada, o percurso a ser seguido até se concluir todo o processo de regularização é o seguinte:

- Levantamento topográfico;
- aplicação e análise de cadastro sócio-econômico;
- elaboração e aprovação da planta de parcelamento;
- registro da planta de parcelamento.

Além da pendência com a extinta CODEURB estar sendo resolvida, já que o terreno do Taquaril ainda pertence ao Estado, o processo de regularização destes setores encontra-se na fase de elaboração e aprovação da planta de parcelamento.

3. Considerações em torno do Estado capitalista, do terceiro setor e das entidades co-gestoras dos programas Agente Jovem e Fica Vivo

Neste capítulo, num primeiro momento, procurei desenvolver uma breve caracterização do Estado capitalista por uma análise onde levo em conta sua presença na periferia por meio do Conjunto Taquaril. É possível a irrupção do instituinte estando enredado ao institucional? Acredito que a possibilidade de irrupção da política como transformação social é algo que não está dado de antemão, é uma conquista diária e árdua muitas vezes num conflito direto com o discurso competente de um técnico de alguma ONG e/ou do discurso competente de técnicos representantes do governo estadual e/ou municipal. Como ficará claro nesta primeira sessão do capítulo, pensar o Estado pressupõe pensar o anulamento do novo enquanto acontecimento não prescrito nos marcos de determinada formação social. Isto significa que a história se faz e as sociedades se (trans)formam, muitas vezes, contra e para além do Estado enquanto mediador social que salvaguarda os interesses das classes dominantes. Uma possível crítica a estas considerações pode ser endereçada ao seu caráter um tanto quanto pessimista ou ao fato de que o Estado não é algo monolítico servindo de mediação para que contradições sociais irrompam e desestremem determinada estrutura social. Não obstante estas ressalvas, acredito que pensar alguma transformação social apenas e tão somente pelo político é algo que pouco vai além do reformismo não superando o caráter essencialmente desigual e violento do capitalismo. Violência salvaguardada pelo Estado e, nos atendo apenas à aparência de igualdade jurídica entre desiguais, também exercida por este.

Num segundo momento deste capítulo procurei demarcar conceitualmente o terceiro setor tendo em conta os primeiro e segundo setores representados respectivamente pelo Estado e o mercado. Em seguida procurei delimitar os termos do terceiro setor no Brasil considerando a atual presença e os(s) sentido(s) do terceiro setor na periferia tendo como pano de fundo o Conjunto Taquaril. Num diálogo com os momentos anteriores, teji considerações sobre o reconhecimento institucional do terceiro setor pelo Estado por meio da lei das OSCIPs que institui a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a(s) possibilidade(s) da(s) entidade(s) qualificada(s) estabelecerem termos de parceria com o Estado. São questões que compareceram nesta sessão: onde, quando e por que surgiu a idéia de um terceiro setor. Quais são os marcos constitutivos do terceiro setor no Brasil e o atual contexto das parcerias com o Estado. Se o Estado tende a vedar a irrupção do que Henri

Lefebvre qualifica como práxis revolucionária¹ reiterando uma práxis mimética, a presença do terceiro setor na periferia se resume a uma extensão do Estado pouco ultrapassando o institucional? No que se refere aos técnicos e estagiários do Programa Fica Vivo, funcionários da ELO Inclusão e Cidadania (OSCIP que celebra termo de parceria com governo de Minas Gerais), percebo um esforço em compreender mais da cotidianidade do Conjunto, mas também uma dificuldade, muitas vezes, em ultrapassar seus pressupostos e conseguir pensar o Fica Vivo para além de um projeto que compõe uma política de segurança pública de Estado. Penso que o Fica Vivo pode ser mais do que uma porta de entrada para uma (res)socialização de jovens periféricos em “risco social”, sendo ainda um desafio para o Programa, não obstante os esforços feitos neste sentido observados por este autor, a consubstanciação de trabalhos em que o jovem não apareça apenas como “vulnerável” mas também como sujeito de direitos. Acredito que tanto o Agente Jovem quanto o Fica Vivo podem contribuir para a irrupção e uma reflexão crítica, por parte dos jovens, no que se refere às necessidades radicais na periferia se cumprirem o papel de mediadores para que se consubstancie o que Marialice Foracchi qualifica como ação consciente enquanto “ação com projeção histórica. Ação humana que faz a história, sendo ela própria produto da história”. Ação consciente como o tipo de ação “... que repousa sobre o conhecimento preciso e objetivo das condições e dos fatores que a formaram”² avançando um passo em relação às práticas dos habitantes antigos.

Finalmente, procurei fazer uma descrição geral das duas entidades responsáveis pelos programas Agente Jovem e Fica Vivo no Taquaril. Trata-se, respectivamente, da organização não governamental Visão Mundial e da OSCIP ELO Inclusão e Cidadania, que desde 2005 celebra termo de parceria referente a projetos ligados à política de segurança pública do governo de Minas Gerais.

3.1. O Estado Capitalista e as (im)possibilidades de realização da política como transformação social

Pode-se dizer que um dos sentidos do capitalismo como formação social tem sido a constituição de uma sociedade terrorista/terrorizada³ na qual se observa a infantilização do

¹ Cf. LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1968. p. 17-42.

² FORACCHI, Marialice. *A participação dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 3.

³ Cf. LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991

adulto por meio do discurso competente ou do especialista⁴ e a morte do desejo em favor de um modelo de racionalidade, por dentro da lógica formal, que Adorno e Horkheimer qualificaram como esclarecimento⁵ em que cada um, portanto, “... se encarrega de reprimir seus próprios desejos e suas necessidades...”, constituindo-se “... um processo de auto-repressão”.⁶ Em resposta à indagação desses autores sobre o fato do por que a humanidade, mesmo pressupostamente desencantada pelo esclarecimento, caminha para a barbárie, trabalho com a hipótese de que este modelo de racionalidade tem sido peça chave na constituição de um corpo social heterônomo, pois cada indivíduo lida na forma do simulacro e como alienação com sua dimensão de indivíduo cognoscível e com seu próprio corpo. Em outros termos o indivíduo anula-se enquanto subjetividade e identidade em nome de uma pretensa objetividade. N’ *A Odisséia*, as sereias, para Ulisses, nada mais são do que aquilo que escapa a esta racionalidade anuladora das possibilidades de emancipação do humano em direção ao autoconhecimento. Na verdade, toda forma de desencantamento que não signifique o (re)encontro do homem, o exercício, por parte deste, de sua autonomia e liberdade, se mostra como reencantamento já que este permanece imerso na heteronomia. Resumindo o que foi discutido acima, acredito ser de suma importância a discussão em torno do par razão instrumental/razão concreta ou, porque não, razão sensível. Esta questão aparece em Henri Lefebvre quando tece considerações contrapondo *práxis criadora/poièsis x mimèsis*. Para o autor:

Ao longo de sua história, o homem constitui, por assim dizer, um bloco com grande parte de si mesmo, o destaca e o coloca em exterioridade para superá-lo. Dialética, pensamento poético, deixam de encerrar-se nas estruturas, funções e operações técnicas. Brilham finalmente de seu brilho. A *práxis* deixa de ser o campo fechado onde se debatem essas forças obscuras e doravante iluminadas: *mimèsis, tecnè, physis, poièsis*. Definida em toda sua amplitude pelo Autômato, a *práxis* repetitiva [razão instrumental] torna-se o terreno de onde alça vôo a *práxis* criadora [razão concreta], isto é a *poièsis* enfim restituída a ela mesma. Uma imensa, uma gigantesca realidade foi estabelecida, consolidada, estabilizada. Compõem-se de estabilidades, levadas até a autocorrelação e a auto-regulação. Que esse mundo estável sirva de trampolim de partida para um outro mundo, que não será alhures mas neste mesmo. Qual? Não sabemos ainda, mas sabemos que dele a ‘natureza’ e o ‘ser’ farão parte.⁷

Tomando o capitalismo como formação social, observo, na verdade, a presença de diferentes capitalisms ou rearranjos no sentido de se mudar, por exemplo, um modo de regulação ou o próprio papel do Estado como busca de formas mais desentrançadas de continuação do

⁴ Em torno do que estamos qualificando como discurso competente, Cf. CHAÚÍ, 2001, p.3-13

⁵ Cf. ADORNO e HORKHEIMER. O conceito de esclarecimento. In: _____. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

⁶ DAMIANI, Amélia. *População e Geografia*. São Paulo: Contexto, 1991. p.88.

⁷ LEFEBVRE, Henri. *Metafilosofia*. Rio de Janeiro: Cívilização Brasileira, 1967. p.256.

processo de acumulação e reprodução ampliada do capital. Considero que, a reboque desses “diferentes capitalismos” e das (im)possibilidades de realização da modernidade, teríamos, até aqui, experimentado diferentes modernismos, reflexões em torno de diferentes conflitos em detrimento da busca e compreensão das contradições fundantes desta sociedade.

Este processo de abstração dos sentidos se faz necessário em uma formação social que se pauta pela equivalência dos desiguais que aparece, por meio do Estado, o primeiro momento, como contraviolência enquanto aparência onde este “guarda apenas o momento da igualdade dos contratantes negando a desigualdade das classes, para que, contraditoriamente, a igualdade dos contratantes seja negada e a desigualdade das classes seja posta”⁸, irrompendo assim o segundo momento em que a lei nega a si mesma e a violência de Estado é posta de fato salvaguardando, portanto, o *status quo*. Em outras palavras,

a violência de Estado é contraviolência, se se separar o primeiro momento do segundo, se se o conceber como idêntico a si mesmo. Porém, se se conceber o primeiro momento na sua intersetivação, enquanto lei que se realiza pelo seu contrário, a violência do Estado é violência, não contraviolência. É violência contra a contraviolência.⁹

No que se refere às leis, a irrupção “da parte dos que não têm parte”¹⁰, a desnudação do capitalismo como violência se dá, muitas vezes, por meio de sua transgressão o que é um dos pressupostos do que Miguel Abensour qualifica como democracia concreta ou verdadeira democracia em que a constituição, o conjunto das leis de uma sociedade seria apenas um momento, algo não enrijecido e, portanto, um vir a ser. Para Ruy Fausto, a lei ultrapassa a mistificação da equivalência dos desiguais, encontrando sua verdade quando transgredida, momento em que entra a violência de Estado para que a ilusão seja repostada. Sobre o caráter contraditório das leis no capitalismo, dialogando com Miguel Abensour, vale a longa transcrição das reflexões de Ruy Fausto. Para o autor:

A posição da lei se impõe porque a igualdade dos contratantes se interverte no seu contrário, porque a lei (o primeiro momento) contém em si o princípio de seu contrário. Mais precisamente: se a relação jurídica obedecesse à lógica da identidade, se ela fosse apenas idêntica a si mesma, ela não precisaria ser posta enquanto lei. Ou, antes, a sua posição enquanto lei seria apenas uma exigência externa. A sua *transgressão* poderia ocorrer ou não, e portanto toda garantia contra a transgressão, a ideologia como a do Estado, não teria mesmo necessidade. Não ocorre o mesmo para uma relação jurídica (a lei pressuposta) que contém em si mesma o seu contrário, que se interverte no seu contrário. Uma lei que não se realiza senão pelo seu contrário é uma lei que só se efetiva pela sua transgressão. Diferentemente

⁸ FAUSTO, Ruy. Sobre o Estado. In: _____. *Marx: lógica e política*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 299-300.

⁹ *Ibidem*, p. 303.

¹⁰ Cf. Rancière, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

de uma lei idêntica a si mesma, uma lei que se realiza pelo seu contrário contém a transgressão no interior dela. Como diz Marx, é uma lei que não se efetiva, que não obedece a si mesma e a que não se obedece senão pela sua transgressão. Ora, uma lei que só é obedecida quando ela é transgredida, contém em si mesma não só a transgressão enquanto transgressão-auto-realização-negativa, mas contém igualmente a possibilidade de uma transgressão que vise precisamente salvar a sua identidade. Ou em outros termos – se a lei enquanto lei (o seu primeiro momento) é transgredida se lhe obedece plenamente, está na ordem das coisas que se tente *não* obedecê-la (não obedecer ao primeiro momento) para que ela não seja transgredida. Se a obediência é transgressão, a transgressão é obediência. Se a transgredir – isto é, se questiona o primeiro momento, a lei dos equivalentes enquanto lei dos equivalentes, o contrato livre, ou seja, se quer alterar o contrato ‘livre’, em favor de uma das partes – para que ela não seja transgredida, para que o contrato não se torne o que ele se torna por si mesmo, o contrário do contrato livre e da relação entre iguais.¹¹

O mesmo entendimento tem Giorgio Agamben quando fala da possibilidade de um uso não canônico do direito em que o permanente exercício de análise e estudo permita seu não enrijecimento. Em outros termos, como pressuposto do que seria uma verdadeira democracia está também outro direito, ou outra forma de lidar com o direito. Para Giorgio Agamben

o importante aqui é que o direito – não mais praticado, mas estudado – não é a justiça mas a porta que leva a ela. O que abre uma passagem para a justiça não é a anulação, mas a desativação e a inatividade do direito – ou seja um outro uso dele. Precisamente o que a força-de-lei – que mantém o direito em funcionamento além de sua suspensão formal – pretende impedir. (...) Um dia, a humanidade brincarà com o direito, como as crianças brincam com os objetos fora de uso, não para devolvê-los a seu uso canônico e, sim, para libertá-los definitivamente dele. O que se encontra depois do direito não é um valor de uso mais próprio e original e que precederia o direito, mas um novo uso, que só nasce depois dele. Também o uso, que se contaminou com o direito, deve ser libertado de seu próprio valor. Essa libertação é tarefa do estudo ou do jogo.¹²

Na verdade o Estado é expressão de dada formação social como produto de uma estrutura social que, no capitalismo, é uma estrutura dividida em classes. Portanto, pensando a formação social capitalista como inerentemente desigual, por vezes desumana, o Estado, por meio da ideologia, procura obscurecer o caráter essencialmente desigual desta sociedade, estando, em grande medida, a serviço das classes dominantes. Para David Harvey

o Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo. Além disso, como o capital é essencialmente antagônico ao trabalho, Marx considera o Estado burguês, *necessariamente*, veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho. O corolário

¹¹ Ibidem, p. 300-301.

¹² AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 98.

é, naturalmente, que os (sic) Estado burguês deve ser destruído para se alcançar uma sociedade sem classes.¹³

Mesmo que o Estado não seja monolítico e garanta direitos para os destituídos da propriedade dos meios de produção, cabe a indagação: O que significaria para o Estado, como salvaguarda do *status quo*, o questionamento dos marcos constitutivos desta sociedade? Mudar a vida e não superar o Estado seria uma contradição nos termos? As reflexões de Henri Lefebvre acerca do Estado como expressão de uma estrutura social traz, nas entrelinhas, elementos para a consideração de que toda mudança revolucionária exige uma transformação radical do Estado e/ou sua superação. Superação de sua “... lógica unilateral, que confere caráter desviante ao que não se encontra em conformidade com os padrões identitários e definidores das relações sociais e abstratas do capitalismo”.¹⁴ Nos termos do autor:

O Estado revela as particularidades da sociedade que ele dirige e sobre a qual ele se eleva; ele resume, já o sabemos, suas lutas e conflitos. Reciprocamente, o estudo sociológico e histórico dessa sociedade permite compreender e explicar o Estado, se levamos em conta as condições múltiplas de sua formação.¹⁵

No que se refere ao Taquaril, nesta dissertação, sempre faço referência ao termo ocupação e não invasão, pois se a propriedade da terra é vista como uma contradição em relação às exigências de reprodução ampliada de capital, penso também que um dos sentidos do processo de urbanização brasileiro tem sido o espaço como raridade para as classes populares no que se refere ao acesso à moradia em condições elementares de dignidade. Nestes termos no que se refere, por exemplo, à ocupação de terrenos retidos para posterior valorização entra a questão do que é legítimo e do que é legal, não obstante a propriedade como forma de dominação também aparecer entre os populares. A propriedade privada como emancipação é um fetiche, um contra-senso que não muda a vida, que apenas reitera os termos desta sociedade. Lutar “para se ter um teto”, para se reproduzir condignamente é algo mais do que justo, mas as opressões da equivalência postas na propriedade foram o mote central para a constituição do movimento “sem casa” que lutou pelo Taquaril. Os habitantes do Alto Vera Cruz viviam a opressão dos aluguéis extorsivos dos “tubarões de tamanco”, proprietários que eram de diversas residências, isto se os habitantes pleiteassem algum acesso à água, luz elétrica etc. Interessante observar que lutou-se contra a opressão da equivalência pois, na aparência, o habitante se submetia voluntariamente ao “tubarão de tamanco”. Lutou-se, portanto, contra a opressão da propriedade, mas seus pressupostos se fizeram e se fazem

¹³ HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005. p. 84-85.

¹⁴ MARTINS, Sérgio Martins. *A produção do espaço na fronteira: a acumulação primitiva revisitada*. Obra citada, p. 127-128.

¹⁵ LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Obra citada, p. 118.

presentes no Taquaril. Observo isto no que se refere ao Orçamento Participativo. No Taquaril, sempre foi comum lutar pela urbanização da própria rua não se pensando no Conjunto como um todo. Outro exemplo é a fragmentação interna, também colocada no capítulo anterior, existente no Conjunto entre os habitantes do Castanheiras em relação aos habitantes do reparcelamento original e destes com os habitantes do “bairro”.

Pensar em necessidades radicais na periferia, mas não só neste lugar, passa pelo desnudamento das formas de uma sociedade que equivale desiguais e que tem no Estado seu arauto. Cabe a indagação, é possível pensar outras formas de relação, a realização do que Henri Lefebvre qualifica como sociedade urbana estando enredado aos marcos do Estado Capitalista ou do Estado enquanto mediação social? Para Miguel Abensour, pensar um Estado democrático seria uma contradição nos termos, já que um de seus sentidos está em não permitir que o novo desestruture os marcos desta sociedade. Neste sentido, pensar o Estado é pensar a anulação do nascimento como o indiscernível, enquanto manifestação mais radical dos possíveis, do que pode inverter este mundo invertido. É pensar a captura da infância como um outro que

não é o objeto (ou o objetivo) do saber, mas [que] é algo que escapa a qualquer objetivação e que se desvia de qualquer objetivo: não é o ponto de fixação do poder, mas aquilo que marca sua linha de declínio, seu limite exterior, sua absoluta impotência: não é o que está presente em nossas instituições, mas aquilo que permanece ausente não abrangível, brilhando sempre fora de seus limites.¹⁶

Nestes termos considero a infância como uma forma de “estar no mundo” para além da idéia de “fases da vida” onde, ao nascer, já estaria prescrito para o indivíduo as maneiras ou o que se espera da criança, do jovem, do adulto, enfim numa completa anulação da espontaneidade. Anulação da diferença enquanto realização da contradição como superação de pares antitéticos reiterando um espaço estatista como espaço de morte, como espaço geométrico. Mas a “produção política da sociedade”, ainda sim, é contraditória mesmo que as diferenças irrompam nos interstícios de um espaço já amplamente liso. A (re)produção política da sociedade capitalista expressa, por um lado, a (re)produção do político pelo Estado que estabelece a “... homogeneização, o identitário” e a equivalência, sua lógica como “... realização social da lógica abstrata da mercadoria”.¹⁷ Por outro lado, também “... desvela o conflito que está presente de forma imanente na relação de troca – seu caráter de constrição, de equalização forçada e legitimada que torna necessária a mediação de um *tertius* em nossa

¹⁶ LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: _____. *Pedagogia profana*. Obra citada, p. 185.

¹⁷ NASSER, Ana Cristina Arantes e FUMAGALLI, Marlene. A opressão da equivalência, as diferenças. In: MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 33.

sociedade”¹⁸ que é justamente o Estado como o garantidor da equivalência e da igualdade jurídica que “... convivem necessariamente com a dependência e a subordinação nas práticas sociais e nas instituições”.¹⁹

Não obstante o caráter anulador do espontâneo, inerente ao Estado, este não é monolítico. De certa forma a dimensão de luta contra o político, presente na produção política da sociedade, pode, de forma contraditória, ser gestada pelo próprio Estado. Na verdade, pode-se dizer que o espaço enquanto contradição, por meio do Estado é, apenas e tão somente, um espaço, e suas contradições, minuciosamente controlado? Percebi, no que se refere ao Programa Fica Vivo no Conjunto Taquaril, o terceiro setor como braço do Estado enquanto reprodutor de relações sociais, por meio, por exemplo, de técnicos e estagiários funcionários da ELO Inclusão e Cidadania, OSCIP que celebra termo de parceria com o Governo de Minas Gerais. Em parte, estes funcionários cumprem o papel do institucional no momento em que mediam a institucionalização das oficinas a partir dos pressupostos do Programa. Interessante observar que muitas destas oficinas já existiam no Conjunto antes de sua incorporação ao Fica Vivo. A figura do instituinte aparece, mesmo que de forma um tanto irrisória, no momento em que o oficinheiro questiona o saber competente do técnico ou mesmo quando este se surpreende com aspectos da cotidianidade da periferia que são distantes de seu “mundo”. Lembro-me do espanto de uma técnica do Programa, quando jovem do grupo de mobilização comentou sobre o fato de muitos dos primeiros habitantes do Conjunto terem vivido debaixo de lona. Ela demonstrou não conceber como alguém poderia sobreviver em tais condições. Este aspecto denota o quanto, para um técnico e/ou funcionário provavelmente com outra vivência que a de um habitante de periferia ou de vilas e favelas, é desafiante conhecer os meandros da cotidianidade destes lugares. A despeito do papel institucional destes funcionários percebo um esforço, por parte dos mesmos, em conhecer e se imiscuir no Taquaril enquanto periferia. São um braço do Estado, mas, contraditoriamente, o estar “no olho do furacão” exige que estes saiam de seus gabinetes e, por vezes, de seus pressupostos. Quando um futuro oficinheiro apresenta seu projeto de oficina o mesmo é avaliado pelo institucional em que se exige, por exemplo, que este tenha claro que o Fica Vivo é um Programa de Segurança Pública sendo importante o posterior trabalho, com jovens, no que se refere a questões relacionadas ao assunto. A questão da equipe técnica como braço do Estado e representante do institucional se

¹⁸ SPOSITO, Marília Pontes. A produção política da sociedade. In: MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 45.

¹⁹ *Ibidem*, p. 46.

mostrou quando em e-mail enviado por este autor solicitando informações relacionadas ao Programa, uma das perguntas se referiu ao fato de que se, para o Fica Vivo, era um desafio atingir os jovens realmente em vulnerabilidade. Os próprios jovens com que mantive contato relataram que, de modo geral, jovens com problemas com a justiça, por exemplo, não procuram as oficinas, seja pelo fato de ficarem visados, no que se refere a gangues rivais, ou por se sentirem deslocados em relação ao grupo por terem outras vivências ou pertencerem a um “outro mundo”. Alguns jovens relataram que se sentiriam incomodados em participarem de uma oficina ao lado de um jovem envolvido com a “criminalidade”. Quanto à resposta à minha indagação, a equipe do núcleo, de certa forma, enquadrou os jovens, como um todo, como estando em vulnerabilidade provavelmente considerando, no nível do pressuposto, o Taquaril como sendo uma área considerada de “risco” no que se refere aos “níveis de criminalidade”. Num primeiro momento, de fato não generalizam, colocando que atingir os jovens em vulnerabilidade social é sempre um desafio sendo que posteriormente colocaram que a condição de vulnerabilidade *dos 1000 jovens atendidos pelo Fica Vivo* hoje está sendo minimizada.

Percebo o Fica Vivo e o Agente Jovem na periferia como expressão de uma agudização das contradições urbanas. Nos termos de Alessandro Técnico, do Fica Vivo:

Na minha opinião é... não pode mais, percebeu [o Estado], se deu conta, inclusive em virtude dos movimentos sociais de que não dá mais pra não escutar o que se chama periferia, não dá mais pra não escutar. Não porque o Estado é bonzinho, mas porque há uma organização e há um histórico de que hoje não dá mais pra falar assim: vamos virar as costas, ou seja, marca um ponto de existência...²⁰

Neste bojo, Alessandro não considera a periferia como lugar destituído de centralidade nos momentos em que se localiza nas franjas da metrópole nem como lugar apartado desta espacialidade. Para Alessandro:

Periférico como algo que está externo àquele núcleo da cidade e até então, na minha opinião, era muito essa a idéia de periferia. Disso que está fora, disso que está desagregado, que tem mais dificuldades de acesso aos serviços da cidade, que tem mais dificuldades e isso era periférico, e isso era que estava num todo. Eu acho que isso muda, na minha opinião isso, hoje, ele serve de [inaudível] porque o que se chamava de periferia, na minha opinião, hoje, está muito dentro da cidade e é a cidade! Não dá pra dizer ‘eu tenho uma concepção assim do morro e do asfalto’. Acho que há uma aproximação, há um... algo de um movimento, de heterogêneo que não dá mais para fazer este recorte.²¹

²⁰ Entrevista realizada em agosto de 2007.

²¹ Entrevista realizada em agosto de 2007.

Já que a periferia é centralidade na metrópole, uma das exigências que se faz a todo oficineiro, e uma preocupação de Pedro, educador do Agente Jovem, é ultrapassar os muros da periferia enquanto “senzala contemporânea” procurando proporcionar a circulação dos jovens por outras “comunidades” ou outras “senzalas” e pela metrópole como um todo. Sobre a atualidade da periferia como senzala, Júnior Marques da Silva, o Blitz coloca:

Sim, aqui a gente tem que fazer alguma coisa por nós, pois aqui é a última favela de BH do lado da zona leste. Eu costumo dizer que tiraram a gente da senzala anos atrás, deram a libertação pra gente, pros negros... “pra não viver em senzala”, mas ao mesmo tempo prende a gente num sistema capitalista onde quem tem mais dinheiro é mais beneficiado, mais bem atendido, é o melhor cidadão. Não dão opção de trabalho pra gente (...) depois jogam a gente nas favelas, nas periferias. Aí a gente continua vivendo da mesma forma, tendo de fazer nosso espaço, tendo de construir as nossas coisas, tendo de fazer pontes para atravessar córregos, tendo desviar o esgoto da nossa casa pra nascente de água poluir, já que não tem outra opção... Então assim... É um descaso total, uma coisa sem palavras, pois dá uma revolta, uma decepção na gente quando se vê um potencial humano enorme, que tem pessoas, que tem talentos e poderiam contribuir para alguma coisa e não é atendido em nenhum programa, não tem nada que melhore a condição de vida da gente aqui.²²

Para Pedro, educador do Agente Jovem no Taquaril:

Existe a periferia. A periferia hoje, eu vejo como a senzala de antigamente. É algo que infelizmente é um ambiente ou espaço esquecido. Se você quiser mudanças, você tem que fazer. Não pode ficar esperando pela boa vontade dos governantes não. E com certeza os governantes vão fazer a partir do momento que você pressionar. Você sabe que o Brasil só funciona sob pressão. Só quando a sociedade se mobiliza, vai pras ruas, pressiona... E fica insistindo... Cobrando seus direitos (...) Periferia é o quadro da desigualdade social que há hoje no país. É o retrato. É algo visível. Você quer ver desigualdade? É só você ir na periferia, conviver com os moradores dessa periferia, e depois ir a um bairro de classe média. Isso em qualquer cidade do país. O sujeito que tem pão, queijo, mortadela, presunto, fruta na mesa, suco... É um outro sujeito que come farinha com água todos os dias pra ter seu alimento. Isso quando tem farinha com água, né? Sendo que quem produz a riqueza do país é a classe pobre que é o trabalhador. Então, porque ele não pode usufruir dessa riqueza?!²³

Críticos destes dois Programas no Conjunto, principalmente no que se refere ao Fica Vivo, de forma subliminar os consideram como a presença do Estado na periferia por meio do “controle social e territorial”²⁴, seja reforçando o aparato repressivo ou por meio de programas que tiram os jovens do espaço complexo e contraditório que é a rua. Não percebi

²² Entrevista realizada em maio de 2007.

²³ Entrevista realizada em junho de 2007.

²⁴ CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 165.

necessariamente um processo de “lapidação de corpos e mentes”²⁵ pelo fato, muito provavelmente, dos oficineiros e do educador do Agente Jovem, serem, de modo geral, habitantes de periferia e principalmente do próprio Taquaril. Entre as quatro paredes de uma escola, um espaço alugado etc, para além das normatizações do Estado, se respira periferia. Interessante observar, no caso do Fica Vivo, que se cobra do oficineiro excursões, ou outras atividades fora dos limites do Taquaril, mas, muitas vezes, para se conseguir auxílio para transporte, estes se deparam com a burocracia do Estado em liberar verba ou um veículo. No caso do Agente Jovem, Pedro colocou que, muitas vezes, a prefeitura avisa sobre determinado evento em cima da hora e, de modo geral, não fornece nenhum tipo de auxílio quanto ao transporte dos jovens. Nas suas palavras:

Eu penso o seguinte: tem um grupo fechado de vinte e cinco jovens; pois cada um tem que ter vinte e cinco jovens... Ai, dentro da proposta de atitude pedagógica, o jovem tem que passar por um processo de formação de identidade, de relações públicas, autonomia, auto-estima e outras coisas mais. Passando por essa questão, envolvendo a questão da cidadania, do sujeito ser cidadão ser “de direito e de dever”, mas também pela sua atuação dentro da sociedade. Praticar cidadania é você participar de um processo político... Das decisões políticas da cidade... Isso com certeza vai estabelecer uma comunidade. *Mas quando tem uma conferência, que é um momento único de propostas, de participação, de fato pela sociedade dentro dessa aproximação que o poder público tem sobre a sociedade, a gente sabe que dificilmente o sujeito vai ter vale-transporte para aparecer na conferência. E até mesmo em outros momentos, quando não se está acostumado a participar de momentos como esse, ele não vai priorizar os dois reais que ele tem pra tomar café da manhã, ou que ele tem pra jogar um fliperama, ou participar de um outro evento pra participar de uma conferência. Não faz parte da cultura dele... ainda. Acho que é uma questão de costume. Ai, o governo... Vou tentar ser o mais claro possível... Na pré-conferência da criança e do adolescente, falaram que era para os jovens participarem. Falaram que era importante etc e tal, mas não deu suporte nenhum. Transporte, as informações foram falhas... Quando a gente foi perceber o governo que já tinha passado. A prefeitura... Eu não acredito mais em inocência não... Acho que os caras faziam de sacanagem. Tem momentos que é estratégico a comunidade participar e a prefeitura vai desmobilizar a comunidade passando as informações em cima da hora. Ou seja, não se adequar para a pessoa se organizar e ir.*²⁶

Na verdade a presença do Estado na periferia por meio de parcerias com o terceiro setor, tomando o Taquaril como estudo de caso, a percebo como um jogo a ser permanentemente jogado com as possibilidades de irrupção do instituinte, como não poderia deixar de ser, não estando dadas de antemão. A irrupção do instituinte é uma construção permanente dos

²⁵ Sobre esta faceta das políticas públicas para e/ou com jovens cf. LEÃO, Geraldo Magela Pereira. *Pedagogia da cidadania tutelada: lapidar corpos e mentes*. Uma análise de um programa federal de inclusão de jovens pobres. Obra citada.

²⁶ Entrevista realizada em junho de 2007, grifos meus.

oficineiros e Pedro, educador do Agente Jovem, com os jovens, para além dos enquadramentos do Estado ou da presença do terceiro setor como prestação de serviço na periferia. No que se refere à presença, por exemplo, de ONGs no Conjunto, Bruno, filho de Edneia presidente da CECOM comenta:

O trabalho das ONGs, dos grupos aqui é manter o pessoal aqui dentro Renato! Conformar o pessoal com a situação. Como vai ter luta de classes no futuro se o cara tá conformado com a situação dele. Como vai ter luta, no futuro, se o jovem hoje tá sendo, e... tá sendo ensinado, tá sendo acuado dentro, do, do, da realidade dele. E tendo aquilo como normal, como que, como que é mesmo? [como natural?] Como natural! E então, o cara não tem mais nem pelo que lutar no futuro, não vai existir luta de classes. Acho esse o grande lance das ONGs.²⁷

Para Pedro educador do Agente Jovem:

As ONGs se inserem dentro da comunidade com o intuito de alterar aquele quadro, né? Aquele quadro atual da comunidade. Mas ao mesmo tempo me causa um grilo assim... Depois que eu vi aquele documentário [filme de Sérgio Bianchi] “Quanto Vale ou é por Quilo?”, eu parei e comecei a ter uma visão crítica das ONGs. Saber quem de fato esta na comunidade para colaborar, auxiliar a comunidade no seu crescimento, no seu desenvolvimento, auxiliar nesse quadro de transformação, auxiliar na formação dos moradores dessa comunidade, para quem sabe a comunidade tenha uma visão [inaudível] para quem está lá de fato, crescer e sair da miséria. Infelizmente, a gente sabe que tem ser humano que tem espírito de porco, aproveita da miséria dos outros para crescer financeiramente e crescer profissionalmente. Então tem atuações de algumas ONGs aqui da comunidade que me causam uma certa suspeita, um certo grilo de saber quem esta aqui com o espírito, corpo e alma, ou quem tá aqui só por interesses políticos ou financeiros.²⁸

Na verdade, como já colocado na introdução desta dissertação, um dos sentidos do terceiro setor na periferia são seus trabalhos que aparecem como prestação de serviços despolitizando e/ou institucionalizando a luta por direitos. No que se refere ao “retorno das classes perigosas”²⁹, até que ponto a questão social deixa de ser encarada como caso de polícia mas entra na gestão burocrática do social. Acredito ser este um dos sentidos do terceiro setor como extensão do Estado e não como pares antitéticos. No que se refere ao caráter escorregadio e móvel dos movimentos em relação a uma gestão quase empresarial na qual muitas ONGs estão enredadas, ainda é Bruno quem comenta:

Porque quando eu falo que não é [o CECOM] necessariamente uma ONG, é o seguinte: porque uma ONG que estou falando é uma Organização não Governamental, uma organização estatutária tal, tal, tal. O CECOM, embora ele também em nome seja uma ONG, seja uma Organização, o que acontece? Ele é movido mais por emoção, por solidariedade, do que pelo estatuto sacou?³⁰

²⁷ Entrevista realizada em maio de 2007.

²⁸ Entrevista realizada em junho de 2007.

²⁹ Esta expressão é de Lourdes Carril.

³⁰ Entrevista realizada em maio de 2007.

A descrição de Vera da Silva Telles sobre o terceiro setor na periferia marca os termos deste novo filão no sentido de angariar recursos para projetos num capitalismo transmutado em “responsabilidade social” como contensão das “classes perigosas” no que alguns habitantes de periferia qualificam, expressão já usada nesta sessão, como senzala contemporânea. Na verdade, o relato de Vera Telles nos remete à atual banalização da questão social onde, me remetendo ao subtítulo do filme *Quanto Vale ou é por Quilo?* de Sérgio Bianchi (figura 1), “mais valem pobres na mão do que pobres roubando”. Cooptados por esta burocratização da questão social e pela pobreza como novo filão do social subsumido ao econômico, a autora também observa os tradicionais movimentos reivindicativos de periferia como as associações comunitárias. Neste sentido, hoje se observa

programas sociais [que] se multiplicam pelas periferias afora e [no] entorno deles proliferam associações ditas comunitárias que tratam de se converter à lógica gestonária do chamado empreendedorismo social, [se credenciando] como ‘parceiras’ dos poderes públicos locais, [disputando] recursos em fundações privadas (e a chamada filantropia empresarial) e [em] agências multilaterais, isso em interação com miríades de práticas associativas e ao lado dos movimentos de moradia e suas articulações políticas, partidos e seus agenciamentos locais, igrejas evangélicas (também proliferantes) e suas comunidades de fiéis e, claro, a quase onipresença de ONGs vinculadas a circuitos e redes de natureza diversa e extensão variada³¹.

³¹ TELLES, Vera da Silva. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 197.

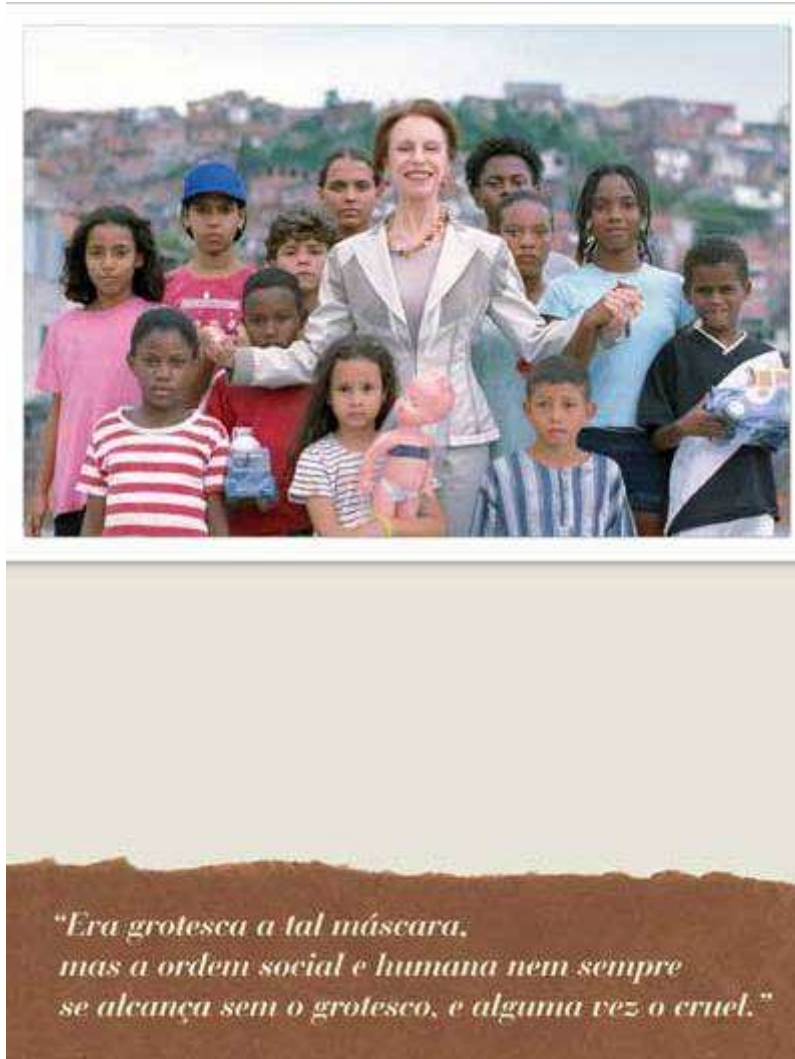


Figura 1: Imagem de divulgação do filme Quanto Vale ou é por Quilo?
Fonte:
<http://www.quantovaleoueporquilo.com.br/imagem.php?i=fotos/campanha7.jpg> acessado às 15:44 horas de 01/06/2008.

Na próxima sessão deste capítulo procurarei delimitar conceitualmente o terceiro setor e sua presença no Brasil procurando compreender o(s) sentido(s) da(s) parceria(s) entre terceiro setor e Estado na periferia. Esta sessão se faz necessária com vistas à posterior caracterização dos programas Agente Jovem e Fica Vivo como parte final deste capítulo.

3.2. Demarcando conceitualmente o terceiro setor e sua presença no Brasil

Supor um terceiro setor pressupõe a existência de um primeiro setor – representado pelo Estado – e a de um segundo – representado pelo mercado. A expressão terceiro setor pode nos dar a idéia de homogeneidade ou, o que é um equívoco, de usá-la como sinônimo de Organização não Governamental – ONG. O uso da expressão Organização não governamental como sinônimo de terceiro setor teria sido observado por Boaventura de Souza Santos³² no que se refere aos países do chamado Terceiro Mundo, fato não observado por mim pelo menos no que se refere à literatura acadêmica brasileira consultada referente ao assunto³³. Na verdade, por trás desta aparente expressão “guarda-chuva” encontra-se uma miríade de organizações sociais que incluem ONGs, entidades filantrópicas, associações de moradores, etc que são organizações sociais privadas sem fins lucrativos que, mesmo tendo objetivos sociais, públicos e/ou coletivos, não são estatais. Sobre a heterogeneidade inerente ao terceiro setor e sua especificidade Boaventura de Souza Santos coloca:

‘terceiro setor’ é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações podem mencionar-se cooperativas, associações mutualistas, associações não lucrativas, organizações não governamentais, organizações quase-não-governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc.³⁴

Elisabete Ferrarezi vê com ressalvas a utilização de expressões como “sem fins lucrativos” ou o fato de que as organizações que compõem o terceiro setor teriam necessariamente objetivos coletivos e/ou sociais. Na verdade, a autora chama a atenção para o fato de que no terceiro

³² SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 350.

³³ Cf. COELHO, Simone de Castro. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000; FERRAREZI, Elisabete. *OSCIP: saiba o que são organizações da sociedade civil de interesse público*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002; FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; WARREM-SCHERER, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

³⁴ SANTOS, Boa Ventura de Souza. *A gramática do tempo*. Obra citada, p. 350.

setor estão inclusos “... também organizações que perseguem interesses privados ou mesmo as que, embora tenham sua ação voltada para a promoção de políticas públicas, dirigem seus esforços a um círculo restrito de pessoas ou associados”³⁵.

A importância de se considerar a heterogeneidade do Terceiro Setor está no fato, por exemplo, de que os movimentos reivindicativos que tiveram papel central para que as complexidades postas na cotidianidade da periferia emergissem para as ciências sociais em fins da década de 1970 no Brasil já se constituíam, pode-se dizer, como parte de um terceiro setor. Sendo assim, a idéia de uma sociedade civil brasileira atuando, num primeiro momento, paralelamente, para além ou contra o Estado e o mercado não deve ser considerada como sendo necessariamente uma novidade que emerge com a consolidação e expansão das organizações não governamentais a partir de meados da década 1980. Leilah Landim³⁶ situa o surgimento deste fenômeno social no país no final da década de 1960, com muitas organizações não governamentais filiadas à ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais –, estando atualmente consolidadas, tendo surgido na década de 1970. Estas organizações surgem, portanto, nos “anos de chumbo” da ditadura militar se concentrando na assessoria a movimentos populares, em trabalhos ligados à educação popular etc. Surgem como organizações avessas à sua institucionalização pelo Estado surgindo, na verdade, em contraposição a ele. Nos países centrais Boaventura de Souza Santos situa o surgimento do terceiro setor, principalmente no que se refere à Europa, no século XIX, surgindo, na verdade, contra o Estado visando a superação do capitalismo ou tendo um caráter mitigador no que se refere aos “custos humanos”, como consequência da Revolução Industrial, postos principalmente para a classe trabalhadora. Tratou-se de organizações sociais dos mais variados matizes, desde socialistas a cristãos sociais e liberais. Nos termos do autor:

Nos países centrais e em especial na Europa, o terceiro setor surgiu no século XIX como alternativa ao capitalismo, tendo raízes ideológicas heterogêneas que vão do socialismo nas suas múltiplas faces, ao cristianismo social e ao liberalismo, visando novas formas de organização da produção e de consumo que, ora desafiavam frontalmente os princípios da economia política burguesa em ascensão, ora buscavam tão só minimizar os custos humanos da Revolução Industrial, funcionando de modo compensatório e em contra-ciclo.³⁷

A presença do que seria um terceiro setor no Brasil remonta a meados da década de 1930 numa relação mais de aproximação com o Estado do que contra ou para além dele. Próximo,

³⁵ FERRAREZI, Elisabete. *OSCIP*. Obra citada, p. 15.

³⁶ LANDIM, Leilah. “Experiência militante”: histórias das assim chamadas ONGs. In: ____ (org). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: NAU, 1998.

³⁷ *Ibidem*, p. 350.

na verdade, no que se refere ao histórico das qualificações a que uma organização social pode pleitear, como a de utilidade pública como pré-requisito, por parte do Estado, “para concessão de doações dedutíveis do imposto de renda, doações em bens da administração pública federal direta”, entre outros benefícios. Na verdade parte da história do terceiro setor no Brasil se confunde com a forma extremamente burocratizada de alguma organização social e/ou entidade receber titulações como prerrogativa para repasse de recursos estatais por meio de algum convênio ou de benefícios como os supracitados. Esta extrema burocratização se fez presente como forma de coibir práticas como o tráfico de influência e/ou práticas clientelistas ocorrendo, como não poderia deixar de ser, justamente o contrário. Com a constituição de 1946, por exemplo, foi possibilitada que organizações com fins lucrativos fossem consideradas como entidades filantrópicas entrando nesse “bolo” até empresas de táxi aéreo. A recente, de 1999, lei das OSCIPS veio com a proposta de simplificar o acesso aos recursos estatais instituindo-se o termo de parceria a partir da qualificação, num processo aparentemente simples e rápido, como veremos, determinada organização social como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.³⁸

Se as ONGs no Brasil nascem se contrapondo ao Estado com um sentido anti-burocrático muito comum, pensando o segundo setor na dimensão de uma lógica empresarial e o primeiro setor no que se refere à sua burocratização, hoje se observa uma tendência, no caso destas organizações, de aproximação, por vezes de parceria, com o Estado e mercado. Se, no que se refere às ONGs, houve apostas referentes a uma sociedade civil instituinte, esta radicalidade deve ser relativizada se pensarmos, por exemplo, no grau de dependência destas organizações em relação a financiadores públicos e/ou privados podendo se sobrepor aos seus princípios, objetivos etc. Para Francisco de Oliveira, que parece não considerar as ONGs como parte do terceiro setor, algumas destas organizações estariam se inserindo mesmo no que o autor observa como uma filantropização da pobreza como parte de uma gestão burocrática do social. Nos termos do autor:

Algumas das originais ONGs, que surgiram como vocalizações de grupos sem representação política, no crescimento exponencial da sociedade capitalista contemporânea, de certo modo estão entrando nesse terreno [na filantropização da pobreza], seja colaborando com o governo, ou com o terceiro setor, legitimando-os e transferindo-lhes a credibilidade que conquistaram a partir da crítica racionalidade burguesa instrumental.³⁹

³⁸ FERRAREZI, Elisabete. *OSCIP*. Obra citada, p. 16-19.

³⁹ OLIVEIRA, Francisco de. Brasil: da pobreza da inflação à inflação da pobreza. In: *Cadernos Abong*. São Paulo: Editora Autores Associados, N.º 27- maio/2000.

No que se refere à lógica empresarial posta na dependência das ONGs dos financiadores por meio de projetos, Paulo Eduardo Arantes coloca:

Ocorre simplesmente que a cláusula sem-fins-lucrativos não é uma barreira à entrada no mundo dos negócios, podendo até representar uma senha privilegiada de ingresso. Segundo consta, a paulatina impregnação pelos usos e costumes da livre iniciativa começa pela inocente elaboração e execução de um ‘projeto’ em conformidade com as exigências de qualquer agência financiadora. Tais projetos lidam com fundos escassos sob severa vigilância, que por sua vez não tolera amadorismo, antes exigem, pelo contrário, um cálculo profissional de custo/benefício, na previsão do ‘retorno’ do investimento, o qual vem a ser a transformação do apoio recebido em serviço.⁴⁰

Na verdade tem-se observado um nova transmutação, como (re)construção do marco semântico do capitalismo onde se consubstancia parcerias entre terceiro setor e um Estado cada vez mais distante de suas funções sociais e a constituição de um capitalismo esquizóide na figura das chamadas “empresas cidadãs” que recebem benefícios, como dedução dos “gastos filantrópicos”⁴¹ do imposto de renda, por sua “benevolência”. Nestes termos, penso que se o terceiro setor pouco passa de um reformismo em que não figura em seu horizonte, talvez, nem mesmo uma reforma do Estado no que se refere à sua desburocratização. Mike Davis⁴² pontua o reformismo de determinadas ONGs no Terceiro Mundo, já que algumas destas se vêem na dependência de poderosos financiadores como o Banco Mundial que, observa o autor, a partir principalmente da década de 1990, tem preterido, como “parceiro”, o Estado em detrimento de Organizações não governamentais enquadradas a seus termos. Na verdade, até que ponto pode-se falar de uma cidadania controlada, pois, ao mesmo tempo em que se “estimula” ou se trabalha com o popular como sujeito de direitos, ou como cidadão, os representantes destas ONGs, ou entidades, algo observado por mim no que se refere ao Fica Vivo, ao fim e ao cabo se mostram como tutores desta cidadania e destes direitos. Nos termos de Maria Célia Paoli, “... é possível que, no próprio ato em que se desenrola a discussão e deliberação, cassa-se o ato original da política”⁴³ enquanto dissenso. Neste bojo, Francisco de Oliveira⁴⁴ observa uma privatização da política onde, para sobreviver, as ONGs cada vez mais se confundem com o segundo setor, o mercado, se distanciando mesmo de seu caráter público não estatal o que, como já pontuado anteriormente, se consubstancia mais como um

⁴⁰ ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. Obra citada, p. 168.

⁴¹ Brasil: da pobreza da inflação à inflação da pobreza. Obra citada, p. 38.

⁴² DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 79-101.

⁴³ PAOLI, Maria Célia Paoli. O mundo do indistinto: sobre, gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de, RIZEK, Cibele Saliba. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 225.

⁴⁴ OLIVEIRA, Francisco. Capitalismo e política um paradoxo letal. In: NOVAES, Adauto (org). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p. 288.

reformismo reiterando os marcos constitutivos desta sociedade. Livia de Tommasi observa as ONGs como entidades privilegiadas nas atuais parcerias e/ou convênios entre terceiro setor e Estado com a perda de espaço dos movimentos para essas organizações que surgiram, muitas, como parceiras prestando acessoria a movimentos reivindicativos de meados da década de 1970. A autora coloca os termos da questão num processo que se consolida a partir da gestão Fernando Henrique Cardoso no Governo Federal. Nos termos da autora:

As orientações neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso instauraram uma nova relação do estado (sic) com as entidades da sociedade civil, que se tornaram interlocutores importantes para a prestação de serviços, ou seja, executoras de programas e projetos definidos em âmbito governamental. Os argumentos que defendem essa ‘terceirização’ dos serviços sociais consideram que as ONGs têm mais agilidade e capacidade de resposta criativa aos problemas, mais contato direto com o público alvo e conhecimento das realidades locais e, por isso, são mais eficientes na execução dos programas sociais. De fato, contratando os serviços de alguma ONG o estado (sic) consegue evitar o complicado e difícil caminho burocrático da licitação.

Essa postura do estado (sic) tem provocado uma grande proliferação de ONGs, que hoje ocupam um lugar significativo na constituição da esfera pública brasileira; por outro lado, o fato de considerar as ONGs como interlocutores privilegiados tem enfraquecido a relação do estado (sic) com os movimentos sociais. O que tem acontecido, muitas vezes, é uma substituição dos atores em campo; as ONGs, que originalmente nasceram para apoiar a ação dos movimentos sociais e a construção de atores da sociedade civil, tem tomado o lugar desses (...) na relação com o estado (sic).⁴⁵

A entidade responsável por parte da gestão do programa Fica Vivo é uma OSCIP, a ELO Inclusão e Cidadania que celebra termo de parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais. No que se refere a um caráter empresarial com que tem se enredado as organizações do terceiro setor pode-se dizer que a lei das OSCIPs vem a reforçar este processo com uma OSCIP podendo ser considerada quase como uma empresa disfarçada, por exemplo, de ONG, senão vejamos.

⁴⁵ TOMMASI, Livia de. *Abordagens e práticas de trabalho com jovens das ONGs brasileiras*. p. 6. Texto que consta do endereço eletrônico http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_biblioteca/textos%20e%20artigos/texto_livia.pdf acesso em 20/03/2008 às 11:25 horas.

3.3. A chamada lei das OSCIPs e a instituição do termo de parceria entre Estado e terceiro setor.⁴⁶

Como já indicado neste capítulo, historicamente a relação entre Estado e terceiro setor no Brasil, no que se refere ao acesso a recursos estatais e outros benefícios advindos de processos de qualificação, foi marcado pela extrema burocratização estatal abrindo precedente para o clientelismo, a constituição de lobbies etc. A Lei n° 9790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto n° 3.100 do mesmo ano, que “dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da sociedade Civil de Interesse público”⁴⁷ instituindo e disciplinando, também, o chamado termo de parceria entre a entidade qualificada e o Estado veio no sentido de desburocratizar e trazer mais transparência a esta relação. Mais especificamente, veio com o sentido de cumprir os seguintes objetivos:

- ampliar o campo de atuação das associações com fins públicos, incluindo novas áreas de ação social;
- reduzir custos operacionais e agilizar procedimentos para o reconhecimento institucional;
- ampliar, modernizar e flexibilizar a realização de parcerias com os governos, tendo como foco a avaliação de resultados;
- criar mecanismos mais adequados de responsabilização, de modo a garantir que os recursos de origem estatal sejam bem aplicados e efetivamente destinados a fins públicos.⁴⁸

Para que uma dada organização social pleiteie a qualificação de OSCIP, esta não deve, por exemplo, ter fins lucrativos, nem representar os interesses de um indivíduo ou grupo específico, além de realizar atividades que de alguma forma apresentem interesse social. Dessa forma, organizações sociais que promovam, por exemplo, o voluntariado, a conservação do patrimônio histórico e artístico, a assistência social podem, portanto, pleitear a qualificação de OSCIP. Anteriormente a esta nova regulamentação do terceiro

⁴⁶ As reflexões presentes nesta sessão se baseiam em dois trabalhos de Elisabete Ferrarezi sobre as OSCIPs. São eles *OSCIP: saiba o que são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público*. Obra citada e *OSCIP passo a passo: saiba como obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2003.

⁴⁷ OSCIP. Obra citada, p. 66.

⁴⁸ FERRAREZI, Elisabete. *OSCIP passo a passo*. Obra citada, p. 12.

setor, para uma organização social pleitear alguma das qualificações então existentes ela teria que vencer uma miríade de documentações e trâmites burocráticos. Por sua vez, os documentos e todo processo para que uma organização social consiga a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é bem mais simplificado bastando, no que se refere à documentação, autenticá-la em cartório apresentando,

- estatuto registrado em cartório;
- ata de eleição de sua [da entidade] atual diretoria;
- balanço patrimonial;
- demonstração do resultado do exercício;
- inscrição no CNPJ (que substitui o antigo CGC)
- declaração de isenção de imposto de renda da entidade (se a entidade tiver menos de um ano, deve enviar esse documento após um ano de existência ao Ministério da Justiça).

Após enviar toda a documentação necessária e o requerimento pleiteando a qualificação o Ministério da Justiça tem um mês para dar seu parecer e mais quinze dias para publicar o resultado no Diário Oficial da União.⁴⁹ Esta nova regulação do terceiro setor pode ser encarada como o amplo reconhecimento, por parte do Estado, de uma esfera pública não estatal consubstanciada na qualificação de uma dada organização social como OSCIP. Além deste novo marco legal⁵⁰ do terceiro setor estabelecer o termo de parceria com o Estado, numa forma, como veremos, supostamente mais transparente de gestão do dinheiro público por um setor público não estatal, as OSCIPs ainda tem acesso, entre outros, aos seguintes incentivos fiscais e/ou benefícios:

- recebimento de doações de pessoas jurídicas em que estas podem deduzir parte do valor no imposto de renda;
- as OSCIPs podem receber doações de bens apreendidos pela Receita Federal;
- uma OSCIP ambientalista pode ser tornar gestora de alguma unidade de conservação.⁵¹

⁴⁹ Ibidem, p. 27-28.

⁵⁰ Elisabete Ferrarezi define o marco legal da lei das OSCIPs como “o que fornece a regulação para as organizações, permitindo seu reconhecimento institucional pelo Estado e o fomento de suas ações por meio de parcerias, isenções e imunidades fiscais”. *OSCIP*. Obra citada, p. 26.

⁵¹ *OSCIP*. Obra citada, p.53-54.

A instituição do termo de parceria seria mais uma garantia para o Estado de que a entidade parceira fará uso do dinheiro público com o máximo de transparência, já que a prestação de contas de uma OSCIP, por exemplo, é algo que qualquer cidadão pode ter acesso. O uso não adequado dos recursos provenientes da parceria pode acarretar à entidade, entre outras penalidades, a perda do projeto desenvolvido em comum acordo com o Executivo, Judiciário ou Legislativo municipal, estadual ou federal e a perda de sua qualificação como OSCIP por meio de “... processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do ministério público”⁵² estando assegurado o amplo direito de defesa. A qualificação como OSCIP não é garantia automática de realização de parcerias com o Estado, podendo este estabelecer parceria com determinada OSCIP por meio de um concurso de projetos ou não. Interessante observar que para determinada organização social é opcional a qualificação como OSCIP não podendo uma organização, após março de 2004, acumular duas qualificações ao mesmo tempo, devendo optar pela qualificação anterior ou pela de OSCIP. Pensando a distinção entre organização e movimento, o termo de parceria pode ser visto como um aprofundamento da burocratização, fazendo um paralelo com o primeiro setor, e a transformação das organizações em verdadeiras empresas, já que as organizações se vêm às voltas com rigorosa prestação de contas que envolve, entre outros aspectos,

- relatório anual de execução de atividades;
- demonstração de resultados do exercício;
- balanço patrimonial;
- demonstração das origens e prestação de recursos.⁵³

Quando o montante envolvido no termo de parceria chega a seiscentos mil reais ou mais se faz necessária a presença de auditoria independente da aplicação dos recursos do termo de parceria. Elisabete Ferrarezi de forma um tanto acrítica, endossando o que já foi nomeado neste capítulo de privatização da política, nos oferece um relato acerca da atual relação capilar entre Estado, mercado e terceiro setor, relação cujo aprofundamento e consolidação se daria a partir da lei das OSCIPs e instituição do chamado termo de parceria. Nos termos da autora:

Fundamentados nesta lei [na lei das OSCIPs], os governos nos diferentes âmbitos podem potencializar os resultados de projetos, aproveitando todas as vantagens que uma organização deste tipo [uma OSCIP] tem em relação à estrutura do Estado: flexibilidade, alta capilaridade e proximidade das necessidades e dos valores da comunidade, sujeição ao controle social.

⁵² Ibidem, p. 69.

⁵³ Ibidem, p. 74.

A interação entre programas de superação da pobreza e promoção do desenvolvimento possibilita impactos mais efetivos na população. Mas isso não ocorre espontaneamente. É preciso que o poder público incentive a *participação e a articulação de atores, interesses e redes. Quanto mais relações interorganizativas forem mantidas, mais condições de aproveitamento do capital humano e do capital social existentes.*

As parcerias são estratégicas porque aumentam a eficiência dos programas e das ações que poderiam ser realizadas por um ator isolado. Também agregam valor ao que é produzido, já que as deficiências de um podem ser compensadas pela capacidade do outro. Por isso, as parcerias entre Estado, mercado e sociedade civil são cada vez mais comuns – já que nenhuma destas esferas, sozinha, seria capaz de promover o desenvolvimento da sociedade.⁵⁴

Pode-se dizer, portanto, correndo o risco de parecer pessimista, que, se com os movimentos reivindicativos de meados da década de 1960, os movimentos que emergem para ciências sociais em fins da década de 1970 e se estendem até meados da década seguinte, contradições fundantes da sociedade brasileira, como o seu caráter autoritário, a opressões da propriedade na(s) luta(s) pela terra no campo e no espaço urbano, foram colocadas em pauta, esta relação medular do terceiro setor com o mercado e/ou Estado tem representado a desradicalização destas lutas. Assim, cabe a provocação: como ao mesmo tempo servir de mediação para a emancipação do popular em relação ao conjunto de opressões que este lida no seu cotidiano e ao mesmo tempo perder “a bola da vez” que tem sido, poderíamos dizer, a “pobreza como negócio”. Pensar as parcerias entre terceiro setor com o Estado e/ou mercado e as possibilidades de emancipação social não seria um contra-senso? Nesse bojo em tempos de anulação da política a própria noção de direito e/ou Estado democrático de direito se vê ressignificada e reduzida à gestão burocrática do social e à pobreza como negócio. Assim, nos dias atuais, estas noções

são mobilizadas para dar ares de modernidade democrática aos dispositivos gestionários que, sob o discurso altissonante do reconhecimento das diferenças e do combate à exclusão, vão se multiplicando por todos os lados, assinalando que entramos de vez na era da ‘pós-política’ (...), quer dizer: dispositivos variados que mobilizam recursos institucionais, jurídicos, sociais (e também a pesquisa acadêmica) para identificar os problemas específicos de cada grupo, definir os tais públicos-alvo, propor medidas para corrigir o que não funciona direito, valorizar a ‘comunidade’ e promover o dito ‘capital social’ como anteparo às derivas da exclusão e suas supostas patologias violentas, tudo isso, aliás, também devidamente plugado nas vias globais pelos circuitos do assim chamado terceiro setor, financiados (monitorados?) pelos ‘generosos’ recursos das agências multilaterais, quando não capturados por essa espécie de nova frente de

⁵⁴ Ibidem, p. 36-37, grifos meus.

expansão do capital, e com a ‘grife’ da ‘responsabilidade social’ das empresas.⁵⁵

Na terceira e última sessão deste capítulo pretendo tecer considerações sobre a Elo Inclusão e Cidadania e a organização não governamental Visão Mundial, que são as gestoras respectivamente dos programas Fica Vivo, em parceria com o Executivo estadual, e Agente Jovem em parceria com o Executivo municipal.

3.4. Elo Inclusão e Cidadania e a Visão Mundial. “Quem” são as entidades gestoras dos programas Agente Jovem e Fica Vivo no Taquaril?

3.4.1. Breve caracterização da organização não governamental Visão Mundial⁵⁶

A organização não governamental Visão Mundial é uma ONG qualificada como entidade filantrópica que, a partir de convênio com o Executivo municipal, gere o Programa Agente Jovem no Conjunto Taquaril. Esta ONG tem origem estadunidense tendo sido fundada em 1950 no sentido de fornecer ajuda humanitária a vítimas da então Guerra da Coréia. Hoje a Visão Mundial atua em cerca de cem países sendo quatorze da América Latina. No Brasil a Visão Mundial atua desde 1975, principalmente em áreas “estagnadas economicamente” e/ou empobrecidas materialmente estando presente em estados como o Amazonas, Bahia, Tocantins, Piauí, norte de Minas Gerais e em metrópoles e/ou regiões metropolitanas como as de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

O “público alvo” central da Visão Mundial são as crianças consideradas como estando em “vulnerabilidade” onde, principalmente por meio do que qualificam por PDA – Programa de Desenvolvimento de Área –, procuram lhes proporcionar melhores condições de vida a partir da promoção do “desenvolvimento social” da “comunidade” em que vivem. De acordo com Paula, prestadora de serviço desta ONG, a Visão Mundial se instala em uma dada área, como o PDA Nova Contagem na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o intuito, muitas vezes por meio de convênios com o Estado, de formar “empreendedores” que possam tomar

⁵⁵ TELLES, Vera da Silva. Obra citada, p.202.

⁵⁶ Os apontamentos referentes à ONG Visão Mundial são com base nos dados que constam do relatório de atividades referentes ao ano de 2005 que pode ser consultado por meio do endereço eletrônico <http://www.visaomundial.org.br/visaomundial/> acesso em 20/04/2008 às 20:00 horas. Me utilizei também de informações fornecidas pelo endereço eletrônico supracitado.

nas próprias mãos os rumos econômico/social do lugar. Para tanto a ONG marca sua presença na área da saúde, por exemplo, atuando quanto à promoção

- da vigilância nutricional, com ênfase nas crianças e adolescentes;
- da consciência social, civil e política;
- do planejamento familiar;
- da saúde preventiva.

A Visão Mundial realiza trabalhos, também, no que considero como educação informal nos lugares em que atua além do que se refere à promoção do “desenvolvimento econômico” atuando no que se refere ao

- microcrédito rural e urbano;
- bancos comunitários;
- comércio solidário;
- grupos de produção;
- geração de trabalho e renda;
- cooperativas de negócios;
- qualificação profissional;
- capacitações técnicas;
- assessoria técnica.

Os PDAs englobam ainda atuações nas áreas de “promoção da Justiça”, “testemunho cristão” (a Visão Mundial se nomeia como uma ONG mostrando, mesmo que oficialmente não se vinculando a nenhum credo específico, aproximações com segmentos de evangélicos) além de realizar o que qualificam como “ações emergenciais”. Estas ações, de caráter explicitamente assistencialista, acontecem em lugares afetados por fenômenos naturais, como enchentes, situações em que a Visão Mundial entra com o/a

- mapeamento das famílias em situação de risco;
- distribuição de medicamentos e alimentos para famílias desabrigadas;
- construção de abrigos.

A Visão Mundial trabalha ainda com o apadrinhamento de crianças. Cada padrinho paga à ONG um valor mensal a partir de quarenta reais por criança apadrinhada. Segundo Paula, “prestadora de serviço” já citada, este dinheiro não vai para a criança. O dinheiro repassado às crianças apadrinhadas no PDA Nova Contagem, por exemplo, vai para a “comunidade” envolvida que se articula, então, para ajudar a decidir onde e como o dinheiro arrecadado será

usado. Em 2005 eram cerca de 70.014 crianças inscritas em projetos (como os PDAs), 58.988 crianças apadrinhadas e 45.925 “padrinhos e madrinhas”.

Em 2005, cerca de 73% dos recursos geridos pela ONG, em torno de 25.000.000 de reais, vieram de doações do exterior com as doações locais ficando em torno de pouco mais do que 5.000.000 de reais. Do total das “receitas de fundos brasileiros” referentes ao ano de 2005 boa parte adveio do apadrinhamento totalizando cerca de 2.746.654 reais vindo em seguida os fundos governamentais. Destes recursos, sua maior parte, cerca de 31.366.381 reais, foram destinados aos projetos desenvolvidos nos estados em que esta ONG atua no Brasil. Em Minas Gerais a Visão Mundial, em 2005, mantinha 9 PDAs, incluindo Nova Contagem, e um PE – Projeto Especial – englobando cerca 175.675 pessoas atendidas. Em todo o Brasil os 62 projetos da Visão Mundial englobaram cerca 1.062.419 pessoas atendidas em 2005.

O programa Agente Jovem funciona no Conjunto Taquaril desde 2002. De 2002 até 2004 a gestão compartilhada do Programa ficou a cargo do CECOM-PCDTECA em parceria com o CAC-VC, sendo que os jovens do Alto Vera Cruz freqüentavam o Agente Jovem no Taquaril. À época, como hoje, existiam uma turma de Agente Jovem referente aos setores 1 a 8 e uma turma referente ao Castanheiras. Segundo Edneia, o CECOM precisou fazer esta parceria com o CAC, pois a associação passava, à época, por problemas financeiros, tendo a conta bloqueada em função da emissão de cheques sem fundo não conseguindo organizar a documentação necessária para assumir a gestão do Programa no Conjunto. Entre os pontos positivos referentes ao Agente Jovem no Conjunto nessa época, Edneia destaca o fato de que era o CECOM, em parceria com o CAC, quem fazia a seleção do educador, fato que teria estimulado um maior envolvimento da “comunidade” no que se refere a um maior interesse quanto ao conhecimento da concepção do Programa, por exemplo. Segundo Edneia:

Foi 2000 [na verdade em 2002] porque a gente... Em 1999, no final de 1999 a gente tinha feito um gasto pra construir lá a sede da associação onde funciona a rádio. Aí nós demos uns cheques pré-datados pra comprar o material, né? E a gente não tinha a arrecadação, não tinha dinheiro pra cobrir os cheques, então ficamos com uns cheques sem fundo, voando nos depósitos aqui do Taquaril, ta? ... Aí fomos negociando eles, mas aí nós ficamos com a conta da associação bloqueada por causa do cheque sem fundo, né? E aí o... Agente Jovem veio e o CECOM não deu conta de organizar a documentação toda pra administrar o programa. Aí o que nós fizemos? Fizemos uma parceria com a associação do Alto Vera Cruz, com o CAC, porque o CAC também recebeu, me parece que era dois grupos de Agente Jovem lá. A diferença é que os meninos não iam estudar lá no Alto Vera Cruz . Os dois grupos que a gente tinha ia ser montado aqui mesmo. Um aqui nessa parte do Conjunto, né? Do setor 1 ao setor 8 e outro lá pra

atender o setor 10, 11 e 12, era uma turma específica do Castanheiras, tanto que chamava, né? Castanheiras o grupo lá. A gente tinha uma outra diferença também. Como tinha essa gestão compartilhada entre as duas associações, a gente é que fazia a seleção do monitor, entendeu? Então era bacana nessa época. Assim, a gente tinha dificuldade em ter lugar pra guardar lanche, mas, assim, tinha uma gestão compartilhada entre as associações que envolvia mais os moradores na concepção do programa, sabe? Bom, aí o CAC ficou administrando pra gente mais ou menos 1 ano.⁵⁷

Em 2004, portanto, a Visão Mundial assume o Agente Jovem, já que o CAC-VC desiste da parceria e o CECOM ficou cerca de 8 meses para conseguir o registro no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS – e no Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente, exigências do Executivo municipal para a efetivação do convênio. A partir do momento em que a ONG assume a gestão do Programa, Edneia coloca que nunca mais se abriu a possibilidade, no Taquaril, de uma associação assumir a gestão do Agente Jovem. Edneia justifica este fato pelo pouco interesse do Estado em, de fato, promover o desenvolvimento “comunitário” com algum grau de autonomia em relação, por exemplo, a representantes do terceiro setor que não sejam entidades da própria “comunidade” ou em relação ao próprio Estado. Edneia observa também uma pouca disposição do Estado em ter esses movimentos “comunitários” como parceiros no que se refere à gestão de recurso público. Nos termos de Edneia:

Ô Renato isso não me assusta muito não, porque de fato o poder público de modo geral é... nunca, nunca investiu de fato na formação comunitária, no fortalecimento comunitário, né? Dificilmente você vê algum programa importante sendo administrado por uma associação de bairro. Normalmente quando é alguma coisa assim é... As pessoas vêm de fora para administrar o programa dentro da comunidade. Não se valoriza o que você tem dentro da comunidade lá que é a associação de moradores. Então a concepção essa mesmo [de prestação de serviço] de prestação de serviço, exatamente. Não de desenvolvimento de parceria, não existe. Ô, única coisa que a prefeitura valoriza e que aí ela anuncia, a quatro ventos, né? Que tem parceria constituída mesmo é em algum programa que não tem movimentação financeira, que tem fortalecimento comunitário com geração de emprego dentro da comunidade, dessas ações que são desenvolvidas. Se falou que tem dinheiro, vem uma entidade de fora para administrar esse dinheiro.⁵⁸

Neste sentido, por volta de 2004 a prefeitura estabelece convênio com a visão mundial visando a

ação conjunta entre o município e a entidade, no que se refere ao atendimento a jovens, de ambos os sexos, de 15 a 17 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social, através de um conjunto articulado de ações que visam estimular, oportunizar e apoiar o protagonismo destes jovens, propiciando reflexão e vivências concretas, resultando em projetos de vida

⁵⁷ Entrevista realizada em março de 2008.

⁵⁸ Entrevista realizada em março de 2008.

pessoal e participação comunitária, de forma criativa, construtiva e solidária.⁵⁹

Percebi pouca interferência da Visão Mundial no trabalho de Pedro ficando a ONG responsável pela parte “burocrática” da gestão do Programa. No convênio firmado com o Executivo municipal, entre as inúmeras atribuições dadas à entidade, cabe a esta

- manter-se atualizada, em caráter permanente, no cadastro e habilitação jurídica das entidades conveniadas da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS;
- manter a placa, que será fornecida pelo município, indicando a existência do convênio, bem como ser o município partícipe deste;
- apresentar, mensalmente, ao órgão responsável pela assistência social no Município, instrumentos específicos de acompanhamento das atividades desenvolvidas, bem como de aplicação dos recursos financeiros utilizados na execução de suas atividades, conforme o Guia de Prestação de Contas.⁶⁰

O relatório referente ao exercício de 2005, em que consta a origem e como foram aplicados os recursos destinados aos trabalhos realizados, apresenta um tom um tanto quanto assistencialista em que o “público alvo” deve tomar os rumos de sua vida tornando-se um “empreendedor”. No entanto, fica claro o caráter tutelado desta “autonomia”. Em nenhum momento a ONG se viu no papel de *mediadora* nesta alusão ao que seria um processo de emancipação. Na verdade o tom é o de salvação de crianças, principalmente, e adultos que, a partir dos trabalhos realizados nos projetos, “... estão começando a gostar de ser gente e de viver como gente. Gente aprendendo a gostar de gente”. Na verdade, a este tom salvacionista se acrescenta uma linguagem empresarial em que a organização não governamental, sendo auditada, se vê às voltas com termos como “reserva de *lucro*”, “superávit acumulado” e “desempenho econômico e financeiro” termos referidos à sua prestação de contas. O caráter empresarial e de tutela do discurso aparece, por exemplo, em trecho de editorial produzido pelo diretor-executivo da Visão mundial no Brasil no relatório do exercício 2005. São palavras dele:

Este relatório é uma tentativa cuidadosa de explicitarmos com transparência a forma responsável com a qual procuramos administrar os recursos que não nos pertencem. Mantemos o mais *elevado nível de competência profissional* e preferimos que outros, principalmente auditores externos, digam que cumprimos com excelência a nossa *vocação* de serviço aos mais pobres. Enquanto invadidos por um sentimento de paz por termos cumprido bem

⁵⁹ Documento que institui o convênio entre prefeitura e determinada entidade.

⁶⁰ Documento que institui o convênio entre prefeitura e determinada entidade.

esta tarefa, reconhecemos as limitações de nossas informações. Apesar disso, esperamos que elas consigam *expressar o sorriso ou alegria de uma criança, a dignidade resgatada de um pai ou mãe de família por terem descoberto no empreendedorismo uma nova alternativa econômica de sustentabilidade*

Paula fez menção ao fato de que o Agente jovem daria “prejuízo” à Visão Mundial pelo fato da ONG estar dividindo o aluguel do espaço onde acontece o Agente Jovem com a prefeitura e pela própria burocracia que é, por vezes, lidar com o Estado. Dessa forma cabe voltarmos à questão referente ao caráter reformista posto em algumas entidades do terceiro setor em seus projetos com grupos “empobrecidos”, projetos que expressam o atual capitalismo transmutado em responsabilidade social. Sobre o capitalismo transmutado em responsabilidade social e sua relação com o terceiro setor, Gilberto Dupas resume bem os termos da questão. Para o autor:

O terceiro setor passou a reivindicar um novo modelo de gestão social mais eficiente e foi estimulado por uma onda de isenções fiscais que cederam incentivos ao setor privado para desempenhar papéis públicos. Isso modificou o sentido das relações entre o setor público e o privado: como já foi dito, *privatizou-se a esfera pública e publicizaram-se os interesses privados*. Nesse quadro, o protagonismo dos cidadãos surge via organizações privadas sociais em um novo campo neutro, gerencial e pragmático.⁶¹

3.4.2 – Breve descrição da ELO Inclusão e Cidadania⁶²

A ELO Inclusão e Cidadania é uma OSCIP cuja qualificação foi publicada no diário Oficial de Minas Gerais em agosto de 2005, sendo qualificada em âmbito federal em 2006. Desde setembro de 2005 a Elo Inclusão e cidadania celebra termo de parceria com o Executivo estadual, por meio da Superintendência de Prevenção à criminalidade (Spec) e da Secretaria de Defesa Social (Seds) no que se refere a um conjunto de projetos cujo objetivo está em desenvolver “... ações relativas à prevenção social da criminalidade e da violência, por meio da implantação, desenvolvimento e consolidação de Núcleos de Prevenção à Criminalidade (NPCs)” como é o Núcleo Taquaril. Atualmente são 31 NPCs levando-se em conta os núcleos da capital, da região metropolitana e de alguns municípios do interior. A ELO atua, portanto, na gestão compartilhada de projetos ligados à política de segurança pública do Executivo estadual como o Programa Mediação de Conflitos e o Fica Vivo.

⁶¹ DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 78, grifos meus..

⁶² Os apontamentos que compõem esta subseção são com base nas informações que constam do endereço eletrônico da ELO qual seja, <http://www.elocidadania.org.br/elo/>, no documento referente ao Termo de Parceria celebrado entre a ELO e o Executivo estadual em 2005 disponível no endereço eletrônico http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/choque/oscip/arquivos/termo_parceria/seds_elo/termo_de_parceria.pdf, cujo último acesso deste autor se deu em 01/06/2008 às 15:30 horas e em resultados de meus estudos de campo.

De acordo com documento referente ao termo de parceria firmado em 2005, são, entre outras, atribuições da ELO:

- selecionar, formar, capacitar e avaliar continuamente as equipes técnicas para o desenvolvimento das atividades dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade (NPCs);
- monitorar o cumprimento das metas dos Núcleos de Prevenção à criminalidade – NPC estabelecidas pela Secretaria de Estado de Defesa Social;
- avaliar os resultados das ações desenvolvidas pelos Núcleos de Prevenção à Criminalidade – NPC conforme os indicadores estabelecidos pela SEDS;
- executar o programa de trabalho.

A partir do que foi exposto, os pressupostos dos programas e as regras para a avaliação de seu desempenho são dadas pelo Executivo Estadual e executados pela OSCIP que é responsável pela seleção, contratação e capacitação dos funcionários envolvidos nos projetos. Os técnicos e estagiários do Fica Vivo, por exemplo, são funcionários, com vínculo empregatício de carteira assinada, da ELO e não do Estado. Este tem, entre outras atribuições:

- gerir as ações desenvolvidas no âmbito dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade – NPC implantando a política governamental referente ao combate à criminalidade e prevenção da violência;
- gerir os espaços físicos, instalações e equipamentos que compõem os NPC Núcleos de prevenção à criminalidade;
- definir e coordenar a metodologia de trabalho dos programas aplicada bem como supervisionar e avaliar seu alcance;
- acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste Termo de Parceria, de acordo com o Programa de Trabalho aprovado.⁶³

Para o exercício 2005, foram repassados à OSCIP pouco mais de 2.700.000 reais divididos como consta na tabela 1 a seguir:

⁶³ Termo de Parceria

Valor R\$	Fonte
R\$ 300.000,00	Implantação de Núcleos de mediação de conflitos
R\$ 1.300.000,00	Implantação de Unidades de reintegração social
R\$ 1.805.703,00	Implantação de Unidades do Fica Vivo!
R\$ 300.000,00	Implantação do Programa Proteção Adolescente Ameaçado de Morte

Fonte: Termo de Parceria, p. 5.

Estes recursos seriam repassados pelo Estado em cinco parcelas contando a partir do mês de setembro, sob a condição do cumprimento de “metas e resultados” relativos ao proposto a ser usado com a verba do período anterior. No que se refere à prestação de contas anual desta OSCIP exige-se:

- relatório gerencial de execução de atividades, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- demonstração de resultados do exercício;
- balancetes e balanço patrimonial;
- demonstração trimestral das origens e aplicação de recursos;
- demonstração das mutações no patrimônio social;
- notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- extrato da execução física e financeira publicado na imprensa oficial do Estado, com modelo constante no Anexo II do decreto 43.749, de 12 de fevereiro de 2004.⁶⁴

Pensando o caráter móvel e, por vezes, organizativamente frágil dos movimentos, como pôde ser observado no que se refere às dificuldades da CECOM em administrar o Agente Jovem no Taquaril, o exposto até aqui oferece elementos para conjeturarmos do por que, muitas vezes, o Estado em suas parcerias e/ou convênios com o terceiro setor preteri, como parceiro, associações locais em favor de entidades com organização, podemos dizer, quase empresarial. No que se refere ao Executivo estadual uma das condições para a celebração de parceria com alguma entidade é justamente que esta seja uma OSCIP rescindindo-se o acordo caso a

⁶⁴ Termo de Parceria, p. 7.

entidade perca a qualificação de OSCIP seja por qual motivo. Como vimos além da chamada “lei das OSCIPs” ser considerada como uma institucionalização de fato do terceiro setor no país, o grau de “profissionalização”/organização de uma entidade que recebe esta qualificação também aumenta, aprofundando, talvez, a demarcação e/ou distinção entre movimento e organização.

A ELO Inclusão e Cidadania se consubstancia como uma organização social que tem por objetivo a promoção da “defesa de direitos humanos por meio da inclusão e emancipação de grupos sociais e indivíduos com histórico de exclusão e trajetória de risco”. Neste sentido a ELO atua, por exemplo, na prestação de “assessoria para órgãos públicos e empresas na elaboração e implantação de políticas públicas e projetos de responsabilidade social”.⁶⁵ De certa forma, como já colocado neste capítulo, no que se refere ao Taquaril, algum esboço de emancipação social, tendo como pano de fundo o programa Fica Vivo, não é algo dado de antemão. É uma construção diária e árdua que envolve oficinairos, também os técnicos e estagiários funcionários desta OSCIP, com os jovens atendidos por este Programa. Na verdade, “ninguém emancipa ninguém”. A função do intelectual crítico, por exemplo, quando do trabalho com as classes populares na periferia está em servir de mediação para uma compreensão das formas que reproduzem um cotidiano de espoliação e negação de direitos desta fração de classe para que esta saia de sua condição subalterna, numa busca e aprendizado que é mútuo. Ou seja, é justamente o contrário do que tais organizações fazem, tutelando-as. Na verdade, tanto nos escritos da Visão Mundial quanto desta OSCIP, se pressupõe que o outro se considera como estando em risco e excluído cabendo aos “incluídos” incluí-lo. Trata-se, na verdade, de uma reiteração de formas perversas de inclusão do popular nesta sociedade? Não obstante estas questões, será que o “público alvo” da ELO comunga com estes pressupostos? Neste sentido parece que o pressuposto atravessa o posto, levando-se em conta toda a complexidade observada por este autor na periferia por meio do Taquaril. Quem se sente incluído ou que procura se incluir socialmente, “adere” a um todo social cujos termos de sua (re)produção perpetuam, reiteram uma sociedade extremamente injusta, desigual no que se refere, antes de tudo, a uma produção *social* da riqueza e sua posse *privada* pressuposto que, já de início, denota uma sujeição deste mesmo, que se considera “incluído”,

⁶⁵ <http://www.institutoelo.org.br/GeraConteudo.asp?materiaID=519> último acesso em 11/07/2008 às 14:16 horas.

a mecanismos de dominação. Neste sentido, há uma imensa distância entre inclusão social e emancipação social.⁶⁶

⁶⁶ No que se a uma reflexão sobre a questão exclusão/inclusão cf. MARTINS, José de Souza. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. In: _____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2003 e MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: _____. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

4. A(s) (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia por meio do(s) trabalhos(s) com jovens por meio dos programas Fica Vivo e Agente Jovem no Conjunto Taquaril

Neste capítulo, num primeiro momento, discuto a juventude como categoria social identificando as especificidades desta fase da vida, mas principalmente demarcando os termos da condição juvenil no capitalismo como formação econômico-social. Condição juvenil que na verdade expressa, em parte, a própria condição humana nesta sociedade. Tomei como base para o desenvolvimento desta discussão o trabalho de Marialice Foracchi¹ em que a autora, em meados da década de 1970, toma como parâmetro para suas reflexões o jovem das frações de classe média, universitário e/ou com uma formação educacional, de certa forma, menos comum de ser observada no jovem das classes populares em sua época. Não obstante esta especificidade de sua obra, considero que sua riqueza está em transpassar conflitos específicos de uma época e, tomando o jovem como pano de fundo, empreender uma reflexão crítica acerca de algumas das contradições fundantes do capitalismo como formação econômico-social. Observo como mote de seu trabalho a busca e compreensão das possibilidades de mudar a vida como necessidade radical para além de qualquer reformismo e/ou concessão aos marcos constitutivos desta sociedade. Acredito que a escolha deste caminho é coerente com o próprio método trilhado por mim ao longo desta dissertação, qual seja o método dialético em que tomo o real como totalidade aberta² enquanto permanente vir a ser para além de uma *reprodução* estatista de relações sociais como, portanto, reprodução simples, apenas e tão somente reiteração sem produção do novo.

Na segunda sessão deste capítulo coloco em tela os termos da situação juvenil do jovem de periferia. Se por um lado, nesta sessão apareceram alguns dos termos da espoliação urbana vivida pelas classes populares no Brasil, por outro procurei trazer para o texto uma identidade do jovem periférico como não resignação e/ou passividade frente a este estado de coisas. Assim procurei já demonstrar, algo que na verdade veio sendo apontado ao longo desta dissertação, por onde passam as necessidades radicais na periferia hoje tomando como estudo de caso o Conjunto Taquaril centrando minhas atenções na juventude deste lugar. Esta

¹ FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. Obra citada. Da mesma autora conferir também FORACCHI, Marialice. *A participação social dos Excluídos*. Obra citada.

² Cf. LEFEBVRE, Henri. A noção de totalidade nas ciências sociais. In: _____. Henri. *Materialismo dialético e sociologia*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

segunda sessão serviu, na verdade, como ante-sala para a quarta e última sessão deste capítulo em que discuto o(s) sentido(s) dos programas Agente Jovem e Fica Vivo na periferia por meio do Conjunto Taquaril e as (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia hoje. Neste aspecto, o Conjunto Taquaril se mostrou de uma complexidade e riqueza quase inesgotáveis, já que este lugar apresenta toda uma história de reivindicações e de luta pelo direito à cidade, principalmente no que se refere ao amplo acesso à infra-estrutura e serviços urbanos onde percebo pontos de diálogo e mesmo de continuidade dos jovens do Conjunto no que se refere a uma não resignação ou simples passividade frente, por exemplo, ao assistencialismo do Estado e/ou do terceiro setor.

Na terceira sessão deste capítulo faço, num primeiro momento, uma descrição geral do Programa Agente Jovem a nível federal e no que este apresenta de especificidade no município de Belo Horizonte. Fazendo um contraponto a esta descrição teço considerações acerca do olhar deste Programa sobre o jovem de periferia. Num segundo momento procurei fazer uma caracterização geral do Programa Fica Vivo já num diálogo com a quarta sessão deste capítulo em que analiso o(s) sentido(s) deste Programa no Conjunto num contraponto com as (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais neste lugar hoje por meio dos jovens.

Na quarta e última sessão deste capítulo teço considerações acerca das (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia hoje. Para tanto tomei como estudo de caso o(s) trabalho(s) com jovens levados a cabo pelos programas Agente e Fica Vivo no Conjunto Taquaril. De certa forma, nesta sessão procurei demonstrar que neste lugar, como já indicado neste trabalho, as (im)possibilidades de irrupção da política não estão dadas de antemão. Aparecendo nos interstícios da presença do Estado na periferia por meio do terceiro setor é uma construção diária e quase artesanal de oficinairos do Fica Vivo e Pedro educador do Agente Jovem junto com os jovens atendidos por estes programas. Estes personagens procuram (res)significar estes programas para além dos constrangimentos e/ou reduções de uma reprodução do político pelo Estado na periferia.

4.1. Reflexões gerais em torno da juventude como categoria social

Crescer e tornar-se adulto são tarefas terrivelmente difíceis em nossa sociedade. Não serão, com certeza, modalidades mais adequadas de

socialização, ou a institucionalização mais hábil e flexível das alternativas que a sociedade oferece que poderão resolver a contestação com que ele se defronta. *A condição humana não é mais passível de ser definida como aquela que melhor se ajusta ao sistema dominante, quando o sistema dominante aparentemente não se ajusta à condição humana. Há assim um enorme desperdício de potencial humano, incapaz de ser criadoramente absorvido pelo sistema social, e a juventude é parcela considerável desse potencial.*³

Com estas palavras Marialice Foracchi resume bem a condição humana, não só dos jovens, em sociedades enredadas aos constrangimentos do capitalismo como formação social. De fato, as contradições desta sociedade não se superam por meio de um maior controle social pelo Estado e, como vimos no terceiro capítulo desta dissertação, de um terceiro setor pretenso representante de uma “sociedade civil socialmente responsável”. O que tem aparecido atualmente como violência urbana é, na verdade, uma face das contradições de uma sociedade em que se observa uma produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada. Pode-se dizer que é na juventude que se vive de forma ainda mais dramática estas contradições seja lutando contra um modelo de adulto que apenas reitera uma gestão burocrática do social ou, algo ainda mais verdadeiro no que se refere ao jovem de periferia, lutando contra formas perversas de “inclusão” a esta sociedade por meio do trabalho como espoliação e negação de sua humanidade. Na verdade, o não enquadramento aos termos desta sociedade deve ser encarado como um “estar no mundo” que ultrapassa a juventude como fase da vida podendo ser visto como o compromisso de todo aquele que, para além das normatizações do cotidiano⁴, vislumbra também o possível-impossível se movendo por necessidades radicais. Marialice Foracchi traz reflexões preciosas acerca do querer o impossível como necessidade radical e o jovem como seu portador privilegiado. Nos termos da autora:

A visão crítica do sistema implica admitir uma possibilidade de realização ainda não concretizada pelo mesmo. Pressupõe a existência latente de uma dimensão não explicitada, cujo esclarecimento, no limite imponha a destruição do sistema. Na visão crítica elaborada pelo jovem, essa virtualidade latente vem a ser a própria juventude, cujo significado essencial é o de expressar essa dimensão irrealizada pela sociedade, esse rumo virtual que ela poderá e que permanece indefinido.⁵

Talvez por sua dimensão de transição e auto-afirmação em uma sociedade em que este não é mais um adolescente, mas também não é considerado um adulto, que no jovem se resumem

³ FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. Obra citada, p. 30.

⁴ Para Henri Lefebvre na vida cotidiana encontrar-se-ia o que cada "homem simples" guarda de desalienação de si mesmo e da vida. Guarda, como um de seus sentidos, as possibilidades para o que escapa das normatizações do capitalismo como formação social. A cotidianidade, na vida cotidiana, guarda o que a vida tem de repetitiva, de alienante, sendo vivida como abstração. Quando a cotidianidade subsumi por inteiro a vida cotidiana instaura-se, portanto, o que seria o cotidiano como pura alienação e miséria humanas.

⁵ FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. Obra citada, p. 37.

algumas das virtualidades desta sociedade. As virtualidades presentes na noção de juventude transcendem “as faixas etárias” podendo se consubstanciar um diálogo entre diferentes gerações reunidas em algo em comum. São as necessidades radicais, o possível-impossível como “... participação no destino comum [de uma] unidade histórica e social”.⁶ Este destino em comum pode representar a mera continuidade de gerações ou significar uma ruptura histórica que no capitalismo significaria a inversão deste mundo invertido a começar pelo questionamento e “*rejeição da condição adulta*, tal como a sociedade a impõe”.⁷ Algo já repisado neste trabalho é o papel do nascimento e sua dimensão de virtualidade, como representação do novo e seu papel na renovação das gerações. Para Karl Mannheim:

O aparecimento contínuo de novos seres humanos certamente resulta em alguma perda de possessões culturais acumuladas; mas, por outro lado, somente isso torna possível uma seleção original quando necessário; *ele facilita a reavaliação de nosso inventário e nos ensina tanto a esquecer o que não é mais útil como a almejar o que ainda não foi conquistado*.⁸

Uma noção dialética dos tempos da vida ou das idades está em que um tempo não anula o outro onde para se viver a vida joga-se e se usa toda uma bagagem pretérita não se constituindo uma relação hierárquica como se o ser criança e adolescente e principalmente o ser jovem fossem apenas e tão somente um ensaio para a vida adulta, onde o jovem “é sem chegar a ser”⁹ conhecendo a sua verdade, portanto, ao atingir a “maturidade”. No que se refere a uma noção dialética acerca dos tempos da vida, Juarez Dayrell, dialogando com Edgar Morin, coloca:

Nessa outra forma de lidar com os tempos da vida supera-se a sucessão linear e fechada de cada uma de suas etapas. Significa ver e viver as experiências articuladas, com a possibilidade de múltiplas respostas, de forma que uma idade não elimina a outra, mas a contém. Significa assumir o direito de jogar, em cada situação, com todas e com cada uma das cartas da experiência acumulada, seja ela grande ou pequena, de tal maneira que, em cada itinerário pessoal, o tempo fosse nosso amigo, e não cárcere, permitindo assim, uma identidade flexível e diversificada.¹⁰

Sobre o ser jovem como uma forma de “estar no mundo” para além dos papéis “adequados” que o indivíduo deve assumir de acordo com sua idade, Maurício, auxiliar de Samantha, oficina do Fica Vivo, já citado neste trabalho, coloca

⁶ Ibidem, p.86.

⁷ Ibidem, p. 27. Grifos da autora.

⁸ MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice (org). *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.. p. 76, grifos meus. Sobre o Nascimento e as possibilidades do novo conferir também. KOHAN, Walter O. *Infância, estrangeiridade e ignorância*. Obra citada e LARROSA, Jorge. O enigma da infância. Obra citada.

⁹ DAYRELL, Juarez. *Juventude, grupos culturais e sociabilidade*. p. 2 Texto disponível no endereço eletrônico: <http://www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/textos/aba2004.pdf> acesso em 29/01/2008 às 01:26 horas.

¹⁰ Obra citada.

primeiramente ser jovem pra mim é manter minha cabeça jovem, minha mente jovem. O que é a juventude? Você já percebeu que uma criança ela aprende praticamente qualquer coisa que você ensinar pra ela, que o adolescente tem a mente muito aberta pra várias coisas? Agora um adulto já não tem a mente aberta pra tantas coisas, não recebe tantas coisas, você não concorda? Por quê? A mentalidade do adulto, ela já está selada, está fechada, já concluiu aquele processo de formação mental, espiritual, educacional dele. Então ele já não aceita as diversidades de idéias, a diversidade de acontecimentos. Ser jovem é isso, é me manter com a mente aberta [independente de idade?] independente de idade, é manter-me jovem. A palavra jovem ela é usada pra designar idade, pra designar é... uma escala de tempo, de existência, mas na verdade a palavra jovem ela, ela transgride essa barreira, ela transpassa aprimoradamente essa barreira, então a palavra jovem ela vai do zero ano até o cento e cinquenta, depende da condição, da mentalidade da pessoa. Então ser jovem é manter-se jovem, é a mente aberta.¹¹

Viver a vida dialeticamente me remete a um trecho de obra autobiográfica em que Henri Lefebvre coloca que um fluxo contínuo perpassa sua obra, onde um trabalho não anula o outro como se fosse um conjunto de fragmentos dispersos. Na verdade o Conjunto de sua obra compôs um projeto de transformação, de inversão deste mundo invertido. Em suas palavras:

Não estou de acordo com estas fragmentações; um fluído único percorre o Conjunto. Tenho procurado restituir a teoria de Marx em toda sua integridade e amplitude, procurando ao mesmo tempo seu *aggiornamento* depois de um século de grandes mudanças, o materialismo histórico e dialético não se podem sustentar dogmaticamente.¹²

A idéia de um fluxo contínuo, de uma totalidade aberta está também no que Miguel Abensour qualifica como verdadeira democracia em que a idéia de redução pressupõe pensar um corpo social enquanto permanente vir a ser, mas que não simplesmente anula as vivências pretéritas. O passado é também alimento para se pensar um futuro transformado. Em outras palavras, o trabalho de redução consiste em, a partir das necessidades do presente, remontar os quebra cabeças do passado em direção a um futuro transformado. Trata-se da coincidência da política para além de si mesma coincidindo, assim, com o social e sua possibilidade de transformação. Se pensar apenas e tão somente uma transformação política é desradicalizar as possibilidades de transformação social, até que ponto estou falando de um corpo social que ainda se reproduz pelo político? Acredito que um dos sentidos do trabalho de Miguel Abensour¹³ está em demonstrar que realizar o que seria uma “verdadeira política” não elimina as

¹¹ Entrevista realizada em março de 2008.

¹² LEFEBVRE, Henri. *Tiempos equívocos*. Barcelona: Editorial Kairós, 1976. p. 9.

¹³ ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

possibilidades de transformação social, mas a pressupõe. Assim é pensar, portanto, uma noção dialética das fases da vida para além de uma idéia de “grupos de idade” como adequação do indivíduo de acordo com sua “idade” como papel social. Isso significa, muitas vezes, um dos termos que compõe a identidade desta formação social qual seja: a equivalência não só dos desiguais, mas também das diferenças num processo de homogeneização que se consubstancia num conjunto de instituições que apenas reproduzem o *status quo* por meio da distribuição de papéis sociais¹⁴. Neste capítulo lido com o jovem enquanto compondo um “grupo de idade”, mas sempre tendo em conta que algumas de suas vivências e/ou dramas são expressão de contradições estruturais desta sociedade onde este porta, por vezes, lucidez e maturidade suficiente para uma “visão crítica do sistema [enquanto uma] possibilidade de realização ainda não concretizada pelo mesmo”.¹⁵ Trata-se das possibilidades que não se realizam ou que se realizam como atraso do social em relação ao econômico.

Philippe Ariès considera o século XX como o “século da adolescência” num fenômeno que surge na Alemanha de Wagner e penetra na França aproximadamente em inícios do século XX.¹⁶ Neste momento a juventude aparece como a depositária das promessas de renovação de uma “... sociedade velha e esclerosada”.¹⁷ Pode-se dizer que, na sociedade moderna, a percepção de uma condição juvenil vem no bojo da idéia de moratória social enquanto

um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização) para a complexidade das tarefas de produção e sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe. Preparação feita em instituições especializadas (a escola), implicando a suspensão do mundo produtivo (e da permissão de reprodução e participação); *estas duas situações (ficar livre das obrigações do trabalho e dedicado ao estudo numa instituição escolar) se tornaram os elementos centrais de tal condição juvenil*.¹⁸

Assim, “a noção moderna de juventude acabou aparecendo como um período de interregno, de transição, de ambigüidade, de tensão potencial”.¹⁹ Para as ciências sociais, na verdade, a juventude emerge, na passagem do século XIX para o século XX, já enquanto problema social e/ou enquanto manifestação anômica nas então sociedades urbano-industriais de países centrais em que o foco das análises vai se centrar nos grupos juvenis “desviantes”. Nos termos de Helena Abramo:

¹⁴ FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. Obra citada, p. 25.

¹⁵ Ibidem, p. 37.

¹⁶ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Obra citada, p. 46.

¹⁷ Ibidem, p. 47.

¹⁸ ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 41.

¹⁹ Ibidem.

A visibilidade da juventude e sua tematização como problema constroem-se, nesse período, através do surgimento de um comportamento ‘anormal’ por parte de grupos de jovens *delinquentes* ou *excêntricos*, ou *contestadores*, implicando todos, embora de formas diferentes, em um contraste com os padrões vigentes.²⁰

No Brasil, a juventude como problema social tem sido o mote das chamadas políticas públicas *de* juventude do Governo Federal, como é o Agente Jovem, e de projetos de trabalho *com* jovens inseridos em políticas de segurança pública como é o Fica Vivo no âmbito do Governo estadual. Observam-se ainda projetos levados a cabo pelo terceiro setor onde, mais recentemente, tem se tornado comum a co-gestão de projetos por meio de parcerias e/ou convênios com o Estado. Nestas políticas públicas e/ou projetos o jovem é sempre aquele em vulnerabilidade social numa verdadeira naturalização da condição espoliativa de vida do habitante periférico e/ou de vilas e favelas e da naturalização, por extensão, da própria violência urbana numa relação automática entre pobreza e “aumento” nos índices de criminalidade. Sobre o caráter das políticas públicas para/com jovens no Brasil, Paulo César Fraga e Jorge Iulianelli são claros:

A principal preocupação que alimenta as políticas públicas destinadas à juventude é *prevenir e eliminar a violência, mas sempre seguindo a perspectiva da segurança pública*, como se a única questão de direitos humanos tivesse que passar pelo crivo da prestação de segurança.²¹

Para Luiza Camacho, projetos como o Agente Jovem compõem políticas públicas de juventude em que o jovem não é considerado, ou este aspecto aparece de forma secundária, como ser em transição se pensarmos a dimensão de moratória social própria da condição juvenil nas sociedades modernas. Nestas políticas, como já colocado, o jovem é tomado como problema onde

o fato de ter sido [o Agente jovem] incorporado pelo Plano Nacional de Segurança pública, que tem como objetivo integrar políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, visando aumentar a segurança e a tranquilidade do cidadão brasileiro, já [indica] que prevaleceu a idéia de juventude potencialmente perigosa e em situação de vulnerabilidade social.²²

Também nos projetos para/com jovens levados a cabo pelo terceiro setor é o jovem tomado enquanto problema e o caráter assistencialista destes projetos que prevalece. Nos termos de Helena Abramo:

²⁰ ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994. p. 10.

²¹ FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Introdução: Juventude, para além dos mitos. In: ____ (orgs). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 12.

²² CAMACHO, Luiza Mítico Yshiguro. A ilusão da moratória social para os jovens das classes populares. In: SPOSITO, Marília Pontes. *Espaços Públicos e tempos juvenis*. São Paulo: Global/FAPESP/Ação Educativa, 2007. p. 145.

A maior parte destes projetos [dos projetos desenvolvidos pelo terceiro setor na periferia e/ou em vilas e favelas] destina-se a prestar atendimento para adolescentes em situação de ‘desvantagem social’ (...) ou de ‘risco’, termo muito empregado para designar adolescentes que vivem fora das unidades familiares (os ‘meninos de rua’), adolescentes submetidos à exploração sexual, ou aqueles envolvidos com o consumo ou tráfico de drogas, em atos de delinquência etc.²³

Percebi no que se refere ao Agente Jovem um esforço de Pedro em lidar com os jovens como sujeitos de direitos para além das reduções elencadas. Pensando, como já colocado, o papel do intelectual crítico na periferia como aquele que serve de mediação para a compreensão das formas que expressam algumas das contradições fundantes desta sociedade, percebo Pedro como, em certos momentos, se aproximando deste papel. Interessante observar que este educador já trabalhou com o Fica Vivo, mas um motivo importante de seu desligamento do Programa foi a pouca autonomia que este lidava. Ele nomeou como Estado, mas percebo no Fica Vivo uma maior interferência do terceiro setor na execução do Programa no que se refere ao trabalho mesmo dos oficineiros. Pedro se coloca como crítico do Estado, mas um dos sentidos de sua atuação como educador do Agente Jovem é a crença em possibilidades de mudança usando o Estado para se aproximar e concretizar seu trabalho como liderança referente aos jovens do Conjunto. Sobre sua relação com o Programa e, nas entrelinhas, com o Estado Pedro coloca:

Eu não tenho saco pra me envolver com prefeitura não. Por uma questão que é óbvia e que enche o saco de qualquer pessoa: a burocracia. É a burocracia que segura propostas de programas que são boas, são propostas inovadoras... No papel. Mas na sua execução, o que eles puderem fazer para travar, eles travam. Inventam que têm... Desmotivam a gente. Aí eu falei assim: não! Pois eu acredito que a mudança vem de dentro... Se eu me proponho a mudar algo, eu tenho que participar desse algo, defender esse contexto, defender o histórico, para a partir desse entendimento eu definir um meio de estratégia para atuar. Então quando eu fui convidado a participar... Na verdade, eu era jovem, participante do Programa (inaudível), havia uma vaga para educador, aí eu fui participar do processo de seleção, mas desde aquele período eu pensei: Pô, se eu tô vendo que o Agente Jovem tem um projeto bacana, mas na sua execução este falha, eu tenho que me inserir a esse programa, para começar a alterar este quadro.²⁴

Acompanho Marília Sposito quando a autora, dialogando com Miguel Abad, diferencia condição juvenil e situação juvenil. Condição juvenil refere-se à forma como uma dada sociedade “... constitui e significa [a juventude como] momento do ciclo de vida”²⁵ e, o que

²³ ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, 1997. p. 26.

²⁴ Entrevista realizada em junho de 2007.

²⁵ SPOSITO, Marília Pontes; CARRARO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, p. 16-39, set/dez. 2003.p. 17.

me interessa mais de perto, situação juvenil onde se considera a forma de vivenciar a juventude segundo o gênero, a fração de classe a que se pertence etc. Dito de outra forma, pode-se falar em formas de vivenciar esta fase da vida ou em situações juvenis no plural. Nesta pesquisa tomei como estudo de caso o jovem periférico por meio do Conjunto Taquaril. Esta escolha não foi gratuita, já que este lugar se consubstancia como uma periferia com um histórico de mobilização e reivindicação de direitos ligados principalmente à infra-estrutura e serviços urbanos. Tomando o histórico de reivindicações dos habitantes antigos, há a presença atualmente de práticas reivindicativas por meio dos jovens? Se há, qual a sua especificidade? Há espaço para a irrupção do instituinte como o que escapa às normatizações da já demonstrada gestão burocrática do social presente na periferia hoje? Como subsídio para a última seção deste capítulo no qual discuto o(s) sentido(s) dos programas Fica Vivo e Agente Jovem nos trabalhos com os jovens do Conjunto, pretendo na sessão seguinte discutir os termos da situação juvenil na periferia. As reflexões a seguir são expressão de minhas andanças e meu esforço em compreender um pouco das complexidades da cotidianidade do jovem de periferia. Marília Sposito refletindo sobre as complexidades postas para a busca e compreensão do que nomeia como “fenômeno de ação coletiva” (a autora se refere mais especificamente ao estudo de movimentos sociais), tece importantes considerações metodológicas para qualquer pesquisador que se aventure na busca e compreensão de fenômenos sociais. Nos termos da autora: “nenhum fenômeno de ação coletiva expressa uma linguagem unívoca ou desvela, de imediato, todas as dimensões de suas práticas exigindo do pesquisador um intenso trabalho de análise”.²⁶ As reflexões que se seguem são o esforço de concretização de todo “um intenso e cuidadoso trabalho de análise” deste pesquisador no Conjunto Taquaril.

4.2. Apontamentos em torno da situação juvenil do jovem de periferia

Em minhas andanças e entrevistas com jovens do Conjunto entre as questões que apareceram no que se refere à situação juvenil do jovem periférico destaco a perspectiva de negação e/ou encurtamento da moratória social própria do ser jovem como momento de transição para a fase adulta. A negação e/ou encurtamento da moratória social para o jovem periférico

²⁶ SPOSITO, Marília pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 13, p. 73-94, jan/abr. 2000. p. 81.

apareceu, por exemplo, na fala de Júnio, oficinairo de graffiti do Fica Vivo, quando este relembra o fato de ter começado a trabalhar já com seus quinze anos de idade e as implicações disto para sua vida no que se refere, entre outros aspectos, às suas oportunidades de estudo e mesmo de diversão. A oportunidade de vivenciar a moratória social própria do jovem como ser em transição também apareceu em muitas falas de jovens entrevistados por mim com muitos contradizendo as mistificações em torno do jovem periférico como estando *necessariamente* em “risco social”, tendo família bem estruturada, acompanhando seus pares de idade na escola e não precisando ajudar a família fazendo algum “bico”. Não obstante estas considerações, consideram que o jovem periférico para conseguir se estabelecer profissionalmente e pessoalmente tem necessariamente de “correr atrás” e “lutar” mais cedo que o jovem de famílias mais abastadas. Pensando as pressuposições sobre a periferia postas nas políticas públicas para/com jovens periféricos um de seus sentidos está na desqualificação da moratória social para os jovens deste lugar. Assim,

para os jovens das classes populares que tem muito tempo disponível, não ocupado por atividades sistemáticas como os estudos e o trabalho, esse tempo livre – que pode ser legítimo, legal e próprio para o gozo da distração para os segmentos mais abastados – torna-se o não lugar social, o tempo vazio, sem rumos e que precisa ser ocupado imediatamente por qualquer atividade.²⁷

Daí um dos possíveis sentidos da idéia de “tirar o jovem da rua”, não obstante a (re)significação que oficinairos e oficinandos, no caso do Fica Vivo, fazem deste projeto, com o mesmo podendo ser falado de Pedro e, como este diz, de seus “parceiros” de Programa, os jovens.

Retornando a aspecto já pontuado neste trabalho, percebo que tanto para o Agente Jovem quanto para o Fica Vivo ainda é um desafio trazer para estes programas jovens que de fato estejam em risco social, principalmente jovens imersos na “criminalidade”. Nas entrevistas com oficinairos do Fica Vivo ouvi relatos de jovens que iam para a oficina armados, por exemplo, fato não observado por mim nas oficinas em que visitei (fotos 1 a 5). Considerando que o Fica Vivo é um projeto que abrange jovens dos 12 aos 24 anos de idade, observei oficinandos dos seus 12 a 17 anos, com poucos ultrapassando esta faixa etária. Entre as oficinas do Fica Vivo que visitei, uma ou mais vezes, cito a de percussão, a de graffiti, de dança de rua, de hip hop centrada no break, a oficina de música e a de capoeira. Mesclei minhas intervenções com entrevistas, individuais ou em grupos de dois ou mais jovens, e anotações de minhas impressões em caderneta de campo como observador, por vezes,

²⁷ CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. Obra citada, p. 148

participante o mesmo ocorrendo quanto às minhas intervenções no Agente Jovem. Nas reuniões referentes a este Programa quando se formava um círculo para se debater algum assunto, ou quando Pedro pretendia ter um retorno de seu trabalho a partir da opinião dos jovens, portei minha caderneta de campo onde procurei anotar minhas observações sem abrir mão, esporadicamente, de expressar minha opinião. Nas dinâmicas de grupo empreendidas por Pedro sempre fui solicitado a participar. Ou seja, ao mesmo tempo eu era o pesquisador, mas também o participante. Interessante observar, pensando a distancia que comumente se estabelece entre pesquisador e pesquisado, que nestas dinâmicas, no geral com o sentido de se conhecer mais a si mesmo e ao outro por meio do corpo e do estímulo à apuração da própria noção de tempo e espaço, me aproximei dos jovens por meio mesmo do toque. Nestes momentos sem me despir dos objetivos da pesquisa, de certa forma, era observador, mas que *literalmente* vivenciou o “objeto” observado. Nos momentos de avaliação dos resultados das dinâmicas sempre fui solicitado a também expressar minha opinião.



Foto 1: Entrada do espaço alugado por Júnio e Roberto onde ocorre oficina de graffiti. Fonte: arquivo, 2007.



Foto 2: Grafiti produzido por oficinando do Fica Vivo. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 3: Grafiti presente no interior do Espaço Cultural Cuca. Realizado por oficinas de oficina grafiti do Fica Vivo no Castanheiras. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 4: Oficina de dança de rua ocorrendo no Espaço Cultural Planetários. Fonte: arquivo do autor, 2007.



Foto 5: Jovem da oficina de graffiti coordenada por Júnio e Roberto grafitando na rua. Fonte: arquivo do autor, 2007.

Sempre tendo em conta uma naturalização da violência urbana na periferia e certo sensacionalismo da mídia que de alguma forma contribuiu para a estigmatização do Taquaril enquanto lugar violento, uma dimensão da situação juvenil do jovem periférico é um contato mais próximo, quase cotidiano, com a truculência típica da polícia na periferia e, pelo menos no que se refere ao Taquaril, com uma cada vez mais freqüente convivência com troca de tiros entre gangues rivais do Conjunto que, segundo Alessandro, técnico do Fica Vivo, se dá por disputa e/ou demarcação de território. Lembro-me que minhas idas ao Taquaril em dado momento tiveram que ser interrompidas, pois o Conjunto estava, ou pelo menos parte deste lugar, estava “em guerra”. Nestes momentos a Praça Che Guevara, importante ponto de encontro da juventude do Conjunto, se esvazia sendo que o aumento da freqüência destas ocorrências neste lugar tem motivado jovens filhos de habitantes antigos, por exemplo, a se mudarem num futuro que, de certa forma, imagino que gostariam que fosse próximo. Sobre este aspecto, Jéssica filha de habitante antiga coloca:

Antes eu não tinha vontade nenhuma de sair do Taquaril, apesar dos problemas, apesar das pessoas te zoarem: ‘ ah! você mora no Taquaril’. De um tempo pra cá eu tenho essa vontade de mudar, de sair, porque está chegando num ponto em que nós enquanto moradores estamos sendo prejudicados. [Em que sentido?] Na criminalidade, no tráfico, aumentou muito. Antes você não via tiroteios às quatro horas da tarde, agora você tem. Na semana passada teve um tiroteio perto da minha casa às quatro horas da tarde. Por coisas banais, não é por nada, é por coisas banais mesmo. A polícia nunca faz nada, aqui não tem valor. A gente observa o comportamento da polícia e você vai assim em algum lugar [inaudível]. Não é de senhora que eles te tratam, assim como nos juizados de conciliação. Eu tenho que ir direto pro batalhão de polícia, “sim, senhora”, não, senhora, você para assim na rua, [eles te perguntam]: “o que que foi? Aqui só tem vagabundos”. Chega ao ponto que os moradores estão sendo prejudicados.²⁸

Não obstante a criação do GEPAR como policiamento comunitário especialmente treinado para atuar em “áreas de risco” em que se procura policiais com um perfil, por exemplo, menos “sangue quente”, mais propensos ao diálogo²⁹ no sentido de tentar mudar um pouco a atuação da polícia na periferia onde esta passaria a atuar por meio de operações mais “cirúrgicas”, no

²⁸ Entrevista realizada em torno de agosto de 2007.

²⁹ Sobre o perfil do policial para trabalhar no GEPAR, Tenente Novais já citado nesta pesquisa comenta:

Antigamente [a abordagem] não era feita de uma forma tão pontual como é agora com o GEPAR, mas uma pessoa, pra um policial militar trabalhar no GEPAR, ele tem que ser voluntário. Ninguém é obrigado estar lá trabalhando no GEPAR. A pessoa pede pra trabalhar no GEPAR, é... Ai a gente faz uma avaliação do perfil desse policial, né? Tem que ser uma pessoa [mais equilibrada], que trabalha na ação de repressão, mas essa repressão qualificada, pontual. Tem que ser um policial bem equilibrado, que saiba dialogar, que saiba conversar, né? Que não seja uma pessoa agressiva, né? Olha essa parte, essa parte psicológica da pessoa.

que qualificam como repressão qualificada, a impressão que ficou para mim é que para os habitantes do Conjunto, na verdade, não houve grandes mudanças. Lembro-me que em reunião de oficinairos do Fica Vivo técnico e estagiária do Programa Mediação de Conflitos, projeto que integra a atual política de segurança pública do Estado, colocaram como pauta de discussão a qualidade da atual presença da polícia no Conjunto. As opiniões se dividiram entre aqueles para quem a ação por vezes truculenta da polícia é algo necessário já que, em muitas situações, não dá para se chegar e falar, “por favor, o fulano de tal, suspeito de matar fulano de tal se encontra neste recinto?”, por exemplo. No entanto, o sentimento que ficou é que a polícia age de uma forma no “asfalto” e de outra forma na periferia. Pedro relatou episódio em que, chegando ao Núcleo Agente Jovem Taquaril para o trabalho, teria sido abordado e revistado por policiais no que seria uma “operação de rotina”. Ao verem, em seu celular, foto de rapper com uma folha de maconha no braço estes policiais teriam passado a insultá-lo e agredi-lo verbalmente e fisicamente. Nas palavras de Pedro:

Essa semana eu vivi uma situação meio hilária... Eu tava indo pro meu serviço, que eu não considero serviço, considero prazer, já que hoje eu tô como orientador do Programa Agente Jovem... E eu me vestia em trajes normais... Chinelo, bermuda... Pois eu gosto de ser o que eu sou em qualquer ambiente. Então, eu estava me deslocando para o ambiente de trabalho, quando fui abordado pela viatura da polícia. Tava eu e mais três jovens que participam do Programa. Aí os policiais pediram pra a gente encostasse para que fizessem a abordagem normal. Aí perguntaram se a gente era ex-presidiário, se tínhamos passagem pela polícia. Falamos que não. Aí, viraram e falaram assim: podem ficar tranquilos que não vai ter esculacho não. Esculacho que eles falavam era porrada! Aí revistaram, e eu tenho um celular que tem a foto do Tupac. Tupac é um jovem negro lá nos Estados Unidos [morto por assassinato], que veio pro processo do [inaudível], mas teve envolvimento com drogas, fumava muita maconha... Então, no braço dele na foto tinha uma folha de maconha. Aí o policial começou a me chamar de maconheiro e querer me rebaixar. Rebaixar assim: não que quem fume seja abaixo, mas é uma opção... Uma questão de escolha que eu respeito muito. Mas ele [o policial] quis me marginalizar pelo fato do meu celular ter o símbolo da maconha. Isso em frente aos meninos que são meus parceiros lá do Programa. E começou a me chamar de maconheiro... Me esculachou! O que eu percebi com esse movimento? Quando o Estado... Eu sou crítico número um do Estado. Quando ele detecta um cidadão que tem esse espírito de liderança, que veio com propósito de transformação, que veio com filosofia diferente da comunidade, quando ele detecta esse sujeito, ele tenta ‘segurar’ esse sujeito.³⁰

Alanderson e Gilson, officinando do Fica Vivo, também são críticos da polícia na periferia.

Para esses jovens

[Alanderson] a polícia na periferia assim... Tem policiais e policiais, né? Porque tem aqueles polícias que querem fazer seu trabalho honesto, fazer o

³⁰ Entrevista realizada em junho de 2007.

serviço direito. Agora não! Tem aí que chega aí, vamos supor: tem uma blitz, aí prendeu um jovem armado numa blitz, aí levou ele pra dar uma volta, depois pega o menino leva ele pra algum lugar aí, bate no menino e depois solta ele (inaudível). Nó! Já foi solto! [Gilson] Ele já volta revoltado, né? Por ter apanhado e ainda foi solto ainda, por exemplo, igual o Alan falou aí. Os policiais, eu acho que eles não devia chegar batendo, porque eu também já sofri por causa disso aí zé. Eu tava voltando do show aí o policial parou eu. Ele me parou, revistou, eu tava com nada né? Ele foi lá, me deu geral e queria bater em mim. Eu falei assim: ‘bater em mim por quê? Cê não vai bater em mim à toa’. Porque ia bater em mim e no meu amigo. Eu fiquei pensando assim: ‘acho que é por isso que muitos jovens que não são desses grupo aí acaba virando pros grupo desse. Revoltado por ter apanhado de um policial.’³¹

Nestes termos, para além das naturalizações acerca da violência na periferia, como já colocado, existe uma dimensão deste lugar que é, sim, a da violência. Bruno filho de Edneia, presidente do CECOM considera hipocrisia, uma romantização a negação da violência na periferia. Aliás, sua entrevista teve momentos surpreendentes, para não dizer desconcertantes para um pesquisador nascido e criado no “asfalto” para quem se imiscuir e deslindar os meandros e complexidades da periferia será sempre um desafio. Como já colocado no primeiro capítulo desta dissertação, ao contrário de muitos entrevistados que vêm como positividade uma maior proximidade e/ou contato dos habitantes de periferia, ou pelo menos no que se refere ao Taquaril, Bruno vê esta maior proximidade como fonte de conflitos no Conjunto preferindo a indiferença do “asfalto”. Uma maior proximidade entre os habitantes do Taquaril é algo patente. Nas vezes em que caminhei com “seu” Oswaldo pelas ruas do Conjunto, comum era este habitante antigo cumprimentar outros habitantes que passavam por nós. Uma percepção desta proximidade como positividade tem Jô primeira presidente do CECOM, sendo comum ficar uns bons dez, quinze minutos de papo com algum vizinho na rua e/ou no bar que esta habitante antiga mantém funcionando no Conjunto. Voltando à periferia como um lugar onde existe uma violência de fato, Bruno coloca:

Ô Renato, é falsidade das pessoas em dizer que a periferia não é ruim de morar, que periferia não é violento, mentira, mentira, Você pega o Taquaril mesmo, pra mim que moro aqui, cara, o bairro é tranquilíssimo, entendeu? Tem época aqui que é bom pra caramba, você pode ficar na rua de dia, até de noite e tal, de madrugada conversando. Mas tem hora véio que fica ruim. Nesta hora que fica ruim é muito chato. Agora, por exemplo.³²

Um esforço de desnaturalização no que aparece como violência na periferia, e no Taquaril, é tentar compreender os sentido(s) desta(s) manifestaç(ões) em que um aspecto, no que se refere ao jovem periférico, é um sentimento de não-inserção a esta sociedade como sujeito de

³¹ Entrevista realizada em março de 2008.

³² Entrevista realizada em maio de 2007.

direitos e de necessidades para além de formas perversas de inclusão nesta formação social capitalista. Sobre este aspecto Pedro coloca limpidamente os termos da questão:

[então, na verdade, em relação aos jovens que você trabalha, se percebe às vezes um sentimento de não inserção na sociedade...] não inserção. Mas na verdade *ele já está inserido*. Já está inserido, mas num contexto desigual. Ou seja, o direito que você tem garantido, na maioria das vezes eu não tenho. Por isso que eu não me sinto pertencente a essa sociedade. Por isso que eu não me exponho [ou me proponho] a participar desse processo também. Tô dizendo quanto aos jovens da comunidade. Eu acho que a relação sociedade-Estado não deve ser uma relação de ‘nó’, que tem uma diferença enorme entre o nó e o desenrolar das tranças. Político [ou política] se pensa em tranças, se pensa em sintonia, em algo sintonizado. E nó a gente vê algo forçado, algo grotesco... Acho que tem que sair dessa relação de nó. Não estar emendado um no outro com esse nó, mas sim estar sintonizado um com o outro através das tranças. Acho que quando a gente chegar nesse patamar de sintonia, de relação de igualdade, essas situações... Essa realidade será alterada dentro da comunidade (...) [porque] o Estado estimula a comunidade a ser violenta não garantindo esses direitos [se refere ao direito a trabalho e moradia com dignidade, por exemplo] pra comunidade. Eu chego a pensar também, que a relação entre a comunidade ou entre a sociedade de um Estado... Eu tô falando de sociedade, porque quem mora em periferia tem muita mania de falar que vai se inserir a essa comunidade. Na verdade, a gente tá inserido. A gente tem que chegar ao patamar de equivalência de direitos.³³

Juarez Dayrell (como já apontado na introdução desta dissertação), sem desenvolver os termos da questão, demonstra como formas perversas, ou mesmo a não inserção num mercado de trabalho cada vez mais seletivo se consubstancia como um dos termos da situação juvenil na periferia sendo fator que pode influenciar e/ou contribuir para a própria inserção do jovem periférico, por exemplo, dentro do tráfico de drogas. O autor dialoga com relatos de três jovens onde destaco suas reflexões a partir das falas de jovem cantor de rap. Nas falas deste jovem ficam claros os termos do trabalho enquanto categoria negativa em contraposição às possibilidades de humanização postas na atividade produtiva que a música lhe proporcionava. O trabalho aparecia como, apenas, forma de “ganhar a vida”, na verdade como uma “escravidão” com este se reconhecendo de fato em sua atividade por meio do rap.³⁴ Jô vê na(s) formas(s) perversa(s) de inserção do jovem periférico no “mundo do trabalho” como pura negatividade uma hipótese para o fato de muitos entrarem para o tráfico de drogas ou outras atividades ilícitas também como forma de trabalho. Esta habitante questiona “programas sociais” com jovens das camadas populares em que, para esses, resta o aprendizado de atividades manuais e/ou braçais como se não existissem outras alternativas de

³³ Entrevista realizada em junho de 2007.

³⁴ DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 188-222.

inserção no mercado de trabalho. Sem usar estas palavras, Jô considera que se pode produzir por meio da atividade produtiva exercendo-se um ofício braçal, mas questiona o fato de, para o jovem popular, muitas vezes apenas restar este horizonte de “inclusão produtiva” a esta sociedade. Em suas palavras:

É... porque eles pensam que periferia, você ensina a criança a se pedreiro num tenho nada contra isso não! Mas será que a criança está querendo ser pedreiro realmente? Será que ela está querendo aquilo? (...) Qualquer profissão o cara faz muito bem feito, a partir do momento que ele tem aptidão, mas quando ele faz pelo simples fato de estar [inaudível] dinheiro, não é toda mente que suprime e aceita isso não, e quando ela... ela se rebela, mas se rebela para um bom caminho, tudo bem. Mas e quando ela rebela para o caminho das drogas?

(...) nós temos aqui um projeto aqui que é o Projeto Providência, bom... tirou muitas crianças da rua, tirou assim... jovens e tal da rua e tal, sem ter o que fazer. Mas acontece o seguinte, o jovem lá, ele pode ser eletricitista, ou marceneiro, ou cozinheiro, ou costureiro, limitou... não expandiu, e ele já com treze anos, já era pra ter novas propostas para as crianças do Taquaril.³⁵

No Taquaril, para além de modismos ou da consideração de que a manifestação musical na periferia se resumiria a este gênero, o rap apareceu como, pode-se dizer, “a voz contemporânea do morro” na dimensão de veículo de expressão das contradições urbanas expressas na periferia como lugar de (re)produção das classes populares no espaço urbano brasileiro e como espaço de resistência, quilombo contemporâneo enquanto “território de liberdade de expressão, construído sobre determinado código cultural que contemple sua forma de ser e de manifestar os que foram excluídos do sistema”.³⁶ Localmente, a periferia enquanto espaço de resistência é denominada como gueto que Rodrigo, oficinairo do Fica Vivo já citado, define como expressão de

uma classe social, com certeza baixa, ou seja, com poucos recursos, pessoas humildes, bem humildes, porém com cultura elaborada e avançada. Temos culturas próprias, costumes próprios e o que a gente conquista, ou seja, a união sempre fez a diferença pra gente aqui. Então, a definição que eu tenho do gueto aqui, é que é simples, mas é eficaz. É humilde, mas é apresentável. Sempre [se] esta correndo atrás de conquistas e melhorias. Então, o gueto pra mim é formado por pessoas que... Um lugar onde tem pessoas que precisa de serviços e que seus direitos sejam respeitados, (...) então, o gueto se resume nisso: na conquista dos humildes. Ou seja: os humildes também querendo seu espaço. Então, pra mim, na minha idéia agora, está assim.³⁷

Voltando a uma relação, considerando o trabalho enquanto categoria negativa em contraposição à atividade produtiva, ainda mais perversa no que se refere às inserções a esta

³⁵ Entrevista realizada em julho de 2007.

³⁶ CARRIL, Lourdes. Obra citada, p. 235.

³⁷ Entrevista realizada em fevereiro de 2008.

sociedade por meio do trabalho presentes na periferia, desde que tenho tido um contato mais próximo com Bruno, filho de Edneia, há cerca de uns dois anos, este tem vivido uma situação de desemprego sem perspectivas de mudança deste quadro, tendo trancado a faculdade de contabilidade por falta de dinheiro para transporte. Questão já pontuada nesta pesquisa é o preconceito referente ao habitante e, portanto, ao jovem do Taquaril, algo também verdadeiro para habitantes de outras vilas e favelas em Belo Horizonte, no que se refere ao seu local de moradia quando estes vão pleitear algum emprego. É comum que habitantes destes lugares dêem outro endereço, como se morassem num “bairro” dito “formal”, se quiserem ter alguma chance de obter a vaga. Sobre este aspecto Pedro coloca

se eu tô dentro de casa e falta o arroz e o feijão, eu to procurando emprego mas não consigo encontrar... Sempre que eu falo que moro aqui em cima [no Taquaril], eles falam que as vagas acabaram. [existe isso pra procurar emprego? Por discriminarem o Taquaril...] por discriminar o Taquaril. Aí falo que eu moro aqui em cima, e dizem que as vagas acabou.³⁸

Resumindo os termos do trabalho como negatividade ainda maior quando se trata de jovens de periferia e uma hipótese para os termos da inserção de alguns destes ao “submundo do crime”, Alba Zaluar traz apontamentos em que identifico subsídios para reflexão sobre a questão. Nos termos da autora:

Para afugentá-los do trabalho, esses jovens não contam apenas com as dificuldades de conseguir emprego. Forma-se entre eles, a partir de suas próprias experiências e da observação da vida de seus pais, uma visão negativa do trabalho, termo que equiparam à escravidão. Escravidão é trabalhar de ‘segunda a segunda’ por irrisórios salários durante quase todo o tempo em que se está desperto. Escravidão é também submeter-se a um patrão autoritário que humilha o trabalhador com ordens ríspidas, que não o ouve nunca, que o vigia sempre. Sem serem formados por escola ou religião que lhes passe uma ética rígida de trabalho, esses jovens cedo aprendem os valores do machismo, o que exacerba ainda mais o caráter humilhante da submissão, negação da marca de um homem. Como fazê-los, portanto, admirar e tomar como modelo o pai que se curva a esta árdua rotina, à exploração e ao autoritarismo? Seus heróis são outros. Na falta de um movimento operário forte de onde saiam líderes trabalhadores com fama, eles se voltam para os eternos valentes de nossa cultura popular que desafiam, passam rasteira e se negam a este mundo do trabalho. Se antes, por lá, os valentes eram os simpáticos malandros, hoje são os perigosos e armados bandidos. A navalha foi substituída pelo “oitão” ou minimetralhadora, o leal corpo a corpo pela tocaia traiçoeira, a lei do mais valente pela lei do mais armado.³⁹

As dificuldades de circulação pelo Conjunto e na metrópole é algo que também acompanha os habitantes do Conjunto. Jô, por exemplo, que cursa um pré-vestibular noturno que funciona neste lugar, pleiteia cursar a faculdade de Ciências Sociais sem ter certeza de sua

³⁸ Entrevista realizada em junho de 2007.

³⁹ ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Obra citada, p. 9.

concretização por conta das dificuldades com o Transporte. Comum no Taquaril, algo constatado por mim em campo, são habitantes, muitos “trabalhadores”, que pulam a roleta ou descem pela porta da frente de alguns dos coletivos que servem o Conjunto. Nestas situações a polícia costuma parar os veículos e intimidar, como aconteceu com filho mais velho de Edneia, até passageiros que apenas se encontravam na parte da frente do veículo e posteriormente pagariam a passagem. Um dos aspectos ligados aos conflitos entre grupos juvenis no Conjunto é a restrição à desentrevada circulação de muitos destes jovens pelo Taquaril onde um não é bem visto e/ou recebido em território inimigo. Para o Fica Vivo tem sido um desafio sua concretização enquanto programa que sirva de mediação para uma circulação desentrevada dos jovens, principalmente os que, de fato, se encontram em risco, pelo Conjunto. Sobre a impossibilidade de alguns circularem de forma mais desentrevada pelo Conjunto, Alessandro, técnico do Programa, já citado coloca:

[eles se sentem intimidados a circularem por todos os lados?] sim, então, exatamente não é possível... Historicamente pelo menos aqui não. Não tem sido possível circular por vários lugares e aí coloco uma questão, (...) questão geográfica de que tal jovem pode circular por aquele lugar e não é aconselhável que ele vá em outra região porque há uma rivalidade.⁴⁰

Eloísa Guimarães traz reflexões interessantes no que se refere a disputas e delimitações territoriais, ligadas a gangues no Rio de Janeiro, que podem ser observadas tanto no espaço mais imediato do “bairro”, como no Taquaril, como em certos espaços da metrópole. Entre as reflexões da autora sobre o assunto destaco:

As fronteiras entre elas [as gangues], no entanto, embora definidas, são móveis, no sentido de que cada grupo luta por ampliá-las, em um processo de apropriação de ‘pontos’ estratégicos no interior ou nos limites da área de moradia (como passagens de pedestres, com cobrança de taxas), incorporando áreas neutras (como praças), localizadas nos limites entre os territórios, ou desenvolvendo estratégias de negociação – e de luta – em torno do direito de ‘administrar’ lugares considerados ‘livres’: cinemas, teatros, parques, escolas. *O domínio do espaço é assegurado pela interdição do acesso de grupos rivais ao local.*⁴¹

No que se refere a um sentimento de pertencimento ao Taquaril entre os filhos de habitantes antigos, destaco Bruno, que colocou como ponto importante para sua intenção de um dia se mudar do Conjunto uma não identificação com a luta de sua mãe, não obstante este, desempregado, atualmente ser militante de movimento de luta por moradia popular junto com ela. Sobre o sentimento de pertencimento de Bruno em relação ao Taquaril, este é claro:

[qual o seu sentimento de pertencimento ao Conjunto como um todo? Você tem um sentimento de pertencimento parecido com os moradores antigos?] não tenho nenhum cara. Não tem nada meu aqui. Primeiro porque a luta não

⁴⁰ Entrevista realizada em agosto de 2007.

⁴¹ GUIMARÃES, Eloísa. *Escola, galeras e narcotráfico*. Obra citada, p. 100.

foi minha e não adianta a gente ser falso e falar: ‘ah, eu vou continuar a luta da minha mãe’. Enquanto eu estiver aqui e tal, porque outras pessoas também se estiverem no Taquaril, o que puderem fazer para melhorar a vida comum das pessoas, a gente faz. Sem dúvida. A gente faz de coração, muito bem feito e tal. Mas a partir do momento que eu falo, eu falo eu, não falo por todos, tiver oportunidade de sair daqui eu vou sair cara, o mais rápido. Primeiro porque o Taquaril não faz parte das minhas lutas, da minha conquista pessoal de vida. Segundo, o Taquaril é uma periferia. Querendo ou não ninguém quer morar numa periferia. Terceiro: para a minha infância, as coisas que eu vi no Taquaril, é um peso muito ruim para eu continuar. Aquela coisa chata: ‘ah eu vou continuar aqui e depois’... O tanto de gente que eu já vi morrendo aqui, Renato, de violência, de acidente... Os caras são muito estigmatizados cara.⁴²

No entanto, entre os filhos de habitantes antigos que demonstraram intenção de deixar o Conjunto prevaleceu certo cansaço quanto a certa banalização do cotidiano de tiros e mortes no Taquaril e, principalmente, a intenção de procurar um lugar em que possam proporcionar, para suas famílias, melhores condições materiais que as que encontram no Conjunto. Por sua vez, jovens como Pedro, Blitz e Rodrigo demonstraram intenção de permanecer no Conjunto por considerarem este assentamento como o “seu lugar” numa intenção também de continuar a luta dos antigos, percebo, num patamar com mais reflexão crítica e maior percepção dos termos da periferia enquanto lugar em que se (re)produzem as classes populares na metrópole. Rodrigo e Blitz são cantores de rap procurando mostrar a “cara” da periferia por meio da música. Sobre seu sentimento de pertencimento ao Taquaril e sobre algumas das questões discutidas nesta seção, como o estigma que este lugar carrega de ser um lugar violento e a(s) dificuldade(s) de se conseguir trabalho por ser habitante do Conjunto, Rodrigo comenta:

Sair daqui não tenho vontade não. Pelo contrário, eu tenho vontade de ajudar a comunidade a conquistar algumas coisas que ainda faltam. [pra você então, pegando esse gancho, o que significa o Taquaril pra você hoje?] pra mim é um berço de aprendizagem. Foi onde eu aprendi o que sei hoje, tudo praticamente. Por eu ter vindo pra cá muito novo, e por morar [ou ter morado] num bairro onde as coisas eram muito assim... Certinhas demais e tal... A gente aprendeu a conquistar as coisas. A gente viu que as coisas não eram sempre as paradas que eram fáceis de se ter. Era bem diferente... Não era nada dado. Se a gente for ver, a gente teve que construir tudo com luta mesmo, com suor... Então o que eu aprendi aqui, eu valorizo muito e quero que meus filhos aprendam também. Que eles não pensem que morar no Taquaril, você tem que ser desprezado pela sociedade, só porque o bairro, muitas vezes a mídia difama, como um bairro de violência, de pobreza... Isso dificulta no trabalho... Tive muitos problemas na minha época de adolescência, de trabalho, 16, 17 anos pra arrumar trabalho... Justamente porque você falava que morava no Taquaril, o pessoal já assustava.⁴³

⁴² Entrevista realizada em maio de 2007.

⁴³ Entrevista realizada em fevereiro de 2008.

Alba Zaluar comentando sobre seus caminhos de pesquisa e tendo em conta o discutido nesta seção do capítulo, acredito que resume bem os termos da condição do habitante periférico e por extensão do jovem na periferia. Nas palavras da autora:

O lugar não importa. Pode ser qualquer um, contanto que seja pobre e marginal a esta outrora encantadora cidade [no caso da autora, trata-se do Rio de Janeiro]. Nele [em seu estudo de caso] fiquei mais de um ano convivendo e conversando com os supostos agentes da violência urbana. Alguns por serem simples moradores do lugar. Pois o que é para nós, além de um grande medo, assunto jornalístico, para eles é nódoa contra a qual tem que lutar diariamente, até com eles próprios na frente do espelho que certa imprensa lhes montou. Mais um estigma que, na pressa de descobrir os culpados alhures, se lhes impôs. Outros porque realmente traficam, assaltam e fazem uso da arma de fogo. Eu os vi, observei, escutei e deles ouvi contar muitas estórias. Durante todo esse tempo ouvi também explicações, ou seja, tentativas de encaixar o que para eles pode vir a ser uma terrível tragédia pessoal numa lógica qualquer, na ordem das coisas deste mundo. É claro. Todo mundo sabe o fim dos bandidos pobres: morrer antes dos 25 anos. E ninguém quer ver seu filho, seu irmão, seu parente ou seu vizinho com este destino, embora haja quem acredite que este caminho não é escolha, é sina. Talvez seja o modo que encontram para dizer que as condições em que vivem os levam forçosamente a agir assim.⁴⁴

4.3. Caracterização dos programas Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e Fica Vivo

4.3.1. Caracterização do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, como já indicado nesta dissertação, se insere nas chamadas políticas públicas federais para juventude. Na verdade, este Programa surge como parte do Plano Nacional de Segurança Pública em 2000, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, tendo continuidade com o Governo Luis Inácio Lula da Silva. Seu “público alvo” é constituído por jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos

em situação de risco social, vivendo em famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, moradores de todas as capitais e vários municípios do país que apresentassem menores índices de desenvolvimento humano. A prioridade desenhava um tipo de adolescente, aquele que estivesse fora da escola e/ou em liberdade assistida ou egresso de programas sociais.⁴⁵

⁴⁴ Obra citada, p. 7.

⁴⁵ SPOSITO, Marília; SILVA, Hamilton; SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v.11, n.32, p.248-267, maio/ago. 2006. p.251.

As normas e diretrizes para seu funcionamento foram dadas pela portaria n° 879, de 03 de dezembro de 2001.⁴⁶ Tendo em conta esta Portaria o Programa tem como objetivos:

- criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino;
- promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade;
- desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil
- preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade;
- contribuir para a diminuição dos índices de violência entre os jovens, do uso abuso de drogas, das DST/AIDS, de gravidez não planejada;
- desenvolver ações que facilitem a integração e interação dos jovens, quando da sua inserção no mundo do trabalho.

Assim, pode-se dizer que o Programa tem como objetivo “trabalhar o jovem”, que recebe uma ajuda mensal de 65 reais, no que se refere à relação deste com seu colega de Programa, com sua família, dentro do lugar em que habita e no que se refere à sua inserção na metrópole. Esta estratégia se refere à formação do que a portaria qualifica, portanto, como “... agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade”. A partir dos termos desta portaria, se pensa o jovem atendido pelo Agente Jovem como aquele que esteja fora do sistema de ensino ou em defasagem escolar, que seja membro de família desestruturada e/ou que seja um indivíduo que de fato ou potencialmente apresente “perigo à sociedade”. No que se refere ao jovem de periferia, se esta política pública vislumbra, em algum momento, este indivíduo como sujeito portador de necessidades, desejos e direitos, até que ponto se confunde a realização da política enquanto emancipação social com o seu disciplinamento e tutela pouco ou nada ultrapassando os pressupostos desta sociedade? Na verdade, este perfil do “agente jovem” não foi o observado por mim em campo. Pedro, educador do Programa no Núcleo Taquaril, por exemplo, a partir de seu relato a este autor, afirmou ter sido um “agente jovem” onde, a partir de seus incômodos com um caráter essencialmente burocrático do Estado, resolveu tentar contribuir para o que seria um avançar para além de uma gestão burocrática da pobreza. Até que ponto o jovem em não situação de risco, mas apenas e docilmente integrado a esta sociedade é um indivíduo que, se por um lado, não tem pelo menos parte dos direitos negados, por outro lado não muda a vida enquanto possibilidade de inversão deste mundo

⁴⁶ Portaria consultada pelo endereço eletrônico

<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/file/2006/imprensa/portaria879.pdf>. Acessado em 16/11/2007 às 17:07 horas.

invertido como coincidência entre a política e as possibilidades de transformação social? Pensando as (im)possibilidades de realização da modernidade no mundo moderno, quem não se vê, de alguma forma, vulnerável ou socialmente em risco em uma sociedade onde, entre seus marcos constitutivos, se encontra a equivalência dos desiguais e das diferenças? Assim, pressupor o outro como vulnerável e/ou em risco é uma atitude arrogante, podendo se consubstanciar como uma das faces da violência de Estado que aparece como contra-violência. No que se refere às (im)possibilidades de realização da modernidade em países periféricos como o Brasil, considero um equívoco expressões como “modernidade anômala” ou “modernidade incompleta” como se esta tivesse se realizado nos países dito centrais ou onde quer que seja. Pensando os desafios da dialética, acredito que a análise se enriquece ao pensarmos em modernidade(s) incompleta(s), pois se superestima ou se confunde aspectos circunstanciais, específicos de uma dada sociedade, com contradições que são fundantes do capitalismo como formação social e que se mantêm de pé também em países de “capitalismo tardio”.⁴⁷ Pensando a aparência de não violência posta pelo Estado na equivalência dos desiguais, presente numa relação jurídica, Paulo Eduardo Arantes, em diálogo com Marx, nas entrelinhas, coloca que pensar a realização da modernidade pressupõe deslindar a verdade desta formação social. Assim a “empresa colonial”, por exemplo, pode ser apresentada “... como a câmara de decantação da verdade oculta na metrópole”.⁴⁸ Afirmação, portanto, bem atual.

Dialogando com Hila Bernadete Rodrigues, Juarez Dayrell, Geraldo Leão e Juliana Batista dos Reis observam como é o caso do Programa Agente Jovem em Belo Horizonte, que

na elaboração dos programas municipais, os gestores orientam-se pelos objetivos determinados nas definições federais, mas há especificidades na execução do programa relacionadas ao formato das atividades que os gestores municipais julgam mais relevantes na sua região.⁴⁹

Tendo isto em conta, esses autores, refletindo sobre estudo de caso nos municípios de Santa Luzia e Belo Horizonte, observaram algumas especificidades na execução do Programa próprias deste último município. Nas próximas linhas, procurarei caracterizar o Agente Jovem em Belo Horizonte tendo em conta suas especificidades na metrópole em relação às diretrizes que constam da portaria federal elencada.

⁴⁷ Observo estes problemas, por exemplo, em MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. _____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

⁴⁸ ARANTES, Paulo Eduardo. A fratura brasileira do mundo. In: _____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004. p. 59, grifos meus.

⁴⁹ DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil. Obra citada, p. 49.

Em Belo Horizonte, o Programa funciona desde 2000 sendo implantado como “... plano piloto com seis núcleos em diferentes regiões...”⁵⁰ deste município. Vinte núcleos foram implantados no ano seguinte onde entra em cena a co-gestão destes núcleos com entidades da sociedade civil, sendo implantados mais 14 núcleos em 2002⁵¹ em interface com Programa BH Cidadania.⁵² Atualmente funcionam quarenta núcleos em todo município com cerca de mil jovens atendidos.⁵³ Uma primeira especificidade do Programa em Belo Horizonte é o próprio nome. Nesta metrópole o Programa é nomeado como Programa para Jovens. Segundo release fornecido a este autor pela Prefeitura, o Programa para Jovens vincula-se à

Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – Proteção Social Básica –, constituindo-se em um conjunto articulado de ações que visa estimular e favorecer atitudes e posturas protagonistas dos jovens, possibilitando-lhes a elaboração e o desenvolvimento de projetos de vida pessoal e de ação comunitária.⁵⁴

Entre os objetivos específicos do Agente jovem no Município, num diálogo com decreto federal já citado, destaco:

- inserir o jovem na escola; com acompanhamento para sua permanência;
- fortalecer laços familiares e comunitários;
- criar condições para que os jovens atuem de forma ativa em suas comunidades;
- dotar os jovens de informações e instrumentos que lhe permitam desenvolver diagnósticos e projetos sociais em suas comunidades.⁵⁵

Interessante observar, no que se refere aos objetivos específicos do Programa no município, que não se procura, pelo menos em sua carta de intenções, *integrar* o jovem à família e à comunidade, como se o jovem das camadas populares estivesse num estado de completa anomia em relação aos padrões sociais. No que se refere à família, de fato é diferente se

⁵⁰ Ibidem, p. 49.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Nos termos de Juarez Dayrell, Geraldo Leão e Juliana Batista dos Reis o Programa BH Cidadania se consubstancia como

projeto criado pela PBH com o objetivo de integrar diferentes políticas sociais desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Abastecimento, de Assistência Social, de Cultura, de Direitos da Cidadania, de Educação, de Esportes e de Saúde, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Coordenação Social. O projeto atinge as áreas consideradas de risco social, levando em conta os índices de criminalidade, mortalidade infantil e evasão escolar, em cada uma das nove regiões administrativas da cidade, tendo um recorte territorial. As ações do BH Cidadania são articuladas pelos Núcleos de Apoio às Famílias (NAFs). Ibidem, p.50

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social/Gerência de Proteção Social/ Gerência de Proteção Social Básica, p. 1.

⁵⁵ Ibidem, p. 2.

pensar em “fortalecer laços familiares” e “integrá-lo” a esta instituição. Tendo em conta o último dos quatro objetivos específicos destacados por mim, busca-se cumprir não um papel de tutela como “preparação”, mas sim um papel de *mediação* no que se refere ao desenvolvimento de “diagnósticos e projetos sociais” levados a cabo pelos jovens das comunidades atendidas pelo Programa. Outra especificidade do Programa no município é o tempo de permanência do jovem no mesmo, três anos abrangendo um público dos quinze aos dezoito anos de idade.

Cada Núcleo conta com um educador contratado por meio de carteira assinada pela entidade conveniada responsável pela co-gestão do referido Núcleo. Este profissional deve cumprir uma carga horária semanal de vinte horas por meio de três a quatro encontros semanais com os jovens atendidos pelo Programa. Além das atividades temáticas realizadas pelo educador o Programa faz interface, por exemplo, com a Fundação Municipal de Cultura – FMC –, no caso das atividades ligadas ao que o release nomeia como “arte e cultura” e com a Secretaria Municipal Ajunta de Esporte – SMAES, ou com o Instituto Magnum, quando se trata de atividades ligadas ao esporte. Cabe ao educador o acompanhamento destas atividades procurando pontos de diálogo ou “amarrações” com seu trabalho.⁵⁶ No município, em determinado núcleo do Programa cada turma é composta por um número limite de 25 jovens, podendo, o Núcleo, funcionar com duas turmas de 25 jovens cada com uma turma no turno manhã e outra no turno da tarde.

No Conjunto Taquaril, segundo Pedro educador comunitário responsável pelo Núcleo que atende os setores referentes ao primeiro parcelamento do Conjunto, o Programa funciona neste lugar desde 2002, quando a entidade responsável por sua co-gestão era a CECOM-PCDTECA em parceria com o CAC-VC. Neste núcleo este educador trabalha com 2 turmas de 25 jovens cada com uma turma funcionando pela manhã e outra à tarde. Na área conhecida como Castanheiras, setores 10 a 14, funciona outro núcleo com mais duas turmas de 25 Jovens, cujo educador comunitário responsável é João Bosco. Atualmente, a gestão do Programa se dá por convênio entre o executivo municipal e 22 “entidades da sociedade civil”. A estas entidades cabe, entre suas várias atribuições, a gestão dos recursos provenientes do governo federal e municipal, repassados por este de forma proporcional à estrutura de cada núcleo. Às entidades cabe também, como já colocado, a contratação, por meio de carteira

⁵⁶ Ibidem, p. 2.

assinada, dos educadores. Sobre as funções das entidades conveniadas, Juarez Dayrell, Geraldo Leão e Juliana Batista dos Reis colocam: “a execução do Programa é de responsabilidade das entidades conveniadas, o que implica contratar os educadores, planejar e desenvolver as atividades, acompanhar e avaliar os jovens e participar das reuniões de formação e planejamento organizadas pela prefeitura”.⁵⁷ O núcleo Taquaril/Castanheiras é gerido, desde 2004, pela ONG estadunidense Visão Mundial fundada em 1950 e presente no Brasil desde 1975 com trabalhos voltados, principalmente, para crianças e adolescentes provenientes de “famílias de baixa renda”.⁵⁸

No Núcleo Taquaril, o Programa funciona em espaço localizado na Rua Antão Gonçalves, onde atualmente o Governo Municipal e a Visão Mundial dividem o aluguel. No Núcleo que funciona no Castanheiras os trabalhos ligados ao Programa para jovens são realizados no Espaço Cultural Cuca, espaço mantido com contribuições dos próprios usuários, geralmente habitantes deste lugar. Em estudos de campo no Conjunto mantive contatos esporádicos com o Núcleo Castanheiras, mantendo visitas regulares ao Núcleo referente aos setores do primeiro reparcelamento do Conjunto. Esta escolha justifica-se, por um lado, pelo fato de que nestes seis anos em que acompanho o Taquaril tenho tido uma proximidade maior com a área referente aos setores 2 a 9, cujo meu primeiro contato, no que se refere ao Programa Agente Jovem, foi com Pedro. Por outro, lado há uma questão propriamente operacional desta pesquisa, onde as tardes de segunda a quarta feira foram reservadas ao Agente Jovem com as quintas e sextas feiras e os finais de semana, principalmente, reservados ao acompanhamento das oficinas do Fica Vivo. Nas segundas feiras, além das reuniões do Agente Jovem, procurei sempre acompanhar as reuniões com oficinairos do Programa Fica Vivo sempre às 16:30 horas.

Como já repisado nesta dissertação, as políticas de juventude do Governo Federal tem se voltado principalmente para o jovem de periferia com este sendo tomado menos como sujeito de direitos do que como alguém a quem basta o assistencialismo como reprodução de uma gestão burocrática do social pelo Estado. Neste contexto o Terceiro Setor tem aparecido como extensão ou braço do Estado no que se refere a uma reprodução do *status quo* por meio de uma visão que, por vezes, naturaliza a violência urbana na periferia. Esta visão se consubstancia como uma face da (re)produção política da sociedade capitalista como

⁵⁷ Obra citada, p. 50.

⁵⁸ Remeto o leitor ao terceiro capítulo desta dissertação onde faço uma caracterização geral desta ONG.

equivalência dos desiguais. Algo já apontado neste capítulo, em diálogo com Luiza Camacho, é que um dos sentidos de se pressupor o jovem periférico com tempo livre como estando necessariamente ou potencialmente em vulnerabilidade é a desconsideração da moratória social para este indivíduo. Se este possui tempo livre necessariamente deve estar “fora da escola”, “na rua”, também demonizada por esta visão e/ou pertencendo a alguma “família desestruturada”. Não se quer desconsiderar estes aspectos, mas, no que se refere às duas entidades co-gestoras dos dois programas considerados nesta dissertação é um tom de tutela dos pressupostamente vulneráveis com a simples “inclusão”, por vezes perversa, destes nos marcos desta sociedade o que prevalece. Esta forma de lidar com o jovem periférico foi constatada por mim, por exemplo, na Pré-Conferência Municipal da Juventude de Sabará Regional Castanheiras como preparação para 1º Conferência de Políticas Públicas das Juventudes de Sabará, senão vejamos.

Pelo decreto nº 5.490 de 14 de julho de 2005 regulamentou-se a lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 que instituiu o Conselho Nacional de Juventude – CNJ. Este decreto define o CNJ como sendo um “órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, [tendo] como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas de juventude”.⁵⁹

Nestes termos, entre as atribuições do CNJ destaco:

- propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política nacional de juventude;
- apoiar a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República na articulação com outros órgãos da administração pública federal, governos estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas;
- apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude.

Desde 1998 o município de Belo Horizonte possui um Conselho Municipal de Juventude. Instância consultiva é considerada, de acordo com documento de divulgação produzido pela PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte –, como sendo “responsável por ditar as políticas públicas para a juventude” no município. Este conselho é composto “... por representantes regionais da Prefeitura e representantes da sociedade civil, do poder executivo

⁵⁹ Documento consultado no endereço eletrônico http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5490.htm acessado em 22/01/2008 às 14:45 horas.

e Câmara Municipal”. Os jovens que compõem o conselho têm o papel, por exemplo, de orientar “as ações da coordenadoria da juventude”. Criada em 2005, a Coordenadoria se consubstancia como “órgão ligado à Secretaria de governo da Prefeitura de Belo Horizonte” que teria como papel dar visibilidade à temática da juventude no município procurando ser um elo entre os diferentes movimentos de jovens que hoje existem em Belo Horizonte. Todo Governo Municipal que possui alguma instância que lida especificamente com este grupo de idade, nas Conferências Municipais de Juventude, cuja última versão em Belo Horizonte ocorreu em 2006, teria o direito de eleger jovem delegado para 1º Conferência Nacional de Juventude realizada em Brasília em abril de 2008 sem passar por conferências metropolitanas e/ou estaduais. O município de Sabará também conta com um Conselho Municipal de Juventude o que lhe deu o direito, em sua “1º Conferência Municipal de Políticas públicas das Juventudes de Sabará” (fotos 6 e7) realizada em janeiro de 2008, a eleger um jovem delegado para Conferência Nacional realizada em Abril de 2008. Três jovens foram eleitos delegados para a Conferência Estadual de Juventude, realizada em março de 2008, entre eles Wender Ferreira jovem do Castanheiras oficineiro do Fica Vivo no Núcleo Taquaril. No mesmo mês de janeiro houve uma Pré-Conferência Municipal de juventude focando a regional Castanheiras, uma das oito regionais que compõem o município de Sabará (fotos 8 e 9). A Pré-Conferência foi realizada no Espaço Cultural Cuca com apoio do Fica Vivo e de educador do Agente Jovem no Núcleo Castanheiras deste Programa. Realizada numa quinta feira do dia 17/01/2008 com início pela manhã, a Pré-Conferência estava um tanto esvaziada. Joseane, habitante do Castanheiras e que compõem o Grupo de Mobilização do Fica Vivo, viu neste esvaziamento o fato de muitos jovens oficinando estarem trabalhando mas, principalmente, pela realização da Pré-Conferência ter sido divulgada “em cima da hora”. O evento teve início com leitura e aprovação do que foi o Regimento da 1º Conferência Municipal de Políticas das Juventudes de Sabará. Na verdade, foi uma leitura “a toque de caixa” sendo este regimento, sem debate e/ou discussão acerca de seu conteúdo, aprovado com poucos jovens, de uma forma um tanto automática e passiva, se manifestando para aprová-lo ou desaprová-lo. Em seguida, representante do Conselho Municipal de Juventude de Belo Horizonte, pouco interagindo com os jovens participantes, fez uma exposição um tanto burocrática sobre os treze temas a serem discutidos na Pré-Conferência, tendo ficado a impressão de palavras soltas no ar. Sem uma conexão clara com a posterior divisão do grupo maior em pequenos grupos para discussão dos treze temas em que sete saíam como prioridade do Castanheiras para a Conferência Municipal, foi feita uma dinâmica com os participantes. Nesta dinâmica foi pedido que se desenhasse um corpo humano em que dentro o jovem colocaria o que gosta

de fazer e/ou alguma qualidade pessoal. Por exemplo, se o jovem se colocasse como religioso este puxaria uma seta para fora do corpo desenhado e colocaria: “no meu ‘bairro’ existem tantas igrejas ou não existe nenhuma”, por exemplo, como que fazendo um diagnóstico de suas demandas e como estas são atendidas ou não. Na verdade, o balanço que faço deste evento é o de um trabalho em que a própria noção de direitos, de reivindicação por direitos negados, foi feito “a toque de caixa” já que se avisou de última hora sobre a própria existência da Pré-Conferência. Parece ter se cumprido uma formalidade dentro da agenda institucional da Prefeitura Municipal de Sabará como mais um capítulo do histórico de descaso deste município para com o Castanheiras. No que se refere às pessoas ligadas aos dois programas que são o centro desta pesquisa e com as quais travei contato, principalmente no que se refere a técnicos e estagiários do Programa Fica Vivo, seria leviano de minha parte simplesmente desconsiderar o trabalho realizado por estas pessoas. Percebo que a construção da política na periferia é um processo diário, onde um simples olhar e/ou uma atitude, por vezes, vale mais que uma exposição vinda do discurso competente. Nestes momentos, abrem-se brechas para a irrupção da vida cotidiana na periferia para além dos enquadramentos da cotidianidade e do cotidiano. Percebo na relação mesmo afetiva, por mais irrisório que isto pareça, de alguns destes profissionais com certos jovens a possibilidade de avançar para além do Estado e do institucional cabendo tirar as conseqüências disto. A partir de minhas vivências de campo, percebo as possibilidades de construção de um terreno mais sólido para a consubstanciação da política e para a irrupção das necessidades radicais na periferia por meio dos jovens, a partir das aberturas para a vida cotidiana neste lugar. Enfim, acredito que a Pré-Conferência pouco contribuiu para este processo. A tomo, na verdade, como mais uma expressão da reprodução do político pelo Estado na periferia. Enfim no caso do Agente Jovem, percebo que o fato dos dois educadores viverem ou terem vivido a situação juvenil próprio do jovem de periferia permite uma (res)significação deste Programa para além dos pressupostos do Estado. No Taquaril, o que o Programa apresenta de abertura para o instituinte está, em grande medida, “nas próprias mãos” daquele pressupostamente visto como vulnerável. Em outras palavras, os habitantes periféricos envolvidos com o Programa têm sido, a duras penas, artífices do que seria uma construção política na periferia mesmo que, muitas vezes, não tirem todas as conseqüências disto.



Foto 6: Grupo de discussão na 1º Conferência Municipal de Políticas Públicas das Juventudes de Sabará.
Fonte: arquivo do autor 2008.



Foto 7: Entrada da Escola Estadual Professor Zoroastro Vianna Passos localizada na região central de Sabará, no momento em que os participantes se inscrevem para a 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas das Juventudes de Sabará. Fonte: arquivo do autor, 2008.

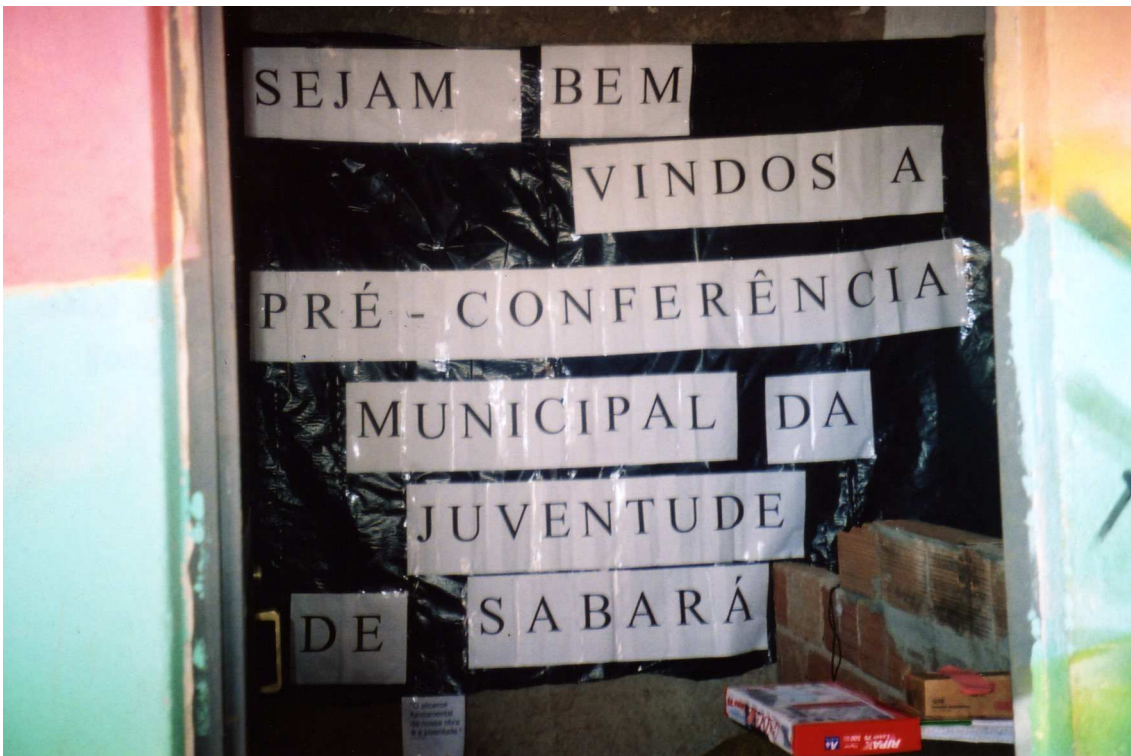


Foto 8: Cartaz de boas vindas aos participantes da Pré-Conferência municipal da juventude de Sabará.
Fonte: arquivo do autor, 2008.



Foto 9: Membro do Conselho Municipal de Juventude de Belo Horizonte em palestra para os participantes da Pré-Conferência. Fonte: arquivo do autor, 2008.

4.3.2. Breve descrição do Programa Fica Vivo

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo pode ser considerado como um dos projetos que compõem a atual política de “prevenção à criminalidade” do Governo do Estado. Trata-se de um projeto de trabalho *com* jovens entre 12 e 24 anos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, habitantes de áreas em que se constata um alto índice de mortes violentas de indivíduos que integram este grupo de idade. Na verdade, Alessandro, técnico do Fica Vivo, já citado nesta dissertação, define o Programa como parte de “... uma política de segurança pública voltada para a juventude”.⁶⁰ Entre os programas de prevenção à criminalidade do Governo do Estado o Programa Fica Vivo é considerado como de prevenção primária. Trata-se da “atuação direta nas áreas de maior incidência criminal com agentes e vítimas da violência”.⁶¹ No que se refere ao acesso que técnicos e estagiários, como presença do Estado na periferia por meio do terceiro setor, tem hoje no que se refere aos “agentes da violência”, não obstante o desafio que ainda é para o Programa inserir, no caso dos jovens de fato em risco, esses indivíduos nas redes de proteção social por meio das oficinas do Projeto, Alessandro considera que, com o Fica Vivo, o Estado tem tido uma inserção nas periferias, vilas e/ou favelas nunca antes conseguida. Para este Técnico, hoje o Estado, por meio do Fica Vivo, “... tem [tido] acesso tanto a quem mata como a quem morre” onde de fato, o Programa, em certos momentos, tem se consubstanciado como último dispositivo de proteção no que se refere à salvaguarda da vida de jovens ameaçados de morte. Assim, o Programa encontra-se organizado tendo por base duas estratégias de atuação. A primeira é a que qualificam como intervenção estratégica por meio da ação conjunta de órgãos da justiça, destacando-se, por exemplo, o trabalho realizado pela Polícia Militar por meio do que seria uma “repressão qualificada”. Assim, no segundo semestre de 2002⁶², foi criado o GEPAR – Grupamento Especializado em Áreas de Risco – composto por policiais militares treinados especificamente para o policiamento comunitário nestas áreas. Sobre a origem do GEPAR e a forma de atuação do grupo, Tenente Novaes coloca:

⁶⁰ Entrevista realizada em agosto de 2007.

⁶¹ Cf. Termo de parceria entre a Elo Inclusão e Cidadania e o Governo do Estado de Minas Gerais. Documento acessado pelo endereço eletrônico http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/choque/oscip/arquivos/termo_de_parceria.pdf. Acessado em 16/11/2007 às 16:53 horas.

⁶² SILVEIRA, Andréia Maria. *Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. Obra citada, p. 175.

O GEPAR surgiu em 2002 como projeto piloto no Morro das Pedras em parceria com o Fica Vivo do governo do Estado pra atuar exclusivamente no Morro das Pedras, né? Como teve uma redução significativa do número de homicídios naquele local, aí ele foi se expandindo, ele foi para outros Aglomerados de Belo Horizonte, né? Hoje a maioria dos Aglomerados que tinham uma taxa alta de homicídios é... possui o grupamento GEPAR. [como funciona o policiamento comunitário por meio do GEPAR?] Todo nosso policiamento é comunitário não só o GEPAR, né? A diferença do GEPAR é o seguinte: o próprio nome é... Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco, ele é um grupo que trabalha diuturnamente, numa área bem definida, né? No nosso caso aqui no Taquaril, Alto Vera Cruz, Granja de Freitas. Todo Taquaril, né? É... ele trabalha com a redução de homicídios, né? Mas são três pilares que sustentam o GEPAR. Um é a prevenção, né? Outro é a promoção social e a repressão qualificada que são [se refere à repressão qualificada] intervenções cirúrgicas na marginalidade, não grandes operações, grandes ocupações, né? De efetivos de policiais militares, mas operações cirúrgicas ali nos indivíduos que causam mais danos à sociedade. [você atuam de forma pontual?] Isso, pontos de tráfico, identificar os pontos de tráfico, identificar as lideranças, identificar como é feito o transporte dessa droga (...) não fazer grandes operações, né? Atuar pontualmente.⁶³

Ainda sobre a repressão qualificada e como funciona a intervenção estratégica, Alessandro comenta:

O que se chama de repressão qualificada? São as ações de repressão, em especial das polícias mas com foco [com a intenção de] com a repressão fazer a prevenção, o que é isso? É intervir em algumas realidades onde têm muito conflito entre gangues. Esse grupo de intervenção estratégica faz um mapeamento para uma intervenção local, por exemplo, [no sentido de] se verificar se alguma das pessoas envolvidas nessa guerra de gangues tem algum mandato. Se tiver algum mandato, esse grupo de intervenção já tem o Ministério Público, Poder Judiciário e as polícias [que] executam esse mandato. Faz com que essa pessoa possa ser detida. É... essa é a idéia de intervenção estratégica, é sentar na mesa, o sistema, as instituições que compõem o sistema de defesa social e o sistema de defesa criminal... com esses, com esses órgãos na mesa, a idéia de que eles possam discutir é... algumas intervenções mais rápidas e mais eficazes. Esse é o grupo de intervenção estratégica, que tem essa (inaudível) de pensar uma repressão qualificada, que entende que em alguns momentos [tem que] retirar algumas pessoas que tem uma interferência muito grande no tráfico ou nos homicídios. Isso é preventivo. À medida que você retira essas pessoas do lugar onde elas estão cometendo esses crimes, isso minimiza a questão dos homicídios e do próprio tráfico. Isso é um ponto.⁶⁴

Outro foco do Programa é o que qualificam como “Proteção Social” em que se busca a constituição de redes por meio de parcerias com escolas, postos de saúde e/ou entidades do terceiro setor que já atuem no local para trabalhos conjuntos. Sobre a estratégia de atuação por meio da “Proteção Social” e a constituição das redes, Alessandro coloca:

⁶³ Entrevista realizada em janeiro de 2008.

⁶⁴ Entrevista realizada em agosto de 2007.

A minha opinião é que (...) vou retomar um ponto. O Fica Vivo tem dois eixos, a intervenção estratégica e a proteção social. A proteção social tem alguns pilares que a orientam: construir uma rede de proteção social tanto pra violência..., mas uma rede de proteção social que possa acolher os jovens. Para que isso aconteça, nós temos algumas ações e parcerias em quatro áreas: a gente trabalha com inclusão produtiva como geração de renda, com a comunicação, com a saúde e com a educação, por quê? A idéia é fazer uma articulação que a gente possa ir além da criminalidade, mas para isso você tem que ter uma rede, para isso você tem que ter a população e os serviços voltados para essa discussão.⁶⁵

Este técnico trabalha com a idéia de proteção social num sentido em que observo algum esforço de desnaturalização da violência urbana na periferia. Não obstante seu raciocínio ainda estar centrado na idéia de política de segurança pública, este acredita que esta deve avançar para além de uma presença do Estado na periferia por meio simplesmente da repressão consubstanciada na presença da polícia. A idéia de proteção social tem como pressuposto de que a violência urbana na periferia é, antes de tudo, expressão de direitos sociais historicamente negados aos habitantes destes lugares. Neste sentido, a idéia de redes de proteção social está em prevenir a violência urbana na periferia por meio da garantia de direitos sociais básicos como educação, saúde etc.

Remunerados como prestadores de serviço, existem equipes de oficinairos, que já realizavam algum trabalho no local antes do Fica Vivo, mas se institucionalizam com o apoio material do Programa. Estes oficinairos realizam oficinas de esporte, dança, Hip Hop, por exemplo, com um sentido, num primeiro momento, de “ocupar e tirar” os jovens periféricos “em risco” do espaço da rua. Na verdade, questão que apareceu recorrentemente nas reuniões com oficinairos e por vezes também nas reuniões do Grupo de Mobilização, foi a necessidade de este educador ultrapassar o simples ensino do ofício. Nestes momentos se pensava a função do oficinairo como mediador no que se refere, por exemplo, à problematização da situação juvenil do jovem periférico e ao(s) sentido(s) da periferia na metrópole. Outra preocupação dos técnicos e também de muitos oficinairos era a de que, nas oficinas, o jovem não apenas tocasse percussão, jogasse capoeira, mas que na oficina este pudesse ter acesso a um pouco da história do que é ensinado. Segundo relato de oficinaira que começou como auxiliar de um oficinairo do Programa, assumindo a oficina após a saída deste, oficinairos considerados como que “empurrando a oficina com a barriga” são mal vistos pelos colegas. Esta educadora conta que seu colega foi demonstrando pouco compromisso com a oficina até a abandonar. Nas primeiras reuniões de oficinairos, e em outras situações afirma ter sido recebida com

⁶⁵ Entrevista realizada em agosto de 2007.

certa resistência pelos colegas, pois estes pensavam que também era descompromissada. Pedro se mostrou crítico ao Fica Vivo no que ele observa como “oficinas por elas mesmas”, pouco se trabalhando a história do ofício ensinado, a formação política do jovem etc. Nas palavras deste educador:

Tem uma crítica que eu faço para os técnicos aqui dentro da comunidade quando eu tenho a oportunidade de sentar e dialogar com eles, é que o Fica Vivo tem a faca e o queijo na mão, mas não está sabendo cortar e dividir certo. Por quê? É um dos poucos programas que não oferece bolsas e que tem uma aceitação enorme dentro dos jovens da comunidade, né? O Fica Vivo fala que a porta de entrada para o programa é a oficina. E o que é essa oficina? É um rapaz, um jovem, ou uma moça moradora dessa comunidade que vai ter que ter cinco horas semanais cumpridas e passar algum tipo de ofício dentro da arte, dança de rua, axé, artesanato, ou também a questão do esporte que é o vôlei e o futsal. Então consegue atrair o jovem para esse ambiente e todas as oficinas têm um número específico de jovens. Mas não pega esse momento para trabalhar a consciência política dos jovens. É somente a dança. Mas é a dança sem nenhum conteúdo. É como se falasse assim: ‘oh gente, agora nós vamos dançar pagode. Pagode é assim, assim e assado’. Não fala a história do pagode, não fala a importância que isso tem, ou teve pra história de algum jovem...⁶⁶

Osicineiros cumprem uma carga horária de cerca de cinco horas semanais geralmente em encontros de duas vezes por semana onde recebem ajuda de custo, para gastar com a oficina, de cerca de 800 reais mensais. Desse dinheiro, portanto, ele gasta com lanches para os oficinados, se for um espaço alugado usa essa verba para pagar aluguel etc. No geral os oficineiros têm outra fonte de renda paralela aos trabalhos com o Fica Vivo, pois foi comum observar oficineiros sem dinheiro ao final do mês ou com renda irrisória proveniente da ajuda de custo do Fica Vivo. Sobre a ajuda de custo que recebem e as condições de trabalho do Fica Vivo Rodrigo coloca:

[você gostaria de ter um suporte melhor... Como você analisa as condições de trabalho do oficineiro hoje?] Oh, com certeza. Igual... Esse suporte varia de oficinas. Tem oficinas que gastam muito mais do que oficinas de dança de rua. Mas com certeza a gente gostaria de ter um suporte melhor. Saber que no final do mês aquela bolsa vai sobrar um dinheiro razoável pra compensar tudo o que você faz (...) teve um aumento de cento e cinquenta reais para o oficineiro, só que é destinada ao lanche e para ajudar em trabalhos de oficinas que gasta mais mesmo. Como a oficina de grafite onde tem que se comprar muita tinta. [a bolsa hoje gira em torno de oitocentos e quinze reais?] não é menos. Com desconto vai para oitocentos e quatorze reais... oitocentos e quatro reais... Isso depende. Igual, na última vez veio oitocentos e quatro reais. Descontou quarenta e seis reais de nota fiscal. Daí você começa a trabalhar com esse valor. Não trabalha com valor de oitocentos e cinquenta reais. Antes trabalhava com setecentos e cinquenta reais. Setecentos reais quero dizer setecentos e dezessete reais. Hoje é oitocentos e cinquenta reais, mas com o desconto é oitocentos e quatro reais. Com esse dinheiro é que você tem de comprar a calça pro jovem, a

⁶⁶ Entrevista realizada em junho de 2007.

cotoveleira, a joelheira pra proteção dele na hora deles estarem se exercitando aqui na oficina e fazendo o treinamento o “paviflex” que é um material que você põe no chão pra ele girar, e ele acaba... Com o tempo ele perde o... fica áspero e não dá pro jovem usar. CD de música... Tem que pedir pra fazer as montagens... Ai já tem que pagar o DJ pra fazer a montagem pra você fazer as apresentações. CDs... Os jovens enjoam rápido das músicas, então você tem de estar dançando uma música e depois trocar ela. Tem que estar fazendo umas montagens... Então isso tem de pagar o pessoal pra você, porque a gente não sabe fazer... Então tem de pedir pra os outros fazerem. Algumas coisas eu faço em casa, mas ser um negócio bacana e de qualidade, tem que pagar pros outros fazerem. Deve dar uns cem reais... cento e cinquenta pra fazer montagem de música com CDs, CD pra filmar e guardar coreografias que já foram passadas pra gente depois estar vendo e tirando algumas idéias daquilo que a gente já fez. E passeios... Antigamente o Fica Vivo tinha um ônibus, mas agora não tem mais. Então, a gente tem que arrumar parceiros pra ter ônibus, já que o frete do ônibus não é barato. Pra poder levar o jovem daqui no centro ali e voltar, eles cobram duzentos reais... trezentos reais. Muitas das vezes, fica muito puxado para a oficina arrumar esse dinheiro. A gente tem que ir juntando daqui e dali pra ter o dinheiro, para se caso você não arrumar um parceiro, alugar um ônibus pra poder levar o jovem pra fazer um passeio e circular na cidade ou até ou até mesmo fazer apresentações fora. Isso sendo por conta da oficina só. A gente pode levar um projeto pro Fica Vivo, mas o projeto demora pra ser aprovado para poderem mandar o ônibus pra você... Mandar o lanche... Então, isso, muitas vezes é a gente que tem que correr atrás. Melhoraria isso com certeza, se a gente tivesse uma condição melhor. Por exemplo: os materiais que a gente teria que gastar na oficina, fossem uma conquista de parceiros que o próprio Fica Vivo conseguisse junto com a gente e conseguisse esse material aí, com certeza iria facilitar muito o trabalho.⁶⁷

Entre os critérios para se abrir uma oficina no Fica Vivo e mantê-la é ter uma média de pelo menos vinte jovens inscritos. Mensalmente o oficinheiro deve enviar relatório em que deve constar o que foi trabalhado com o Jovem, como a verba de oitocentos reais foi gasta, ponto(s) positivo(s) e/ou negativo(s) observados na oficina etc. Vale ressaltar que minhas visitas às oficinas e/ou entrevistas com oficinheiros e/ou oficinandos, por exemplo, também foram citadas em relatório. Nas palavras de Rodrigo:

A gente tem que mandar esse relatório todo mês, e nesse relatório tem de constar a lista de presença do jovem, tem de mostrar tudo o que você gasta dessa verba enviada para você. Você tem que falar da atividade da oficina, da atividade do jovem na oficina, um ponto positivo e um ponto negativo da oficina e falar de futuras apresentações ou futuros trabalhos que você vai fazer. Tipo: igual essa entrevista que a gente tá fazendo aqui... Vou ter que relatar na... Por estar sendo feita na oficina, tenho que pôr isso no relatório pra eles lá. Os gastos da oficina: no que eu gastei o dinheiro... No que eu gastei esses oitocentos e quatro reais... Tem que relatar tudo!⁶⁸

⁶⁷ Entrevista realizada em fevereiro de 2008.

⁶⁸ Entrevista realizada em fevereiro de 2008.

O primeiro Núcleo do Programa é aberto como “experiência piloto” no aglomerado Morro das Pedras em 2002. Segundo Andréia Maria Silveira, o atual formato do Fica Vivo se inicia em 2003 com a institucionalização do Programa por meio do decreto nº 43.334. Neste ano o Programa contou com recursos de Secretaria Estadual de Defesa Social e do Ministério da Justiça que participou com cerca de cinco milhões de reais utilizados também em 2004 quando o Fica Vivo passa a ser executado com recursos exclusivos do Estado. Nos termos da autora:

A segunda fase do Programa iniciou em maio de 2003 quando o mesmo foi institucionalizado, e de experiência sem propriedade institucional movida pelo entusiasmo de um grupo de técnicos passou a ser um programa sob a chancela, financiamento e supervisão da Secretaria Estadual de Defesa Social, contando também com financiamento do Ministério da Justiça provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública, que aprovou projeto de expansão do Fica Vivo e destinou ao programa naquele ano cinco milhões de reais utilizados naquele ano e em 2004 para levar o programa para outras áreas da cidade com altos índices de homicídios, prevendo pagamento de oficinas, contratação de técnicos, mobiliário, equipamento, viaturas para o GEPAR e Polícia Civil. A partir de 2004 o programa passa a contar com recursos próprios do Governo Estado de Minas Gerais, que foram da ordem de 2,5 milhões de reais naquele ano, 5 milhões de reais em 2005 e 7 milhões de reais em 2006 e 2007.⁶⁹

Em 2005 o Fica Vivo contava com cinco NPCs – Núcleos de prevenção à criminalidade – em Belo Horizonte, sete no ano seguinte e nove em 2007. Em 2005 existiam ainda cinco núcleos espalhados por municípios da RMBH, sendo sete em 2007. Núcleos do programa também foram implantados nos municípios de Montes Claros, Governador Valadares, Ipatinga e Uberlândia, no interior do estado. Em 2006 foram atendidos seis mil jovens em todo estado, num total de duzentos e cinquenta oficinas, sendo doze mil jovens num total de quinhentas oficinas em 2007.⁷⁰ A gestão do Programa, como já colocado nesta dissertação, se realiza por meio de termo de parceria entre o Governo Estadual e a ELO Inclusão e Cidadania, entidade qualificada pelo executivo municipal em 2005 e pelo executivo federal em 2006 como OSCIP.

O NPC Taquaril, que abrange Taquaril, Granja de Freitas, Castanheiras e Alto Vera Cruz foi implantado em 2004 junto com os núcleos Cabana do Pai Tomás, Ribeiro de Abreu/Paulo 6º e

⁶⁹ Obra citada, p. 177.

⁷⁰ Cf. Porque o Fica Vivo! dá certo. **O Tempo**, Belo Horizonte, 30 set. 2005. Especial: drogas e violência como combater, p. 5; Fica Vivo abriga mais 500 jovens. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 01 ago. 2006. Gerais, p. 24; Juventude ganha voz. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 12 jul. 2007. Gerais, p 26.

Pedreira Prado Lopes.⁷¹ Atualmente o NPC Taquaril conta com quarenta e três oficinas e cinqüenta e seis oficineiros. No que se refere aos setores referentes ao parcelamento original da área, são quatorze oficinas com 17 oficineiros, sendo que o Castanheiras hoje conta com nove oficinas e nove oficineiros. O Núcleo Taquaril como um todo atende atualmente a cerca de 1000 jovens na faixa etária dos 12 a 24 anos de idade. Hoje o NPC Taquaril, no que se refere ao Fica Vivo, pois neste Núcleo também funciona o programa Mediação de Conflitos, conta com quatro técnicos, dois estagiários e um funcionário administrativo. Sobre o desafio(s) postos para o Fica Vivo se tornar conhecido no Taquaril, quando de sua chegada no Conjunto e o importante papel dos primeiros oficineiros nesse processo, Felipe, jovem do grupo de mobilização, coloca:

Como eu te disse, acho que todo trabalho quando nós pensamos que ele aconteça é um desafio. O Fica Vivo aqui na comunidade ele chegou como algo diferente, uma coisa que ninguém esperava, mas quando se iniciou os primeiros oficineiros, que alguns trabalham até hoje, apostaram. Então acho que ele foi bem aceito por todos. Esse reconhecimento ele foi chegando aos poucos, com trabalho, com divulgação dos oficinados e com a divulgação dos primeiros oficineiros, foi uma coisa diferente. [os jovens fazendo boca a boca?] boca a boca [e você percebe que esses primeiros oficineiros tiveram papel importante?] com certeza eles tiveram papel importante. Importante na divulgação, na estruturação da metodologia do núcleo, na estruturação do que o núcleo é hoje. Acho que os oficineiros foram pioneiros. Várias mudanças que hoje são feitas, foram feitas por eles.⁷²

Pelo menos no que se refere ao NPC Taquaril é questão para os técnicos e estagiários que o Projeto Fica Vivo neste lugar não seja apenas uma forma de “tirar o jovem da rua” simplesmente ocupando seu tempo. Tem-se como objetivo “trabalhar” político/socialmente este jovem. No entanto volta-se à questão da reprodução dos estigmas em torno do jovem das classes populares como estando necessariamente em risco ou em vulnerabilidade social e os projetos e/ou políticas para/com jovens como contenção das classes perigosas em seu reduto. Curioso que se exige do oficineiro que este proporcione a circulação do jovem, mas, muitas vezes, o Programa não tem dado o suporte necessário para tanto. Marília Sposito vê nas políticas públicas de juventude, e incluo, porque não, projetos de trabalho *com jovens* como o Fica Vivo uma reprodução dos estereótipos em torno do jovem popular, pois comumente estas políticas vêm no âmbito da assistência social de forma “subsidiária à *questão social*”.⁷³ Para a autora, como colocado neste trabalho, nestas políticas o jovem é posto apenas e tão somente

⁷¹ Porque o Fica Vivo! dá certo. **O Tempo**, Belo Horizonte, 30 set. 2005. Especial: drogas e violência como combater.

⁷² Entrevista realizada em abril de 2008.

⁷³ SPOSITO, Marília Pontes, SILVA, Hamilton Harley de Carvalho e; SOUZA, Nilson Alves de. Obra citada. P. 242.

como um problema onde a moratória social, por exemplo, como aspecto da condição juvenil moderna é desqualificada quando se trata dos jovens das classes populares que, necessariamente, teriam que ocupar seu tempo “ocioso”. Nos termos da autora:

Essa inscrição [no âmbito da questão social] significa dar visibilidade e propor políticas de juventude sempre subordinadas ao tema da questão social. Não é estranho, portanto, a reiteração das problemáticas da vulnerabilidade, do risco e da violência, como fatores que desencadeiam a ação tanto do Executivo municipal como do federal, a partir de meados dos anos de 1990. Ou seja, as políticas de juventude no país não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, incluindo sua diversidade, e uma concepção ampliada de direitos (...) mas como um aspecto da questão social. Por essas razões, a inserção das ações de forma predominante no âmbito dos organismos da assistência traduz alguma coerência que dificulta, no entanto, a alteração de imagens que condensam estereótipos negativos em relação aos adolescentes pobres.⁷⁴

Pensando a política, nos termos de Rancière, como dissenso enquanto irrupção do instuinte, Marília Pontes Sposito questiona, para o Brasil, o próprio uso do termo política quando se trata de políticas públicas para juventude. Na verdade o assistencialismo e/ou tutela do jovem popular se insere no que, nesta pesquisa, qualifico como reprodução do político (ou da “polícia”⁷⁵) pelo Estado. Nos termos da autora:

Se considerarmos, como Rancière, que a ‘política’, diferentemente da ‘polícia’, é produtora de certo dissenso, na medida em que introduz o litígio, ou seja, a possibilidade de produção de novos significados e trazer à luz sujeitos que permanecem na sombra e, portanto, não são atingidos pelos pressupostos da igualdade, *não podemos, estrito senso, falar de políticas de juventude. O emergente espaço das ações ainda se inscreve na lógica de um consenso dominante: as iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens das camadas populares.*⁷⁶

Não obstante a (res)significação que técnicos, estagiários e oficineiros fazem do Fica Vivo, se esforçando para que este projeto ultrapasse um caráter de gestão burocrática da pobreza na periferia por meio do Estado como naturalização da violência urbana neste lugar, o pressupor o jovem das classes populares como vulnerável ou em risco, despolitizando as contradições urbanas na periferia e o jovem como (anta)protagonista deste processo ainda é um entrave ao papel que este projeto pode cumprir no sentido de mediar a irrupção de necessidades radicais no Conjunto Taquaril hoje. Sob esta perspectiva pode-se dizer que o Programa não tem conseguido “... contrapor nada mais do que novas relações de subordinação e domínio”.⁷⁷ Dito de outra forma “... é impossível ultrapassar a sociedade fundada em relações de subordinação e domínio através de uma estrutura que a reproduz. Para que algo

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ A polícia se refere à reprodução do político pelo como anulação das possibilidades de transformação desta sociedade.

⁷⁶ Ibidem, p. 243.

⁷⁷ HELLER, Agnes. *A filosofia radical*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p. 142.

verdadeiramente mude, é preciso mudar algo: e, não em último lugar, precisamente *nas relações inter-humanas*”.⁷⁸

4.4. Os programas Fica Vivo e Agente Jovem e as (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia

Pensar a periferia significa pensar este lugar, por um lado, enquanto espaço de urgência, no nível dos desafios postos para as classes populares no que se refere à reprodução de necessidades as mais elementares para a sobrevivência. Por outro lado, este lugar se consubstanciou para mim, em meus estudos de campo por meio do Conjunto Taquaril, enquanto espaço de resistência às espoliações a que o popular vivencia em sua cotidianidade na metrópole. Assim, observo a constituição da política como transformação social na periferia como uma construção diária e quase artesanal. Percebo as (im)possibilidades de irrupção da política na periferia a partir da(s) abertura(s) para a vida cotidiana, não como procura de uma espontaneidade perdida, mas como momentos em que as normatizações do cotidiano e da cotidianidade por meio da presença do Estado, por exemplo, são de alguma forma superados. Assim, as necessidades radicais como necessidades que expressam contradições fundantes do capitalismo como formação social, como, portanto, “... carecimentos que se formam nas sociedades fundadas em relações de dominação e de domínio [cuja] satisfação só é possível com a superação dessa sociedade”⁷⁹, ao longo deste processo de pesquisa, se esboçaram de alguma forma no que se refere à percepção dos jovens, enquanto habitantes do Taquaril, acerca das diversas espoliações a que os populares estão sujeitos na metrópole. No que se refere aos programas estudados nesta pesquisa, enquanto mediadores para que esta percepção se delinieie, muito contribuem Pedro, educador do Agente Jovem, e alguns dos oficinairos do Fica Vivo, sendo importante o fato destes profissionais, de modo geral, serem habitantes do Conjunto. Na verdade, o trabalho de um oficinairo, de fato envolvido com os jovens do Programa, mostrou-se bem mais complexo do que o simples aspecto do ensinar o ofício. Em certos momentos este educador media conflitos, ele é um exemplo para os jovens tanto no que diz quanto nas atitudes etc. Ramon jovem oficinando do Fica Vivo tece as seguintes considerações sobre a figura do oficinairo:

Têm alguns [oficineiros] que não demonstram esse tipo de respeito não! Nem um pelo outro, nem qualquer tipo de valores. Mas a maioria sim, a maioria demonstra um respeito tanto [inaudível] tanto quanto na relação

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem, p. 143.

monitor e aluno, então têm vários que conseguem sim. Então, os valores positivos que eles passam a gente pega e se eles demonstrarem algum negativo a gente acaba deixando [ou desconsiderando].⁸⁰

Sobre a(s) complexidade(s) posta(s) para o trabalho do oficinairo, Rodrigo, dando ênfase ao seu papel enquanto mediador de conflitos relata:

Tem jovem que poderia estar, que já esteve perto de envolvido... Já teve jovem que estava envolvido totalmente e foi preso várias vezes e saiu... E que hoje já está estável, não está na oficina, mas já está trabalhando, a gente tem contato liga pra saber, visita, já que mora perto... E aí a gente viu que mudou totalmente a situação. Antes, era à toa, praticava pequenos delitos, e mesmo assim vinha para a oficina. A gente ficava cismado, porque a gente tinha que pensar: 'poxa, aprontou agora vem pra oficina e os outros jovens também estão expostos a isso'. A gente tem que saber lidar, saber abordar, conversar e saber o que ele andou fazendo durante algumas semanas, nos precavendo para algum possível acontecimento. A gente tem que estar assim... Um passo na frente pra poder intervir. Ou seja, se o jovem tá envolvido, de certa forma, os amigos dele também vão estar se aproximando e a gente tem que saber lidar com isso.⁸¹

A mesma importância para os jovens tem Pedro com alguns dos “agentes jovens” entrevistados por mim considerando Pedro e o grupo como sua segunda família. A partir mais ou menos de fevereiro de 2008 até abril/maio do mesmo ano Pedro estava com projeto de sair do Taquaril e abandonar o Agente Jovem. Os jovens estavam apreensivos frente a esta possibilidade, com muitos se propondo mesmo a abandonar o Programa se Pedro fizesse o mesmo. No que se refere ao significado da bolsa de sessenta e cinco reais mensais que cada jovem do Programa recebe por mês, Pedro chegou a se queixar de jovens que viam no Programa apenas o ganho desta bolsa, tendo pouco compromisso com as atividades propostas. No entanto, entre os jovens entrevistados por mim, a fala em comum foi a de que o interesse inicial foi sim o recebimento dos sessenta e cinco reais, mas que a partir do momento em que foram conhecendo o Programa, Pedro e os colegas, esta ajuda de custo teria passado a ser secundária. Alguns relataram mesmo o caso de jovens que chegaram ao Programa sem o conhecimento e/ou preocupações referentes aos sessenta e cinco reais. No que se refere ao significado da bolsa para os jovens do Agente Jovem, Isaac comenta:

Pra mim a bolsa é só um símbolo (inaudível). Antes de eu entrar aqui eu tinha a visão só da bolsa, mas quando eu realmente conheci o Agente Jovem eu vi que não era só a bolsa que valia pena. A bolsa é um valor simbólico para mim. Assim, ela ajuda né? É... Eu acho que deveria ser até mais pelo trabalho que a gente desenvolve aqui na comunidade, acho que deveria ser mais respeitado, mas pra mim tá ótimo.⁸²

Nas palavras de Sheila a bolsa seria “... um agrado, por causa que pelo que o Agente Jovem é. Assim, eu tenho o Agente Jovem não no bolso mas no coração” A mesma jovem atendida

⁸⁰ Entrevista realizada em março de 2008.

⁸¹ Entrevista realizada em fevereiro de 2008.

⁸² Entrevista realizada em março de 2008.

pelo Programa considera, no entanto, que para alguns jovens a bolsa ainda é o mais importante. Em suas palavras: [Você acha que ainda tem jovens que se preocupam mais com a bolsa?] “Se preocupam sim. Mas vai da família porque também as têm várias coisas querendo comprar, têm vários objetivos com o dinheiro isso aquilo outro, agora para maioria [dos jovens] não”.⁸³ Para Jonathan:

Que nem eu. Eu era o quê? Praticamente um à toa na vida. Entregava marmitta e pronto. Estudava assim [inaudível] quando fiquei sabendo do Agente Jovem, eu vim mesmo por causa da bolsa, eu falo: eu vim por causa da bolsa. Depois que eu entrei no Agente Jovem mudei todo meu jeito de pensar, por quê? O Agente Jovem considero uma família pra cá, é uma família pra cada um dos jovens aqui. Se alguém chegar e falar que não é uma família é porque tá interessado só na bolsa. Se eu ganhar ou não ganhar [a bolsa] eu não importo não. Porque é aqui que ensina a gente como vai tratar a gente na rua, como vai ter respeito, como vai ser respeitado. É claro que a gente aprende isso em casa, mas...⁸⁴

Sobre o significado de Pedro para os “agentes jovens” e sobre a possibilidade de sua mudança do Taquaril e saída do Programa à época da entrevista, ainda é Isaac e Sheila quem comentam: [Sheila] “Acho que pra mim Pedro é um exemplo (...) acho que Pedro faz parte de nossa história”. [Isaac] “Ele [Pedro] está querendo ir embora. Tá maior paia, não está o mesmo clima”. [Sheila] “A gente não sabe para onde que é, não sabe o dia, não sabe a hora, porque ele falou que não vai falar com a gente”.⁸⁵

As necessidades radicais na periferia se esboçam no nível do percebido⁸⁶ no sentido em que se tem, por um lado, uma percepção fenomênica dos sentidos da periferia para as contradições urbanas na metrópole. Por outro lado, as entrevistas destacadas nesta dissertação, seja de habitantes antigos ou jovens seus filhos demonstraram reflexões que tocaram em alguns dos conteúdos referentes às espoliações que acompanham as classes populares no espaço urbano brasileiro. Jovens entrevistados por mim, principalmente do Fica Vivo, demonstraram ter percepção clara dos termos da condição juvenil do jovem periférico na metrópole, permeando estas reflexões com falas que reproduzem, no entanto, alguns dos pressupostos destes programas como a idéia de “tirar o jovem da rua”, por exemplo. Não obstante algumas das contradições da metrópole na periferia terem aparecido em meus estudos de campo, de fato é um equívoco pensar o popular como sujeito privilegiado no que se refere a alguma superação desta formação social. José de Souza Martins, no que se refere ao operariado, referenciando-

⁸³ Entrevista realizada em março de 2008.

⁸⁴ Entrevista realizada em março de 2008.

⁸⁵ Entrevista realizada em março de 2008.

⁸⁶ Para Odette Carvalho de Lima Seabra o percebido corresponderia “... a algum nível de entendimento do mundo...” fundando “... atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades...”. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. Obra citada, p. 80.

se em Marx, considera este como sujeito filosófico no que se refere a alguma superação do capitalismo como formação social. Nesta pesquisa o popular, mais especificamente o jovem, foi tomado como “referência do conhecimento”, enquanto mediação para minhas reflexões acerca do(s) sentido(s) da metrópole na periferia e como as contradições urbanas aparecem neste lugar.⁸⁷

Pensando as espoliações cotidianas que tanto marcam o cotidiano das classes populares na periferia, e no que se refere à situação juvenil do jovem periférico, um dos sentidos implícitos de meus estudos de campo no Conjunto foi perceber os termos da relação dialética presente na tríade vivido/percebido/concebido⁸⁸ e as (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais neste lugar. Tomando a história de reivindicações do Conjunto, entre uma maior percepção da juventude deste lugar no que se refere ao caráter contraditório da periferia na metrópole e as possibilidades concretas de mudar a vida a toda a dialética do mundo. Em outras palavras, a periferia não é um lugar apartado dos constrangimentos próprios do capitalismo como formação social. Aí observei as opressões da propriedade e a equivalência dos desiguais nas origens do movimento “sem casa” na(s) luta(s) contra os aluguéis extorsivos dos “tubarões de tamanco”, sendo que no Conjunto existem divisões internas, como já demonstrado no segundo capítulo. As possibilidades de irrupção da política como transformação social e das necessidades radicais na periferia, como não poderia deixar de ser, é algo contraditório onde os programas Fica Vivo, principalmente, e Agente Jovem, como presença do Estado neste lugar por meio do terceiro setor podem ser compreendidos como, nos seus pressupostos, uma institucionalização do que sobrou de instituinte das lutas urbanas empreendidas pelos movimentos. Dessa forma observo um enquadramento da(s) possibilidade(s) de irrupção do instituinte, no caso do Taquaril, por meio dos jovens, nos marcos de uma produção estatista do espaço como reprodução do político pelo Estado.

⁸⁷ Cf. MARTINS, José de Souza. Por uma sociologia sensível. In: _____. José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 159.

⁸⁸ Quando penso o concebido, este termo me remete ao que Henri Lefebvre qualifica como níveis e dimensões do urbano (LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Obra citada, p. 77-98). O concebido seria o nível global, de Estado incluindo os atores a seu serviço – escola, mass media, o capital etc. Em grande medida o concebido se mostra como o nível das representações do espaço como reprodução do político pelo Estado como reiteração do *status quo*. Por sua vez, Odette Seabra define o vivido como sendo “... o nível da prática imediatamente dada, que a natureza aparece e transparece, como corpo, como uso”. Segundo a autora é neste nível “... que o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir”. Obra citada, p. 75.

Sobre a presença do Estado no que se refere à produção da morfologia espacial do Conjunto e na(s) periferia(s) como um todo, para Edneia sua presença se faz inócua e/ou quase inexistente no que se refere à consubstanciação do direito à cidade no nível do amplo acesso à infra-estrutura e serviços urbanos nos termos em que se observa na chamada “cidade formal”.⁸⁹ Nas palavras de Edneia:

Eu vou começar daquilo que é mais... Que tá vinculado a essa questão que é a questão do espaço urbano. Favela, porque aqui é favela? Porque é considerado favela pelo Estado? Porque nós não temos presença do Estado. Presença do Estado pra infra-estrutura, de melhoria da qualidade habitacional... [você fala da prefeitura ou do Estado?] eu falo da presença do Estado como um todo. Tanto faz se for Prefeitura, Estado ou Governo Federal. Eu falo dos representantes públicos que estão lá no espaço do executivo. Então, aqui é favela por causa que não tem investimentos. Não existe esse compromisso com a população que mora aqui. Então, aqui não tem valorização, porque não se tem título de propriedade (...) É uma área de ninguém. Ninguém comanda aqui, nem prefeitura, nem Estado, nem Governo Federal. Eles não podem vir aqui medir um lote e fazer com que esse lote entre para as perspectivas da cidade formal. Porque regularização é isso. O que é a cidade formal? É um local que tem regularização. O que é a cidade informal?⁹⁰ É um local onde não existe regularização. Você pode chamar de uma terra sem lei. A fiscalização não atua, o Estado não investe e a população fica à mercê de sua própria sorte. Na cidade formal não, é reconhecida... Todo equipamento que a gente precisa pra elevar o nível de consciência... Cultura, esporte, lazer etc, tá concentrado num lugar. Então a

⁸⁹ Heloisa Soares de Moura Costa define a chamada formal ou legal, do ponto de vista da regulação urbanística, como

aquela construída pelos agentes formalmente instituídos, seja o mercado imobiliário formal, usualmente privado, ou o poder público; é aquela que traz consigo uma determinada ordem, em geral urbanística; é usualmente fruto de um projeto, pois essa é uma das exigências de tal ordenamento; costuma a ser o que denominamos de urbanização completa, ou seja, onde todos os itens de consumo coletivo, de equipamentos e serviços encontram-se presentes.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. A “cidade legal”: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 148.

⁹⁰ Entre o(s) sentido(s) da chamada cidade informal e/ou ilegal no espaço urbano brasileiro Heloisa Soares de Moura Costa a considera como expressão das

desigualdades decorrentes dos mecanismos de funcionamento da renda fundiária urbana, que distribui de forma desigual e perversa a valorização do solo urbano, materializada em preços de terrenos que inviabilizam o assentamento das camadas de baixa renda nas áreas providas de equipamentos e serviços básicos produzidos e vendidos pelo mercado imobiliário formal. Obra citada, p. 149.

Na verdade, a autora observa que a relação entre os pares formal/informal, legal/ilegal é mais permeada de ambigüidades do que aparenta a simples dualidade de termos. Nos termos da autora:

(...) pode-se ter tanto empreendimentos formalmente produzidos pelo mercado imobiliário que são ilegais ou que estão temporariamente irregulares no que se refere ao cumprimento de determinadas normas, quanto assentamentos informalmente construídos completamente dentro da legalidade. As dualidades legal-ilegal ou mesmo regular-irregular definem-se a partir do aparato jurídico formal, enquanto a oposição formal-informal parece referir-se muito mais ao processo e à situação dos agentes responsáveis pela produção do ambiente construído e pelo grau de formalização das relações entre eles. Obra citada, p. 148.

discussão é do espaço urbano, e do investimento que se fez no espaço urbano, porque esse aqui [a periferia] é o mesmo espaço da cidade.

Edneia fala sobre uma não valorização do espaço na periferia devido a não regulação fundiária, mas no primeiro capítulo desta dissertação, pensando o espaço como raridade, foi demonstrado que também no Taquaril foi e é observado um processo de valorização dos imóveis. Muitos “sem casa”, por exemplo, que venderam a preço irrisório o lote e/ou casa tiveram dificuldades ou não conseguiram retornar ao Conjunto devido à valorização do lugar. Na periferia o espaço é também mercadoria a ser vendida e comprada, sendo este um dos sentidos das próprias divisões internas presentes nas áreas que englobam o “bairro” e o Conjunto. Como colocado no primeiro e segundo capítulos, atualmente os setores 3 e 8 estão em processo de regularização fundiária. Este atualmente se encontra em fase de elaboração e aprovação da planta de parcelamento. Mike Davis vê na regularização fundiária a possibilidade de acirramento da segregação socioespacial a que está sujeito o habitante de periferia e/ou favela no espaço urbano, já que a luta por moradia e mesmo por infra-estrutura e serviços urbanos, por exemplo, se individualizaria ou perderia força já que os proprietários de imóveis nas áreas em regulação urbanística provavelmente apresentariam outros interesses. O autor comenta sobre a implicação da valorização dos imóveis para os locatários abrindo-se maior possibilidade de expulsão de habitantes destes lugares devido à possível alta dos aluguéis. Nos termos de Mike Davis: “a concessão de títulos de propriedade, em outras palavras, acelera a diferenciação social na favela e nada faz para ajudar os locatários, verdadeira maioria dentre os pobres de muitas cidades”.⁹¹ Fica a questão, portanto, referente às implicações para o Taquaril quando da regularização dos setores 3 e 8. Haverá um acirramento da divisão interna existente principalmente no que se refere aos setores do reparcelamento original em relação ao Castanheiras? Se há lutas reivindicativas no Conjunto hoje este processo de regularização fundiária pode se consubstanciar como fator de fragmentação destas lutas?

Se o Estado está em dívida com o Conjunto no que se refere às (im)possibilidades de realização do direito à cidade, restringindo esta expressão ao amplo acesso à infra-estrutura e serviços urbanos, observo o Fica Vivo e Agente Jovem como presença do Estado na periferia enquanto (re)produtor de relações sociais. Em meus estudos de campo esta presença do Estado se consubstanciou, como já indicado, na institucionalização das reivindicações dos jovens do Conjunto. Se por um lado as aberturas para o instituinte apareceram por meio de

⁹¹ DAVIS, Mike. *Planeta favela*. Obra citada, p. 88.

uma clara consciência dos termos da condição juvenil do jovem das classes populares, em conversa não gravada com jovens do Agente Jovem uma interrogação ficou no ar quando falei em reivindicação por direitos através, se for preciso, do embate direto com o Estado, tendo em conta sua prerrogativa de monopólio do uso da violência por meio da polícia. Pedro me chamou atenção para o fato de que os jovens não sabiam o que era reivindicar por meio do embate direto e/ou confronto direto com Estado. Percebo também que Luis, jovem do grupo de mobilização do Fica Vivo, está a meio caminho entre sua identidade como jovem periférico e sua institucionalização, para não dizer cooptação, aos marcos do Estado como reproduzidor do político na periferia. De certa forma, corre-se o risco de se institucionalizar as próprias necessidades radicais na periferia enquanto possibilidade de irrupção contra e/ou para além dos marcos do Estado. Se os jovens do Conjunto estão um passo à frente dos habitantes antigos no que se refere a uma visão mais crítica acerca do(s) sentido(s) da metrópole na periferia ultrapassando, mesmo que por vezes de forma irrisória, o puro ativismo, penso que se pode incorrer em nova alienação filosófica ao se restringir as reivindicações por direitos aos marcos “legais” do Estado desradicalizando de antemão as lutas. Dessa forma penso que a realização das necessidades radicais como possibilidade de mudar a vida deve ser pensada contra ou para além das normatizações de uma reprodução estatista do espaço que na periferia tem se consubstanciado na presença de um terceiro setor, de modo geral, como reproduzidor do que está posto. Reprodutor, na verdade, de reformismos que vão de encontro com os atuais desvios semânticos do capitalismo como formação social. Esta pesquisa constatou que na periferia, mesmo que de forma irrisória, é nas brechas para a vida cotidiana, no nível de um percebido que, por vezes, consegue desvelar as formas que obscurecem o cotidiano de espoliações que têm acompanhado as classes populares no Brasil, que se constrói um terreno mais sólido para a realização da política como transformação social e, portanto, dos possíveis. Das possibilidades do mundo moderno que não se realizam ou que sempre têm se realizado com atraso do social em relação ao econômico.

5. Considerações finais

Entre os aspectos que fundamentaram e justificaram esta pesquisa esteve o esforço em compreender o processo de (re)produção do espaço urbano por dentro da(s) presença(s), consubstanciada(s) na metrópole, do capitalismo como formação social na periferia. Não obstante o fato de que entre as classes populares como sujeitos privilegiados no que se refere a alguma inversão deste mundo invertido e o real há toda dialética do mundo procurei buscar e compreender as (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais neste lugar hoje. Tomei como estudo de caso o Conjunto Taquaril, lugar que apresenta todo um histórico de luta(s) pelo direito à cidade no nível, num primeiro momento, do acesso à moradia em condições elementares de dignidade e, num segundo momento, pelo acesso amplo à infraestrutura e serviços urbanos. No que se refere aos habitantes antigos constatei o que Henri Lefebvre qualificaria como alienação filosófica no que se refere a um percebido que pouco desvela e supera as contradições urbanas postas para a periferia na metrópole. Em outras palavras, como limitação das lutas há o puro ativismo como parca elaboração crítica sobre as mesmas. Foi quando me deparei com os jovens, filhos de habitantes antigos ou não, e a presença do Estado por meio do terceiro setor através do trabalho com jovens dos programas Agente Jovem e Fica Vivo. Se há necessidades radicais permeando a periferia hoje, qual contraponto poderia ser feito entre as práticas dos primeiros habitantes e dos jovens? Estes têm ressignificado a(s) vivência(s) dos mais antigos? Os dois programas analisados nesta pesquisa têm cumprido algum papel neste processo? Estas foram algumas das questões postas para esta pesquisa. No entanto, vi a necessidade de compreender um pouco os termos da (re)produção do espaço urbano e das (im)possibilidades de realização do urbano como devir desta formação social por meio da metrópole, senão vejamos.

O processo de transformação da cidade em metrópole, no nível da (re)produção de relações sociais de produção, pode ser tomado como o de constituição do chamado homem moderno e o conseqüente processo de abstração dos sentidos e da vida. Esta abstração dos sentidos e da vida pode ser considerada como uma das expressões do capitalismo como violência salvaguardada pelo Estado, em grande medida, enquanto reprodutor simples de relações. No cerne da questão, como um do(s) sentido(s) do capitalismo como formação social, para sua reiteração, encontra-se a subsunção da atividade produtiva no trabalho e a(s) violência(s) posta(s) em prática para esta concretização. No entanto, a *reprodução e produção* do espaço

são, respectivamente, reiteração, mas também produção de relações novas. Em outras palavras, nesta pesquisa não tomei o capitalismo como sistema, mas sim como totalidade aberta onde o novo é sempre produzido¹. Assim, neste mundo de simulacros e reificações ainda há brechas para os espaços de representação² como, no nível do vivido, o que escapa às normatizações do cotidiano e da cotidianidade. A metrópole não é apenas e tão somente espaço geométrico e/ou amnésico. Entre os desafios postos para esta pesquisa esteve o de buscar e compreender o que alimenta a(s) (im)possibilidade(s) de consubstanciação da vida cotidiana e do próprio processo de produção de relações novas.

Posto este desafio tomei as classes populares, mais especificamente o jovem periférico, como “referência do conhecimento” frente às (im)possibilidades de inversão deste mundo invertido, já que a trajetória de espoliações que têm acompanhado as classes populares brasileiras, como bem demonstrou Lúcio Kowarick é apenas um pano de fundo para a irrupção de práticas urbanas e/ou reivindicativas. Ficando no nível do direito à cidade como amplo acesso à infraestrutura e serviços urbanos, como compreender o(s) desafio(s) postos para o deslindamento do mundo fenomênico em direção a uma maior clarificação das contradições urbanas postas no capitalismo como formação social? Na periferia a(s) abertura(s) para a irrupção da política como transformação social e as próprias necessidades radicais se dão por meio de um percebido que se debate entre as brechas para a vida cotidiana e os constrangimentos da cotidianidade que, nestes tempos de novos desvios semânticos de um capitalismo transmutado em responsabilidade social, tem se concretizado na presença de um terceiro setor como reprodutor de relações sociais na periferia. Em outras palavras, se no nível da produção da morfologia espacial a presença do Estado neste lugar tem se confundido com o cotidiano de espoliações a que o popular tem estado sujeito no espaço urbano brasileiro, no nível da produção do espaço, para além da produção e organização de objetos e sim como

¹ Sobre o caráter contraditório da reprodução ampliada de relações sociais no capitalismo, cf. MARTINS, Sérgio. Desafios da Geografia diante das possibilidades da história. In; *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte, ano 7, n. 1, p. 47-61, jan/dez. 1998. p. 49.

² Para Odette Seabra (SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole*, a partir das transformações do Bairro do Limão. Obra citada, p.17, grifo do autor), citando Henri Lefebvre *La production de l'espace*, p.48-49, as representações do espaço se põem como sendo o “... o espaço *concebido*, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas [...] identificando o vivido e o percebido ao concebido”. Já os espaços de representação seriam aqueles que apresentariam “simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que poderia se definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação” (Ibidem, p. 43).

(re)produção da humanidade do homem³, é um equívoco a consideração do Estado como estando ausente da periferia. Este fato se faz presente, por exemplo, se levarmos em conta que a periferia não é um lugar apartado das contradições desta sociedade. Aí se consubstancia o espaço, e sua valorização, como nova raridade, como mercadoria a ser vendida e comprada sem esquecer-se da própria equivalência dos desiguais. Equivalência que esteve entre as motivações, senão a motivação central para a constituição do movimento “sem casa” que pleiteou e conquistou o terreno correspondente ao atual conjunto Taquaril. Portanto, há presença do Estado na periferia, por exemplo, no nível dos aspectos, presentes neste lugar, que contribuem para a reiteração do capitalismo como formação social.

Não obstante a presença do Estado como reproduzidor de relações na periferia, esta não é totalitária. Os jovens do Conjunto têm (re)significado as vivências dos primeiros habitantes. Na verdade, algumas das demandas dos jovens, e do jovem periférico, transpassam a juventude como fase da vida expressando contradições fundantes desta sociedade. Isto pode ser observado, por exemplo, quando estes atores questionam um modelo de adulto apenas e tão somente enquadrado aos marcos desta sociedade. Alberto Melucci, por exemplo, se referindo mais especificamente à relação entre adolescência e tempo coloca:

Aprendendo como empreender estas passagens – um problema de escolha, incerteza e risco – os adolescentes reativam no resto da sociedade a memória da experiência humana dos limites e da liberdade. Eles vivem para todos como receptores sensíveis e perceptivos da cultura contemporânea, os dilemas do tempo em uma sociedade complexa: o tempo como medida de mudança para nossas sociedades que necessitam prever e controlar seu desenvolvimento; o tempo como definição pontual da identidade individual e coletiva; o tempo como uma flecha linear ou campo de experiência reversível e multidirecional. Desafiando a definição dominante de tempo, os adolescentes anunciam para o resto da sociedade que outras dimensões da experiência humana são possíveis. E fazendo isto, eles apelam à sociedade adulta para a sua responsabilidade: a de reconhecer o tempo como uma construção social e de tornar visível o poder exercido sobre o tempo.

*Tornar o poder visível é a mais importante tarefa na ordem dos conflitos em nossa sociedade. Revertendo a definição adulta do tempo, os adolescentes simbolicamente contestam as variáveis dominantes de organização do tempo na sociedade. Eles revelam o poder escondido atrás da neutralidade técnica da regulação temporal da sociedade.*⁴

No conjunto Taquaril, as demandas dos jovens como expressão de algumas das contradições da metrópole na periferia vividas pelos habitantes antigos e pelas classes populares brasileiras

³ Para uma discussão acerca do par organização versus produção do espaço, cf: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

⁴ MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, 1997. p. 11, grifos meus.

de modo geral, aparecem no que se refere a uma aguda percepção da situação juvenil do jovem periférico que, nestes tempos de novas transmutações do capitalismo, têm se consubstanciado como reprodução e criação, cada vez maior, de ‘... sujeitos monetários sem dinheiro’.⁵ Em outras palavras,

as sociedades que não alcançaram a integração moderna são afetadas de modo diferenciado pela nova ordem global. No Brasil corremos o risco de ver reprisado o desastre da abolição, quando os senhores, ao se modernizarem, se livraram dos escravos e os abandonaram à sua sorte. É sabido que o novo padrão competitivo, íngreme em face das realidades da vida popular, se compõe à maravilha com o nosso descaso secular pelos pobres. Em seu ‘desespero’, estes estão deixando de interessar até como força de trabalho quase gratuita. Passou o tempo em que incorporá-los parecia um imperativo econômico. Diante das novas tendências estruturais, mais segmentadoras que integradoras, com as suas desqualificações sociais duras e sobretudo o desemprego tecnológico, não será fácil as elites decidirem e entenderem, até para uso particular, em que consiste ser parte de um país ou governá-lo. Só por coração cristão ou deformação esquerdista antiga os cidadãos da faixa atualizada, aliás policlassista, sentirão afinidade com os que sobraram. O divórcio entre economia e nação é uma tendência cujo alcance ainda mal começamos a imaginar. A pergunta não é retórica: o que é, o que significa uma cultura nacional que já não articule nenhum projeto coletivo de vida material, e que tenha passado a flutuar publicitariamente no mercado por sua vez, agora como casca vistosa, como um estilo de vida simpático a consumir outros? Essa estetização consumista das aspirações à comunidade nacional não deixa de ser um índice da nova situação também da... estética. *Enfim, o capitalismo continua empilhando vitórias.*⁶

Assim, a presença do terceiro setor na periferia pode ser tomada como, por um lado, uma espécie de consciência culpada dos “cidadãos da faixa atualizada” e, por outro lado, pensando no “retorno das classes perigosas”, como novo filão quando se considera a(s) pelega(s) das entidades e/ou organizações para conseguirem sobreviver já que, afinal de contas, estas vivem de projetos a serem apresentados a financiadores. Estes trabalhos têm aparecido como prestação de serviço por meio de uma gestão burocrática da pobreza como reiteração dos marcos constitutivos desta sociedade.

De modo geral, no que se refere ao trabalho com jovens, as políticas públicas de juventude, como o Agente Jovem, e os projetos de trabalho com jovens, como o Fica Vivo, por dentro do Estado em parceria com entidades do terceiro setor tem naturalizado alguns dos termos característicos da situação juvenil dos jovens das classes populares, dentre os quais destaco o enquadramento destes como, pelo menos potencialmente, violentos, numa relação quase automática entre violência e pobreza. Sobre o(s) estigma(s) em torno do jovem das classes

⁵ SCHWARZ, Roberto. Cidade de deus. In: *Seqüências brasileiras*. São Paulo, 1999. p. 171.

⁶ SCHWARZ, Roberto. Fim de século. In: *Seqüências brasileiras*. São Paulo, 1999. p. 162, grifos meus.

populares como essencialmente violentos, Marília Pontes Sposito, em diálogo com Sérgio Adorno, coloca:

De um lado, associamos violência, marginalidade, à pobreza, como se esses termos exprimissem uma relação linear de causa e efeito, sem considerar, por exemplo, a violência e a marginalidade de jovens de outras classes sociais, às vezes igualmente fortes, mas menos perceptíveis porque protegidas pela sociedade. *De outro, não buscamos compreender, quando a violência e a marginalidade se fazem presentes, os seus significados para um enorme contingente da população a quem se retirou o direito de projetar o futuro, apresentando somente o não-emprego, o não-salário, a ausência de direitos e de espaços de convivência cultural como alternativas de vida.*⁷

No Conjunto Taquaril, pensando as (res)significações dos jovens no que se refere às práticas reivindicativas dos habitantes antigos, estes demonstram uma percepção mais aguda e crítica acerca das contradições da metrópole na periferia com os programas Fica Vivo e Agente Jovem, por vezes, servindo de mediação para a consubstanciação desta percepção. Sem desconsiderar este papel de mediadores e os esforços dos atores envolvidos nos programas considerados nesta pesquisa que de alguma forma procuram se imiscuir na cotidianidade do Conjunto⁸, ultrapassando, por vezes, o institucional como reprodução do político pelo Estado, observo no Fica Vivo, principalmente, e no Agente Jovem um sentido de contenção das “classes perigosas” em seu reduto. Em outras palavras, a presença do Estado como reprodutor de relações na periferia por meio destes programas tem institucionalizado, desradicalizando de antemão, as necessidades radicais na periferia. Pensando a(s) abertura(s) para o instituinte como irrupção da política como transformação social, um ponto positivo do Programa Fica Vivo é o fato dosicineiros, de modo geral, serem habitantes do Taquaril. Nas oficinas, não obstante a(s) dificuldade(s) em se ultrapassar o ensino do ofício por ele mesmo, por exemplo, se respira periferia havendo aberturas para a vida cotidiana. Em outras palavras a presença do Estado na periferia, como reprodutor de relações, não é totalitária. De certa forma, os esforços de técnicos e estagiários em conhecer mais da cotidianidade do Conjunto é expressão de que os habitantes deste lugar não simplesmente aceitam o “pacote fechado” do institucional como numa relação unilateral. Em alguma medida o popular também dá as cartas e direciona a presença do Estado na periferia, mesmo que não se tenha uma percepção e/ou elaboração clara acerca dos termos da questão. Dito de outra forma, o popular, pensando um caráter assistencialista do terceiro setor na periferia, não é apenas e tão somente passivo, não é apenas

⁷ SPOSITO, Marília Pontes. Juventude: crise, identidade e escola. In: DAYRELL, Juarez (org). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 100, grifos meus.

⁸ Refiro-me, principalmente, a técnicos e estagiários do Fica Vivo, não habitantes do Conjunto como já demonstrado nesta pesquisa.

objeto. No que se refere ao Programa Agente Jovem, há um menor enquadramento dos trabalhos pelo institucional já que a ONG co-gestora do Programa neste lugar tem se envolvido, na verdade, mais com a parte administrativa, tendo Pedro ampla liberdade de trabalho (res)significando, como pelo menos parte dos oficinairos do Fica Vivo, os pressupostos do Programa. Nestas (res)significações, se o jovem é vulnerável e/ou um problema, este estado de coisas expressa ou é um dos termos das espoliações que têm acompanhado as classes populares brasileiras no espaço urbano. Em outras palavras, Pedro, por exemplo, procura lidar com os jovens como sujeitos de direitos procurando servir de mediação para uma maior clarificação dos termos da situação juvenil do jovem periférico na metrópole.

Assim, a política como transformação social na periferia é uma construção diária, quase artesanal aparecendo, muitas vezes, de forma subliminar. Como já colocado nesta pesquisa, a(s) (im)possibilidade(s) de irrupção de necessidades radicais na periferia não se dão no nível do pressuposto. Tomando a (re)produção de relações sociais de produção, e não se trata de nenhuma concessão a algum subjetivismo, uma atitude, um olhar, enfim, vale mais que uma fala vinda do discurso competente no que se refere à constituição de um terreno mais sólido para a irrupção da política como transformação social e das necessidades radicais pensando os desafios para a compreensão da tríade vivido/percebido/concebido e os termos da contraditória relação entre ordem próxima e ordem distante na periferia.

Referências Bibliográficas

ABENSOUR, Miguel. *Democracia contra o Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

_____. Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, 1997.

ABREU, Renato de Paula. *Orçamento Participativo: espaço de politização do Estado e irrupção da política?* Estudo de caso: Conjunto Taquaril. (Monografia). Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ADORNO e HORKHEIMER. O conceito de esclarecimento. In: _____. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

AFONSO, Maria Rezende, AZEVEDO, Sérgio de. Cidade, poder público e movimento de favelados. In: POMPERMAYER, Malori J. *Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas*. Belo horizonte: Editora UFMG, 1987.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ALFREDO, Anselmo. Cidade e metrópole, uma identidade contraditória no processo de urbanização contemporânea. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraides. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALVES, William Rosa. *As distâncias entre educação e cultura na periferia Noroeste-Pampulha na metrópole Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil*. 2006. Pré-Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

_____. William Rosa. Os espaços de urgência na valorização do espaço na metrópole brasileira. In: *Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005*. Universidade de São Paulo. p. 668-679.

_____. William Rosa. (Re)produção do espaço, política e cidadania na Belo Horizonte da urbanização crítica. In: *Resumo de trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Goiânia, GO, 18 a 23 de julho de 2004. 12 f.

ANDRADE, Elaine Nunes. Hip hop: movimento negro juvenil. In: _____. (org). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

ARANTES, Paulo Eduardo. A fratura brasileira do mundo. In: _____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

_____. Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: _____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, 1995.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMACHO, Luiza Mítico Yshiguro. A ilusão da moratória social para os jovens das classes populares. In: SPOSITO, Marília Pontes. *Espaços Públicos e tempos juvenis*. São Paulo: Global/FAPESP/Ação Educativa, 2007.

CAMARGO, C.P.F. et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

CARDOSO, Ruth C.L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume, 2006.

CECOMPC-TECA, Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Taquaril ex Castanheira e Adjacências. *Relatório de atividades*, 2002.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Marilena. O discurso Competente. In: _____. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHINELLI, Filippina. Os loteamentos de periferia. In: VALLADARES, Licia do Prado (org). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

COELHO, Simone de Castro. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000

COSTA, Geraldo Magela A Contribuição da teoria de espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: Limonad, E. *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: GECEL-UFF, 2003. (Livro eletrônico - CD Rom e disponível no site www.anpur.org).

COSTA, Heloisa Soares de Moura. A “cidade legal”: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: SOUZA, Rômulo Paes e NEHMY, Rosa Quadros (orgs). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte, 1994.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). *A geografia em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Amélia Luisa. A Metrópole e a Indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. In: *Revista Terra Livre*. São Paulo, n15, 2000. p.21-37.

_____. Amélia Luisa. *População e Geografia*. São Paulo: Contexto, 1991.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. Juarez. *Juventude, grupos culturais e sociabilidade*. Texto disponível no endereço eletrônico: <http://www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/textos/aba2004.pdf> acesso em 29/01/2008 às 01:26 horas.

DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo e REIS, Juliana Batista. Juventude, Pobreza e ações educativas no Brasil. In: SPOSITO, Marília (org). *Espaços Públicos e tempos juvenis*. Global/Ação Educativa/Fapesp, 2007.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ENGESOLO. *Parecer Geológico-geotécnico sobre obras de terraplanagem: implantação do Bairro Castanheiras*, 1981 (documento não publicado).

FARIA, Cláudia Feres. *Democratizando a relação entre o poder público municipal E a sociedade civil: o Orçamento Participativo em Belo Horizonte*. 1996. 175F. Dissertação (mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Federal de Minas Gerais.

FAUSTO, Ruy. Sobre o Estado. In: _____. *Marx: lógica e política*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FERRAREZI, Elizabete. *OSCIP passo a passo: saiba como obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2003.

_____. Elizabete. *OSCIP: saiba o que são organizações da sociedade civil de interesse público*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

_____. Marialice Mencarini. *A participação dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.

FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio silva. Introdução: Juventude, para além dos mitos. In: _____. (orgs). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DPeA Editora, 2003.

GOHN. Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGS e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Delvo Geraldo; DAYRELL, Leonardo dos Santos; SANTOS, Marcílio Rezende. Avaliação de impacto ambiental decorrente da ocupação de encostas em Belo Horizonte. Conjunto Taquaril – estudo de caso. In: *Cad. Geografia*. Belo Horizonte: PUC Minas, v.2, n.1, p.43-57, dez.1991.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.

GUATTARI, Félix. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. In: *Revista de estudos regionais e urbanos (Espaço e Debates)*, N 16. São Paulo, 1985. p. 109-120.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Favelas em Belo Horizonte – tendências e desafios*. In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, v. 7, n. 2 e 3, maio/dez. 1992.

GUIMARÃES, Eloísa. *Escolas, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005.

_____. David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HAUBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, Agnes. *A filosofia radical*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. Agnes. *Teoria de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Os dilemas históricos da questão agrária no Brasil. In: *Revista Terra Livre*, n. 11-12. São Paulo, 1992-1993. p.135-151.

JULIÃO, Letícia. A cidade subterrânea. In: _____ *Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891 – 1920)*. 1992. P. 118-178. Dissertação (mestrado em ciência política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Editora c/arte, 1996.

KOHAN, Walter. *Infância, estrangeiridade e ignorância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. Lúcio. *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LANDIM, Leilah. “Experiência militante”: histórias das assim chamadas ONGs. In: _____ (org). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc*. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: _____. *Pedagogia profana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. *Pedagogia da cidadania tutelada: lapidar corpos e mentes. Uma análise de um programa federal de inclusão de jovens pobres*. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999a.

_____. Henri. A irrupção: de Nanterre ao auge. In: _____. *A irrupção a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos*. São Paulo: Documentos, 1968.

_____. Henri. A noção de totalidade nas ciências sociais. In: _____. *Materialismo dialético e sociologia*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

_____. Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999b.

_____. Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008. No prelo.

_____. Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais de produção. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (Orgs). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos, 1981.

_____. Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. Henri. *Metafilosofia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

_____. Henri. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes Ed., 1975.

_____. Henri. Reflexões sobre o estruturalismo e história. In: _____. *O método estruturalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. Henri. *Tiempos equívocos*. Barcelona: Editorial Kairós, 1976.

MAGNANI, José Guilherme. *Festa no Pedaco*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (org). *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: _____. (org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1979.

MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. In: _____. (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. José de Souza. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. In: _____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. José de Souza. Introdução. In: _____. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2002.

_____. José de Souza. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. In: _____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. José de Souza. Por uma sociologia sensível. In: _____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da exclusão social. In: _____. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Maria Lúcia Rafinetti. Globalização, informalidade e Regulação em cidades latino-americanas. In: *Cadernos PROLAM/USP* (ano 5 – vol 1 – 2006), p. 31-49.

MARTINS, Sérgio. A produção do espaço na fronteira: a acumulação primitiva revisitada. In: *Revista Terra Livre*, n. 11-12. São Paulo, 1992-1993. p. 119-133.

_____. Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, DAMIANI, Amélia Luisa, SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs). *O espaço no fim de século: A nova raridade*. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

_____. Sérgio. Desafios da Geografia diante das possibilidades da história. In: *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte, ano 7, n. 1, p. 47-61, jan/dez. 1998.

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 5/6, 1997.

NASSER, Ana Cristina Arantes e FUMAGALLI, Marlene. A opressão da equivalência, as diferenças. In: MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica da Especulação Imobiliária. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n55, nov, 1978, p. 75-92.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia Brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.

_____. Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda. In: _____. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Francisco de. Brasil: da pobreza da inflação à inflação da pobreza. In: *Cadernos Abong*. São Paulo: Editora Autores Associados, N.º 27- maio/2000.

_____. Francisco. Capitalismo e política um paradoxo letal. In: NOVAES, Adauto (org). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

_____. Francisco de. *O elo perdido*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. In: *Espaço e debates: Revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo: Editora Cortez, 1982. p. 36-53.

_____. Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (orgs). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (orgs). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

OSTOS, Luciana Moreira Barbosa. *As idéias dentro do lugar: Plano Global Específico. As idéias brotadas do lugar: participação e conteúdo. Um estudo a partir da Vila da Paz em Belo Horizonte – MG. 2004. Dissertação (mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais.*

PAOLI, Maria Célia. O mundo do Indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (orgs). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PLAMBEL. O processo de formação do espaço urbano da RMBH 1897-1985. In: _____. *A estrutura urbana da RMBH: diagnóstico e prognóstico*. Belo Horizonte: Plambel, 1986.

PERLMAN, Janice *O mito da marginalidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PBH. *Planejar BH*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Planejamento, ano 3, n. 10, dez. 2000.

PERROT, Michelle. Os Operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

RANCIÈRE, Jaques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. Jaques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REMY J. e VOYÊ, L. *La ciudad y la urbanizacion*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1976.

ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1979.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth C. L (org). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Loteamentos na periferia metropolitana*. Rio de Janeiro: Ed. Do Autor, 1983.

_____. Carlos Nelson Ferreira dos. *Metrópoles e outras cidades brasileiras – bem antes de 60, muito depois de 80*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1984.

_____. Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In: *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, 11 (21 e 22): 111-125, jan/dez. 1999.

SCHWARZ, Roberto. Cidade de deus. In: *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Roberto. Fim de século. In: *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (Org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Odette Carvalho de Lima. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. In: *Cidades*. V. 1, n. 2, 2004, p.181-206.

_____. Odette Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória coletiva. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP/GAsPER, 2001.

_____. Odete Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. In: *Geografares*, Vitória, v.1, n° 1, jun. 2000.

_____. Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. Tese de Livre Docência. São Paulo: Departamento de Geografia / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH / Universidade de São Paulo – USP, 2003.

SECRETARIA Municipal de Habitação: plano diretor do conjunto Taquaril. Etapa 3 Propostas e hierarquizações, 2001.

SILVA, Ana Amélia da. Teatro da exceção (figurações). In: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (orgs). *A era da indeterminação*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

SILVA, José Carlos Gomes da. Arte e educação: a experiência do movimento hip hop paulistano. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.

SILVEIRA, Andréia Maria. *Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Doutorado em Ciências Humanas, 2007.

SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira. *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo/Petrópolis: CEBRAP/Editora Vozes, 1980.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Marcelo Lopes de. O bairro Contemporâneo: ensaio de abordagem política. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 51 (2): p.139-172, abr./jun 1989.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. São Paulo: Jorge Zahar, 1993.

SOMARRIBA, Mercês. Movimento reivindicativo urbano e política em Belo Horizonte. In: DULCE, Otávio Soares (org). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: Editora c/Arte, 1996.

_____. Mercês. Movimentos reivindicatórios urbanos – elementos de um marco interpretativo. In: *Análise e conjuntura*, Belo Horizonte v.7, n.2 e 3, maio/dez, 1992. p. 2-10.

SPOSITO, Marília Pontes. A produção política da sociedade. In: MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação social coletiva na cidade. In: *Tempo social: Ver. Sociol. USP. S. Paulo*, 5 (1-2): 161-178, 1993.

_____. Marília pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimentos sociais. In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 13, p. 73-94, jan/abr. 2000.

_____. Marília Pontes. Juventude: crise, identidade e escola. In: DAYRELL, Juarez (org). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRARO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: *Revista Brasileira de educação*, São Paulo, n.24, p.16-39, set/dez. 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; SILVA, Hamilton; SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v.11, n.32.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e trabalho de campo. In: Trabalho apresentado no colóquio *O discurso geográfico na aurora do século XXI*. Programa de Pós-Graduação em Geografia –UFSC Florianópolis, 27-29 de novembro de 1996.

TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: WARREN, Ilse Scherer e KRISCHKE, J (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. Vera da Silva. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (orgs). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 1987.

TOMMASI, Livia de. *Abordagens e práticas de trabalho com jovens das ONGs brasileiras*. Texto que consta do endereço eletrônico http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_biblioteca/textos%20e%20artigos/texto_livia.pdf acesso em 20/03/2008 às 11:25 horas.

TOPALOV, C. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. In: *Espaço e Debates*. Ano VIII, v. 1, n. 23, pp. 05-30, 1988.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan/Ed.UFRJ, 1994.

_____. Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

WARREN-SCHERER, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Jornais

Ferrara cumpre mais um compromisso. **Estado de Minas**. Belo Horizonte 02 de agosto. 1987.

Fica Vivo abriga mais 500 jovens. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 01 ago. 2006.

Juventude ganha voz. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 12 jul. 2007. Gerais

KIEFER, Sandra. Projeto incentiva geração de renda. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 07 mai. 2006. Gerais.

Porque o Fica Vivo! dá certo. **O Tempo**, Belo Horizonte, 30 set. 2005. Especial: drogas e violência como combater.

Foi realizada pesquisa nos arquivos eletrônicos do Estado de Minas referente a reportagens sobre o Taquaril cobrindo o período de 1999 a 2007.

Endereços eletrônicos consultados

http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_biblioteca/textos%20e%20artigos/texto_livia.pdf

<http://www.cedac.org.br/oscip.pdf>

<http://www.institutoelo.org.br/GeraConteudo.asp?materiaID=519>

<http://www.elocidadania.org.br/elo/>

<http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/choque/oscip/arquivos/termodeparceria.pdf>

<http://www.quantovaleoueporquilo.com.br/imagem.php?i=fotos/campanha7.jpg>

<http://www.visaomundial.org.br/visaomundial/>

Relação de entrevistados

Alanderson e Gilson: Jovens atendidos pelo Fica Vivo. Entrevista realizada em 2008.

Alessandro: Técnico do Fica Vivo. Entrevista realizada em agosto de 2007.

Blitz: Cantor de rap e oficinairo do Fica Vivo. Entrevista realizada em maio de 2007.

Bruno: Filho de habitante antiga do Conjunto. Entrevista realizada em maio de 2007.

Dona Hortência: Habitante antiga. Entrevista realizada em maio de 2007.

Edneia: Habitante antiga, atual presidente do CECOM. Entrevista realizada em junho de 2007.

Erick e Marina: Técnico e estagiária do Programa Mediação de Conflitos. Entrevista realizada em novembro de 2007.

Felipe: Jovem do grupo de mobilização. Entrevista realizada em abril de 2008.

Idelma: Participou do movimento “sem casa” com Edneia e outros. Entrevista realizada em novembro de 2007.

Jéssica: Filha de habitante antiga. Entrevista realizada em 2007.

Josefina Ana: Habitante antiga. Entrevista realizada em julho de 2007.

Junia: Funcionária da URBEL. Entrevista realizada em abril de 2008.

Maurício: Auxiliar de Samantha, oficinaira do Fica Vivo. Entrevista realizada em 2008.

Paulo Augusto dos Santos (Paulão): Entrevista realizada em outubro de 2007.

Pedro: Educador do Agente Jovem. Entrevista realizada em junho de 2007.

Ramon: Jovem atendido pelo Fica Vivo. Entrevista realizada em 2008.

Rodrigo: Oficineiro do Fica Vivo. Entrevista realizada em fevereiro de 2008.

Roberto: Funcionário da URBEL. Entrevista realizada em setembro de 2007.

Sheila e Isaac: Jovens atendidos pelo Agente Jovem. Entrevista realizada em 2008.

Tenente Novais: Entrevista realizada em janeiro de 2008.

Walter e Zinho: Habitantes que acompanharam a ocupação do Castanheiras. Entrevista realizada em julho de 2007.

Wesley: Jovem atendido pelo Agente Jovem. Entrevista realizada em 2008.

Anexo: *release* com os princípios do Programa Agente Jovem em Belo Horizonte

PROGRAMA PARA JOVENS

O que é o Programa Para Jovens:

Programa da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – Proteção Social Básica, constituindo-se em um conjunto articulado de ações que visa estimular e favorecer atitudes e posturas protagonistas dos jovens, possibilitando-lhes a elaboração e o desenvolvimento de projetos de vida pessoal e de ação comunitária.

A ênfase é no coletivo visando a promoção do jovem e sua formação humana e social.

Histórico do Programa:

→ Ano 2000:

- Implantação do Programa piloto – 6 núcleos;
- Ampliação do Programa com execução em mais 20 núcleos;

→ Ano 2001:

- Reordenamento institucional: Serviço de Ação Continuada;
- Estabelecimento de convênios com entidades da sociedade civil, segundo a Lei de Parcerias de Belo Horizonte;
- Conferência Municipal de Assistência Social delibera sobre controle social, gestão e financiamento da Assistência Social;
- Reordenamento da rede em função das diretrizes do Município no eixo da gestão descentralizada;
- Programa para Jovens – serviço de base local – Programa “BH Cidadania”;

→ Ano 2002:

- Implantação de mais 14 núcleos – nas áreas do “Programa BH Cidadania”;
- Ênfase no eixo político- metodológico do serviço

→ Ano 2003 e 2004:

- Investimento na qualificação do Programa: Formação dos educadores e entidades parceiras; Eixo família; Encaminhamentos para preparação para o mundo do trabalho.

→ Ano 2006 e 2007:

- Processo de formação dos educadores é articulado a elaboração da proposta educativa do

programa.

- Implantação de mais 20 núcleos nos territórios da Proteção Social Básica, NAF/CRAS.

1. Público alvo

Jovens de ambos os sexos, na faixa etária compreendida entre 15 e 18 anos, em situação de risco pessoal e social, cujas famílias tenham renda per capita mensal até ½ salário mínimo.

2. Objetivo geral

Estimular e favorecer atitudes e posturas protagonistas por parte dos jovens na construção de projetos de vida pessoal e de ação comunitária⁹.

3. Objetivos específicos

- inserir o jovem na escola; com acompanhamento para sua permanência ;
- fortalecer laços familiares e comunitários;
- criar condições para que os jovens atuem de forma ativa em suas comunidades;
- dotar os jovens de informações e instrumentos que lhes permitam desenvolver diagnósticos e projetos sociais em suas comunidades;
- envolvê-los no debate acerca do uso de drogas, DST/AIDS e gravidez não planejada;
- envolvê-los no debate sobre as condições, possibilidades e limites de inserção no mundo do trabalho.

4. Metodologia

Operacionalização

- Cada núcleo do programa contempla 25 jovens na faixa etária compreendida entre 15 e 18 anos. Em cada núcleo há um profissional denominado educador, contratado pela entidade conveniada para trabalhar 20 horas semanais. O educador é o responsável direto pela coordenação das ações e pelo acompanhamento dos jovens. São realizados de 03 a 04 encontros semanais na parte da manhã ou da tarde (no contra turno escolar do jovem). Cada encontro dura aproximadamente 03 horas.
- Os jovens passam por atividades de arte e cultura (interface com a Fundação Municipal de Cultura - FMC), atividades de esporte (interface, nos territórios do BH CIDADANIA, com a Secretaria Municipal Adjunta de Esporte - SMAES e fora dos territórios com o Instituto Magnum) e oficinas temáticas (atividades realizadas pelo educador, cujo objetivo é transitar de forma reflexiva pelos diversos temas de interesse dos jovens contribuindo para o crescimento pessoal, o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, o desenvolvimento de projetos de vida pessoais e sociais, entre outros elementos voltados para a formação cidadã). Além de realizar as oficinas temáticas o educador também é responsável pela articulação dos três eixos de atividades, neste sentido, é função do mesmo acompanhar as oficinas de arte e cultura e esporte para construir as amarrações que a complementaridade das atividades proporciona. Nos dias da semana em que o núcleo não funciona (01 ou 02 dias) o educador planeja e prepara as atividades.
- Como incentivo à participação, os jovens inseridos e freqüentes às atividades recebem uma bolsa mensal no valor de R\$65,00 (sessenta e cinco reais). (o jovem deverá ter, no mínimo, 75% de freqüência nas atividades para receber a bolsa ao final do mês).

5. Diretrizes e princípios

- Desenvolver um processo educativo que fortaleça a autonomia dos jovens - o jovem como sujeito de sua história e de suas ações.

⁹ O Programa atualmente está em processo de elaboração de sua proposta educativa. Educadores e técnicos têm se reunido com este objetivo, mensalmente, em reuniões de formação e discussão relacionadas ao programa. Durante o ano de 2006 e até o atual momento de 2007 os esforços foram centrados na elaboração de um objetivo geral que seja mais próximo da realidade vivenciada nos núcleos. Até o momento a formulação deste novo objetivo, que ainda está em fase de construção, é o seguinte: Contribuir para a formação humana e social do jovem proporcionando um espaço de socialização que fortaleça o seu projeto de vida.

- Organizar a proposta do percurso formativo do jovem.
- O núcleo é um grupo aberto, que deve interagir com a comunidade.
- Ênfase no coletivo - construção do grupo, identidade, experiências múltiplas, processo educativo vivencial.
- Propiciar aos jovens um espaço onde possam expressar seus conhecimentos e desenvolver sua criatividade.
- O núcleo é o espaço que acolhe os jovens (atividades lúdicas, formativas, informativas, de expressão e de elaboração de projetos).

6. Propostas:

- Melhoria da infra-estrutura.
- Garantir/ampliar as atividades de esporte e lazer para todos os núcleos.
- Consolidar a intersectorialidade, garantindo a articulação das ações dos vários setores da política social.
- Continuidade do investimento na formação dos educadores.
- Elaboração da Proposta educativa do programa.

7. Critérios de Inclusão

- Ter entre 15 e 18 anos incompletos (prioritariamente, aqueles jovens com faixa etária mais baixa, entre 15 e 16 anos);
- Ser morador da área em que está instalado o Núcleo;
- Nos núcleos do BH CIDADANIA, o jovem deverá residir no território do NAF/CRAS.
- Ter disponibilidade para participar das atividades: de 2ª a 6ª feira, manhã ou tarde;
- Ser alfabetizado;
- Ter renda familiar per capita igual ou inferior a ½ salário mínimo;
- Conviver em situações de violência e risco social.

No processo de seleção dos jovens, além dos critérios acima descritos, também são considerados os seguintes aspectos:

- Priorizar no atendimento, os jovens sob medida sócio educativa e medidas de proteção;
- Oportunizar vagas para pessoas com deficiência;
- Observar o equilíbrio numérico de gênero, na proporcionalidade de, no mínimo, 40% das vagas para o sexo feminino;
- Garantia de 1/5 das vagas para jovens com inserção e participação comunitária e com potencial de liderança;
- Evitar incluir no Núcleo mais de 1 (um) adolescente por família.
- Priorizar a inclusão de jovens encaminhados pelo Programa de Combate à Exploração do Trabalho Infante - juvenil.

8. Motivos de desligamento

- Ter completado 18 anos;
- Infrequência: frequência inferior a 75% das atividades mensais, por mais de 3 meses consecutivos;
- Jovem demonstrar apatia, desinteresse, pouco ou nenhum compromisso para com as atividades desenvolvidas;
- Por promoção social do jovem - começar a trabalhar, por exemplo;
- Mudança do local de moradia (para um bairro distante ou uma outra cidade) que o impeça de frequentar as atividades;
- Agressão física a colegas do Núcleo.

9. Critérios para permanência no Programa

- Frequência às atividades desenvolvidas;
- Estar matriculado e freqüente na escola formal.

10. Tempo máximo de permanência no Programa

Até 3(três) anos

11. Capacidade de atendimento

1.500 jovens

12. Base Territorial

Local (territórios da Proteção Social Básica)

13. Tipo de Execução

Indireta (em parceria com entidades conveniadas)

14. Benefício:

Bolsa de incentivo à participação no valor de R\$65,00 (sessenta e cinco reais)

15. Execução:

Entidades conveniadas

16. Gestão:

Coordenação: SMAAS/GPSO/GPSOB

Coordenação do Programa para Jovens

Serviço de Supervisão

17. Interfaces da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social:

Fundação Municipal de Cultura, Secretaria Municipal Adjunta de Esporte, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento, Secretaria Municipal de Educação e conselhos setoriais (CMAS , CMDCA e Conselho Municipal da Juventude).